

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR**

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**DO LAR À TRIBUNA: MULHERES E POLÍTICA ELEITORAL NA
BAIXADA FLUMINENSE (1945-1950)**

VITÓRIA GODOY DE ANDRADE

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DO LAR À TRIBUNA: MULHERES E POLÍTICA ELEITORAL NA
BAIXADA FLUMINENSE (1945-1950)

VITÓRIA GODOY DE ANDRADE

Sob a orientação do Professor

Alexandre Fortes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre (a) em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

2025



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 695 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.046507/2025-07

Seropédica-RJ, 19 de agosto de 2025.

Nome do(a) discente: VITORIA GODOY DE ANDRADE

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 18 de agosto de 2025

Banca Examinadora:

Dr. GUILHERME MACHADO NUNES, UNESP Examinador Externo à Instituição

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 19/08/2025 08:50)
ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 19/08/2025 10:42)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 19/08/2025 09:39)
GUILHERME MACHADO NUNES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 025.410.130-51

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **695**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/08/2025** e o código de verificação: **250bf9f3d0**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A553l Andrade, Vitória Godoy de , 1999-
Do lar à tribuna: mulheres e política eleitoral na
Baixada Fluminense (1945-1950) / Vitória Godoy de
Andrade. - Seropédica , 2025.
217 f.: il.

Orientador: Alexandre Fortes.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2025.

1. Mulheres. 2. Política . 3. Nova Iguaçu. 4.
Nilópolis . I. Fortes, Alexandre, 1966-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

*Para meus pais, Ana Paula Rocha Godoy e
Robson Ricardo de Andrade.*

AGRADECIMENTOS

Por muito tempo acreditei que a conclusão do ensino superior era o destino final, mas ingressar na pós-graduação era um sonho que eu não sabia que possuía. Concluir esta dissertação foi um desafio e, certamente, não teria conseguido sozinha. Nestas breves linhas, dedico minha gratidão às instituições e pessoas que colaboraram com a minha caminhada.

Agradeço às instituições de pesquisa que contribuíram para a escrita desta dissertação, como o Arquivo Nacional e a Fundação Biblioteca Nacional, cujo trabalho de preservação e acesso a fontes históricas perseverou mesmo após os ataques sofridos às instituições de memória nos últimos anos.

Agradeço a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas que recebi desde o ensino médio, que garantiram que eu pudesse me dedicar com mais afinco aos meus estudos e proporcionaram o acesso à pesquisa científica. Também estendo meus agradecimentos ao movimento estudantil por sua luta contínua pelo ajuste do valor das bolsas e pelo reconhecimento do trabalho de pesquisa como tal e, portanto, merecedor de amparo e remuneração justa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código de financiamento 001, instituição à qual dedico agradecimento especial pela bolsa de pesquisa que me foi concedida.

Agradeço aos familiares de Carmelita Brasil e Stella de Queiroz, pela disposição em ajudar com a pesquisa. Em especial, Nadia Rodrigues e Estela Pinheiro, fundamentais para a localização de fontes importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao sistema de educação pública deste país, que possibilitou que eu chegasse até aqui. Aos meus professores, aos servidores e funcionários da Escola Municipal Francisco de Mattos Ligiéro, do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A este Programa de Pós-Graduação em História, pela oportunidade de sonhar em ser mestra.

Agradeço ao Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ/IM por seu papel fundamental na minha formação como professora e historiadora. Em uma Baixada Fluminense ainda carente de instituições de memória, o trabalho de preservação e difusão de fontes

históricas sobre a região executado por professores, bolsistas e colaboradores do CEDIM foi imprescindível para a escrita desta dissertação. Nesse sentido, agradeço ao professor Jean Sales pelas oportunidades, confiança e apoio. Agradeço, em especial, aos bolsistas Ana Beatriz, Carolina, Daniel, Eduardo, Evelyn, Isabelle, Lavinia e Maria Eduarda que, apesar da rotina de trabalho, conseguem deixar meus dias mais leves

Ao meu orientador Alexandre Fortes, que me acompanha desde a graduação e grande responsável por me fazer acreditar que eu era capaz de concluir esta dissertação. Obrigada pela compreensão, atenção e, acima de tudo, pelas oportunidades que tive nos últimos anos. É uma honra.

Às minhas amigas Carol, Clara, Evelin e Letícia, companheiras de tantos anos em momentos de tristeza e felicidade. Obrigada por segurarem minha mão em momentos de incerteza. De pertinho ou de longe, vocês estão sempre comigo e por isso agradeço.

Minha profunda gratidão à minha família, base fundamental de tudo o que eu sou e conquistei até aqui. Aos meus pais, Ana Paula e Robson, que sempre colocaram nossa educação em primeiro lugar. Aos meus irmãos, Yago e Davy, meus melhores amigos e fonte de muito orgulho. Ao Cipriano, pelo carinho e incentivo. Às minhas avós, Marlene e Valda, nossa raiz. Ao Beto, por seu companheirismo e dedicação. À Dinha Pinheiro, pelo apoio e carinho de sempre. Agradeço a todos pela compreensão das ausências e o conforto na presença.

RESUMO

ANDRADE, Vitória Godoy de. **Do lar à tribuna:** mulheres e política eleitoral na Baixada Fluminense (1945-1950). 2025. 217f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

O presente trabalho buscou analisar as trajetórias de Carmelita Brasil Monteiro e Stella de Queiroz Pinheiro, ambas eleitas como vereadoras dos municípios de Nova Iguaçu e Nilópolis no imediato pós-guerra. Para tal, partimos do entendimento de que as ex-vereadoras teceram redes de relações a partir de sua inserção em núcleos de atuação valorizados pelos setores ligados à citricultura e que, durante as primeiras décadas do século XX, se preocuparam em fortalecer o discurso do capital citricultor como o produtor de uma Nova Iguaçu moderna e aparelhada. Os novos aparatos urbanos e sociais serviram, também, para ampliar o espaço de atuação para as mulheres que, àquela altura, extravasaram os limites da vida privada. Nosso recorte temporal está baseado entre 1945 e 1950, período no qual Carmelita Brasil e Stella de Queiroz integraram as fileiras do Partido Social Democrático, legenda situacionista. A escolha do recorte, porém, não nos impediu de recuar e avançar no tempo para melhor compreensão do contexto e das trajetórias de nossas personagens. Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, abordamos o cenário político e econômico de Nova Iguaçu durante a primeira metade do século XX, pautado pela preocupação dos setores ligados à citricultura em fortalecer o discurso de uma Nova Iguaçu moderna e civilizada como fruto do capital citricultor, que retornava ao distrito-sede através do investimento em educação, lazer e reformas urbanas. As mulheres iguaçuanas avançaram nos novos espaços sociais – como a imprensa e clubes associativos – e, através deles, discutiram sobre feminismo e a participação feminina no espaço público. No segundo capítulo, tratamos das trajetórias das ex-vereadoras a partir de sua atuação em setores valorizados pelo discurso citricultor, como a vida social e o magistério. No último capítulo, refletimos sobre a participação feminina na política institucional após a conquista do voto e a repercussão da discussão sobre a aptidão das mulheres à política especialmente no cenário iguaçuano. A seguir, discutimos o impacto da crise da citricultura, do avanço da mancha urbana e da primeira onda emancipatória em Nova Iguaçu sobre as eleições municipais de 1947 e a posição de Carmelita e Stella como figuras relevantes para a manutenção do poder político do PSD na região. Por fim, analisamos a atuação das ex-vereadoras nas Câmaras de Nova Iguaçu e Nilópolis durante a legislatura de 1947 e 1950.

Palavras-chave: Mulheres, Política, Nova Iguaçu, Nilópolis.

ABSTRACT

ANDRADE, Vitória Godoy de. **From home to the tribune: women and electoral politics in Baixada Fluminense (1945-1950)**. 2025. 217p. Dissertation (Master's in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

This paper seeks to analyze the trajectories of Carmelita Brasil Monteiro and Stella de Queiroz Pinheiro, both elected councilors for the municipalities of Nova Iguaçu and Nilópolis in the immediate postwar period. To this end, we understand that the former councilors forged networks of relationships based on their involvement in areas of activity valued by sectors linked to citrus farming and that, during the first decades of the 20th century, they were concerned with strengthening the discourse of citrus capital as the producer of a modern and well-equipped Nova Iguaçu. The new urban and social apparatuses also served to expand the scope of action for women, who, at that point, transcended the limits of private life. Our time frame is based on the period between 1945 and 1950, during which Carmelita Brasil and Stella de Queiroz joined the ranks of the Social Democratic Party, a pro-government party. The chosen context, however, did not prevent us from moving back and forth in time to better understand the context and trajectories of our characters. This dissertation is structured in three chapters. In the first, we address the political and economic landscape of Nova Iguaçu during the first half of the 20th century, marked by the concern of sectors linked to citrus farming to strengthen the discourse of a modern and civilized Nova Iguaçu as a result of citrus capital, which returned to the district headquarters through investments in education, leisure, and urban reforms. Iguaçu women advanced in new social spaces—such as the press and association clubs—and, through them, discussed feminism and female participation in public life. In the second chapter, we address the trajectories of former councilwomen based on their work in sectors valued by citrus discourse, such as social life and teaching. In the final chapter, we reflect on women's participation in institutional politics after winning the vote and the repercussions of the discussion on women's aptitude for politics, especially in Iguaçu. Next, we discuss the impact of the citrus crisis, the expansion of urban sprawl, and the first wave of emancipation in Nova Iguaçu on the 1947 municipal elections and the role of Carmelita and Stella as key figures in maintaining the PSD's political power in the region. Finally, we analyze the former councilwomen's performance in the Nova Iguaçu and Nilópolis City Councils during the 1947 and 1950 legislative terms.

Keywords: Women, Politics, Nova Iguaçu, Nilópolis.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Grande Iguassú – 1840	P. 25
Imagem 02: Fotografia panorâmica do distrito sede de Nova Iguaçu – 1933	P. 37
Imagem 03: Esporte Clube Iguaçu – 1912	P. 60
Imagem 04: Primeiro campo do Esporte Clube Iguaçu – 1912	P. 64
Imagem 05: O Relicário	P. 70
Imagem 06: Vereadores de Nova Iguaçu – 1919	P. 77
Imagem 07: Carmelita aos 8 anos, no canto superior esquerdo	P. 80
Imagem 08: A jovem Carmelita Brasil	P. 83
Imagem 09: Baile da Primavera no Filhos de Iguaçu – 1934	P. 84
Imagem 10: Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes – 1937	P. 118
Imagem 11: Museu de História Natural – 1938	P. 119
Imagem 12: Estudantes em formação cívica – 1942	P. 122
Imagem 13: Solenidade no Instituto Filgueiras, Nilópolis – 1945	P. 123
Imagem 14: Stella com sua filha, Thereza Regina – 1942	P. 128
Imagem 15: Reunião para instalação da filial da Cruz Vermelha em Nova Iguaçu	P. 141
Imagem 16: Título de eleitor de Carmelita Brasil	P. 154
Imagem 17: Diretório do PSD de Nilópolis – 1947	P. 173
Imagem 18: Diploma de vereadora eleita de Carmelita Brasil – 1947	P. 175

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: O Relicário em números	P. 70
Quadro 02: Família de Carmelita Brasil	P. 79
Quadro 03: Valores de admissão e mensalidade do Esporte Clube Iguaçu	P. 89
Quadro 04: Família de Stella de Queiroz	P. 105

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

BPN: Bloco Progresso de Nilópolis

CCJR: Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CFO: Comissão de Finanças e Orçamento

CMN: Câmara Municipal de Nilópolis

CMNI: Câmara Municipal de Nova Iguaçu

ECI: Esporte Clube Iguaçu

EIM: Escola de Instrução Militar

FI: Filhos de Iguaçu

FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

LBA: Liga Brasileira de Assistência.

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PMI: Partido Municipal de Iguaçu

PMNI: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

UDN: União Democrática Nacional

UPC: União Popular Caxiense

TG: Tiro de Guerra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE FEMININOS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.....	22
1.1. Um panorama de Nova Iguaçu no início do século XX.....	22
1.2. Espaços de sociabilidade feminina.....	40
CAPÍTULO 2: TECENDO REDES.....	68
2.1. Carmelita Brasil Monteiro: entre bailes, clubes e o tabuleiro de xadrez.....	68
2.2. Stella de Queiroz Pinheiro: ilustre professora nilopolitana.....	94
CAPÍTULO 3: AS FILHAS DE EVA VÃO À TRIBUNA.....	144
3.1. Mulheres, política e natureza feminina.....	144
3.2. As eleições municipais de 1947.....	163
3.3. Carmelita Brasil vai à tribuna.....	178
3.3.1. A relação com o partido.....	179
3.3.2. Defesa do funcionalismo público.....	188
3.3.3. O anticomunismo.....	193
3.3.4. E tudo acaba em samba.....	198
3.4. Stella de Queiroz vai à tribuna.....	199
3.4.1. A vida após a legislatura.....	202
CONCLUSÃO.....	204
FONTES.....	208
BIBLIOGRAFIA.....	210

INTRODUÇÃO

Quando eu morrer, não sejam hipócritas, não falem de mim. Deixem que o silêncio caia sobre o meu túmulo como respeito aos mortos. Hoje eu posso reagir, ninguém me enfrenta. Amanhã cada um dirá cobras e lagartos e a vida continua, os homens tem casa para tudo...¹

O trecho acima foi escrito por Carmelita Brasil Monteiro em caligrafia apressada e descuidada às duas e vinte de uma madrugada de outubro de 1958, ao pé de uma página de um caderninho. Eleita vereadora de Nova Iguaçu pelo Partido Social Democrático (PSD) na legislatura 1947-1950, Carmelita foi uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo eletivo na história da Baixada Fluminense. Na minha monografia de graduação, analisei a trajetória da bancada do PSD na Câmara Municipal no imediato pós-guerra através de situações-chave em que a vereadora esteve envolvida. A leitura do seu *Relicário*, autorizada pela sua sobrinha, fez com que eu me deparasse com uma personagem complexa, que durante os últimos anos de sua vida lidou com a angústia da doença e que, através de textos poéticos e nostálgicos, registrou aqui e ali alguns detalhes sobre a sua vida. Passagens como as da epígrafe acima, em particular, me impactaram profundamente em razão do tom frustrado de uma mulher pelo não reconhecimento de sua trajetória. Enquanto historiadora, seu desejo pelo esquecimento e, ao mesmo tempo, a ideia de que “amanhã cada um dirá cobras e lagartos” me motivou a refletir sobre nossa responsabilidade na interpretação de fontes e na escrita da história. Através de Carmelita, descobri outra personagem interessante na história política da Baixada Fluminense: Stella de Queiroz Pinheiro. Os resultados obtidos na monografia me convenceram de que uma reconstituição mais abrangente da trajetória dessas duas lideranças relevantes poderia trazer contribuições à produção historiográfica sobre a participação política feminina a partir de um contexto regional específico.

Entre as distâncias e aproximações possíveis de serem feitas entre as vidas de Carmelita Brasil e Stella de Queiroz, está uma transversalidade evidente: ambas se elegeram vereadoras de Nova Iguaçu e Nilópolis, respectivamente, entre 1947 e 1950. Apesar do exercício de seus mandatos públicos, aos quais cumpriram em sua integridade, Carmelita e Stella não entraram para o rol dos ilustres políticos de seus respectivos municípios. Neste ponto, inclusive, podemos observar a primeira das muitas distâncias entre as trajetórias destas duas mulheres. Enquanto Carmelita até recentemente era um nome esquecido entre os iguaçuanos, Stella se consagrou na

¹ *Relicário*, Carmelita Brasil, 2 de outubro de 1958, 84f.

memória nilopolitana como uma grande professora do município e mãe do conhecido político Ruy Queiroz.

Carmelita nasceu em Nova Iguaçu, em 1914, filha única de sua mãe Nadia e seu pai Antonio. Seu avô materno foi um respeitado professor do município e muito querido por sua filha e neta. Nadia tornou-se viúva na primeira infância da filha e se casou novamente em 1919 com o político iguaçuano Pythias. Durante a adolescência e parte de sua vida adulta, Carmelita foi atuante na vida social do município através dos clubes recreativos que se apresentaram como um importante local de socialização para as famílias influentes da região. Nunca se casou e integrou os quadros do funcionalismo público do município até aposentar-se. Foi eleita como vereadora de Nova Iguaçu em 1947, pelo Partido Social Democrático. Com o fim da carreira política, tornou-se presidente de uma escola de samba do então jovem município de São João de Meriti. Faleceu em 1964, aos cinquenta anos de idade.

Apesar da vida pública, é difícil encontrar informações sobre o paradeiro de Carmelita após o seu mandato. Nas fontes que nos são acessíveis, principalmente os periódicos, encontramos pequenos rastros de seu caminho. As aparições pontuais durante esse período se encerram com uma breve nota sobre seu falecimento em um jornal iguaçuano. Depois disso, seu nome não surgiu novamente em canais públicos até o momento em que figuras influentes do município decidiram por “resgatar” a sua memória. Neste ponto, acreditamos ser importante ressaltar que a palavra “resgate” não foi empregada por nós, mas sim pelos agentes envolvidos em homenagens prestadas nos últimos anos à figura de Carmelita². Em abril de 2021, o vereador Dudu Reina, então presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, foi autor de um projeto que criou a Comenda Carmelita Brasil, a ser entregue “às pessoas do sexo feminino e que tenham grande importância na história e desenvolvimento do município”³. Na ocasião, o vereador afirmou que “homenagear mulheres de garra, sensibilidade e envolvidas com questões sociais não tem preço” e que a Comenda seria concedida todo ano no mês de março à “personagens de grande valor”.

Em outro artigo, publicado neste ano em comemoração aos seus 110 anos, o autor escreveu que a ex-vereadora “é símbolo de empoderamento feminino”, uma “mulher

² A palavra “resgate” foi empregada por Miguel Ribeiro, então Presidente da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu, uma das organizações responsáveis pela realização da exposição em homenagem à Carmelita, em 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/exposicao-resgata-historia-de-carmelita-brasil-primeira-mulher-ser-eleita-vereadora-no-estado-do-rio-25081228.html>. Acesso em: 13/07/2021.

³ **Carmelita Brasil:** 1ª mulher eleita vereadora em Nova Iguaçu dá nome à comenda na cidade. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/site/detalhes-noticias/?pag=19&k=NzAwOQ==>. Acesso em: 20/09/2021.

empoderada”, cuja história foi “trazida à tona” graças ao trabalho de pesquisa realizado para a criação da Comenda em sua homenagem⁴. O artigo foi finalizado com a seguinte frase: “Hoje, portanto, é dia de festejar o nascimento de Carmelita Brasil Monteiro para que o seu nome nunca mais caia no esquecimento conforme aconteceu por décadas”.

Nascida em 1903 em Fortaleza, no estado do Ceará, Stella de Queiroz migrou para Nilópolis em 1926, acompanhada de seu marido. Filha de Maria e Anacleto, reconhecido professor cearense, Stella se dedicou ao magistério durante toda a sua vida. Assim como Carmelita, exerceu seu mandato como vereadora de Nilópolis entre 1947 e 1950. Porém, sua atuação na Câmara Municipal se configurou como uma pequena nota de rodapé na trajetória fixada por seus familiares e amigos. Stella foi “escrita na história” como a caridosa professora e mãe de Ruy Queiroz que, por sua vez, esteve à frente da prefeitura de Nova Iguaçu por duas vezes durante a Ditadura Militar.

Stella também recebeu homenagens de figuras influentes da política. Em 2003, ano em que a ex-vereadora completaria 100 anos, o então Deputado Estadual do Rio de Janeiro Otávio Leite⁵, solicitou que fosse incluído nos Anais da Assembleia Legislativa do estado “Voto de Louvor e Saudade à Educadora Stella de Queiroz Pinheiro”⁶. O texto é uma breve biografia de sua vida, que traduz principalmente o trabalho de Stella no magistério. Até mesmo sua atuação fora do chão da escola foi entendida como resultado de sua preocupação em *cuidar, amparar*. De acordo com o registro do Deputado, até mesmo a instalação de um Tiro de Guerra em Nilópolis, orquestrado por Stella, nada mais foi do que sua preocupação com a juventude nilopolitana e suas dificuldades de deslocamento.

Apesar de mencionar que Stella teria participado ativamente da vida política de Nova Iguaçu e Nilópolis, tanto sua vereança quanto outras ações políticas são apenas citadas por Leite – diferentemente do detalhamento dedicado à sua carreira na educação. O então Deputado finalizou a mensagem afirmando que “de todas as suas virtudes, destacamos neste momento, o

⁴ **Carmelita Brasil:** Os 110 anos de um patrimônio feminino nascida em Nova Iguaçu. Disponível em: <https://estudiobnoticias.com.br/2024/05/10/carmelita-brasil-os-110-anos-de-um-patrimonio-feminino-nascidaem-nova-iguacu/>. Acesso em: 13/07/2021.

⁵ Otávio Leite foi Vereador do Rio de Janeiro por dois mandatos, entre 1993 e 2003; foi Deputado Estadual pelo estado do Rio de Janeiro de 2003 à 2005; Vice-Prefeito do Rio de Janeiro entre 2006 e 2007; e Deputado Federal de 2007 à 2023. Em todos estes mandatos, foi eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141515/biografia>. Acesso em: 15/10/2024

⁶ LEITE, Otávio. De louvor e saudade à educadora Stella de Queiroz Pinheiro, no centenário de seu nascimento. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/0/deb6244d49e142a483256d17007830b7?OpenDocument>. Acesso em: 13/09/2023.

maior legado desta intensa biografia: sua bondade, seu caráter, sua poesia, sua música e sua dedicação à causa da educação”. Seu maior legado seria o magistério, enquanto sua atuação política não foi mencionada no resumo de suas qualidades e ações memoráveis. A mesma construção pode ser observada na biografia romanceada publicada no último ano por uma de suas netas. Rose Pinheiro (2024) reservou poucas linhas em sua narrativa para falar sobre o período em que Stella foi vereadora, enquanto todo o livro é dedicado à sua carreira no magistério – resumida como “inspiradora”. Este livro será abordado com maior profundidade ao longo deste trabalho, já que se apresenta como uma importante fonte para esta dissertação.

É verdade que nos textos de homenagem expostos acima não encontramos a palavra “excepcional” sendo empregada para caracterizar as trajetórias de Carmelita e Stella. Entretanto, acreditamos que o sentido de excepcionalidade está nas entrelinhas, implícito: Carmelita foi descrita como uma “mulher empoderada” e “à frente de seu tempo”, enquanto a vida de Stella foi traduzida como “inspiradora”, como um “legado” a ser deixado. O “pioneirismo” na política de seus municípios foi destacado em ambos os casos.

A classificação de determinadas mulheres como excepcionais é criticada por Christine Planté que, após a realização de um estudo semântico que considerou as implicações ideológicas acerca do termo, chegou à conclusão de que consideramos como excepcionais tudo aquilo que *perturba*.⁷ Ou seja, sua rejeição ao termo parte do efeito que a categoria gera por ser utilizada para caracterizar o que vai além, o que não se assemelha à norma e, ao fazê-lo, nega-se a singularidades dos agentes⁸. Outrossim, Moema de Rezende Vergara afirma que a noção de excepcionalidade acaba por reproduzir a visão hegemônica que reduz “as experiências históricas das mulheres a uma feminilidade normativa ou essencialista”, enquanto enaltece trajetórias que ultrapassam a “ordem natural”.⁹ Entretanto, o mesmo adjetivo que hoje pode ser empregado como elogio também é capaz de ser instrumentalizado para delimitar espaços.

A excepcionalidade é uma faca de dois gumes quando, ao mesmo tempo, pode se configurar como um exemplo positivo ou negativo. Enquanto positivo, é a prova de que determinadas mulheres podem ser verdadeiramente reconhecidas por seu talento quando este se apresenta como relevante aos homens. Mas as mulheres excepcionais também podem ser

⁷ PLANTÉ, Christine. Femmes exceptionnelles: Des exceptions pour quelle règle. In: **Les Cahiers du GRIF**, n. 37-38, p. 90-111, 1988.

⁸ PLANTÉ, 1988, p. 92.

⁹ VERGARA, Moema de Rezende. A noção da excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. In: **Cadernos Pagu**, v. 13, p. 223-251, 1999, p. 227.

monstros, ou seja, quando a sua excepcionalidade nada mais é do que um exemplo do que *não ser*, ou seja, o oposto das boas mulheres que são comuns e devotadas ao lar:

Assim, são suscetíveis a um duplo uso. Como monstros: constituem as figuras repulsivas que servem para exaltar a Mulher comum, uma boa esposa, uma boa mãe, sujeita ao seu destino de devoção. Como exceções: elas acabarão sendo a garantia e a boa consciência do sistema. Quando uma mulher é verdadeiramente talentosa, dirão os defensores da ordem, quando seu trabalho é digno de admiração, os homens sabem reconhecê-lo e homenageá-lo [...]. Mas veja: as exceções são tão raras que comprovam a inferioridade geral das mulheres.¹⁰

Segundo Planté, as mulheres excepcionais são, muitas vezes, aquelas sobre as quais temos algo a dizer porque deixaram vestígios suficientes para que “sejam arrancadas do anonimato e da obscuridade absolutos” e “escapam ao destino da imensa maioria silenciosa de mulheres”.¹¹ Sendo assim, apesar de desenvolvermos esta dissertação a partir da investigação de mulheres que alcançaram postos públicos de difícil acesso à população feminina de sua época, acreditamos que a construção de uma narrativa a partir da excepcionalidade pode ser danosa ao enaltecer certas trajetórias femininas em detrimento de outras. Portanto, partimos do entendimento de que precisamos considerar as mulheres enquanto agentes históricos capazes de navegar os papéis de gênero de acordo com seus próprios interesses e objetivos. Nesta dissertação, seguimos a conceituação aplicada por Iracélli da Cruz Alves na qual gênero “propõe a desnaturalização das diferenças sexuais apontando para o fato de que as categorias binárias homem-mulher, masculino-feminino são construções culturais” e não biológicas; ou seja, as características que definem estas categorias são historicamente construídas e, assim, se alteram a depender do tempo ou da cultura em que os indivíduos estão inseridos¹². É preciso reconhecer a pluralidade de experiências femininas. Muitas personagens, inclusive Carmelita e Stella, atuaram em uma zona cinzenta que não comporta as expectativas de pesquisadores que enxergam apenas dois polos de ação: a revolução e a conformação.

Nesse sentido, Losandro Antonio Tedeschi considera que a reflexão sobre o presente e o passado da história das mulheres implica em um “permanente exercício arqueológico” pois o passado precisa ser “re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações”, cabendo aos pesquisadores ouvir “os murmúrios de outras fontes”¹³. O historiador comparou os desafios

¹⁰ PLANTÉ, 1988, p. 107. Tradução nossa.

¹¹ Ibidem, p. 91.

¹² ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 37.

¹³ TEDESCHI, Losandro. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Editora UFGD, 2012, p. 201-204.

impostos àqueles que pretendem estudar as mulheres como tentar navegar pelo Labirinto às cegas ignorando o fio que fora tecido por Ariadne. Tal como Pierre Bourdieu alertou para a ilusão biográfica e os perigos de procurar coerência nas vidas dos indivíduos que nos propomos a analisar, também rompemos nossa ilusão de que as mulheres que exerceram carreiras públicas necessariamente deixaram uma profusão de rastros¹⁴. Este choque se deu quando fomos confrontados não somente com a dificuldade de encontrarmos fontes históricas sobre as vidas de Carmelita e Stella fora do mundo público, quanto de conseguir *enxerga-las* até mesmo em documentos oficiais e em periódicos durante a legislatura.

Para a construção desta dissertação nos amparamos nas seguintes fontes históricas: Atas Legislativas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, periódicos da imprensa iguaçuana e carioca, documentos cartoriais, livros de memória e arquivo familiar. No caso das Atas Legislativas, duas dificuldades se apresentaram: a primeira, é que os livros de atas correspondentes ao segundo semestre de 1948 e aos anos de 1949 e 1950 não constam no Arquivo da Câmara Municipal de Nova Iguaçu; o segundo, é que a Câmara Municipal de Nilópolis não preservou os livros de atas da legislatura de 1947 a 1950. Para preencher as lacunas deixadas por esta documentação utilizamos principalmente as colunas publicadas na imprensa iguaçuana sobre a atuação dos vereadores nas respectivas Câmaras.

De acordo com Joan Scott, inserir as mulheres na história significa construir pesquisas que não deslocam este grupo do social e do espacial.¹⁵ É preciso pensar as mulheres como personagens relevantes em espaços que são tradicionalmente empreendidos como masculinos, como no caso do campo político. A historiadora destacou que as mulheres são retratadas na história política como personagens coadjuvantes – são as esposas e filhas dos homens políticos. Para nós, a pesquisa desenvolvida pela historiadora cubana Asunción Lavrin é um belo exemplo do emprego de um novo olhar sobre a atuação das mulheres na história.¹⁶

Em seu trabalho, publicado na década de 1990, Lavrin explorou a relação entre o movimento feminino, o feminismo e a luta por reformas sociais na virada do século XX nos países do Cone Sul. Assim como proposto por Joan Scott, Lavrin insere a luta das mulheres por direitos sociais e políticos em meio ao contexto tumultuoso de regimes e ideologias que

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **Razões e práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Editora Papirus, 2017. *E-book*.

¹⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, p. 9-39, 2016.

¹⁶ LAVRIN, Asunción. **Women, feminism and social change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890-1940.** Lincoln e Londres: University of Nebraska Press, 1995.

cercavam a Argentina, Chile e o Uruguai no período analisado.¹⁷ Em sua narrativa, as mulheres do Cone Sul são lidas enquanto sujeitos históricos capazes de intervir diretamente em sua conjuntura através de suas movimentações políticas em prol de mudanças sociais, econômicas e políticas. Mesmo antes do direito ao voto, mobilizaram redes de relações e formaram pontes para levar reivindicações às tribunas de seus respectivos países. Lavrin ressaltou que não podemos desconsiderar o contexto social através do qual essas mulheres atuaram:

Ou seja, o estudioso do século XX, e claro, o historiador da era pré-moderna, devem perceber que não são simplesmente historiadores; devem aguçar sua sensibilidade e tentar enxergar outras conexões que a protagonista possa ter com seu ambiente, porque tanto mulheres quanto homens no século XX estão sob a pressão de interesses econômicos e sociais e têm muito mais opções na vida. Na sociedade contemporânea, o desenvolvimento de mulheres e homens está mais interligado, porque na era vice-real, as mulheres tinham uma certa linha de conduta: ou eram donas de casa ou se dedicavam à religião. A metodologia, então, deve ser ampla para acomodar perspectivas além da narrativa dos fatos e, claro, a interpretação deve sempre estar sujeita ao seu contexto social. Portanto, não se pode julgar uma pessoa de 1950 com a mentalidade de 2011; isso não faz justiça à história nem à pessoa.¹⁸

A pesquisa de Lavrin nos levou a refletir sobre a maneira como a formação de redes sociais estabelecidas através de instituições como a família, locais de trabalho e associações, podem ser arregimentadas por indivíduos para acessar lugares que, sozinhos e por seus próprios meios, encontrariam dificuldades. Este raciocínio parece ser especialmente válido quando estamos tratando de mulheres que se elegeram ainda na primeira metade do século XX, quando a participação feminina no legislativo brasileiro dava seus primeiros passos. Não é difícil cairmos no senso comum de que essas mulheres deveriam ter algo de especial — algo excepcional que as alçou a lugares ainda consideravelmente inacessíveis. Acreditamos, porém, que o recurso utilizado por elas é, na realidade, ferramenta comum à arena política: as redes de sociabilidade.

Nossa reflexão sobre o emprego das redes de sociabilidade para o trânsito político e social dos indivíduos é baseada, principalmente, nos trabalhos de Pierre Bourdieu e Mike Savage. Ambos os autores partem de inquietações diferentes, porém convergem em pontos relevantes de suas conclusões. Enquanto Bourdieu acredita que é possível compreender o funcionamento e a estrutura do mundo social a partir da reintrodução de outras formas de capital afora aquela reconhecida pela teoria econômica, Savage está interessado em defender o uso do

¹⁷ SCOTT, 2016; LAVRIN, 1995.

¹⁸ LAVRIN, 1995, p. 18. Tradução nossa.

conceito de classe ancorado no tempo e no espaço.¹⁹ Embora seus objetivos sejam diferentes, ambos tratam da formação de redes sociais como um meio através do qual os indivíduos podem estabelecer relações identitárias comuns, ligações de solidariedade e trocas materiais ou simbólicas.

Para Bourdieu, a teoria econômica classificou as trocas mercantis como as únicas orientadas pelo lucro, enquanto outras formas de troca foram implicitamente definidas como não econômicas e, portanto, desinteressadas²⁰. Entretanto, o autor entende que as trocas consideradas desinteressadas são apenas formas imateriais de capital que podem se apresentar sob outras maneiras. Dessa forma, estruturou o capital em três formas fundamentais:

[...] como capital econômico, que é imediata e diretamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; como capital cultural, que é conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e como capital social, composto de obrigações sociais ('conexões'), que é conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de um título de nobreza.²¹

Para o sociólogo, são as diferentes formas de capital que tornam os “jogos da sociedade” algo mais complexo do que simplesmente jogos de sorte, nos quais ofertas milagrosas são feitas a cada passo. A conversão dos diferentes tipos de capital é a base das estratégias direcionadas para a garantia da reprodução do capital e a posição ocupada pelos indivíduos no espaço social. Este último é o lugar construído individualmente e coletivamente pelos diversos agentes sociais, cuja ação parte da posição ocupada pelo indivíduo neste espaço e da estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital que “também são armas” que comandam “as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”.²² Com base na “sociologia da economia” de Bourdieu, entendemos que Carmelita e Stella empregaram diferentes formas de capital no caminho trilhado durante os anos anteriores às eleições.

As redes de sociabilidade não são naturalmente construídas e sim são produto de um incansável investimento de estratégias individuais ou coletivas, consciente ou inconscientemente direcionadas ao estabelecimento ou reprodução de relações sociais que

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. E. (org). In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Greenwood Press, 1986.; SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

²⁰ BOURDIEU, 1986.

²¹ Ibidem, p. 46. Tradução nossa.

²² Idem, 2017, p. 26.

podem ser instrumentalizadas a longo ou curto prazo.²³ Essas relações, que ocorrem dentro dos espaços sociais, são mantidas por trocas materiais ou simbólicas; outrossim, podem ser socialmente instituídas e garantidas através do uso de um sobrenome relevante, da classe, da escola, de um partido. A proximidade no espaço social facilitaria a aproximação de pessoas com base em suas propriedades, disposições e gostos; implicaria em maior capacidade de abordagem e mobilização.²⁴

A reflexão sobre a capacidade de mobilização de uma rede de sociabilidade implica pensar sobre seu alcance. Como construir uma teia que consiga, conscientemente ou não, projetar os indivíduos que a integram eficientemente. De acordo com Mike Savage, são as redes nas quais as pessoas estão inseridas que podem explicar como as coletividades são formadas, “como elas se desenham, como indivíduos estão aptos a estabelecer contatos e mobilizar recursos”²⁵. Para Savage, uma forma de analisar as redes é pensar sobre sua densidade e extensão, ou seja, seu nível de coesão e também sua capacidade de alcance. Sendo assim:

Claramente, quanto mais pessoas se conhece, mais apto se estará para obter algum tipo de informação relevante, ao passo que conhecer poucas pessoas muito bem (tendo uma rede densa) pode não ser muito útil. A densidade dos vínculos não é tão relevante quanto a sua extensão.²⁶

No caso das personagens deste trabalho, é difícil analisar até que ponto suas redes sociais foram construídas ou empregadas conscientemente, dada a carência de fontes que ilustrem seus pensamentos e reflexões. Especialmente no caso de Stella, o que sabemos sobre suas ações baseia-se principalmente no relato de terceiros – documentação oficial, notícias de periódicos, textos memorialísticos e o retrato familiar. No entanto, acreditamos que as ex-vereadoras construíram e também se inseriram em redes de sociabilidade que, de certa forma, exerceram influência nas eleições municipais de 1947. É relevante ressaltar que nossa intenção não é partir de uma análise teleológica, estabelecer um *fim* para as ações dessas mulheres. Pelo contrário, nosso objetivo é demonstrar que mesmo através do exercício normativo de gênero elas construíram certo capital durante suas vidas que viria a ser instrumentalizado sob seus próprios interesses.

Nosso recorte temporal compreende os anos de 1945 a 1950, período em que Carmelita Brasil e Stella de Queiroz exerceram atividades partidárias junto ao Partido Social Democrático.

²³ Idem, 1986, p. 52

²⁴ Idem, 2017, p. 23.

²⁵ SAVAGE, 2011, p. 19.

²⁶ Idem.

Isto não quer dizer, porém, que deixamos de recuar ou avançar no tempo quando consideramos necessário para a compreensão das nossas personagens ou do contexto em que elas estavam inseridas. Esta dissertação foi estruturada em três capítulos.

No primeiro, contextualizamos o município de Nova Iguaçu durante a primeira metade do século XX. Naquele período, o município viu florescer nos laranjais os pomos de ouro que sustentariam a sua economia e relevância política no jogo estadual. Em contrapartida, a elite que se estabeleceu através do capital citricultor se preocupou em construir uma cidade que seria símbolo do sucesso da agricultura – vocação primeira dos iguaçuanos. De nome homônimo ao município, a sede foi equipada com melhoramentos urbanos e espaços sociais que representaram a modernidade que poderia ser proporcionada pela lavoura. Os espaços de sociabilidade criados para produção e reprodução da elite citricultora também foram frequentados por mulheres que, àquela altura, romperam as barreiras da vida privada e avançaram no espaço público. O aparelhamento da Nova Iguaçu moderna trouxe consigo os debates sobre o feminismo e o papel da mulher brasileira na sociedade – discussão que se apresentou nas páginas da imprensa, nos cinemas e nos clubes sociais iguaçuanos.

No segundo capítulo, abordamos as trajetórias de Carmelita Brasil e Stella de Queiroz na vida pública do município. Ambas se tornaram reconhecidas através de sua atuação em dois espaços valorizados pelos grupos dirigentes iguaçuanos: a primeira, na vida social e esportiva da cidade; a segunda, como professora destacada no município. Ao longo do capítulo, buscamos demonstrar que as ex-vereadoras construíram relações que podem ter sido relevantes para seu destaque no cenário social e político de Nova Iguaçu, ao estabelecer bases importantes para suas redes pessoais.

No último capítulo, buscamos refletir sobre a participação feminina na política institucional após a conquista do voto, em 1932 – principalmente em relação ao cenário iguaçuano. Depois, traçamos um breve panorama do contexto que precedeu as eleições municipais de 1947 e o envolvimento de Carmelita e Stella com o partido a partir de 1945. Ao fim, analisamos a legislatura de Carmelita e Stella enquanto vereadoras de Nova Iguaçu e Nilópolis.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE FEMININOS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

1.1 Um panorama de Nova Iguaçu no início do século XX

Minhas recordações são aquelas contadas pelos meus pais, no entanto, datam do princípio deste século, quando Maxambomba, nominativamente cedeu lugar a Nova Iguaçu. Rua Marechal Floriano Peixoto, passeio principal desde a Praça Ministro Seabra, ajardinada e com coqueiros, arborização com oitizeiros e iluminação com lâmpões de carbueiro. Quando chegava um trem era uma festa, iam todos à estação receber parentes e amigos. Recepção carinhosa no seio de nossas famílias e passeios alegres aos sítios e laranjais floridos. E se embarcavam todos pelo último trem Maria Fumaça das 19 horas, saudosos de tudo e de todos.²⁷

A citação acima foi extraída do livro de memórias escrito por Nicanor Gonçalves Pereira, publicado no início da década de 1980²⁸. A Nova Iguaçu bucólica e aconchegante descrita por ele pode ser contrastante para aqueles que vivem a cidade na atualidade: urbanizada e populosa. Entretanto, este pequeno trecho contém elementos que foram eternizados na memória iguaçuana sobre a história do município. Neste lugar etéreo, cercado pela beleza e progresso proporcionado pelos laranjais, famílias acolhedoras viviam de forma pacata – com o trem sendo sua ligação com o mundo externo.

Entre o trabalho de construção de memória realizado por grupos memorialistas do município e a historiografia produzida pelo mundo acadêmico, falar de Nova Iguaçu sem mencionar os laranjais parece missão difícil de ser contornada. Afinal, ao mesmo tempo em que a historiografia sobre a região até então aponta um caráter quase romanceado do plantio de laranjas nos trabalhos memorialísticos, reconhece a importância econômica da citricultura para o município durante a primeira metade do século XX. Além de consideráveis estudos já publicados sobre o impacto econômico do cultivo em Nova Iguaçu, trabalhos recentes tratam da memória que fora construída em torno da citricultura, normalmente colocada como símbolo da prosperidade do município de outrora.

O livro escrito por Nicanor é para nós uma janela para a Nova Iguaçu que recebeu a família de Stella e na qual Carmelita nasceu e cresceu. Sabemos e destacamos que a obra foi feita com o intuito claro de preservar a memória de vida e da família do autor, envolvendo o

²⁷ PEREIRA, Nicanor Gonçalves. **Minha vida, minha gente**. 1982.

²⁸ Nicanor Gonçalves Pereira nasceu em Nova Iguaçu, em 1915, filho de Antonio e Carolina Gonçalves Pereira. Seu pai trabalhou na E. F. Central do Brasil e, através de seu cargo, construiu vínculos em Nova Iguaçu, lugar que a família escolheu viver ainda antes do nascimento de Nicanor. Antonio e Carolina foram donos de um cinema e de uma mercearia na cidade. Seu pai era ativamente envolvido na política e nas instituições públicas iguaçuanas. Nicanor, por sua vez, ficou conhecido por sua profunda atuação na vida social e cultural do município, onde ocupou diversos cargos públicos no município ao longo de sua vida. Em 1982, trabalhava na Assessoria de Comunicação Social do então prefeito de Nova Iguaçu Ruy Queiroz, filho de Stella de Queiroz. Foi colaborador de jornais iguaçuanos como o *Correio da Lavoura*, *Correio de Maxambomba* e *Jornal de Hoje*.

lugar no qual viveu seus momentos áureos e os personagens que atravessaram a sua trajetória. Porém, enquanto contemporâneo das ex-vereadoras, nas memórias de Nicanor encontramos não somente vestígios do espaço social vivido à época, mas também pequenos rastros da vida de Carmelita e Stella antes da vida partidária. Esta característica do livro foi destacada no prefácio escrito por Luiz de Azeredo, no qual este afirma que a obra seria lida com saudade pela “velha guarda” e por testemunhas da “velha Maxambomba de tantos laranjais em flor”:

Neste livrinho, cujas páginas foram se reunindo paulatinamente, ele se dispôs a contar, de maneira simples e despretensiosa, a amigos e admiradores, parte da história iguaçuana, relatando-o com o jeito especial de que sempre teve na organização desde festas escolares até as mais significativas no mundo social e, consequentemente, no trato da gente boa, da gente que viveu no passado e da gente que ainda vive no presente, dando o melhor de si pela grandeza e glória de Nova Iguaçu.²⁹

O leitor atento percebeu que, pela segunda vez, a Nova Iguaçu “do passado” foi referenciada como Maxambomba. A associação feita por Nicanor Pereira e Luiz de Azeredo não é por acaso e está inserida no panorama da história de Nova Iguaçu escrita por memorialistas. De acordo com Ana Lúcia Silva Enne, os trabalhos produzidos por este grupo – incluindo os livros de memórias – são regados de um “fascínio por um passado de ‘opulência’”, voltado para o século XIX e primeira metade do XX³⁰. Em suas publicações, já em fins de século e vivendo uma Nova Iguaçu distante daquela memória bucólica, os memorialistas caracterizam a “velha Maxambomba” como o passado áureo e inalcançável da cidade.

Entretanto, pesquisas publicadas nas últimas duas décadas apontam que a imagem da bucólica Nova Iguaçu vem sendo construída pelo menos desde os anos 1930³¹. Ainda de acordo com Enne, a historiografia produzida pelos acadêmicos imprime um olhar mais crítico sobre a história da Baixada Fluminense, pois “enxergam a história como ‘construção’ e ‘problematização’” em contrapartida a uma “‘narrativa linear’ dos acontecimentos e fatos”³².

²⁹ PEREIRA, 1983, p. 4. Luiz de Azeredo nasceu em 1911, filho de Silvino de Azeredo, fundador do centenário jornal iguaçuano *Correio da Lavoura*. Assumiu a chefia do periódico após o falecimento de seu pai, em 1939. Segundo Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre (2021), a trajetória da família Azeredo se confunde com a história do próprio município de Nova Iguaçu. Veremos mais sobre os Azeredo e o *Correio da Lavoura* ao longo desta dissertação. Ver mais em: ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)**. 2021. 204f. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro.

³⁰ Segundo Enne, os agentes ligados à sub-rede dos memorialistas fazem parte de instituições tradicionais e, portanto, são familiarizados com o apoio do poder público. Mantém uma prática de utilizar seus pares como referência com o intuito de transparecer uma “seriedade historiográfica”, ao passo que dificilmente se referem aos “acadêmicos”. ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: Memória, representações sociais e identidades. 2002. 502f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 26.

³¹ Aqui, mencionamos as pesquisas realizadas por Ana Lucia Silva Enne (2002), Amália Dias (2012) e Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre (2015), que fazem parte de nossa bibliografia.

³² ENNE, 2002, p. 28.

Nesse sentido, veremos que o próprio nome da cidade se deu devido à tentativa de grupos políticos, citrícolas e intelectuais de forjar uma nova história de prosperidade através da agricultura. A “nova” Iguaçu abrigava em seu seio a modernidade proporcionada pela lavoura, distante da insalubridade da Vila de Iguassú e da rústica Maxambomba.³³

Entretanto, a localidade descrita por Nicanor no trecho que abre esta seção e cuja memória é reforçada pela “história oficial” do município, na realidade, correspondia a uma pequena fração de seu território³⁴. A Grande Iguassú, como dito por Lúcia Silva, compreendia a área que hoje é ocupada por oito municípios da Baixada Fluminense e, já no período referenciado por Nicanor, passava por diferentes formas de urbanização e dinâmicas populacionais.³⁵ Enquanto o pequeno centro urbano do distrito sede – que leva o mesmo nome do município – estava inserido em uma área rural, os distritos mais próximos do Rio de Janeiro – Caxias, São João de Meriti e Nilópolis – viviam um intenso processo de urbanização. Enquanto Carmelita nasceu e viveu sua juventude em Nova Iguaçu, Stella fixou residência no já tumultuado distrito de Nilópolis. Portanto, embora ambas tenham sido moradoras do município e tenham construído redes de relações ancoradas aos grupos políticos ligados ao distrito sede, as ex-vereadoras estavam radicadas em dinâmicas municipais divergentes.

Como mencionamos em parágrafo anterior, o nome do município e de seu distrito sede é uma referência à antiga Vila de Iguassú³⁶. Segundo Adriano Oliveira Rodrigues, o município de Iguassú foi fundado em 15 de janeiro de 1833, tendo a Vila como sua sede.³⁷ O vilarejo cresceu às margens do rio de mesmo nome, cujo porto era responsável pelo escoamento da produção agrícola do interior do país em direção ao Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil. Para nós que vivemos e conhecemos a Baixada Fluminense hoje – intensamente urbanizada, com rios retilinizados e poluídos – é certamente um exercício de imaginação pensar a região cortada por uma rede fluvial capaz de realizar transporte de cargas. Porém, foi graças à sua importância para a realização do escoamento de cana de açúcar, café e outros produtos de subsistência que Iguassú tornou-se uma municipalidade. O mapa abaixo evidencia a área ocupada pela Grande Iguassú em 1840, pouco anos após a sua fundação:

³³ Optamos por manter a grafia utilizada naquele século, que será alterada apenas na década 1930.

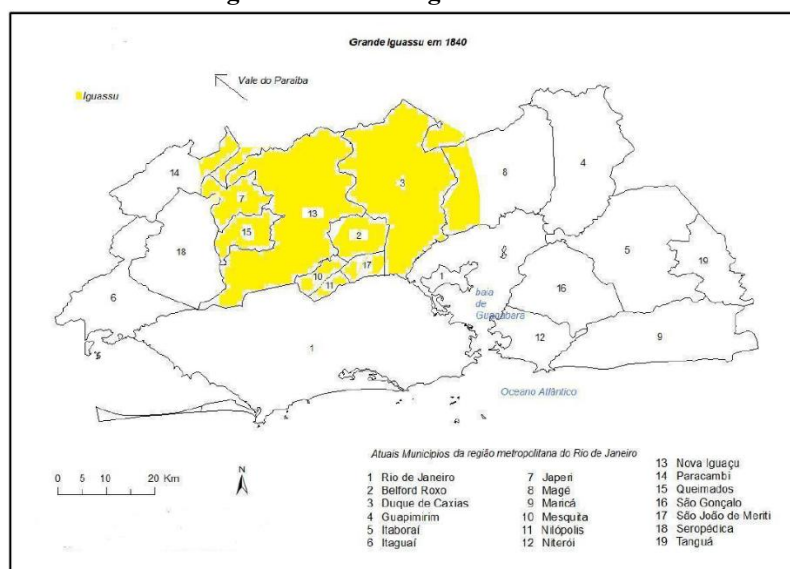
³⁴ No espaço dedicado à história do município, é dito que “Nova Iguaçu ficou conhecida como Cidade Perfume por causa do cheiro das frutas” e a urbanização só é mencionada após a “decadência” da produção citrícola. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/>. Acesso em: 28/12/2024.

³⁵ Como mencionado no capítulo introdutório desta dissertação, os municípios que integraram a área da Grande Iguassú são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Ver mais em: SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. In: **Recôncavo**, v. 3, n. 5, jul-dez. 2013.

³⁶ A antiga Vila de Iguassú está localizada em Tinguá, distrito de Nova Iguaçu.

³⁷ RODRIGUES, 2006, p. 25.

Imagem 01: Grande Iguassú – 1840



Fonte: Brasil, 1873, p.28-36

Fonte: SILVA, Lúcia. 2013, p. 52

Além de sua função para o atravessamento de mercadorias originadas do interior do Império, Iguassú também possuía um solo fértil e clima favoráveis à agricultura, com ciclos de produção açucareira, cafeeira e lavouras de subsistência. Contudo, José Cláudio Souza Alves afirma que devido à sua posição geográfica, Iguassú se definiu principalmente como um lugar intermediário entre a Corte e o interior do país.³⁸ Isto porque, além de contar com vias fluviais, era cortado por caminhos que facilitavam o trajeto da mercadoria até os portos. A abertura da Estrada Real do Comércio, em 1822, teria favorecido “de modo especial” a elevação de Iguaçu à município. Consolidada como entreposto comercial, a Vila de Iguassú configurou-se como um subnúcleo de poder na província refletido na Câmara Municipal:

Diante do crescimento econômico da região e sua crescente importância as principais famílias proprietárias e comerciantes articulam-se na criação de um subnúcleo de poder, fundamental na consolidação e ampliação do domínio local. [...] A nobiliarquia dos grandes proprietários, com a criação da vila, passou a interferir na escolha dos administradores, na organização das câmaras, na concessão de títulos de nobreza e na influência dos postos políticos.³⁹

Apesar de sua eficiência, o transporte fluvial não era isento de problemas. Entre eles, estava o fato de que as condições de transporte dependiam do nível dos rios durante as secas,

³⁸ ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003, p. 32.

³⁹ Ibidem, p. 34.

além da demanda por manutenção constante devido ao entulhamento dos rios e canais.⁴⁰ A inauguração de trechos ferroviários na segunda metade do século XIX se apresentou como uma opção mais segura, ágil e barata e, como consequência, teria contribuído para lançar as vilas-portos ao ostracismo. De acordo com Maria Therezinha de Segadas Soares, as vilas-entrepósitos não possuíam base regional capaz de sustentar sua economia ou oferecer alternativas para a manutenção de sua função de intermediárias.⁴¹ No caso de Vila de Iguassú, o despovoamento provocado pelo deslocamento dos residentes em direção aos locais próximos às estações de trem levou ao abandono dos canais que, sem manutenção, tornaram-se insalubres e contribuíram para a proliferação de doenças que assolaram a população que ainda restava. Logo:

Assoladas pelo impaludismo, abandonadas pela população, que se foi transferindo para outros lugares, Estrela e Iguaçu, importantes vilas do setor ocidental da baixada, foram morrendo aos poucos. Da vila de Iguaçu, aqueles que possuíam suas raízes e seus interesses no município, se transferiram para Maxambomba e a administração pública viu-se diante de uma situação de fato que era o despovoamento completo da cidade.⁴²

Até a crise que abalou a Vila de Iguassú, o arraial de Maxambomba se configurou apenas como um local de passagem. Como exposto por Manoel Ricardo Simões, até a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II — atual E. F. Central do Brasil — não existem indícios da presença de um núcleo urbano na localidade e Maxambomba era apenas um lugar de descanso para aqueles que viajavam em direção ao Vale do Paraíba⁴³. Logo, o crescimento de Maxambomba se deu por fatores externos a ela. Neste caso, a finalização do trecho ferroviário da E. F. D. Pedro II, que ligou seu tronco central à estação de Maxambomba, em 1858, é considerado como o “marco fundador do novo núcleo urbano”.⁴⁴ Outrossim, a construção de um depósito de mercadorias possibilitou o recebimento da produção agrícola da região para embarque nos trens em direção a Corte.

A migração dos moradores da Vila de Iguassú em razão do esvaziamento de sua função de entreposto e das epidemias que assolavam as localidades próximas aos rios e canais também contribuiu para aumentar timidamente o número de moradores do arraial. Sendo assim, para

⁴⁰ RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90’)**: economia e território em processo. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁴¹ SOARES, Maria Therezinha Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, abr-jun 1962.

⁴² Ibidem, p. 203.

⁴³ SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. 2006. 313f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁴⁴ Ibidem, p. 107.

além do acesso à estação ferroviária, Maxambomba também atraiu aqueles que fugiram dos demais núcleos em crise por ser mais distante de áreas alagadas:

Além da parada de trem, que posteriormente será de vital importância para o desenvolvimento do núcleo, o único atrativo da localidade era o fato de estar localizado no sopé do maciço de Gericinó, localmente chamado de Serra de Madureira, o que o deixava a salvo dos brejos e das inundações periódicas e das epidemias de veiculação hídrica ou através de vetores que grassavam na Baixada Fluminense neste período.⁴⁵

A transferência da sede do município de Iguazu para Maxambomba foi oficializada em 1891 e, no mesmo ano, o antigo arraial foi elevado à categoria de cidade. As instituições antes sediadas na Vila de Iguassú foram transferidas para a nova sede, tais como a Câmara Municipal, os cartórios e outros órgãos administrativos. Nesse sentido, Soares entende que a transferência da sede e de seu aparato institucional para Maxambomba proporcionou as condições necessárias ao seu desenvolvimento, visto que até então possuía poucos atrativos para os que ali procurassem fixar residência⁴⁶.

A chamada crise da antiga Vila de Iguassú e a transferência da sede para Maxambomba, porém, não significou o abandono da ideia de uma economia iguaçuana essencialmente agrícola. A própria alteração do nome da nova sede teria sido um aceno ao passado próspero do município. O projeto de lei que autorizou a mudança do nome de Maxambomba para Nova Iguazu foi aprovado em 1916, apoiado por grupos políticos que, fixados na nova sede, tentaram estabelecer um fio de prosperidade entre a “Velha” Iguassú e a “Nova” Iguazu.⁴⁷ Desta forma, a nova nomenclatura da sede do município carrega em si um duplo sentido de aproximação e distanciamento, pois ao mesmo tempo que reconhece o passado vultoso da Vila de Iguassú também procura distanciar-se de sua “queda” e de seus pântanos insalubres.

A preocupação em manter a economia do município baseada na agricultura estava imersa em um contexto nacional de valorização do mundo rural e, a nível regional, da eleição da citricultura como sua principal atividade econômica. A historiadora Amália Dias faz parte da vertente de pesquisadores que entende a consolidação da relevância do centro urbano do distrito sede de Nova Iguazu como resultado do investimento do capital citricultor.⁴⁸ Parte do montante acumulado pelo sucesso dos laranjais iguaçuanos retornou ao município e, principalmente, ao distrito sede, em forma de melhoramento urbano e de infraestrutura. Portanto, Dias considera que a história de Nova Iguazu passa pelo desenvolvimento da cultura

⁴⁵ Ibidem, p. 108.

⁴⁶ SOARES, 1962, p. 204.

⁴⁷ SOUZA, 1992; SIMÕES, 2006.

⁴⁸ DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguazu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2014.

citrícola, “o principal produto da economia em alguns distritos” entre as décadas de 1920 e 1940.⁴⁹

As primeiras plantações de laranja em Iguassú datam do final do século XIX, mas foi durante as primeiras décadas do século XX que a citricultura se tornou relevante política e economicamente tanto no cenário iguaçuano, quanto em relação ao estado do Rio de Janeiro. O cultivo da fruta na região foi facilitado pela qualidade do solo e clima propícios, além de fatores logísticos, como a proximidade com a capital do país – cujo porto era frequentado por navios de diversas nacionalidades – e a possibilidade de escoamento ágil e seguro através da ferrovia.⁵⁰ Outrossim, a laranja iguaçuana encontrou solo fértil na política econômica implementada pelo estado do Rio de Janeiro e incentivada pelo Estado brasileiro. De acordo com Soares, para além dos fatores geográficos e logísticos, o incremento oficial também deve ser considerado quando analisamos o desempenho financeiro da lavoura citrícola à época, já que os produtores puderam contar com o apoio da política econômica de Nilo Peçanha⁵¹. O governo nilista negociou benefícios como crédito, taxa de exportação e melhoramento das condições de transporte:

Como presidente do estado, interessara-se ele junto às companhias transatlânticas para que não só os fretes da laranja sofressem grande redução (de 20\$000 para 10\$000 o milheiro), mas, também, para que seu transporte fosse feito com maior cuidado, quanto às condições para a melhor conservação do fruto. Durante seu governo, como presidente da República, foi estabelecida a reciprocidade da isenção de direitos aduaneiros sobre frutas entre o Brasil e a Argentina (1909), medida da maior importância.⁵²

Os incentivos arregimentados por Nilo Peçanha – que fora presidente do Rio de Janeiro e presidente do Brasil durante a Primeira República – estão inseridos no contexto da implementação de uma política institucional de valorização do mundo rural. Segundo Sonia Regina de Mendonça, o ruralismo teria se colocado como “um dos fios condutores da reordenação política intraclasses dominante agrária” devido a uma “conjuminância de fatores tais como a abolição, a redefinição das linhas do comércio internacional” e aos “rearranjos no

⁴⁹ Ibidem, p. 68.

⁵⁰ RODRIGUES, 2006.

⁵¹ Nilo Procópio Peçanha nasceu em 1867 na cidade de Campos, então província do Rio de Janeiro. Bacharelado em Direito, iniciou sua vida política através da participação nos movimentos abolicionistas e republicano em sua cidade natal, onde fez parte da fundação do Partido Republicano em 1888. Com a República, integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1890 como Deputado pelo estado do Rio de Janeiro. Foi Deputado Federal do Rio de Janeiro entre 1891 e 1902; Presidente do Rio de Janeiro por dois mandatos, entre 1903-1906 e 1914-1917; Senador pelo Rio de Janeiro em 1912; Vice-Presidente da República de 1906-1909, assumindo a Presidência da República entre 1909 e 1910. Ver mais em: FERREIRA, Marieta de Moraes. Nilo Peçanha. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>. Acesso em: 18/12/2024.

⁵² SOARES, 1962, p. 205

bloco do poder a partir do federalismo republicano”.⁵³ Mendonça define o ruralismo como um movimento político que buscou institucionalizar e legitimar os interesses de certos grupos da classe agrária dominante do país e, particularmente, conceitua o ruralismo brasileiro como:

Por tudo isso, recorto o ruralismo brasileiro, ratificado e especificamente definido ao longo da Primeira República, em primeiro lugar como um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas.

Apesar das divergências abrigadas no seio deste movimento político, sua matriz discursiva orientava-se por um mesmo projeto de reabilitação da vocação agrícola do país – que, por sua vez, baseava-se na defesa da modernização dos métodos agrícolas. Possuidor de uma economia e sociedade essencialmente rurais, o Brasil da Primeira República estava imerso em um contexto no qual a ideia de progresso transformava-se rapidamente em sinônimo de urbanização e industrialização da economia – indústria esta que era apontada pelos grupos agrários brasileiros como um dos fatores responsáveis pela crise da lavoura⁵⁴.

O ruralismo brasileiro pautava-se pela diversificação agrícola, a modernização das técnicas de cultivo – que deveria ser acompanhada da educação agrícola dos trabalhadores nacionais – e a aceitação de uma indústria naturalizada, ou seja, uma indústria que se confundia com a agricultura ao utilizar apenas matérias-primas nacionais. Segundo Sonia Regina Mendonça, as iniciativas econômicas promovidas por Nilo Peçanha enquanto presidente do Rio de Janeiro estão entre os empreendimentos mais significativos em prol do projeto de diversificação da agricultura. Nilo Peçanha era adepto da ideia de que a solução para a crise econômica do estado passava pela superação da monocultura:

Convencido de que o termo produção implicava estritamente em bens oriundos do solo e tomando por referência o abastecimento do mercado do Distrito Federal, bem como a diminuição dos efeitos da já reduzida capacidade de importação da economia fluminense Nilo tentaria reanimar o setor agrícola com base em quatro vertentes: a redução dos fretes de transporte ferroviário, a sobretributação dos importados similares aos da produção local, a diminuição dos impostos sobre as exportações agrícolas do estado e, por fim, a concessão de estímulos, diretos e indiretos, ao *policultivo*.⁵⁵

Logo, o incentivo estatal à citricultura integrou o plano de recuperação econômica promovido pelo governo fluminense em resposta ao impacto negativo das atividades açucareira

⁵³ MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 10-13.

⁵⁴ A noção de crise implicava na existência de um desequilíbrio que poderia ser resolvido através de medidas capazes de restaurar uma ordem perdida e assim, foi instrumentalizada por “frações dominadas da classe dominante” que, unidas sob esse discurso, conseguiram “sensibilizar as instâncias decisórias do aparelho do Estado. Os fatores apontados como causadores da crise foram: a Abolição, a monocultura, a grande propriedade e a urbanização. MENDONÇA, 1997, p. 70-71; p. 74.

⁵⁵ Ibidem, p. 33.

e cafeeira nas contas públicas do estado. Como destacado por Silvia Castro, as novas diretrizes de amparo econômico foram bem recebidas pelos grupos políticos do estado devido à ligação destes aos setores agrícola e agropecuário, defensores da recuperação econômica proporcionada pelo trato da terra.⁵⁶ Além do incentivo fiscal, o governo nilista também se preocupou com obras de saneamento e de melhoramento urbano e infraestrutural.

Vimos que durante o século XIX o município de Iguassú desempenhou um papel relevante na logística de deslocamento da produção agrícola através dos rios que cortavam a região. Entretanto, as mesmas condições ambientais favoreciam a formação de grandes áreas inundáveis e cheias periódicas, além de criar condições para a proliferação de doenças e necessitar constante manutenção das vias fluviais.⁵⁷ Com a instalação da E. F. Pedro II na segunda metade do século XIX, novos caminhos foram abertos em direção à ferrovia que passava por Maxambomba e, “juntamente com os rios e os pântanos”, tornaram-se “os principais propagadores das inúmeras epidemias da região como varíola, cólera e malária”.⁵⁸

Diversas iniciativas foram tomadas durante a Primeira República com o objetivo de sanar o problema da insalubridade na região. Estas ações fomentaram o discurso de uma Baixada Fluminense insalubre, cujo debate foi instrumentalizado por grupos políticos municipais e estaduais para arrecimação de recursos que corresponderiam aos interesses da região, mas também aos seus próprios⁵⁹. Até mesmo a criação da Prefeitura de Nova Iguaçu estava imersa na disputa entre os grupos políticos locais e estaduais.⁶⁰ O primeiro prefeito do município foi o médico sanitarista Mario Pinotti, nomeado diretamente pelo executivo estadual. A indicação de Pinotti foi realizada na esteira da solicitação de recursos por parte da população de Nova Iguaçu para instalação de rede de esgoto e abastecimento de água. Porém, a criação da Prefeitura e a nomeação de Pinotti não foram bem recebidas pelos vereadores iguaçuanos, que acusaram o governo estadual de usar os recursos direcionados ao sanitarismo para interferir nos negócios municipais.

Dessa forma, é possível entender que o discurso sanitarista foi utilizado pelo governo do estado como ferramenta para estender sua influência sobre o município. A visão da necessidade de recuperação de uma Baixada Fluminense carente de saneamento foi

⁵⁶ CASTRO, Silvia Pantoja Serra de. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). 1992. 98f. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

⁵⁷ SIMÕES, 2006, p. 54-56.

⁵⁸ SILVA, Lúcia Pereira da. Saneamento e política na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. In: **Revista de Ciências Humanas**, v. 48, n. 2, p. 282-302, jul-dez 2014, p. 290-291.

⁵⁹ Ver mais em: SILVA, L. H. P. Saneamento e política na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. **Revista Ciências Humanas**, v. 48, n. 2, p. 282-302, jul-dez. 2014.

⁶⁰ Ibidem.

consolidada, segundo Lúcia Silva, a partir da criação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada, em 1910.⁶¹ Instituída durante o mandato de Nilo Peçanha como Presidente da República, esta Comissão foi importante para consolidar a ideia da sanitização como vetor do desenvolvimento econômico e modernização da região:

Saneamento era visto como condição primordial para a realização do progresso econômico e social da região, situação *sine qua non* para o povoamento e aceleração de duas dinâmicas territoriais que já ocorriam em Iguassu: ocupação urbana desordenada (nas estações de Engenheiro Neira – atual Nilópolis, São João de Merity e Merity – atual Duque de Caxias), e desenvolvimento agrícola (citricultura na área que hoje compreende Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Queimados).⁶²

A política de desenvolvimento econômico no município de Iguassú passava, então, por dois eixos: pelo incentivo à ocupação habitacional nos distritos mais próximos à capital federal e pela expansão das terras cultiváveis nos distritos rurais – como no caso de Nova Iguaçu. Nestas áreas, a drenagem do terreno também contribuiu para a abertura de estradas através das quais era realizado o transporte da produção dos laranjais mais distantes da ferrovia até a estação de trem. A cidade de Nova Iguaçu – sede do município – era o ponto de convergência para o escoamento da produção citrícola iguaçuana e de outras áreas como Campo Grande, Santa Cruz e Bangu, pertencentes ao Estado da Guanabara. A preocupação das administrações municipais com a criação e manutenção de uma rede rodoviária que atendesse à demanda da citricultura é destacada por Soares, tal como a instalação de barracões capazes de realizar o beneficiamento do produto⁶³.

O cultivo foi realizado tanto pelo capital proveniente do Rio de Janeiro – através da compra de áreas fragmentadas e vendidas por aqueles atingidos pela decadência de Vila de Iguassú – quanto pelos “próprios elementos tradicionais do município, possuidores de grandes propriedades improdutivas” que, incentivados pelo sucesso da citricultura, “passaram a subdividi-las e arrendá-las” ou constituir seus próprios laranjais.⁶⁴ Nesse sentido, a prosperidade da lavoura citrícola impactou a vida nas áreas rurais do município, especialmente em sua sede:

Fracionamento intenso da terra, afluxo de população para a zona rural, laranjais que se multiplicavam cada vez mais, fortunas que surgiam rapidamente, ligadas, principalmente, ao beneficiamento e à exportação da laranja, tudo, enfim,

⁶¹ Ibidem, p. 293-294.

⁶² SILVA, 2014, p. 298-299.

⁶³ SOARES, 1962, p. 208. Segundo a autora, Nova Iguaçu tornou-se o principal ponto de beneficiamento da produção citrícola, provenientes tanto da lavoura municipal, quanto de outras regiões produtoras. Em 1932, a cidade possuía quatorze barracões e, em 1940, vinte instalações estavam registradas. Grande parte dos barracões eram propriedade dos maiores produtores de laranja, que também controlavam as firmas de exportação. As produções de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros também eram beneficiadas nas *packing-houses* mediante pagamento ao proprietário em dinheiro ou em laranjas.

⁶⁴ Ibidem, p. 205.

representava riqueza para uns, prosperidade para outros, trabalho para muitos. Ano para ano, crescia, em grandes proporções, a área ocupada pelos laranjais.⁶⁵

Parte da produção citrícola de Nova Iguaçu era absorvida pelo mercado interno, mas uma parcela maior era destinada à exportação. Com base em Luiz Ricardo de Souza, os pomos de ouro iguaçuanos eram exportados para países como Argentina e Uruguai, além Inglaterra, Alemanha e Holanda.⁶⁶ Nova Iguaçu chegou a ser responsável por 700.181 caixas de um total de 1.281.461 caixas de laranja exportadas através do porto do Rio de Janeiro no ano de 1931.⁶⁷ Naquela década, a produção citrícola do município cresceu exponencialmente e, em 1934, a laranja tornou-se o principal produto na pauta de arrecadação do estado do Rio de Janeiro.⁶⁸ É nesse sentido que Sonali Maria de Souza afirma que, para além do dinamismo, a importância da citricultura está na geração de um “modelo de exploração fundiária” ao promover o “parcelamento do solo com vistas à venda ou arrendamento, e também devido às atividades de beneficiamento da laranja”.⁶⁹ Para a autora, a citricultura teria criado seu próprio universo social de produção:

A revitalização econômica e social trazida pelo cultivo da laranja criou um universo próprio, quer seja sob o ponto de vista da organização das relações sociais que estruturavam essa atividade econômica, quer seja sob o ponto de vista da organização social local, que teve na *laranja*, durante cerca de cinquenta anos, sua principal atividade econômica.⁷⁰

O aroma dos laranjais chegou longe e atraiu uma significativa população migrante em busca de trabalho na lavoura. O cultivo exigia o acompanhamento frequente das plantações e, consequentemente, um grande número de trabalhadores.⁷¹ O fracionamento das grandes propriedades – provocado pelo esvaziamento das fazendas após a abolição da escravidão e a descapitalização dos fazendeiros da região – levou à criação de chácaras que seriam vendidas ou arrendadas, em sua maioria, a pequenos produtores que contavam com mão de obra familiar ou com uma pequena turma de peões para o trabalho na terra. Dessa forma, ocorreu um acelerado processo de retaliação da terra.⁷² O cultivo era realizado por pequenos, médios e grandes produtores, em propriedades que variavam em extensão entre sítios, chácaras e

⁶⁵ Ibidem, p. 207.

⁶⁶ SOUZA, Luiz Ricardo de. **E os pomos eram de ouro**: a importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia brasileira e fluminense nos anos de 20 e 40. 2015. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, p. 44.

⁶⁷ SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. 1992. 193f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 58.

⁶⁸ CASTRO, 1992, p. 13.

⁶⁹ SOUZA, 1992, p. 53.

⁷⁰ Ibidem, p. 59.

⁷¹ SIMÕES, 2006, p. 110.

⁷² SOARES, 1962.

fazendas.⁷³ Os arrendatários ou donos das chácaras viviam com suas famílias na propriedade e empregavam trabalhadores assalariados, temporários e permanentes⁷⁴. Porém, eram os fazendeiros os que mais lucravam com o negócio da laranja pois participavam do cultivo, do beneficiamento, do comércio e da exportação.

Os trabalhadores da lavoura eram recrutados entre homens, mulheres e crianças, contratados para trabalhar principalmente na capinação e na colheita, ocupando “uma posição de menor prestígio na hierarquia da produção”.⁷⁵ O trabalho no campo também era alternado com o beneficiamento da produção nas *packing-houses* e na confecção das caixas de transporte. Através de entrevistas realizadas com pessoas cujas famílias trabalharam na lavoura, Sonali Maria de Souza afirma que os trabalhadores detinham uma lembrança “menos bucólica” da citricultura, ao passo que “os filhos das *famílias tradicionais*, de alguns proprietários e de setores citadinos” lembram “com saudade” daquele tempo.⁷⁶ Ainda:

O relato de um ex-trabalhador da citricultura não trouxe em nenhum momento da entrevista a lembrança e saudade de “laranjais floridos”. Pelo contrário, esse foi um momento de difícil abordagem na entrevista, pois não se sentia à vontade em falar das relações de trabalho que sua família experimentara nesse período; mudando de assunto, preferia falar de sua trajetória ascendente.

O mesmo olhar está presente no trabalho realizado por Carlos Eduardo C. da Costa. Nele, o historiador investigou a migração de pessoas pretas e pardas oriundas do Vale do Paraíba em direção à Baixada Fluminense no pós-abolição, a partir de registros de nascimento e batismo. No levantamento realizado por Costa, a maioria dos migrantes pretos e pardos eram naturais dos municípios do Vale do Paraíba, do Distrito Federal, do interior do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outras localidades da região Nordeste.⁷⁷ Embora atraídos pelo sucesso da citricultura, buscavam principalmente por meios de ascender socialmente – nem sempre pelo trabalho na lavoura. Através da documentação cartorial, Costa aponta que a parcela de indivíduos declarados pretos e pardos também ocuparam postos de trabalho para além da lavoura, como no comércio, no serviço público, no transporte e no setor gráfico.⁷⁸

Como o alto fracionamento de terras e a alta necessidade de trabalhadores para o seu trato, a população do município de Nova Iguaçu cresceu vertiginosamente. Entre as décadas de

⁷³ SOUZA, 1992, p. 60-61.

⁷⁴ Souza (1993, p. 61) destaca que existia uma diferenciação entre os chacreiros baseada no controle de extensão de terra e na capacidade de empregar trabalhadores.

⁷⁵ Ibidem, p. 65-66.

⁷⁶ Ibidem, p. 64.

⁷⁷ COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Eu vim descendo a Serra, cheio de euforia para desfilar”: Migrações Negras no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, 1888-1940. In: NASCIMENTO, Álvaro P.; BEZERRA, Nielson R. (orgs). **De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 197-198.

⁷⁸ COSTA, 2019, p. 204.

1920 e 1930, a população do município partiu de 33.369 para 105.809 habitantes.⁷⁹ Uma parcela significativa deste quantitativo fixou residência nos distritos mais urbanizados do município, entre eles Stella e sua família, que migraram para Nilópolis em 1926. Outra parcela direcionou-se aos distritos essencialmente agrícolas – como Nova Iguaçu, Cava, Queimados e Bonfim –, cuja população aumentou de 18.707 habitantes em 1920, para 43.167 nos vinte anos posteriores. Outrossim, Costa aferiu que neste mesmo período houve um salto no registro de documentação civil e, especialmente no que tange aos registros de nascimento, ocorreu aumento a partir de 1914 – ano de nascimento de Carmelita.⁸⁰

A sede do município – elevada à cidade no mesmo ano em que se tornou a sede da administração municipal – foi impactada pelo acréscimo populacional. Sua condição de centro de escoamento da produção citrícola provocou seu desenvolvimento como um centro urbano capaz de atender os poucos moradores que lá estabeleceram residência e também a população rural que residia nas propriedades rurais ao redor. Os moradores da cidade de Nova Iguaçu pertenciam às famílias dos exportadores e donos de barracões, além de profissionais liberais e comerciantes, cujas casas foram construídas próximas à estação de trem. Entre as décadas de 1920 e 1940, Nova Iguaçu cresceu enquanto centro de relações:

Por essas estradas chegavam também, os lavradores que aí vinham tratar dos seus interesses e todos os outros moradores dessa zona rural povoada e progressista, que na pequena cidade se vinham aprovisionar em gêneros, fazer compras, cumprir os seus deveres religiosos, educar seus filhos e divertir-se. Com isso, cada vez mais Nova Iguaçu via crescer a área e o número de pessoas a que servia, ampliando a sua função de centro de relações. A cidade passou a existir, predominantemente, para servir ao campo e era este, por sua vez, que vivificava a cidade. (Soares, 1962, p. 208)

Para Sonali Souza é neste período que se constituiu o conjunto que se denominou “famílias tradicionais”, formado por famílias de imigrantes portugueses e italianos, migrantes de outros estados brasileiros e por famílias de proprietários de terra que se estabeleceram na região ainda no século XIX.⁸¹ Estas últimas, pertencentes à elite de Vila de Iguassú e que se transferiram para a nova sede, não estariam à frente do processo econômico pautado pela citricultura, mas aderiram ao “processo de revitalização” proporcionado por ela.⁸² Ou seja, com a citricultura, não houve um “rompimento” do mundo agrário no município. Apesar da crise do fim do século, estas famílias continuaram a integrar o quadro das elites políticas e eram prestigiadas na organização social local. Ressaltamos, porém, que ainda conhecemos pouco

⁷⁹ SOARES, 1962, p. 206.

⁸⁰ COSTA, 2019, p. 195.

⁸¹ SOUZA, 1992, p. 49.

⁸² Ibidem, p. 55.

sobre a trajetória das elites iguaçuanas e sua reorganização a partir da transferência da sede do município e do sucesso do capital citricultor.

Neste sentido, é difícil averiguar o que elevava alguma família à uma posição de destaque na chamada “sociedade iguaçuana” da primeira metade do século XX. Ao longo de seu livro de memórias, Nicanor Pereira, listou diversas famílias que pertenceriam ao que o autor entende por “sociedade iguaçuana”. A elas, estão vinculados tanto citricultores e exportadores, como funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais, etc. Sabemos que a linha que divide os “de dentro” e os “de fora” nem sempre é necessariamente clara e o caso iguaçuano é um reflexo disso, pelo menos até que estudos que se aprofundem na temática sejam realizados. Até então, a historiografia tende a analisar trajetórias individuais e familiares; dessa forma, até onde se sabe, um mapeamento mais profundo sobre essa rede de pessoas ainda não foi realizado.

Apesar disso, cremos que encontramos na historiografia produzida até então o fator que Norbert Elias entende como o “código singularizador” que molda o grupo das “velhas famílias”: a adoção do discurso da lavoura citrícola como propulsora do desenvolvimento econômico e da modernização de Nova Iguaçu.⁸³ A adesão ao código comum funciona como uma “insígnia social”:

Quando se fala de algumas famílias como “velhas”, elas são diferenciadas de outras às quais falta essa qualidade, e é a referência a essa configuração contrastante, com suas diferenças de status e suas tensões específicas, que confere a essa utilização do termo o seu sabor social característico. [...] Compreendido em seu contexto social específico, em expressões como “velhas famílias”, o termo “velhas” expressa uma pretensão de distinção e superioridade sociais. Tem uma conotação normativa. As famílias que se referem a seu próprio círculo de famílias como “velho”, embora não se refiram necessariamente a cada um de seus membros, regulam sua conduta de maneira a que ela se diferencia da dos outros. *Moldam seu comportamento por um código singularizador que têm em comum.*⁸⁴

No livro de Nicanor, as famílias tradicionais são aquelas que testemunharam a riqueza proporcionada pela laranja e, ao desfrutar do capital proporcionado por ela, trabalharam pelo *progresso* do município de Nova Iguaçu, independentemente do eixo de atuação.⁸⁵ Ainda no prefácio do livro, Luiz de Azeredo afirma que “a velha guarda” é aquela que testemunhou o plantio da semente do progresso iguaçuano:

Os da velha guarda, sem dúvida, hão de ler Minha Vida Minha Gente com saudade e os novos filhos natos ou adotivos da velha Maxambomba de tantos laranjais em flor, com a curiosidade natural do que foi Nova Iguaçu há muitos anos, e como se plantou,

⁸³ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Brasil: Zahar, 2000, p. 134.

⁸⁴ ELIAS, 2000, p. 135-136, grifos meus.

⁸⁵ PEREIRA, 1982.

em várias etapas sucessivas, a semente de seu progresso, a semente de sua evolução social, artística e cultural, principalmente.⁸⁶

Na leitura de Norbert Elias, as famílias tradicionais nascem e se conservam através da manutenção de “uma história comum cuja lembrança se mantém presente”.⁸⁷ De certa maneira, o livro de memórias de Nicanor pode ser considerado como um recurso a mais para conservar a construção da Nova Iguaçu rural do passado e que sustenta, até hoje, a relevância de algumas famílias do município.⁸⁸ As estratégias para vincular a prosperidade de Nova Iguaçu a uma vocação agrícola do município foram colocadas em prática ainda no auge da cultura citrícola, na década de 1930. Graças aos investimentos em prol do desenvolvimento da cultura citrícola, o distrito sede de Nova Iguaçu se tornou uma espécie de vitrine para o projeto de grupos ruralistas do estado que defendiam a modernização através da valorização da agricultura:

Desta forma, constatamos que usos do território iguaçuano se deram pela defesa de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura a nível nacional, ou seja, assegurar novas possibilidades socioeconômicas e políticas para os grupos dominantes e proprietários pouco atendidos no bloco de poder.⁸⁹

Isto significa que o “comércio, escolas, hospital e espaços de lazer”, além da instalação dos aparelhos administrativos, “se deram em função da ferrovia, da transferência da sede para a antiga Maxambomba e pela produção citrícola”.⁹⁰ Assim como Soares afirma que a sede do município cresceu em função da zona rural circundante, Alexandre ressalta que “a centralização do distrito sede constituiu-se a partir das exigências geradas pela citricultura, como: saneamento, aproveitamento de terras, estradas de ferro e incentivos governamentais”.⁹¹

Durante a década de 1930, os grupos políticos congregados em torno da citricultura patrocinaram a ideia do campo como produtor da cidade. Segundo Natália Crivello, o traçado urbano da cidade de Nova Iguaçu representava a nova ordem hierárquica estabelecida pelas frações de classe ligadas ao capital citricultor, pois vinculavam as modernizações no espaço urbano ao seu domínio no campo político.⁹² De acordo com Amália Dias, a Revolução de 1930 apenas reafirmou a relevância da lavoura citrícola para a política e a economia do estado do Rio

⁸⁶ Ibidem, p. 4.

⁸⁷ ELIAS, 2000, p. 137.

⁸⁸ PEREIRA, 1982.

⁸⁹ ALEXANDRE, Maria Lúcia B. S. **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)**. 2015. 204f. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, p. 65.

⁹⁰ ALEXANDRE, 2015, p. 71.

⁹¹ SOARES, 1962, p. 209; ALEXANDRE, 2015, p. 70.

⁹² CRIVELLO, Natália Azevedo. A modernidade Iguaçuana na década de 1930: representações fotográficas. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa, Rio de Janeiro: ANPUH, p. 1-16, 2012, p. 100-101.

de Janeiro.⁹³ Para a historiadora, a visita de Getúlio Vargas à Nova Iguaçu, em 1931, para a inauguração da pedra fundamental do primeiro hospital do município é uma representação do apoio concedido pela nova conjuntura política à citricultura. Embora a hegemonia política e econômica do estado fluminense pertencesse à Campos dos Goytacazes, as visitas de Vargas são indício do protagonismo econômico do município iguaçuano no projeto de recuperação econômica implementado no pós-1930:

A partir da década de 1910, o município começaria a se sobressair com a pomicultura e o distrito-sede seria o palco onde os grupos dominantes locais poderiam apresentar o que a citricultura representava para o município e para o governo fluminense [...] *sua produção [citrícola] era vista como fruto da modernização dos modos de cultivo e beneficiamento do produto, o que potencializava novas condições de vida e o almejado progresso*, devendo ser materializado em escolas, saneamento, abastecimento de água, iluminação pública e postos de saúde.⁹⁴

As comemorações realizadas em janeiro de 1933 em homenagem à criação de Vila de Iguassú estão imersas neste contexto. A historiadora Amália Dias analisou as celebrações em torno do centenário do município como “operações de hegemonia, destinadas à construção de consenso no campo cultural e social sobre a importância econômica” da atividade citrícola, forjando “memórias sobre o passado e o presente daquele território, uma identidade de continuidade” entre a Vila de Iguassú, o distrito-sede e o município de Iguassú.⁹⁵

Na edição publicada no dia 15 de janeiro de 1933, data do centenário do município, o jornal *Correio da Lavoura* selecionou três imagens para figurar na capa: uma fotografia de Arruda Negreiros, então prefeito de Nova Iguaçu; no canto direito, uma imagem do brasão do município criado naquele ano; e, ao pé da página, uma foto panorâmica da sede do município. Ao longo das páginas daquela edição, o jornal também destacou fotografias de ambas as praças da cidade e dos edifícios da Prefeitura e do Fórum.

⁹³ DIAS, Amália. “O centenário e a vocação agrícola de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramentos da história (1933)”. In: NASCIMENTO, Álvaro P.; BEZERRA, Nielson R. (orgs). **De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, 2019

⁹⁴ SILVA, Lúcia Pereira da. Arruda Negreiros como Haussmann da Baixada? Citricultura e estrutura urbana no município de Nova Iguaçu (1930-36). In: **Recôncavo**, v. 7, n. 12, p. 214-231, jan-jul 2017, p. 216, grifos meus.

⁹⁵ DIAS, 2019, p. 129.

Imagem 02: Fotografia panorâmica do distrito sede de Nova Iguaçu – 1933



Fonte: *Correio da Lavoura*, 15 de janeiro de 1933, ed. 826, p. 1

Na fotografia acima, observamos uma cidade de crescimento ainda tímido, com poucos moradores e rodeada pelo verde das plantações de laranja. O texto escrito ao largo das fotografias era otimista e urgia pelo futuro promissor da cidade: “Nova Iguaçu ainda não se pode orgulhar de constituir, atualmente, um grande centro urbano, mas caminha incontestavelmente para tal”.⁹⁶ Fundado em 22 de março de 1917 na cidade de Nova Iguaçu, o *Correio da Lavoura* se apresentou como porta-voz do projeto citricultor no município. Enquanto principal meio de comunicação de Nova Iguaçu, Maria Lúcia Alexandre lançou luz sobre o papel exercido pelo periódico na produção de um “imaginário de prosperidade e benesses, alcançadas por meio de instituições e de sujeitos atrelados ao campo”.⁹⁷ Amália Dias aponta que as páginas do jornal transmitiam a campanha do movimento ruralista de higiene, saneamento e instrução:

O jornal buscava produzir um consenso sobre a importância econômica e social da agricultura. Apropriando-se do discurso da mecanização da lavoura, da adoção de novos métodos de cultivo e beneficiamento, buscava-se assegurar a manutenção daquela atividade econômica, reorganizada em novas bases. Mas como se tratava de um problema de interesse “nacional”, do Estado deveria advir uma série de auxílio à lavoura.⁹⁸

Para Maria Lúcia, o elogio feito pelo jornal à modernização urbana da cidade-sede e a produção de imagens e narrativas favoráveis a certos personagens do município “definitivamente compuseram ‘a história oficial’ do distrito sede iguaçuano”.⁹⁹ A escolha da fotografia do prefeito Arruda Negreiros para compor a capa da edição de 15 de janeiro, a nosso

⁹⁶ *Correio da Lavoura*, 15 de jan. de 1933, ed. 826, p. 2.

⁹⁷ ALEXANDRE, Maria Lúcia B. S. **Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)**. 2021. 204f. Tese (Doutorado em História). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, p. 48-49.

⁹⁸ DIAS, 2019, p. 60

⁹⁹ ALEXANDRE, 2021, p. 50.

ver, ilustra bem essa questão. Quando falamos sobre a composição da “sociedade iguaçuana”, destacamos que os indivíduos e famílias pertencentes a esse grupo não precisavam ser naturais do município. Este é o caso de Sebastião Arruda Negreiros que, na visão de Alexandre, foi um dos personagens eternizados na “história oficial” do município.¹⁰⁰

Ainda sabemos pouco sobre a vida de Sebastião Arruda Negreiros. De acordo com Lúcia Silva, Negreiros nasceu em 1884 no estado de São Paulo e, formado em direito, exerceu o cargo de subdelegado no então distrito iguaçuano de São João de Meriti.¹⁰¹ Era correligionário de Manoel Reis, importante político em Iguassú naquele início de século e cuja rede política integrava Raul Veiga – que seria fiel a Nilo Peçanha entre 1910 e 1920 – e Getúlio Vargas, na década de 1930. Ainda segundo Silva, o nome de Arruda Negreiros para ocupar o Executivo do município foi sugerido em 1930 por Manoel Reis ao então governador Plínio Casado. Dessa forma, o novo prefeito assumiu o cargo sob a diretriz de atender as demandas das forças políticas em ação em Nova Iguaçu naquele momento: os citricultores, os antigos proprietários de terra e os comerciantes e moradores dos distritos iguaçuanos mais urbanizados.

Graças à porcentagem do capital citricultor que retornava aos cofres públicos municipais, Sebastião Arruda Negreiros promoveu uma renovação urbana na cidade de Nova Iguaçu.¹⁰² Atuou ativamente para retirar do papel o projeto de construção do primeiro hospital do município, o Hospital Iguassú – cuja pedra fundamental foi inaugurada com a presença de Getúlio Vargas –; abriu estradas que integraram a sede aos demais distritos e facilitaram o escoamento da produção citrícola; realizou obras de saneamento, calçamento e iluminação; inaugurou praças; patrocinou a criação do monumento em homenagem à fundação do município e livros que contassem a história de Iguassú e sua “vocação agrícola”¹⁰³.

No dia anterior    comemora  o do centenário de Iguassú, o *Jornal do Commercio* publicou integralmente o decreto baixado pelo Prefeito Arruda Negreiros que criou o escudo do município. Nele, constam como justificativas a necessidade de existir um emblema “que traduza as glórias passadas do município de Iguassú, o seu brilhante progresso atual e as suas aspira  es futuras” e o momento oportuno das comemora  es pela passagem de seu centenário. O escudo    composto pelo desenho do monumento construído em homenagem ao centenário ao centro; nas laterais, duas laranjeiras carregadas de “frutos dourados, simbolizando a

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ SILVA, 2017, p. 219.

¹⁰² SILVA, 2017; DIAS, 2019.

¹⁰³ Os livros encomendados por Arruda Negreiros são: “*Memória da Funda  o de Iguassú: Comemorativa do Primeiro Centenário da Funda  o da Vila em 15 de janeiro de 1833*” e “*Polyanth  a Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município no Governo de Arruda Negreiros*”, ambos publicados em 1933. Ver mais em: ALEXANDRE, 2015 e DIAS, 2019.

fertilidade do solo iguaçuano e a sua principal riqueza”; as laranjeiras dão vida à duas cornucópias que transbordam “o ouro vegetal do município”.¹⁰⁴

O discurso que destacava a “vocação agrícola” do município como via de modernização da cidade ia além do aparelhamento urbano. Proporcionar lazer e educação aos iguaçuanos também eram entendidos como sinais do progresso gerado pelos pomos de ouro. Nas obras memorialísticas encomendadas pelo Prefeito Arruda Negreiros por ocasião do centenário de Iguassú, a quantidade de escolas, entre públicas e particulares, e as “casas de diversões” que promoviam “vida própria e animada” também foram apontadas pelo autor como símbolo da modernidade gerada pela citricultura.¹⁰⁵ Até aquele ano, o município contava com 40 escolas mantidas pelo governo estadual, 33 escolas municipais e cinco escolas particulares que atendiam, ao todo, 8.545 estudantes. A robustez do ensino público e a subvenção do município a três escolas particulares era entendida como um reflexo do “magnífico progresso” de Nova Iguaçu. Como parte das comemorações de 1933, Arruda Negreiros também encomendou uma coleção de fotografias para registrar as estradas e as escolas da região.¹⁰⁶

Enquanto representação do sucesso da lavoura, o distrito sede abrigava diversos aparatos urbanos que conformam o quadro de uma cidade que seria propagandeada como a “urbs, no sentido romano do termo” por contabilizar “dotes urbanos” como escolas públicas e privadas, cinemas, jornais locais, cartórios, fórum, hospital, bancos e associações esportivas. Amália Dias entende que “as comemorações do centenário de Iguaçu em 1933 foram o auge de um processo de organização da cultura e do território para a construção da Nova Iguaçu”.¹⁰⁷ O centenário construiu a imagem de um município cuja modernização era fruto da lavoura e do projeto de desenvolvimento ruralista: as escolas, as obras públicas e a vida social em flor, representada pelos clubes esportivos e os encontros sociais nas praças municipais.

1.2 Espaços de sociabilidade feminina

Marcado pela consolidação da presença feminina no mundo público, o século XX foi descrito por Carla Pinsky e Joana Maria Pedro como “o século das mulheres” devido à “ampliação de direitos e oportunidades e de mudanças, tanto na qualidade de vida das mulheres,

¹⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 14 de jan. de 1933, ed. 12, p. 4

¹⁰⁵ DIAS, 2019, p. 339.

¹⁰⁶ DIAS, 2019, p. 346.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 134.

quanto no imaginário coletivo”.¹⁰⁸ Enquanto personagens de relevância em políticas sociais pautadas em ideias positivistas e eugenistas, as mulheres foram colocadas no centro do debate público. Afinal, a proteção da função reprodutiva do corpo feminino e a capacidade deste em gerar e educar uma “raça forte” perpassava as propostas relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde e, até mesmo, ao lazer das mulheres.

No que compete à historiografia sobre a Baixada Fluminense da primeira metade do século XX, sabemos mais sobre os processos econômicos e políticos do que sobre a vida social e cultural da região. Consideramos que parte do projeto de modernidade da Nova Iguaçu dos anos 1930 incluiu demonstrar que os moradores do distrito sede e de seu entorno não precisavam recorrer ao Rio de Janeiro para atividades de lazer e divertimento. A riqueza da lavoura era suficiente não apenas para financiar uma estrutura urbana básica, mas também para custear as festas populares, os bailes e os clubes esportivos.

Em diversas passagens do livro de memórias escrito por Nicanor Pereira, “a mulher iguaçuana” foi descrita entre o espectro da jovem encantadora e da mãe virtuosa. No trecho a seguir, o autor descreve a mulher extraordinária como aquela que cumpre as expectativas de gênero:

Na pacata Nova Iguaçu, ex-Maxambomba dos laranjais floridos, com as Corridas na Raia e festas juninas, a vida era comum como a de qualquer cidade do interior: os pais no trabalho rotineiro dentro das suas profissões e as mães, extraordinárias donas-de-casa, criando grandes proles, educando-as na medida do possível, segundo as posses de cada um.¹⁰⁹

Segundo Ana Silvia Scott, a preocupação dos grupos citadinos em construir uma sociedade moderna e higienizada impactou a organização familiar.¹¹⁰ O lar da família deveria oferecer aos seus membros um espaço aconchegante e higiênico, em contraste com as dificuldades e a poluição do mundo exterior. Nesse sentido, a “nova família exigia uma nova mulher: uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e a educação dos filhos” ao se responsabilizar pela “formação moral” da prole.¹¹¹ Enquanto as mulheres de classe alta eram responsáveis pela educação de cidadãos morais e civilizados, cabia às mulheres trabalhadoras a formação do “trabalhador ideal”, que “já sairia de casa com hábitos de rotina doméstica, ciente de suas responsabilidades, sem vícios, adaptado à rotina do trabalho”. Essa

¹⁰⁸ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9.

¹⁰⁹ PEREIRA, 1982, p. 12.

¹¹⁰ SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15.

¹¹¹ Ibidem, p. 16.

concepção foi refletida por Nicanor ao exaltar as “mamães iguaçuanas” que prezavam pela educação de suas “grandes proles” de acordo com “as posses de cada um”.

Na citação acima percebemos que o mundo do trabalho foi restrito ao homem, mas Nicanor cita em seu livro a existência de mulheres que trabalhavam como parteiras, soldadoras e nos barracões de laranja. Em sua obra, entretanto, o autor privilegia a ação das mulheres na vida social do município.¹¹² Em uma Nova Iguaçu “inteiramente social”, as iguaçuanas empenhavam-se na organização de encontros sociais em suas casas e também nas ruas, através das festas religiosas e carnavalescas. Outrossim, não se restringiam aos bastidores e subiam ao palco da sociabilidade em apresentações teatrais, como porta-bandeiras no Carnaval e como pianistas. As mulheres da sociedade iguaçuana são especialmente citadas em ações filantrópicas, como a campanha de arrecadação de fundos para a construção do Hospital Iguaçu, no início da década de 1930:

Contou também com a inestimável colaboração de senhoras, senhoritas e jovens que se integraram com todo entusiasmo na campanha [...] e tantas mais que no anonimato trabalharam para que chegasse à realidade a construção do Hospital Municipal. A campanha para angariar donativos constituiu de jogos esportivos, bailes na sede do E. C. Iguaçu, churrasco [...], quermesse na antiga Praça Ministro Seabra onde senhoritas de nossa sociedade [...] muito fizeram, com o entusiasmo próprio da mocidade, pelo primeiro hospital em nossa cidade e, dentre os grandes eventos pró-campanha, realizou-se um passeio a bordo do navio Pará pela Baía de Guanabara.¹¹³

Ao analisar as ações filantrópicas de mulheres da elite de uma cidade baiana, Adriana Oliveira da Silva observou que, além do cumprimento do papel social que versava o gênero feminino como sensível e generoso, o circuito de caridade as incluía em projetos cívicos e culturais que se relacionavam aos interesses políticos das elites.¹¹⁴ No caso supracitado, a campanha pela construção do Hospital Iguaçu estava imersa no contexto da implementação do discurso citricultor no qual a modernidade e o sanitarismo poderiam ser proporcionados pelo capital gerado pela lavoura. Logo, ao paço que as iguaçuanas pertencentes aos grupos dirigentes do município atuavam pela aplicação e manutenção da pauta política dominante, as ações de caridade se apresentavam como “a forma mais adequada de assentar seus propósitos ou de alcançar o meio público e a dinâmica social”, visto que era uma extensão do pressuposto religioso e, portanto, não confrontavam “as ideias dominantes que lhes resguardavam à condição de mães e esposas”.¹¹⁵

¹¹² PEREIRA, 1982.

¹¹³ PEREIRA, 1982, p. 57-58.

¹¹⁴ SILVA, Adriana Oliveira da. **Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)**. 2012. 173f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

¹¹⁵ SILVA, 2012, p. 77.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Maria Ester Dória sobre os festejos carnavalescos no distrito sede é relevante para entendermos o valor conferido ao lazer e à festa pela sociedade iguaçuana.¹¹⁶ A historiadora argumenta que, durante as três primeiras décadas do século XX, o carnaval iguaçuano se configurou como uma “vitrine de poder” para a nova elite citricultora. Assim,

Visando a criação de um estilo de vida próprio e a manutenção do status quo da “nova elite rural” iguaçuana, os festejos de Fevereiro se transformaram numa oportunidade de demonstrar o progresso e a modernidade da nova Iguassú, bem como o sucesso e o esplendor da citricultura local.¹¹⁷

A autora identificou que os ranchos e as associações carnavalescas que protagonizaram as páginas do *Correio da Lavoura* eram majoritariamente organizados e patrocinados por membros da elite local e suas famílias. Os ranchos “não eram coisa à toa” e “os mais finos elementos” da “sociedade iguaçuana estavam envolvidos nos desfiles”, que eram “minuciosamente preparados” e “ansiosamente aguardados pela população”.¹¹⁸ A partir de 1930, a configuração dos festejos carnavalescos no distrito sede se alterou. Com a consolidação da citricultura, a sociedade iguaçuana se retirou da comemoração das ruas e se voltou para os bailes de salão, realizados principalmente no Esporte Clube Iguçu. Ao mesmo tempo, as festas de rua passaram a ser financiadas pelo poder público. Na leitura de Dória, esse processo ocorreu porque a elite citricultora compreendeu que a demonstração de poder nas ruas não era mais necessária:

O aparecimento desses bailes (enquanto atividade de lazer de um grupo específico) e a forma como eles aconteciam reforçam nossa hipótese de que o carnaval em Nova Iguassú não dissolvia, mas sim reforçava a hierarquia social já existente. [...] Somos levados a refletir que, na terra das laranjas, o reinado de Momo, que é famoso por gerar a inversão dos papéis sociais, era marcado pela premissa de que todos poderiam se divertir, mas que cada um permanecesse no seu devido lugar; uns no topo do “carro da Vitória” ou no “Palácio de Cristal”, outros “apinhados nas calçadas”.¹¹⁹

Como meio de propaganda do projeto nilista, o *Correio da Lavoura* exibia em suas páginas o carnaval moderno, organizado e elegante promovido pela sociedade iguaçuana, realizado a portas fechadas nos salões dos clubes esportivos. A participação da juventude pertencente às famílias influentes também era motivada, já que a “organização política, da

¹¹⁶ DÓRIA, Maria Ester de Carvalho Sampaio. **Contigo eu posso?** Dias de Momo na *nova* Iguçu (carnaval na terra da laranja, 1918-1940). 2019. 61f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguçu.

¹¹⁷ DÓRIA, 2019, p. 33.

¹¹⁸ DÓRIA, 2019, p. 35.

¹¹⁹ Ibidem, p. 37.

manutenção da ordem e do apreço pelo progresso deveria ser cultivado” desde cedo, “ainda que numa atividade aparentemente banal como a promoção de uma batalha de confete”.¹²⁰

Os balões, o aipim e as bandeirinhas do São João também estão presentes nas recordações de Nicanor Pereira. Após a chegada de sua família à cidade, seus pais rapidamente teriam se integrado à vida social dos moradores através da organização de “divertimentos” que, no início da década de 1910, se resumiam às festas religiosas e às reuniões oferecidas pelas famílias em suas residências, com jogo de cartas e ao som do gramafone.¹²¹ Com o crescimento da cidade, outras opções de diversão surgiram para além dos bailes residenciais e conversas na calçada, como o cinema e o circo. Em seu livro, Nicanor destacou a inauguração do Cine Central em 1911, que pertencia a seu pai, e as constantes visitas de trupes circenses à cidade.¹²²

Durante os primeiros anos do século XX, os moradores das grandes cidades passaram a frequentar cada vez mais o espaço público em busca de entretenimento que, por sua vez, deixava de ser ofertado prioritariamente nas residências familiares. Com a instauração da República, “a remodelação das cidades soma-se à crença de que as diversões em praças, teatros ou outros espaços deveriam atestar o grau de civilização que o Brasil teria atingido”.¹²³ Apesar de ser uma cidade essencialmente interiorana, os grupos dirigentes do município de Iguazu – ligados à citricultura – se preocuparam em criar espaços de lazer no distrito-sede, como a inauguração de praças e infraestrutura urbana capaz de amparar a realização de eventos na cidade – através da iluminação pública, por exemplo.

Dentre os cinemas criados no município e instalados na sede ou nos demais distritos durante a primeira metade do século XX, ao menos dois deles foram propriedade de exportadores citrícolas da região: o Cine-Theatro Iguassú, cujo dono era Francisco Gentil Baroni; e o Cine Iguassú, propriedade de Antônio Vaz Teixeira. O *Correio da Lavoura*, em nota publicada em 1958 sobre o falecimento deste último, destacou a importância de seus empreendimentos em prol do progresso iguaçuano:

Entre esses amigos portugueses que ficaram em nossos corações, por suas qualidades de cidadãos trabalhadores, honestos e bondosos, colocamos sem dúvida alguma Antônio Vaz Teixeira, que tanto bem queria a Nova Iguaçu, que fazer alguma coisa em proveito desta terra e de sua gente constituía um dos prazeres maiores de sua vida. Ele foi, até uns dez anos atrás, um dos líderes de nossa produção e exportação citrícola. Depois, com o dinamismo que possuía e pensando em ser ainda mais útil a Nova

¹²⁰ Ibidem, p. 39.

¹²¹ Pereira, 1982, p. 13.

¹²² PEREIRA, 1982. Não encontramos informações sobre a existência de um cinema na cidade-sede no período anterior à inauguração do Cine Central.

¹²³ PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira: República (1889-1950)**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 319.

Iguaçu, a outras cidades e seus habitantes, mudou de atividade: entrou com entusiasmo na linha dos que construíam cinemas, conseguindo dotar esta cidade – era este o seu grande sonho – com a mais elegante, moderna e confortável casa de espetáculos que é o Cine Iguassú, situado na praça Antônia Flores Teixeira.¹²⁴

Tendo por base as notícias publicadas no *Correio da Lavoura*, as opções de lazer e divertimento eram apreciadas pelos iguaçuanos. No início do ano de 1925, o jornal anunciou a chegada de um circo à cidade que possuía capacidade de receber um público de três mil pessoas; três anos depois, noticiou que as arquibancadas do Circo Pipoca despencaram devido à quantidade de pessoas que compareceram ao espetáculo em uma determinada noite.¹²⁵ Nos cinemas a coisa não era diferente e, na reabertura do Cine-Theatro Iguassú após reformas, o público atendeu "em número avultado, enchendo a casa e aplaudindo calorosamente os artistas" presentes.¹²⁶ Em 1943, o jornal iguaçuano parabenizou as reformas modernizantes realizadas no Cine Verde, de maneira que não fosse necessário que a população do município se deslocasse até o Rio de Janeiro para ter acesso a cinemas confortáveis.¹²⁷ Além da exibição de filmes e apresentação de artistas, os cinemas iguaçuanos também sediaram eventos escolares e sociais.

Em 1929, a conferencista feminista Eulina Miranda Thomé de Souza realizou palestras no Cine Verde, em Nova Iguaçu, e no Cine-Theatro de Nilópolis. Eulina teria permanecido na cidade-sede por pelo menos um mês, tendo em vista que a primeira notícia publicada sobre sua chegada destacou que a feminista já se encontrava no município há alguns dias:

A nossa Cidade hospeda há dias, *a figura insinuante e culta da nossa distinta colega de imprensa e valorosa propagandista do feminismo*, d. Eulina Thomé de Souza. Acompanhada de seu esposo deu-nos *o prazer de sua visita*, proporcionando-nos *momentos encantadores com sua palestra cheia de vivacidade*. Pretende a nossa colega que se encontra hospedada na residência do cap. Sebastião H. de Mattos, fazer entre nós várias conferências, em lugar que será oportunamente designado. Gratos pela gentileza de tão honrosa visita.¹²⁸

Destacamos alguns pontos que são interessantes nesse trecho. Primeiro, a cordialidade com o que o *Correio da Lavoura* tratou a chegada de Eulina, considerada pelo jornal uma “valorosa propagandista do feminismo”. A própria Eulina, como dito por Adriana Oliveira da Silva, não era acostumada a ser bem recebida nas cidades por onde passava realizando suas palestras. Conhecida como a “peregrina do feminismo”, no ano anterior à sua passagem por Nova Iguaçu, Eulina teria percorrido algumas cidades da Bahia “pregando a emancipação

¹²⁴ *Correio da Lavoura*, 30 de nov. 1958, ed. 2176, p. 1.

¹²⁵ *Correio da Lavoura*, 26 de fev. 1925, ed. 415, p. 2; *Correio da Lavoura*, 19 de abr. 1928, ed. 579, p. 5.

¹²⁶ *Correio da Lavoura*, 23 de abr. 1925, ed. 423, p. 3.

¹²⁷ *Correio da Lavoura*, 25 de jul. 1943, ed. 1375, p. 2.

¹²⁸ *Correio da Lavoura*, 11 de abr. de 1929, ed. 630, p. 2, grifos meus

feminina e o fim do ‘despotismo masculino’”.¹²⁹ As conferências da baiana foram realizadas em praças públicas e teatros, com falas que geravam reações controversas do público:

Em suas conferências, Eulina acusava os homens de terem roubado a liberdade das mulheres, tirando-lhes as prerrogativas de companheira na conquista do progresso. Como as demais feministas da época, ela reivindicava maior instrução para as mulheres “marcharem pari passu com os homens para as posições políticas” e demais questões da vida pública. Segundo a conferencista, a campanha que desenvolvia em prol do feminismo servia para despertar as mulheres brasileiras do sono em que estavam mergulhadas.

Apesar de causar estranhamento em sua audiência por suas falas e por apresentar-se “com trajes de *cow-girl*”, a feminista agradava certa parcela do público porque “não pretendia que as mulheres fossem como os homens” pois “isso significaria o triunfo da imoralidade”.¹³⁰ Segundo Silva, isto se deu porque o feminismo de Eulina “ainda se assentava em concepções de gênero pautadas na diferença sexual”, visto que, dentre outros fatores, colocava-se contra o “feminismo rubro” que, assimilado ao comunismo, concorria pela ruína do lar. Talvez este fator tenha contribuído para que a feminista fosse bem recebida pela sociedade iguaçuana do período.

Alguns meses após a realização das conferências, Eulina foi mencionada em um artigo publicado em *A Crítica* que comentou sobre o feminismo, citado pelo autor como um “problema social” que tem “despertado tanta atenção, mesmo nos homens, como o do direito de igualdade, perante as leis, da mulher”.¹³¹ O autor J. Pihauy afirmou que “jamais se deparou na história da humanidade fatos que fizessem crer possuir a mulher qualidades de espírito que a tornasse credora de direitos que ingenuamente reclama”. Ao mesmo tempo, admitiu a existência de mulheres que são excepcionais e conseguiram “se impor à admiração das massas” através de seu “espírito trabalhador e férreo”. Eulina Thomé seria uma representante dessas mulheres:

Escritoras há, mesmo, como a exma. d. Eulina Miranda Thomé de Souza, cujo espírito claro e convincente me impõe a admirá-la, que vem se batendo por tão momentosa questão sem refletir que a mulher brasileira de frágil e escassa cultura (com exceções que já se vê) e mais materialista mesmo, talvez, cônica do seu papel, ao menos, longe está de poder sobraçar responsabilidades tão grandes.

Ou seja, apesar de reconhecer a existência de mulheres como Eulina, que surpreendem por sua capacidade intelectual, na perspectiva de Pihauy as feministas falharam em compreender que esta não seria a realidade da maioria das mulheres brasileiras que, por sua vez, estariam “longe” de conseguir desempenhar “responsabilidades tão grandes”. Em outra perspectiva sobre o feminismo publicada nas páginas de *A Crítica* o “progresso” promovido

¹²⁹ SILVA, 2012, p. 85-86.

¹³⁰ Ibidem, 86.

¹³¹ *A Crítica*, 24 de nov. de 1929, ed. 76, p. 1.

pelas mulheres que não estão satisfeitas com a restrição ao lar e sua “pregação” pela igualdade “dos direitos entre os sexos” não seria “nada demais”.¹³² Porém, não é isso que se traduziu na realidade. Para Conde D’Alba, autor do texto em questão, as “adeptas do feminismo longe de se baterem pelas ideias de igualdade fazem guerra ao sexo oposto”. Na realidade, o feminismo nada mais seria do que o “masculinismo”, que serviria apenas “para roubar as mulheres” de seus “atrativos femininos”, as características que “possuem de mais sublime, de mais divino”. Estaria confiante, porém, de que os ideais masculinistas não se realizariam:

Mas, não! Isso certamente não se realizará, porque as mulheres compreenderão em tempo. Quando pressentirem que não mais despertam interesse aos homens, rasgarão todas as ideias novas e voltarão para os homens, cada vez mais mulheres, porque é essa a ordem natural das coisas e a suprema vontade do Criador do Mundo.

Em *A Crítica*, a “magnífica conferência” ministrada pela “distinta propagandista das ideias femininas” no Cine Verde teria impressionado “agradavelmente o seletto auditório”.¹³³ O semanário literário afirmou, ainda, que no dia anterior a “ardorosa oradora” também falou para uma plateia reunida no Esporte Clube Iguaçu, que teria lhe dedicado “os mais calorosos aplausos”.

Ao fim de abril, o jornal nilopolitano *Nova Éra* anunciou a conferência que seria realizada por Eulina no Cine-Theatro de Nilópolis, na primeira semana de maio.¹³⁴ Durante o período em que esteve na cidade-sede a conferencista feminista realizou diversas palestras e, nas notas elogiosas publicadas pelo *Correio da Lavoura*, as plateias numerosas e “seletas” que compareceram às apresentações foram destacadas, assim como os “merecidos e calorosos aplausos” dedicados a oradora.¹³⁵ Durante sua estadia na cidade, Eulina e seu marido hospedaram-se na residência de Sebastião Herculano de Mattos, que se tornaria um dos grandes nomes do Partido Social Democrático e candidato à Prefeitura de Nova Iguaçu nas eleições de 1947, ao lado de suas correligionárias Carmelita Brasil e Stella de Queiroz.

Vimos que no período em que Eulina visitou Nova Iguaçu, o município estava passando por um processo de crescimento populacional. Isto não quer dizer, porém, que uma visita duradoura como a da conferencista tenha passado despercebida pelas famílias que faziam parte ou que eram próximas aos grupos dirigentes da região. Em um exercício de imaginação, não descartamos a possibilidade de que os burburinhos gerados pela passagem da oradora feminista

¹³² *A Crítica*, 29 de dez. de 1929, ed. 81, p. 1.

¹³³ *A Crítica*, 21 de abr. de 1929, ed. 45, p. 3.

¹³⁴ *Nova Éra*, 28 de abr. de 1929, ed. 01, p. 4.

¹³⁵ *Correio da Lavoura*, 2 de mai. de 1929, ed. 633, p. 2.

tenham chegado aos ouvidos de Carmelita e Stella. Apesar do apoio dado pelos jornais que pertenciam à família Azeredo, não encontramos mais informações sobre as palestras de Eulina ou possíveis reações provocadas naqueles que compareceram às conferências.

Para além das oportunidades de socialização proporcionadas por espaços físicos de lazer como os cinemas, teatros e tabladros circenses, as jovens iguaçuanas contavam com a escrita. A criação do jornal literário *A Crítica* foi mais uma alternativa para que os jovens pertencentes às famílias tradicionais do município pudessem criar e reforçar laços entre si através da interação proporcionada pela escrita e pelas colunas sociais. Fundado em 1928, o jornal é considerado como a primeira grande iniciativa de publicação da produção literária de autoras e autores iguaçuanos. Assim como o *Correio da Lavoura* e o Esporte Clube o Iguaçu, o surgimento do semanário *A Crítica* é considerado pelo historiador Álvaro Pereira do Nascimento como reflexo das demandas dos moradores da cidade-sede “que através do sucesso da laranja consumiam informação, lazer e produtos trazidos da capital”.¹³⁶

De certa forma, o semanário literário pode ser considerado uma extensão do *Correio da Lavoura*, visto que Silvino de Azeredo – um de seus criadores – era filho do fundador do CL, o capitão Silvino Hyppolito de Azeredo¹³⁷. Com a morte do pai, Silvino de Azeredo e seus dois irmãos, Avelino e Luiz Martins de Azeredo, comandaram o *Correio da Lavoura* como fundador, gerente e redator secretário, respectivamente.¹³⁸ A relação entre ambos os jornais foi evidenciada por J. B. Chagas na edição comemorativa do primeiro aniversário de *A Crítica*, onde diz que a criação de um jornal literário no município foi encarada com certo pessimismo; porém, *A Crítica* seguiu vitorioso em seu “espírito criador e progressista que tange através dos anos, pela estrada tortuosa da vida o ‘líder’ da imprensa iguaçuana”, o *Correio da Lavoura*.¹³⁹ Diz, ainda, que *A Crítica* “é a continuação do CL, seu suplemento crítico e humorístico, como se fosse “o neto mais novo” de seu fundador.

Apesar do pessimismo inicial apontado por J. B. Chagas, o semanário literário logo teria conquistado os corações de seus leitores devido a qualidade das suas colunas, imagens, poesias

¹³⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição: Nova Iguaçu, século XX. In: **VI Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional**, 2013, Florianópolis: Ed. UFSC, p. 1-18, 2013, p. 2.

¹³⁷ Silvino Hyppolito de Azeredo (1859-1939) estudou até o terceiro ano de medicina, foi professor de matemática e funcionário público. Fundou o *Correio da Lavoura* aos 58 anos, criado como um órgão independente de pressões partidárias e políticas. Contou com a ajuda de amigos para manter o jornal, já que nunca enriqueceu com o semanário. Ver mais em: Nascimento (2013)

¹³⁸ NASCIMENTO, 2013, p. 11-12.

¹³⁹ *A Crítica*, 16 de jun. 1928, ed. 53, p. 2.

e a cobertura da vida social e cultural de Nova Iguaçu e da capital.¹⁴⁰ Autodeclarado o jornal da mocidade iguaçuana, suas edições se tornaram palco privilegiado da socialização entre os jovens da cidade. As mulheres são personagens constantes em suas páginas, alvos dos *flirts* dos rapazes que escreviam no jornal¹⁴¹. Elas, por sua vez, não deixavam de participar da paquera ao enviar seus próprios textos e poemas: alguns, comedidos; outros, mais audaciosos. Suas palavras poderiam ser direcionadas tanto aos rapazes, quanto às suas “amiguinhas”. A autoria feminina também apareceu na edição comemorativa do primeiro ano do jornal. Sob o título de *o meu presente aos moços*, Sara J. B. do Correa congratulou a iniciativa dos rapazes que fundaram o jornal e a contribuição deste para a juventude do município:

De minha tenda, pobre e sem ordem, onde apenas uma folha de papel me ouve e alguns livros velhos me aconselham, sinto uma ânsia estranha como que transformando a minha solitude. Embora haja eu de vida poucos anos, isto é; quase quatro lustros, emoções diversas já provei e em vários objetos hão vivido meus sentidos; mas, somente hoje, deu-me a conhecer essa alegria interior: vou escrever para o primeiro aniversário de A CRÍTICA. Pequenina folha, o é, somente, na forma porque tem feito até aqui o que muita coisa grande nunca fez: é uma folha de mocidade. [...] Uma coisa, A CRÍTICA soube ser: um pouco de nossa mocidade porque viveu e vive de seus melhores e mais simples momentos, portanto, dos mais sinceros.¹⁴²

O tom acanhado de Sara no início do texto, induzindo à inexperiência, disfarça o fato de que a autora era colaboradora do jornal desde a edição inaugural, figurando logo na primeira página.¹⁴³ O acanhamento da autora traduz o entendimento de Norma Telles sobre as dificuldades encaradas pelas mulheres brasileiras que se dedicavam ao campo da escrita, pois eram compreendidas como seres incapazes de adentrar os espaços da política e das letras.¹⁴⁴ Segundo Carlos Eduardo Millen Grosso, entre a segunda metade do século XIX e início do XX, o discurso médico em voga pautava as mulheres por sua emotividade; portanto, sua natureza irracional seria um obstáculo biológico ao desenvolvimento de práticas ligadas ao intelecto.¹⁴⁵ Nesse sentido, apesar de contribuidora assídua do jornal, Sara ainda transpareceu certa insegurança frente à exposição de suas palavras. Outro indicativo é a possível utilização de um pseudônimo, visto que não encontramos referências de que Sara era seu nome de batismo. O

¹⁴⁰ NASCIMENTO, 2013, p. 11.

¹⁴¹ Um exemplo característico é a coluna “Silhuetas Femininas”, na qual um autor anônimo descrevia e elogiava fisicamente as mulheres que encontrava. O único indicativo de sua identidade era as iniciais citadas nos títulos da coluna.

¹⁴² *A Crítica*, 16 de jun. 1929, ed. 53, p. 1.

¹⁴³ *A Crítica*, 17 de jun. 1928, ed. 1, p. 1.

¹⁴⁴ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

¹⁴⁵ GROSSO, Carlos Eduardo Millen. A crítica literária e a literatura produzida por mulheres no Brasil do final do século XIX a meados do século XX. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 27, p. 119-131, jul-dez 2021, p. 127.

uso de pseudônimos não era algo estranho aos colaboradores do jornal, homens ou mulheres, embora estas últimas utilizassem o subterfúgio da autoria mais frequentemente.

Consideramos importante destacar que, embora o *Correio da Lavoura* e *A Crítica* tenham sido fundados por uma família negra, ambos os semanários detinham como público principal a elite essencialmente branca do município.¹⁴⁶ Assim, os ideais de “progresso, o sucesso, a beleza e a virtude estavam relacionados a postos e instituições formadas por pessoas brancas da elite iguaçuana”.¹⁴⁷ Ao voltar-se para a mocidade deste núcleo, as páginas de *A Crítica* traduziam as relações sociais travadas principalmente entre a juventude branca que pertencia às velhas famílias do município. Logo, é possível levantarmos a hipótese de que as contribuidoras e os contribuidores do semanário literário eram, em sua maioria, brancos. Nesse caso, a utilização de um pseudônimo poderia ser uma medida de proteção social para as mulheres que enviaram sua produção ao jornal, visto que estavam submetidas ao padrão de feminilidade imposto pela elite branca burguesa.

O avanço feminino no mundo das letras foi protagonizado por mulheres pertencentes à aristocracia e à burguesia. Ao abordar as mulheres escritoras do século XIX, Constância Lima Duarte afirma que as escritoras pertenciam a uma classe social “de recursos”, já que “nem se cogita de mulheres do povo, porque é sabido que estas não teriam a menor chance de se tornar escritoras, por maior que fosse a vocação”.¹⁴⁸ Se na produção literária de autoria masculina as mulheres eram retratadas sob a perspectiva da nulidade, devaneio e vacuidade, da produção feminina esperava-se textos sobre sentimentos adequados às mulheres.¹⁴⁹ Dada a crença que pregava a sua incapacidade, aquelas não deveriam “explorar temas de maior abrangência e considerados universais” como os “conflitos do homem com Deus e com a natureza”.¹⁵⁰

Nesse sentido, não pretendemos assumir que todas as colaboradoras de *A Crítica* eram mulheres pertencentes às famílias de renda elevada do município – não há estudos que amparem esta conclusão –, mas conjecturamos, sim, que eram maioria, dado ao fato de que o público

¹⁴⁶ Apesar de muito rememorado ao longo da existência de seu jornal centenário, ainda conhecemos pouco sobre as origens de Silvino Hyppolito. Com base em documentação cartorial, Álvaro do Nascimento (2013, p. 11) conjecturou “que a cor de Silvino Hyppolito de Azeredo indicava descender de familiares negros, que em algum momento do passado tiveram contato com branco e/ou mestiços. Cor passada a seus filhos, que, ao longo do século XX, se distinguiram nas fotografias ao lado de colegas e outros famosos personagens brancos da região”. Sobre a discussão entre raça, os Azeredo e o *Correio da Lavoura*, ver: ALEXANDRE, 2021.

¹⁴⁷ ALEXANDRE, 2021, p. 41.

¹⁴⁸ DUARTE, Constância Lima Duarte. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (org). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997, p. 87-88.

¹⁴⁹ TELLES, 2014.

¹⁵⁰ GROSSO, 2021, p. 125.

consumidor do semanário literário era uma extensão dos leitores do *Correio da Lavoura*. A partir deste quadro, a opção pela anonimidade era uma estratégia de proteção empregada pelas autoras frente aos seus pares. Por meio das notas de aviso publicadas em *A Crítica* direcionadas aos colaboradores, sabemos que os nomes verdadeiros dos autores não eram completamente protegidos já que os textos só seriam publicados sob pseudônimo se a autoria estivesse devidamente indicada:

Prevenimos aos nossos amáveis colaboradores, cujos trabalhos nos têm chegado às mãos apenas firmados por seus pseudônimos, que *só daremos publicidade às colaborações que trouxerem a assinatura de seu autor*, podendo, entretanto, de sua escolha, para o que basta fazer a declaração desse seu desejo, no original respectivo. Outrossim prevenimos aos que nos têm honrado com o valioso auxílio de seus trabalhos, limita-los ao espaço de uma coluna, no caso especial, *bem entendido de se tratar de assunto referente a polêmicas travadas nestas colunas*, isto porque excedendo-se desse limite, ver-noemos na contingência de nem sempre publicá-los, por falta de espaço, já se vê.¹⁵¹

Dado ao período que este aviso, em específico, foi publicado, acreditamos que as “polêmicas travadas nestas colunas” – às quais o redator se refere –, dizem respeito ao caso de Maria Claudia, a maníaca. Ao menos, foi assim que a polêmica foi iniciada. Em 1931, o jornal da mocidade iguaçuana *A Crítica* se configurou como campo de batalha para uma guerra literária que perdurou por meses a fio. Seus leitores testemunharam, à cada edição, os golpes e contragolpes dos combatentes daquela escaramuça: de um lado, Maria Claudia e Mattos Além; do outro, João Soment, Diógenes e Marinbondo.¹⁵² A contenda fora iniciada por João Soment, que publicou um texto no semanário censurando a crítica que fora realizada por Maria Claudia sobre a produção literária que compôs a edição especial do aniversário de três anos de *A Crítica*. Sob seu pseudônimo, Maria Claudia publicava constantemente sua produção literária no jornal, como poemas e crônicas. Ao se aventurar no campo da crítica literária, Maria Claudia teria ultrapassado a linha do que era considerado apropriado para as mulheres que se arriscavam no mundo das letras.

A própria produção literária de Maria Claudia fez parte do conjunto escolhido para integrar a edição especial, se tratando de um poema e uma crônica. Nesta última, a autora parecia prever que suas palavras poderiam provocar reações discordantes:

¹⁵¹ *A Crítica*, 2 de ago. de 1931, ed. 164, p. 2, grifos meus.

¹⁵² Ao responder uma provocação feita por Mattos Além quanto ao suposto erro de grafia, Marinbondo respondeu dizendo que, por se tratar de um pseudônimo, poderia fazer uso da liberdade literária e escrever como quisesse. Por isso, é Marinbondo, sem o “m”. *Correio da Lavoura*, 11 de out. 1931, ed. 174, p. 2.

Gosto mais de ler do que de escrever. *Escrever para os jornais é um tanto... perigoso.* A gente, às vezes, topa com um crítico zoilo e, lá vem bate-boca... “Da discussão nasce a luz” – dizem. Mas eu prefiro a de um candieiro ou mesmo de um fósforo.¹⁵³

Em sua crônica publicada na edição seguinte, comentou os trabalhos de alguns autores que participaram da edição comemorativa. Iniciou dizendo que acordou com uma tremenda vontade de rir, mas estava séria “como uma professora de óculos e muito saber armazenado no cérebro” quando iniciou seus comentários.¹⁵⁴ Mattos Além foi um dos autores comentados por ela, seu “camarada”, com o qual afirmou manter correspondência com a licença “do meu noivo e da sua Dido...”. Enquanto os autores citados por ela receberam apenas elogios, aos “outros... Basta”. Em seguida, retirou os óculos “de professora impertinente” e apareceu “de novo, com um sorriso de simpatia para todos”. Portanto, sua crítica e o que realmente pensa dos trabalhos dos “outros” – além daqueles citados pelo nome em tom elogioso – não foi claramente exposta no texto, ficando subentendida. Entretanto, Maria Claudia foi além da escrita aceitável para mulheres ao sugerir uma avaliação negativa de determinados colegas.

Três edições depois, veio a repreensão escrita por João Semente, intitulada *Maria Claudia, a maníaca*.¹⁵⁵ Em sua crônica, o autor diz que há muito acompanhava o trabalho da escritora “que a meu ver deve sofrer de alguma psicose tais as manias que tem” e elenca entre a mais pronunciada de suas loucuras “a de arvorar-se em crítica” de *A Crítica*. Diz, ainda, que o sexo feminino estaria sofrendo um processo de “degeneração” e incluiu Maria Claudia como exemplo já que, ao seu ver, seria “mulher masculinizada”.

Mas o que desejo dizer a Dona Maria Claudia é que *ela deve retirar para sempre os seus óculos de professora*, não se preocupar tanto com pinturas (do rosto já se vê), recorrer a um médico de doenças nervosas e *arranjar um marido* (estando eu certo ela solteira) pois uma mulher casada, que tem perfeita compreensão dos deveres de esposa, não tem tempo para cuidar do marido, dos filhos e da casa quanto mais para estar *defendendo o sexo e criticando trabalhos alheios*. [...] E aqui fico, Dona Maria Claudia, pedindo-lhe que não se preocupe comigo pois se lhe dirijo estas linhas, não é com o fim de encetar contigo uma polêmica, mas sim, com o de fazer-lhe sentir que cairia muito mais facilmente nas graças de todos se guardasse a sua tesoura para cortar uma roupa qualquer para si, *para um filho* ou para... quem quer que seja. (grifos meus)

João Semente relacionou, então, o que considerou ser uma ousadia à ocorrência de alguma doença mental, à falta de marido e de filhos. A crônica de Maria Claudia não foi rebatida pelo autor com base no texto escrito por ela, mas, sim, amparada na construção social e política

¹⁵³ *A Crítica*, 21 de jun. 1931, ed. 158, p. 6, grifo meu.

¹⁵⁴ *A Crítica*, 28 de jun. 1931, ed. 159, p. 2.

¹⁵⁵ *A Crítica*, 19 de jul. 1931, ed. 162, p. 2.

de gênero.¹⁵⁶ A escritora, porém, não recuou. Sua resposta foi publicada na edição seguinte, ocupando a primeira página do semanário literário quase que por inteiro. Dirigindo-se aos seus leitores, disse que não responderia as indelicadezas de João Semente que, em sua visão, seria um “defensor da mediocridade”.¹⁵⁷ Afirmou que não sentia medo de ser criticada, visto que “os verdadeiros azes” de *A Crítica* teriam “consciência do meu merecimento e jamais desonrariam a sua pena endereçando-me diatribes ou pretendendo julgar-me”. Parece entender Maria Cláudia como um personagem, um álter ego, ao referir-se em terceira pessoa quando diz que “só esses estariam à altura de julgar a personalidade literária de Maria Claudia”. Ao contrário de seu crítico, dedicou-se a rebater João Semente destacando problemas gramaticais e estruturais da crônica escrita pelo autor. Outrossim, respondeu à insinuação de João Semente de que sua ousadia como crítica era resultado da falta de ocupação por não ser uma mulher casada ao dizer que trabalhava – ao contrário de João Semente, insinuou. Quando decidiu escrever para o público, disse, previu “todos os percalços”:

Sobre o melindroso assunto do caráter das donzelas de hoje, abstenho-me de tecer comentários. *É assunto para dez volumes.* [...] Há, entre outras tolices do Snr. João Semente, um tópico francamente imoral. Refiro-me àquele imundo – “...já deve por certo ter flertado com alguma Vara”. Até as donzelas pudicas encontram nisso uma feia mazela pornográfica. *São frases que os João Semente não seriam capazes de repetir, cara-a-cara, às Maria Claudia.* O sexo-fraco também sabe empunhar um relho, desde que prefira desdenhar dos direitos de lei de imprensa. [...] Jamais supus, entretanto, *que um brasileiro* (será brasileiro?!...) *fosse capaz de insultar covardemente e publicamente uma mulher independente,* para quem a S. Exa. é um ilustre desconhecido. Ainda bem que homens de sabido valor como o luminoso poeta Jarbas Cordeiro sabem ter a elegância de derramar um punhado de pétalas veludasas e perfumadas *sobre a cabeça humilde, mas erguida, de Maria Claudia!* [...] Meus queridos leitores, rapazes ou moças, a quem dedico estas linhas – escolhei. *Escolhei entre um e outro.*

Apesar de dizer que seu objetivo não era causar polêmica, a discussão, que começou em julho de 1931, persistiu até outubro daquele ano. O conclave feito por Maria Claudia para que os leitores escolhessem um lado também foi respondido por outros colaboradores de *A Crítica*, como Mattos Além, Diógenes e Marinbondo. O apoio de Mattos Além à Maria Claudia foi declarado naquela mesma edição, talvez porque os dois eram correspondentes e, portanto, Mattos poderia estar ciente que a resposta de sua amiga seria publicada naquela semana. Para Mattos Além, João Semente – a quem dedicou diversas crônicas e poemas satíricos sob o título de *João, o cretino* – era um homem que não sabia criticar a personalidade intelectual de uma mulher “sem vomitar cinicamente um punhado de insultos”.¹⁵⁸ Diz que sua intenção não era vir

¹⁵⁶ GROSSO, 2021, p. 126.

¹⁵⁷ *A Crítica*, 26 de jul. 1931, ed. 163, p. 1.

¹⁵⁸ *A Crítica*, 26 de jul. 1931, ed. 163, p. 2.

a socorro da autora que, a seu ver, possuía cabedal suficiente para “aniquilar criticoides” ela mesma; mas, sim, censurar as “acusações imorais” presentes na crítica “vazia de bom senso e de talento” que fora direcionada à Maria Claudia.

Já os autores Diógenes e Marinbondo cerraram fileiras junto à João Somente. Em sua crônica direcionada à Maria Claudia, Diógenes escreveu que “uma colaboradora que se considera uma personalidade literária” não poderia derramar tantos “disparates” e que “não lhe contesto a inteligência, nem a cultura, e sim, a falta de modéstia, a vaidade desenfreada” ao pressupor que poderia agir como crítica.¹⁵⁹ Na crônica assinada por Marinbondo, este diz que Mattos Além seria apenas um bajulador por ficar ao lado de Maria Claudia, “arvorando-se como patrono de uma moça petulante”, cuja “intromissão indébita” o teria irritado profundamente. Sob seu olhar, Maria Claudia era possuidora de uma “irritante falta de modéstia” e, sendo uma “moça de gestos desassombrados, modernizada, masculinizada”, não precisava do auxílio de Mattos e suas “exibições de cavaleiro”.¹⁶⁰

O assunto fora encerrado por Maria Claudia em *palavras a um tolo*, onde começou dizendo que “esta polêmica já vai se tornando supinamente enfadonha”.¹⁶¹ Durante toda a escaramuça, a escritora não recuou quanto às suas opiniões em relação aos erros gramaticais e estruturais que seus críticos teriam cometido, nem frente às acusações difamatórias das quais foi vítima. Outrossim, não afirmou claramente se era a favor ou contra o “progresso feminino” propagado pelo feminismo do qual João Somente a acusou de integrar.¹⁶² Disse, apenas, que o autor “fala em moral como coisa de seu uso privado, esquecido ou ignorante de que a moral é elástica, inconstante e puramente convencional”.¹⁶³ Ao mesmo tempo, insistiu em pontuar que o escritor ofendeu sua honra perigosamente ao sugerir publicamente que Maria Claudia poderia ser solteira e, ao mesmo tempo, mãe. Finalizou *Palavras a um tolo* afirmando que João Somente era um “abjeto e imundo insultador gratuito”.

Com base em Rachel Soihet, o constrangimento público habitualmente direcionado às mulheres feministas por meio dos jornais funcionava como um instrumento para atravancar quaisquer possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos.¹⁶⁴ As mulheres que fugiam ao

¹⁵⁹ A Crítica, 2 de ago. de 1931, ed. 164, p. 2.

¹⁶⁰ A Crítica, 9 de ago. 1931, ed. 165, p. 3.

¹⁶¹ A Crítica, 18 de out. 1931, ed. 175, p. 3.

¹⁶² A Crítica, 2 de ago. de 1931, ed. 164, p. 3.

¹⁶³ A Crítica, 20 de set. 1931, ed. 171, p. 2.

¹⁶⁴ SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Estudos Feministas**, v. 13, p. 591-610, set-dez 2005, p. 592.

estereótipo feminino tradicionalmente perpetrado, como as escritoras, eram apresentadas como feias, pecadoras, masculinizadas e grosseiras. Ao levantar publicamente a possibilidade de Maria Claudia ser mãe de uma criança concebida fora do matrimônio, João Somente procurou atacar sua credibilidade e o respeito que a autora afirmou ter conquistado através de sua produção literária, visto que “mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam direito a qualquer consideração”, afinal, a manutenção da pureza aproximava as mulheres do exemplo da Virgem Maria – arquétipo oposto à Eva.¹⁶⁵

Talvez por ter ciência dos perigos que cercavam aquelas que decidiam escrever para os jornais, Maria Claudia tenha optado pelo uso do pseudônimo. Duarte aponta que “não é por acaso que a única modalidade de texto não praticada pelas mulheres até meados do século XX foi justamente a crítica literária”.¹⁶⁶ Mesmo Maria Claudia sendo possivelmente membro da juventude da sociedade iguaçuana, cuja produção literária figurou frequentemente nas páginas de um semanário valorizado pelos grupos dirigentes do município, foi considerada como uma “moça petulante” que se atreveu a criticar seus companheiros homens. Muitas escritoras adotaram pseudônimos como um instrumento de proteção frente à opinião pública a que se submetiam ao expor seus textos publicamente:

Mesmo aquelas que tivessem incentivo por parte da família, uma educação sólida e a oportunidade de publicar, a crítica se encarregava de mostrar que aquele não era seu lugar. A larga utilização de pseudônimos por parte das escritoras [...] visava precisamente preservar a imagem e proteger o círculo mais íntimo da pressão social, advinda da exposição pública. Havia como que uma “censura no ar”, uma oposição implícita contra a mulher que escrevesse.

Nesse sentido, o semanário literário *A Crítica* se configurou como um espaço de socialização para a juventude que pertencia às famílias influentes do município, especialmente do distrito-sede. As mulheres figuravam constantemente em suas páginas, tanto como as personagens idealizadas das poesias e crônicas de autoria masculina, quanto expositoras de sua própria produção literária. O jornal pode ser uma janela interessante para avaliarmos o que os grupos dirigentes pensavam sobre a chamada “questão feminina” que permeou aquele início de século. O caso de Maria Claudia e seu suposto atrevimento ao adentrar o terreno da crítica literária, ao nosso ver, evidenciou que, apesar do acolhimento por parte dos dirigentes e colaboradores do jornal em relação a produção literária feminina, existia certo limite à atuação das iguaçuanas enquanto escritoras e colaboradoras do periódico.

¹⁶⁵ SOIHET, 2005, p. 598.

¹⁶⁶ DUARTE, 1997, p. 90.

Na medida que as mulheres de elite e dos setores médios das cidades avançavam no espaço público, Márcia Leite percebeu o crescimento da preocupação entre as instituições políticas e religiosas em definir os espaços que seriam adequados ao lazer feminino, devidamente organizados e austeros.¹⁶⁷ Entendidos como locais morais e honestos, a formação dos clubes sociais está inserida nessa lógica.¹⁶⁸ Para além das reuniões residenciais, das festas de rua – como as festas religiosas e carnavalescas –, da ida aos cinemas e ao circo, o grande marco da vida social iguaçuana sob o olhar de Nicanor Pereira e Deoclécio Dias Machado Filho foi a fundação do Esporte Clube Iguaçu, em 1912.¹⁶⁹ Propagandeado como a extensão da casa de seus associados, o ECI era considerado como o ambiente familiar e ordeiro próprio para a socialização das mulheres iguaçuanas solteiras e casadas:

Tudo no Esporte Clube Iguaçu era festa, *com muita ordem e disciplina*, onde se realizavam os mais lindos bailes de chita *com todas as moças e senhoras de vestidos longos* em estampados variados, não se dispensando as quadrilhas de roça que, por vezes, foram marcadas pelo velho Braga, pai do Asdrúbal.¹⁷⁰

O quadro dirigente e societário do Iguaçu contava com nomes relevantes dentro da dinâmica política municipal. O clube, seguindo a tendência das associações daquele tipo nas primeiras décadas do século XX, se configurou como o teatro no qual as famílias dos grupos dirigentes interagiam entre si e procuravam estabelecer-se política e socialmente.¹⁷¹ Como personagens deste palco de diferenciação social, as filhas e esposas acumularam a função de “contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura” no clube, de modo a manter ou elevar o prestígio social da família e, assim, “significavam um capital simbólico importante” – mesmo que a autoridade tenha se mantido nas mãos dos pais e maridos.¹⁷² Enquanto administradoras da vida pública de suas famílias, a intervenção das mulheres das classes médias e alta passou a ser mais comum:

Apesar dessa “vigilância”, sua participação na preparação e realização de várias etapas da comemoração cívico esportiva demonstra que, a partir dos anos 1920, as mulheres de elite passaram a se interessar cada vez mais por diferentes formas de aparição

¹⁶⁷ LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador (1890-1930)**. 1997. 187f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

¹⁶⁸ PRIORE, 2017, p. 337.

¹⁶⁹ MACHADO FILHO, Deoclécio Dias. **Tradição de um nome: A vida social do E. C. Iguaçu**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1956.

¹⁷⁰ PEREIRA, 1982, p. 84, grifos meus.

¹⁷¹ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras**. São Leopoldo (1850-1930). 2000. 421f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹⁷² D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, 237-238.

pública e sociabilidade. A formação dos comitês femininos para apoiar clubes de futebol atesta que sua frequência no espaço público passou a ser mais comum e mais dinâmica.¹⁷³

Ao longo da primeira metade do século XX, diversos clubes foram mencionados nas páginas do *Correio da Lavoura*. O furor dos iguaçuanos em relação aos clubes esportivos e ao futebol se refletiu na criação da Associação Iguaçuana de Esportes, em 1932, que logo na sua inauguração já contava com cinco clubes associados a ela.¹⁷⁴ Enquanto sinais de progresso e modernização, os clubes esportivos realizaram uma parada em homenagem ao centenário do município em 1933. Ao todo, dezessete clubes desfilaram:

Organizada pelo S. C. Iguassú teve um êxito invulgar a grande parada esportiva, da qual participaram 17 clubs com sede neste Município. Feita a concentração no seu belo Stadium e obedecendo a rigorosa formação de todos os clubs inscritos, puxados por clarins militares, escoteiros e banda da Polícia Militar, iniciou o desfile do grande cortejo, a cuja frente se destacava o pavilhão nacional conduzido por uma senhorita. Percorrido o itinerário determinado, debaixo de palmas do povo, fez passagem pelas ruas centrais da cidade, causando a melhor impressão o modo brilhante porque se fez representar as forças esportivas iguaçuanas.¹⁷⁵

Para o correspondente do *Diário Carioca*, ao incluir a parada desportiva no roteiro das comemorações do centenário a “cidade fluminense veio provar de que tudo que lá vive e existe marcha galhardamente para um progresso contínuo” e impressionou os “convidados oficiais” com a quantidade de clubes que participaram do desfile.¹⁷⁶ Entretanto, os clubes mais destacados na imprensa iguaçuana são os já citados Esporte Clube Iguaçu e Filhos de Iguaçu – este último fundado em 1928 como uma dissidência do ECI. Embora o ECI recebesse maior atenção dos grupos dirigentes e da imprensa, Oliveira aponta que ambos os clubes possuíam rotinas sociais e esportivas parecidas¹⁷⁷. Além da organização de campeonatos e partidas de futebol, o Filhos de Iguaçu e o Esporte Clube Iguaçu eram conhecidos pelos eventos sociais realizados em seus salões, como festas de carnaval e bailes dançantes. Apesar de sucintamente mencionadas, como a “senhorita” que conduziu a bandeira nacional citada no trecho acima, as

¹⁷³ SILVA, 2012, p. 36.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Dos filhos de João e Teodora aos Filhos de Iguaçu**: família, trajetórias, futebol e associativismo negro na Baixada Fluminense (1854-1950). 2021. 188f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, p. 139.

¹⁷⁵ *Correio da Lavoura*, 19 de jan. 1933, ed. 827, p. 2.

¹⁷⁶ *Correio da Lavoura*, 17 de jan. 1933, ed. 1363, p. 8.

¹⁷⁷ Isto não quer dizer, porém, que os clubes atendiam a públicos parecidos. Em sua tese, Max F. Rodrigues de Oliveira (2021) entende que os associados do Filhos de Iguaçu pertenciam a classes sociais mais baixas do que àqueles do Esporte Clube Iguaçu. Além disso, enquanto o ECI era frequentado por uma elite majoritariamente branca, o Filhos de Iguaçu se configurou como um importante espaço de associativismo negro, traduzido na figura de Enéas Pereira Belém, um de seus fundadores.

mulheres eram assíduas frequentadoras e organizadoras dos eventos sociais realizados nos clubes.

Durante a escrita desta dissertação, não encontramos indícios de que um arquivo documental pertencente ao Esporte Clube Iguaçu tenha sobrevivido ao tempo e, conseqüentemente, não localizamos um trabalho acadêmico que tenha o clube como objeto de análise. Para os nossos fins, baseamo-nos no livro publicado por Deoclécio Dias Machado Filho, em 1958. Na obra intitulada *Tradição de um nome: a vida social do E. C. Iguaçu*, o autor intercalou memórias do passado e do presente do clube à época como uma homenagem ao aniversário de quarenta e seis anos da instituição. A carência de um acervo documental próprio impõe problemas ao pesquisador que busca informações sobre o clube para além das partidas de futebol, assiduamente publicadas na coluna de esportes do *Correio da Lavoura*.

De acordo com Deoclécio Dias Machado Filho, o Esporte Clube Iguaçu foi fundado em 17 de novembro de 1912. Inaugurado em um período no qual “a nossa sociedade ainda engatinhava, sem haver propriamente onde se congregar”, o início das atividades do clube foi acanhado.¹⁷⁸ Ansiosos por um espaço social, a juventude da sede rapidamente abraçou o clube e os saraus dançantes foram os primeiros eventos organizados pela instituição. Logo conquistou o prestígio das “principais famílias” da cidade. Em sua sede própria realizaram-se grandes festivais, noites de gala e bailes a rigor acompanhados de orquestra; também na sede os associados se reuniam para jogar ping-pong, xadrez e “inúmeras outras diversões que acabaram por tornar pequeno o novo e amplo edifício”.¹⁷⁹ O prefácio do livro foi assinado por Luiz Azeredo, que escreveu:

*A família iguaçuana, que tem raízes profundas no E. C. Iguaçu e dele não se afasta por amor às suas tradições; essa família que vem se multiplicando através dos anos, sempre ligada ao clube onde se reúne e se diverte e socialmente se aprimora, está comemorando de maneira especial a passagem do aniversário do marco que o entusiasmo de Ptolomeu Trindade, prestigiado pelos moços iguaçuanos de então, fincou no solo da velha e hospitaleira Maxambomba. O E. C. Iguaçu foi uma semente nova atirada a uma terra fértil e dadivosa porque, durante toda a sua existência, ele tem assinalado magníficas vitórias esportivas e sociais, tornando o seu nome conhecido e admirado muito além de nossas fronteiras municipais. Frequentado sempre por centenas de associados, pertencentes quase todos às mais antigas e conceituadas famílias iguaçuanas, o E. C. Iguaçu é a nossa própria sociedade que se forma, que se desenvolve e realiza em bases sólidas para o futuro.*¹⁸⁰

Embora Machado Filho e Nicanor Pereira tenham destacado Ptolomeu Trindade como o principal fundador do Esporte Clube Iguaçu, nenhum dos dois autores entrou em detalhes

¹⁷⁸ Machado Filho, 1958, p. 17.

¹⁷⁹ Machado Filho, 1958, p. 18.

¹⁸⁰ MACHADO FILHO, 1958, p. 12, grifos meus.

sobre os eventos que culminaram na criação do clube. Por ter sido fundado cinco anos antes do *Correio da Lavoura* – cujo valor como fonte histórica reiteradamente reforçamos ao longo desta dissertação – informações mais detalhadas sobre a fundação da instituição e suas ações sociais e esportivas são raras. Porém, encontramos algumas respostas sobre Ptolomeu Trindade e a fundação do clube em um artigo publicado em 1962 no *Correio da Lavoura* em comemoração aos seus cinquenta anos de existência.

O artigo que recuperou a história dos anos iniciais do clube foi baseado no depoimento de um “veterano alvinegro” que teria feito parte das reuniões que deram origem ao ECI. Com base nesse artigo, Ptolomeu Trindade era um jogador de futebol que fixou residência no distrito sede com sua família e logo estabeleceu “as melhores relações em nossa sociedade”¹⁸¹. A ideia da criação do clube esportivo foi recebida com estranhamento por algumas famílias, mas logo os indivíduos envolvidos na iniciativa conseguiram tirar o projeto do papel. Após assegurar o campo de futebol para a realização das partidas, Ptolomeu Trindade buscou jogadores no Rio de Janeiro para completar os dois quadros necessários para as partidas.

A inauguração do clube em novembro de 1912 foi acompanhada por uma “festa esportiva e social que empolgou toda a pacata Maxambomba”, com desfile dos atletas e apresentação de uma banda de música no campo de futebol que fora enfeitado com bandeirolas para a ocasião. Entre os integrantes da primeira direção do clube, estava o farmacêutico Reinaldo de Aragão, padrinho de batismo de Carmelita Brasil¹⁸². De acordo com o artigo, Aragão foi um dos grandes incentivadores do movimento que criou o clube por ter dado “injeções de entusiasmo nos menos otimistas” e por ter integrado a comissão que negociou o terreno no qual seria instalado o campo de futebol.¹⁸³ Abaixo, uma fotografia do time do Esporte Clube Iguaçu no dia de sua inauguração¹⁸⁴:

¹⁸¹ *Correio da Lavoura*, 11 de dez. de 1962, ed. 2382, p. 3. As informações sobre Ptolomeu Trindade são vagas. É dito que foi “um dos valorosos defensores do São Paulo e do Rio”, mas há mais detalhes sobre a mudança da família Trindade para Nova Iguaçu. Cinco anos após a fundação do Esporte Clube Iguaçu, Ptolomeu Trindade teria voltado a residir no Rio de Janeiro com sua família.

¹⁸² *Efemérides Iguaçuanas*, 10 de mai. de 1914. Além de Reinaldo Aragão, também são mencionados: Dino e Alarico Melo, Nelson Trindade (irmão de Ptolomeu Trindade), Gabriel Pimenta, Enéas Alarcão, Silvio e Silvino de Azeredo, capitão Alberto Travassos Veras e Tasso Kelly Marques.

¹⁸³ *Correio da Lavoura*, 11 de dez. de 1962, ed. 2382, p. 3.

¹⁸⁴ Estão na foto os seguintes jogadores amadores, da esquerda para a direita: Silvio, Silvino, Alarico, Dininho, Nelson e Artur, em pé; Antônio, Machado, Sabino, Galvani, Estácio e Chambarelli, de joelhos; Eugênio, Rogério, Jorge Tatú e Avelino, sentados. Também estão na fotografia: Samuel Ramos, de terno escuro, e Ptolomeu Trindade, vestido de branco.

Imagem 03: Esporte Clube Iguaçu em 1912



Fonte: *Correio da Lavoura*, 11 de dez. de 1962, ed. 2382, p. 3

Ainda de acordo com o artigo publicado no *Correio da Lavoura* em 1962, após os primeiros cinco anos do clube houve um período de desânimo que teria sido motivado pela ausência de Ptolomeu Trindade, que retornou para o Rio de Janeiro com sua família. O sucesso nos campos de futebol na década de 1920, porém, deu novo fôlego ao clube, incentivado pelos melhoramentos do campo e a transferência para a nova sede. Este período de renovação foi creditado pelo periódico aos novos nomes que se aliaram à “alguns elementos da velha guarda”; entre eles o Coronel Nicolau Rodrigues da Silva, o citricultor Francisco Gentil Baroni e Antonio Gonçalves Pereira, pai de Nicanor.¹⁸⁵ Este grupo foi responsável por realizar a dragagem do campo de futebol e negociar com o então prefeito Sebastião de Arruda Negreiros a doação do terreno ao clube de forma definitiva.¹⁸⁶

Na visão de Deoclécio Dias Machado Filho, o nascimento do Esporte Clube Iguaçu em 1912 marcou a fundação da própria sociedade local. O quadro social do clube era numeroso, mas “bem selecionado”; afinal, tratava-se do “conceituado clube da elite local”.¹⁸⁷ Em seu livro de memórias, Nicanor sucintamente escreveu sobre sua admissão como sócio do ECI:

Se o nosso lema era trabalhar e estudar, também ao E. C. Iguaçu eu deveria me dedicar. Era clube da elite iguaçuana, no qual, para se tornar sócio, a proposta passava por uma rigorosa comissão de sindicância. Tive a minha carteira de sócio em 1933 assinada pelo presidente Hipólito Paquelet e pelo Tesoureiro, Cel. Nicolau Rodrigues da Silva, sustentáculo do clube em toda sua existência.¹⁸⁸

Não foi possível localizar o estatuto do clube ou possíveis diretrizes que discorressem sobre a admissão de sócios. Como fora discutido neste capítulo, os fatores que determinavam a

¹⁸⁵ *Correio da Lavoura*, 11 de dez. de 1962, ed. 2382, p. 3.

¹⁸⁶ PEREIRA, 1982, p. 53.

¹⁸⁷ MACHADO FILHO, 1958, p. 17; p. 68.

¹⁸⁸ PEREIRA, 1982, p. 82, grifos meus.

inclusão de indivíduos e suas famílias ao grupo de “famílias tradicionais” ou, neste caso, à “elite iguaçuana”, ainda não são claros. Na historiografia que se dedica aos estudos dos clubes recreativos, não é incomum encontrarmos exemplos de “clubes da elite” que admitiam associados independentemente da renda. Algumas admissões eram conquistadas como resultado “da criação de uma rede de relações de amizade e de compromissos estabelecida com a elite”.¹⁸⁹ O “ABC do associado”, presente no livro *Tradição de um nome*, nos oferece algumas pistas sobre a conduta que se esperava dos indivíduos que faziam parte de seu quadro social:

Amar com fé e orgulho o E. C. Iguaçu. / Batalhar incessantemente pelo seu progresso. / Considerar-se amigo de outro associado. / Difundir suas boas realizações. / Elevar o nome dos que por ele trabalham. / Fazer parte do grupo de colaboradores. / Ganhar terreno na boa propaganda. / Herdar a tradição do seu nome. / Incentivar o progresso social. / Joeirar o que não serve e aproveitar o que é útil. / Lembrar à Diretoria as boas iniciativas. / Mostrar-se sociável quando em seu recinto. / Não se descuidar da boa apresentação. / Orgulhar-se de pertencer ao seu quadro social. / Pugar pelos seus ideais. / Querer bem aos diretores. / Referir-se com satisfação às suas obras. / Saber por que o defende. / Ter sempre o seu escudo como lema. / Ufanar-se do progresso em que vai. / Velar pelos seus interesses. / Zelar seu patrimônio. (Machado Filho, 1958, p. 9, grifos meus)

Ou seja, enquanto espaço de reunião das famílias iguaçuanas tradicionais, o Esporte Clube Iguaçu se configurava também como um lugar de *reafirmção* da influência deste grupo. Afinal, esperava-se que os associados valorizassem uns aos outros e, a partir disso, ganhassem “terreno na boa propaganda”. Acreditamos que através do incentivo à reafirmação constante do ECI como um espaço social distinto que abrigava em seu seio apenas o melhor da sociedade iguaçuana, seus associados “herdavam o seu nome”, ou seja, utilizavam-no como uma credencial social.¹⁹⁰ Ao investigar os clubes recreativos em cidades do sul e sudeste brasileiros, Janete Leiko Tanno destacou a importância destas instituições para a perpetuação e a conservação do *status quo* das elites e para a ampliação de sua rede de relações:

A importância dos clubes recreativos como espaços de convivência, de (re)definição de identidades, de oportunidades para o exercício da amizade, de extensão da rede de relações e poder, foi observada não somente pelas elites, mas também por pessoas de outras categorias sociais como os trabalhadores urbanos e aqueles pertencentes a grupos étnicos como italianos. [...] Os frequentadores desses espaços informais criavam uma rede de sociabilidade abrangente que poderia gerar dividendos de várias ordens como relações de amizade, matrimoniais, políticas e econômicas para a conservação do *status quo* ou para a inserção e ascensão social dos grupos marginalizados.¹⁹¹

Nesse sentido, interpretamos que a linha “ganhar terreno na boa propaganda” trata justamente da possibilidade apresentada ao associado do Esporte Clube Iguaçu de estabelecer

¹⁸⁹ Tanno, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). In: *Patrimônio e Memória*, v. 7, n. 1, p. 328-347, jun. 2011.

¹⁹⁰ BOURDIEU, 1986.

¹⁹¹ Tanno, 2011, p. 329; p. 346.

relações e trocas lucrativas – do ponto de vista material ou simbólico – com os demais indivíduos que faziam parte daquele espaço social. Destacamos, porém, que se faz necessário a realização de um estudo que tenha o ECI como objeto, visto que as fontes que nos são acessíveis no momento foram produzidas por pessoas e instituições ligadas ao clube – como os livros de memória e dos artigos publicados no CL, periódico comandado por indivíduos que fizeram parte da história do clube. Para Samuel Ribeiro dos Santos Neto e Edivaldo Gois Junior, as associações esportivas e recreativas utilizavam a imprensa como um veículo de afirmação de sua relevância social, portanto as “representações veiculadas nos jornais sobre as associações são também expressões das dinâmicas e disputas que constituíam tais espaços, suas atividades e relações políticas”.¹⁹² Acreditamos que a mesma noção pode ser estendida aos livros de memória por nós utilizados.

A vida social de Nova Iguaçu durante a década de 1930 foi descrita por Nicanor Pereira como vibrante e causadora de “inveja aos outros municípios em face das promoções de vulto” que aconteciam na cidade.¹⁹³ A rotina esportiva foi muito destacada pelo autor em suas memórias e, além do ECI, outro clube foi abraçado pelos iguaçuanos: o Filhos de Iguaçu. Em sua tese de doutorado, Max F. Rodrigues de Oliveira analisou a trajetória da família Pereira Belém, tendo como fio condutor Enéas Pereira Belém, homem negro que viveu em Nova Iguaçu no início do século XX e que integrou o grupo de fundadores do Filhos de Iguaçu.¹⁹⁴ Segundo o historiador, o FI foi criado em junho de 1928 por um grupo dissidente do Esporte Clube Iguaçu, embora não tenha sido possível localizar a razão que levou ao desentendimento¹⁹⁵. Tal como ocorreu com o ECI, Oliveira também destacou a dificuldade em localizar fontes sobre a história do clube, visto que um acervo próprio não foi encontrado. Portanto, pouco se sabe sobre sua fundação, já que as primeiras notícias sobre o clube surgiram nas páginas esportivas apenas quando conquistou certo destaque.¹⁹⁶

A rivalidade entre os dois times foi firmemente estabelecida durante o campeonato promovido em comemoração ao centenário do município de Nova Iguaçu, em 15 de janeiro de 1933. Para os torcedores iguaçuanos, a vitória do já tradicional E. C. Iguaçu era esperada — afinal, se tratava da celebração mais importante da história do município até então. Do

¹⁹² SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos; GOIS JUNIOR, Edivaldo. As redes de atuação política do associativismo esportivo e recreativo dos portugueses em São Paulo nos anos 1930. In: **Tempo**, v. 29, n. 1, p. 68-86, jan-abr 2023, p. 69.

¹⁹³ PEREIRA, 1982, p. 58.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, 2021.

¹⁹⁵ O próprio nome do clube teria sido um aceno ao fato de que nasceu a partir de uma cisão com o Esporte Clube Iguaçu. Ver mais em: OLIVEIRA, 2021.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, 1982, p. 58.

enfrentamento dos dois times pela taça do centenário, saiu vitorioso o Filhos de Iguaçu, consagrando aquela partida na memória futebolística iguaçuana.¹⁹⁷ O jornal carioca *Diário da Noite* enviou um representante para acompanhar as celebrações do centenário de 1933 que, por sua vez, registrou o “brilhante triunfo do Filhos de Iguassú sobre o Sport Club Iguassú” com o placar de 5 a 2.¹⁹⁸

Em um dos capítulos de seu livro, Nicanor Gonçalves Pereira registrou a rivalidade entre os dois clubes. Em um dos bailes carnavalescos realizados no salão do E. C. Iguaçu na década de 1930, a comissão de organização solicitou que os convidados se vestissem com roupas quadriculadas preto e branco — as cores do clube. Nicanor, frequentador dos salões alvinegro e alvirrubro, resolveu provocar a turma e compareceu à festa vestindo as cores do rival:

Na época também me associava às festas dos Filhos de Iguassú e ajudava a Diretoria. Para o baile e com gozação fiz minha roupa em quadriculado vermelho e branco, nas cores do Filhos, como enfeitado durante todo o baile sofri nas rodas, empurrões, pois existia sempre uma rivalidade entre Filhos e Iguaçu.¹⁹⁹

Aparentemente, a rivalidade aguerrida entre os dois clubes não impedia que os jovens iguaçuanos frequentassem os salões de ambos os clubes ou participassem da organização dos eventos neles sediados. Veremos mais à frente que Carmelita Brasil era alvinegra de coração, mas seu amor pelo Esporte Clube Iguaçu não a impedia de participar dos eventos promovidos pelo rival.

Nas fontes aqui empregadas que abordam a história do ECI, nenhuma mulher foi citada entre os nomes célebres do clube. Quando são mencionadas, comumente estão relacionadas à torcida e à organização dos eventos sociais e esportivos. De fato, de acordo com Aira Fernandes Bonfim, as senhoritas e senhoras associadas aos clubes esportivos passaram a frequentar as arquibancadas dos jogos de futebol durante as duas primeiras décadas do século XX.²⁰⁰ Logo, em um primeiro momento, a participação das mulheres em instituições sociais deste tipo estava baseada principalmente na execução de ações consideradas adequadas ao gênero feminino. As associadas foram mantidas distantes da direção do ECI, ao menos, até a criação do Departamento Feminino — o que não destoia do que ocorreu no Filhos de Iguaçu.²⁰¹ Apesar disso, na narrativa de Nicanor, as iguaçuanas se interessaram pelo clube desde a sua fundação:

¹⁹⁷ Ibidem, p. 110.

¹⁹⁸ *Diário da Noite*, 30 de jan. 1933, ed. 845, p. 6.

¹⁹⁹ PEREIRA, 1982, p. 62.

²⁰⁰ BONFIM, Aira Fernandes. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. 2019. 213f. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

²⁰¹ Segundo OLIVEIRA (2021, p. 155), houve uma “ausência completa de mulheres nos quadros administrativos do clube, em cargos de liderança, tanto no conselho administrativo, como na comissão de contas”.

Contou-me recentemente a veneranda senhora Pires de Melo que, admiradora do esporte bretão, costumava assistir, juntamente com suas amigas, as partidas pela cerca do seu quintal e que nos intervalos, supria os jovens jogadores com água filtrada em potes de barro, servindo-lhes ainda saboroso cafezinho torrado e pilado em sua casa. Nos jogos amistosos, que comumente se realizava aos domingos, era hábito as senhoras e mocinhas conduzirem cadeiras em que, colocadas junto ao campo, assistiam aos encontros de futebol.²⁰²

Imagem 04: Primeiro campo do Esporte Clube Iguaçu – 1912



Fonte: *Correio da Lavoura*, 11 de dez. de 1962, ed. 2382, p. 3

Ao analisar a fotografia acima, conseguimos imaginar a “senhora Pires de Melo” – que, nem em 1982, quando o livro foi publicado, foi adequadamente nomeada – assistindo de sua casa as partidas de futebol. O campo era aberto, mas contava com uma cerca para delimitar o avanço dos torcedores. Nesta fotografia em específico, o público é majoritariamente composto por homens e um grupo considerável de crianças, entre meninos e meninas. Vemos, também, muitas pessoas vestidas com roupas claras, o que é apontado por Maria Izilda Santos de Matos como uma característica distintiva das famílias de posses, visto que o cuidado de lavar, passar e engomar as roupas brancas era delegado às mulheres pobres que trabalhavam como lavadeiras.²⁰³

Ao comparar nossas observações sobre a participação das mulheres nos principais clubes da cidade-sede com a pesquisa desenvolvida por Aira Fernandes Bonfim sobre a tomada dos campos de futebol pelas mulheres no Rio de Janeiro, percebemos que a prática do esporte chegou mais tarde para as mulheres iguaçuanas do que para as associadas dos clubes da capital

²⁰² PEREIRA, 1982, p. 18.

²⁰³ MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). In: *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 97-115, 1995.

e do subúrbio cariocas.²⁰⁴ Enquanto Bonfim aponta a intensificação da prática esportiva feminina nos clubes analisados por ela, até o momento não identificamos esse processo nas fontes consultadas. Claro, a dificuldade existe pela própria invisibilidade destas personagens na documentação levantada, já que quase não são mencionadas e, quando o são, é de maneira sucinta. No período anterior à instalação do Departamento Feminino na década de 1940, encontramos poucas menções sobre o envolvimento das associadas do clube em exercícios físicos.

Em dezembro de 1923, o *Correio da Lavoura* publicou uma nota informando que em razão da visita de um grupo de desportistas da cidade fluminense de Sapucaia, algumas senhoritas organizaram um piquenique em uma das cachoeiras de Nova Iguaçu e um festival esportivo na sede do Esporte Clube Iguaçu.²⁰⁵ A programação do festival incluía uma corrida de duzentos metros para rapazes, uma corrida do ovo na colher para as moças e partida de futebol entre os visitantes e os jogadores do ECI. Eventos como esse também eram conhecidos como “festas *sportivas*” e “domingueiras” e “referiam-se a uma programação de atividades lúdicas realizadas em torno de uma competição esportiva central”.²⁰⁶ No caso acima, a principal competição era a partida de futebol entre o time visitante e o local, precedida pela realização de atividade lúdica como a corrida de ovos. Bonfim destaca que as atividades “que por vezes possam ser consideradas como jocosas nos dias atuais colocavam à prova a habilidade física e competitiva do público presente e participante das festas *sportivas*”.²⁰⁷

A criação do Departamento Feminino do Esporte Clube Iguaçu na década de 1940 reconheceu em definitivo a presença das mulheres entre os associados do clube e foi positivamente repercutida pelo *Correio da Lavoura*. O incentivo à prática esportiva feminina está relacionado ao entendimento crescente no início do século XX que relacionava o “papel da mulher” à saúde e higiene. Durante o entre guerras, Nancy Leys Stepan afirma que os movimentos eugênicos conformaram o pensamento científico e social brasileiro, impactando diversas políticas sociais implementadas pelo Estado, como o bem-estar infantil e a saúde materna.²⁰⁸ As mulheres, principalmente aquelas que também eram mães, foram um dos

²⁰⁴ BONFIM, 2019.

²⁰⁵ *Correio da Lavoura*, 6 de dez. 1923, ed. 351, p. 2.

²⁰⁶ BONFIM, 2019, p. 41.

²⁰⁷ Ibidem, p. 44. Inclusive, algumas dessas atividades eram apresentadas nos Jogos Olímpicos entre as modalidades competitivas, como a corrida de saco.

²⁰⁸ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil (1917-1940). In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 333.

principais alvos da legislação social implementada com base na leitura eugênica da “questão social” brasileira. Os eugenistas creditaram os problemas sociais enfrentados pelo país à “fusão racial” que teria provocado “a degeneração da raça”. Dado o papel privilegiado exercido pelas brasileiras na educação e criação de “uma força de trabalho saudável”, que poderia prevenir “uma revolução social provocada pela miséria”, as mulheres se constituíram como uma das ferramentas arregimentadas para implementação dos ideais eugenistas do Estado.²⁰⁹

A partir deste quadro, o esporte surgiu como uma alternativa para o aperfeiçoamento de corpos femininos capazes de gerar uma prole forte e saudável, pensamento este amparado na crença de que as mulheres brasileiras deveriam seguir sua natureza como reprodutora da raça:

A preocupação do Estado com a prática desportiva, cívica e eugênica, indispensável à ambos os sexos, alinhava-se com à ideia de um desenvolvimento nacionalista, que discrimina corpos, principalmente corpos dissidentes. Constituídas como contraponto da alteridade masculina, mulheres, além de mães e esposas, “deveriam” ser responsáveis pela geração de filhos fortes e saudáveis à pátria.²¹⁰

O ideário do Esporte Clube Iguaçu como um ambiente eugênico e propiciador da formação de uma juventude saudável e forte para Nova Iguaçu, ainda era propagada na década de 1950. O caráter eugênico do clube foi destacado por diversas vezes no livro escrito por Deoclécio Dias Machado Filho. Desde a sua criação, em 1912, a instituição teria contribuído “corajosa e conscientemente” pelos altos interesses da sociedade iguaçuana, “pelo desenvolvimento físico, artístico e cultural das novas gerações” e, assim, atuou “pela maior grandeza, enfim, da terra que nos viu nascer”.²¹¹ Diz, ainda:

Quem quer que aqui resida, não poderá ignorar a utilidade que ele significa para as gerações futuras do nosso grande Município. *O trabalho de eugênica através do desporto e de aprimoramento social*, somente em seu recinto têm sentido objetivo. Porque nos seus salões é que se reúnem os valores que caracterizam o nosso meio.²¹²

Quem quer que tenha nascido ou resida, apenas, em Nova Iguaçu, à sombra dos laranjais, não poderá negar ao Alvi-negro sua colaboração efetiva no desenvolvimento social da cidade. Por que, sem dúvida alguma, ele representa melhor e mais familiar centro, onde todos devem buscar conagração, esportividade e recreio para os seus, com todos os proveitos que proporciona, *principalmente do ponto de vista eugênico*.²¹³

Os elogios feitos pelo *Correio da Lavoura* à iniciativa de criação do Departamento Feminino do ECI estão de acordo com a própria postura do jornal como defensor da higiene e do sanitarismo no município. No entanto, o apoio do principal agente da imprensa iguaçuana

²⁰⁹ STEPAN, 2004, p. 353.

²¹⁰ BONFIM, 2019, p. 155-156.

²¹¹ MACHADO FILHO, 1956, p. 33.

²¹² Ibidem, p. 58, grifos meus.

²¹³ Ibid., p. 93-94, grifos meus.

não significou, na prática, a projeção das desportistas do alvinegro. Nesse sentido, encontrar informações no semanário sobre os esportes praticados pelas associadas, bem como referências sobre as partidas e quanto às próprias desportistas, é uma tarefa difícil. Ao contrário dos atletas homens, que são constantemente citados nas páginas do *Correio da Lavoura*, de *A Crítica* e na imprensa carioca, as mulheres seguiram sob certa invisibilidade. Portanto, nos deparamos com dificuldades quando buscamos mensurar o trabalho executado pelas associadas que integraram a seção feminina do clube. Nos deteremos sobre a criação e as atividades promovidas pelo Departamento Feminino do ECI no segundo capítulo desta dissertação, já que sua história está vinculada a de Carmelita Brasil, sua primeira presidente.

CAPÍTULO 2: TECENDO REDES

2.1 Carmelita Brasil Monteiro: entre bailes, clubes e o tabuleiro de xadrez

Nessa lage fria
Repousa os meus restos mortais
Nessa terra nasci, nessa terra fiquei
De todos e de tudo, nunca esquecerei...
Quando a Morte vier buscar-me.²¹⁴

Começamos a contar a história de Carmelita pelo epitáfio escrito por ela nos últimos anos de sua vida. Não sabemos se este texto foi realmente transcrito em sua lápide, mas sua importância para nós está no que é possível ser apreendido em suas poucas linhas: a vida em Nova Iguaçu e a noção, talvez inconsciente, de que suas palavras poderiam ser lidas por *alguém*. Carmelita escreveu diversos textos em um documento que chamamos de *Relicário*, preservado por sua sobrinha após seu falecimento.²¹⁵ Não identificamos este documento como um diário por sua estrutura fugir do padrão deste gênero de escrita, normalmente marcado por anotações diárias, contendo relatos e descrições acerca do cotidiano de seus autores. Decidimos por manter a denominação dada pela própria Carmelita porque acreditamos que o termo transparece mais fielmente a complexidade da documentação. Em sua primeira página, a ex-vereadora escreveu que aquele caderninho seria dado à sua mãe, muito doente à época, para que ela registrasse seus poemas e poesias. Seria um receptáculo, uma forma de preservar seus escritos após a sua partida:

Minha mãe,
Este caderno embora tosco em sua forma, constituirá para mim, um *Relicário*, incorporando em si, os seus escritos ou composições, que através a poesia que sempre cantou em seus ouvidos, glorificando a natureza, se imortalizará como a origem da força que lhe inspira, na concepção do bem, da vida e das coisas. [...] Assim queira escrever, que ansiosa e ávida de suas luzes, está a filha que lhe [ilegível] e admira.²¹⁶

Um relicário é um lugar de guarda e proteção de objetos importantes, portanto por si só se torna um elemento precioso, de grande valor. Um relicário guarda memórias e é isto que Carmelita buscou preservar. Após o falecimento de sua mãe, o *Relicário* seguiu como um lugar de reflexão para a filha, que nele registrou seus próprios poemas, textos e alguns detalhes sobre sua vida. Assim como uma caixa de recordações pode conter objetos que nos pertencem ou às pessoas que nos são importantes – como um colar, um bilhete, uma fotografia – e, portanto, versam sobre diversas vidas, o Relicário contém em si, ao menos, duas vozes: de Nadia e de

²¹⁴ *Relicário*, Carmelita Brasil Monteiro, s/d, p. 80.

²¹⁵ Nadia Ribeiro é filha de uma das irmãs de Carmelita e, após o falecimento de sua tia, preservou diversos itens que lhe pertenciam, como objetos pessoais, fotografias e o *Relicário*.

²¹⁶ *Relicário*, Carmelita Brasil, 11 de set. de 1945, p. 1, grifos meus.

Carmelita. Este foi um fator importante quando decidimos manter a nomenclatura utilizada por ela, pois um diário é um gênero que normalmente possui apenas um autor. Com base em José D'Assunção Barros, compreendemos o *Relicário* enquanto uma documentação polifônica, ou seja, uma fonte histórica onde é possível identificar mais de uma voz, de forma explícita ou não.²¹⁷

Também acreditamos ser importante destacar algumas características de sua estrutura, já que podem oferecer dicas para a nossa análise. Sabemos que o *Relicário* teria, ao menos, cem folhas graças à marcação feita por Carmelita no canto superior direito de todas elas. Porém, identificamos que 46 folhas foram retiradas, sendo uma delas apenas em parte. Descobrir a razão dos descartes e os responsáveis por eles é uma tarefa que beira a impossibilidade. Afinal, pode ter sido ação de Nadia, de Carmelita ou até mesmo dos familiares que cuidaram de seus pertences após o seu falecimento. Ao falar sobre os arquivos privados deixados por mulheres, Michelle Perrot destacou que parte significativa de seus diários e correspondências foram destruídos por elas próprias ou por suas famílias, motivados por indiferença ou um passado incômodo.²¹⁸ Para Perrot, as mulheres “frequentemente apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como que se deixa-las transparecer fosse uma ofensa à ordem”.²¹⁹

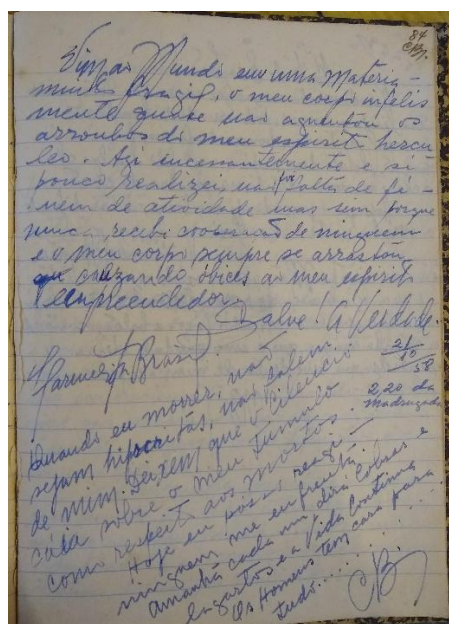
Os registros feitos no *Relicário* não foram realizados assiduamente e nem seguem uma cronologia, visto que por vezes uma entrada datada de 1963, por exemplo, poderia ser seguida de outra com data de 1959. Em alguns casos, a própria Carmelita escreveu o motivo em um canto da página; em outros, parece transparecer a necessidade que a ex-vereadora tinha em escrever, de abrir o caderninho em qualquer página que fornecesse algum espaço em branco para extravasar seus pensamentos. Abaixo, um exemplo, a partir da citação que abriu a introdução desta dissertação. No canto superior direito, podemos ver a numeração padronizada feita por Carmelita, tratando-se do único elemento fixo do *Relicário*, presente em todas as páginas. As folhas anteriores foram rasgadas. Nesta página, datada de 1958, o texto salta aos olhos do leitor como um desabafo angustiado, sentimento acompanhado pela caligrafia apressada, descuidada. Por fim, esta é a única página na qual Carmelita registrou o horário em que escreveu, às duas e vinte da madrugada.

²¹⁷ BARROS, José D'Assunção. **O uso dos conceitos:** uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020, p. 147.

²¹⁸ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago-set 1989.

²¹⁹ PERROT, 1989, p. 12.

Imagem 05: O Relicário



Fonte: *Relicário*, Carmelita Brasil, p. 84

O documento possui, ao todo, sessenta e duas entradas, distribuídas entre 1945 e 1963. O *Relicário* também possui como elementos os títulos, as assinaturas e as datas. Como o objetivo inicial do documento foi preservar os escritos de Nadia, algumas entradas são tituladas, inclusive aquelas feitas por Carmelita quando esta continuou a escrever no caderno depois da morte de sua mãe. Apenas quatro entradas realizadas não foram identificadas e a maioria foi assinada por Carmelita. Algumas entradas que seriam de Nadia foram inseridas postumamente pela filha, de acordo com as anotações feitas e assinadas por ela ao pé dessas páginas. Das quinze entradas de autoria de Nadia, apenas uma é datada – um soneto escrito em 1930. Em contrapartida, trinta e uma das quarenta e três entradas realizadas por Carmelita possuem data, o que talvez seja um indicativo de que o *Relicário* também se traduziu como uma espécie de diário para a ex-vereadora. Apenas quatro entradas não possuem menção de autoria e, em uma delas, algumas frases parecem ter sido escritas por outra voz, talvez por outro familiar.

Quadro 01: O *Relicário* em números

Autor (a)	Entradas	Com data	Sem data
Carmelita Brasil	43	31	12
Nadia Rodrigues	15	1	14
Não identificado	4	1	3
Total	62	33	29

Fonte: *Relicário* (1945 – 1963)

Nas páginas de seus diários, as mulheres exprimiam seus sentimentos e pensamentos mais íntimos e registravam memórias familiares. Segundo Perrot, os diários foram recomendados às jovens solteiras do século XIX como “uma forma de controle sobre si”, um “refúgio”.²²⁰ A causa fundadora de sua escrita – um espaço no qual as mulheres pudessem escrever sobre si mesmas – seria também uma das razões de sua destruição, visto que muitos diários foram descartados porque suas autoras acreditavam que seus pensamentos íntimos seriam ironizados e incompreendidos por terceiros ou que poderiam ser prova de suas transgressões.²²¹ Interpretamos que este sentimento pode ser encontrado no *Relicário*, quando Carmelita escreveu que enquanto “existir nesse planeta, escreverei, é uma das formas que mais me agrada, poder transvazar o meu interior. Sei que para muitos não representará nada, senão o vulgar de conclusões pequenas ou medíocres”.²²²

Dessa forma, o *Relicário* transparece, aqui e ali, alguns pontos sobre a personalidade e a vida de Carmelita Brasil e sua família. São detalhes que, quando confrontados com outras fontes históricas analisadas nesta dissertação, lançam luz sobre lacunas que antes não poderiam ser acessadas. Mesmo que a maior parte das entradas assinadas por Carmelita tenham sido realizadas quase duas décadas após o seu período como vereadora de Nova Iguaçu – principalmente a partir do falecimento de sua mãe, em 1956 –, nelas Carmelita refletiu sobre seu passado, sua família, sua trajetória e transpareceu um pouco de sua personalidade.

Carmelita Brasil Monteiro nasceu da união de Nadia Rodrigues da Silva e Antonio Pereira Monteiro, em 10 de maio de 1914, no município de Nova Iguaçu²²³. Sobre Antonio, conhecemos apenas o nome de seus pais²²⁴. Em seu *Relicário*, Carmelita o mencionou apenas uma vez, quando elencou o fato de não ter “conhecido pai” como uma das dificuldades que teve de enfrentar durante a sua vida. Acreditamos que Nadia Rodrigues se tornou viúva durante a infância de Carmelita, o que impossibilitou que ambos se conhecessem de fato. Desta feita, começamos a desvendar a trajetória de Carmelita através de sua família materna.

Nascida em 12 de dezembro de 1889 em Itaboraí, Nadia era filha de Augusto José Rodrigues da Silva Junior e Carlota Louzada Rodrigues da Silva, ambos naturais de Niterói²²⁵.

²²⁰ PERROT, 1989, p. 11.

²²¹ Ibidem, p. 12.

²²² *Relicário*, Carmelita Brasil, 17 de ago. de 1958, p. 90.

²²³ Certidão de nascimento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:77QB-LFMM>. Acesso em: 09/03/2021.

²²⁴ Com base na certidão de nascimento de Carmelita, seus avós paternos são Pedro Pereira Monteiro e Maria Pereira Monteiro.

²²⁵ Certidão de nascimento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:773G-F32M>. Acesso em: 09/03/2021.

Tendo por base seu registro de nascimento, seu pai era professor público em Itaboraí à época e a ocupação de sua mãe não foi registrada pelo escrivão. Até o momento, não conseguimos precisar a ocasião da transferência de Augusto para o município de Nova Iguaçu. Em nossa pesquisa monográfica, a primeira menção encontrada sobre o avô de Carmelita como professor no município datava de 1918, quando era diretor da Primeira Escola Masculina.²²⁶ No entanto, sabemos agora que Augusto era professor em Nova Iguaçu ao menos desde 1911. Naquele ano, os pais de Nicanor Pereira fixaram residência em Nova Iguaçu e matricularam seus filhos menores na escola do “grande mestre” Augusto José Rodrigues da Silva.²²⁷ Em 1927, aos doze anos de idade, foi a vez de Nicanor tornar-se aluno do “respeitado educador” – que de vez em quando gostava de “puxar as orelhas dos alunos”²²⁸:

[...] passei a participar melhor das aulas e cheguei até ser apreciado pelo exigente Prof. Rodrigues, isto pelo meu modo de atender às suas explanações obtendo, como prêmio o lugar de seu auxiliar, indicado por ele também para adjunto de sua filha, Prof.^a Albertina Rodrigues²²⁹ (Dona Tintina) para ensinarmos juntos os 26 alunos em seu colégio particular. Nas festas escolares, reuniões cívico-patrióticas, sempre era destacado para os discursos.²³⁰

Em matéria do *Correio da Lavoura* sobre as comemorações cívicas de 1919 em homenagem ao sete de setembro, o representante do periódico no evento registrou que este contou com a presença de famílias e indivíduos da “nossa melhor sociedade”, incluindo o “ilustre” professor Augusto José Rodrigues da Silva:

Seguiu-se a sessão cívica-literaria falando em primeiro lugar, sobre a data da nossa Independência o professor Augusto Rodrigues. Saudando o professor Rodrigues e seus alunos, o sr. Manoel Barbosa Ribeiro falou demoradamente sobre a capacidade de trabalho inteligente e nobre do illustre educador e do grande aproveitamento de seus educandos. Este discurso como do professor Rodrigues foi muito aplaudido.²³¹

Enquanto “diversas senhoritas e alumnas” recitaram poesias, sonetos e monólogos, os estudantes da Escola Masculina executaram “varios exercicios de gymnastica sueca”. A exibição seria o “attestado do quanto tem interessado ao professor Rodrigues o preparo physico de seus alumnos”, o que deixou “agradável impressão” nos convidados. A comemoração se estendeu até a noite, visto que o professor Augusto ofereceu um baile em sua residência para

²²⁶ ANDRADE, Vitória Godoy de. **Uma mulher no ninho das raposas**: a vereadora Carmelita Brasil Monteiro e o Partido Social Democrático de Nova Iguaçu (1947-1950). 2021. 67f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

²²⁷ PEREIRA, 1982, p. 10.

²²⁸ Nicanor Pereira nasceu em 20 de junho de 1915, portanto era apenas um ano mais jovem que Carmelita (Pereira, 1982. P. 24).

²²⁹ Sabemos que do casamento de Augusto e Carlota nasceram quatro filhas: Nadia, Albertina Rodrigues (1903-1990), Débora Rodrigues de Oliveira (falecida em 1948) e Diana Rodrigues da Silva. Ver mais em: Andrade (2021)

²³⁰ PEREIRA, 1982, p. 42.

²³¹ *Correio da Lavoura*, 11 de set. 1919, ed. 130, p. 2.

“muitas famílias desta cidade”. O representante do *Correio da Lavoura* escreveu ainda que a festa durou até “alta madrugada”: foi “uma festa encantadora que se revestiu da mais estreita cordialidade, a mais fina graça”. A descrição extensa do evento cívico não se dá apenas por ter sido presenciado por pessoas consideradas ilustres por si só, mas está circunscrito em um processo de projeção de uma Nova Iguaçu aparelhada e moderna. Dessa forma, Amália Dias afirma:

Noticiar os eventos em escolas era dar a ver o nível de organização da sociedade local, a presença de instituições de ensino, de professores dedicados e de alunos bem-sucedidos. Dialeticamente, tornar os exames finais atos solenes, premiar os alunos, convidar autoridades políticas, famílias e imprensa, eram meios de projetar e enraizar os rituais escolares na vida social, envolvê-los de expressividade, inscrevê-los na cidade.²³²

Em extensa nota fúnebre, o *Correio da Lavoura* comunicou o falecimento de Augusto Rodrigues, ocorrido no dia 8 de setembro de 1928.²³³ O jornal descreveu a passagem do professor como inesperada e dolorosa. A notícia teria provocado um intenso sentimento de pesar em “todas as camadas sociais” da cidade, “o que não é de se estranhar, sabendo-se como o venerando professor era entre nós popular e querido por todos”. No funeral “o número de pessoas presentes era dos maiores”, formando um cortejo “imponente”. Entre os presentes, o jornal destacou o político iguaçuano Manoel Reis. Sua presença é, para nós, mais um indicativo do relevo conquistado pelo professor Augusto Rodrigues na sociedade iguaçuana.

Apesar de ser um nome recorrente tanto na historiografia quanto nas fontes consultadas, especialmente nas páginas do *Correio da Lavoura*, ainda não existem – até onde é possível saber – trabalhos que se dediquem a explorar a trajetória deste personagem. Manoel Reis nasceu em Iguassú em 1877, foi vereador e presidente da Câmara Municipal do município e exerceu mandatos como deputado estadual e federal.²³⁴ Em nota publicada no *Correio da Lavoura* noticiando seu falecimento, Reis foi descrito pelo semanário como um “antigo chefe político deste município e figura muito relacionada não só nesta cidade como na Capital da República”. No livro *Iguassuanos Ilustres*, publicado no centenário de 1933, Manoel Reis está entre os “grandes homens” iguaçuanos biografados pelo autor Américo Vespúcio. Após listar longamente os feitos promovidos por Reis em benefício do município, o autor enalteceu a sua carreira política e literária, além de sua influência social e política:

Como político é muito prestativo e generoso, tendo colocado, em diversos cargos, no funcionalismo público federal, estadual e municipal, no comércio, indústria, etc., centenas de amigos, partidários e até adversários, demonstrando, assim, a grande elevação moral de seus nobres sentimentos. Temos que o nobre povo de Iguassú deve

²³²DIAS, 2019, p. 434.

²³³ *Correio da Lavoura*, 13 de set. 1928, ed. 600, p. 2.

²³⁴ *Correio da Lavoura*, 25 de fev. de 1940, ed. 1197, p. 2.

ser sempre reconhecido ao ilustre DR. MANOEL REIS, que é mesmo, incontestavelmente, “um dos principais fatores do progresso constante desta sublime e invejável terra”, na justa e feliz frase do eminente e valoroso patriota e ditador Dr. Getúlio Vargas.²³⁵

O destaque dado pelo autor à habilidade relacional de Reis no jogo político iguaçuano e estadual é um reforço à nossa interpretação de que sua presença no velório de Augusto é um indicativo da composição de sua rede de relações. A realização de uma “tocante homenagem da sociedade iguaçuana” ao professor pode ser uma pista sobre a influência que seu nome pode ter exercido no percurso social de Carmelita no distrito sede.²³⁶ No *Relicário*, Augusto foi lembrado com carinho por sua filha Nadia que, saudosa, relembra o lar de sua infância como um “templo de luz”, onde recebeu “instrução e educação” por pais que “fizeram tudo” por ela.²³⁷ Uma entrada de Carmelita, assinada como “filha e neta”, diz:

Meu Avô e Minha Mãe, glória do meu Passado. Alegria do meu viver. Sonho de minhas esperanças. Quanto fui feliz, promanando de vós. Rasto de Luz eterna que iluminou, ilumina e iluminará minha consciência, meu espírito, tranquilizando meu Coração. Caridade permanente que assiste meu viver. Nada me falta, quando em vós eu penso, porque a inspiração se torna fecunda. Exemplo que é uma [ilegível] consagrando os dias meus. Brandura de atitudes que me choca e obriga a ser comedida. Norma e Conduta que é um Código de Vitória.²³⁸

Com base nas fontes históricas encontradas até então, creditamos o reconhecimento de Carmelita como integrante de “tradicional família iguaçuana” como resultado da atuação de seu avô como um destacado professor no município.²³⁹ Afinal, vimos que para fazer parte deste núcleo de famílias não era necessário ser natural de Nova Iguaçu. Apesar de nascido em Niterói, Augusto atuou por ao menos quase duas décadas no município iguaçuano e contribuiu para o fortalecimento do discurso do grupo citricultor de uma Nova Iguaçu moderna, que tinha na educação um de seus pilares. Ainda acreditamos que o papel exercido por Augusto foi um dos canais herdados por Carmelita e que facilitou seu trânsito social no distrito-sede.²⁴⁰ Porém, novos desdobramentos surgidos durante a pesquisa para esta dissertação apontam que a ex-vereadora integrou uma rede de relações que tinha raízes profundas nas terras iguaçuanas.

Como mencionamos, até o momento da escrita desta dissertação, não encontramos informações detalhadas sobre a família paterna de Carmelita. Entretanto, sabemos que Nadia casou-se novamente em 1919 – cinco anos após o nascimento da filha – com o negociante

²³⁵ MELLO, Americo V. B. Souza. **Iguassuanos Ilustres**: apontamentos biographicos. Nova Iguaçu: Oficinas Graphicas do Correio da Lavoura, 1933, p. 51, grifos meus.

²³⁶ *Efemérides Iguaçuanas*, 8 de set. de 1928.

²³⁷ *Relicário*, Nadia Rodrigues, s/d, p. 4.

²³⁸ *Relicário*, Carmelita Brasil Monteiro, s/d, p. 23.

²³⁹ ANDRADE, 2021.

²⁴⁰ BOURDIEU, 1986.

iguaçuano Pythias de Castilho Lobo²⁴¹. Entendemos que o padrasto de Carmelita foi influente no cenário político iguaçuano durante a década de 1920, pois seguiu os passos de seu pai e de seu avô ao exercer o mandato de vereador do município de Nova Iguaçu por duas vezes.

Pythias nasceu em 1888, filho de Manoel Joaquim de Almeida Lobo e Carolina Amélia Barboza de Castilho Lobo que, por sua vez, era filha de Antonio José de Castilho. Tanto Manoel Lobo, quanto Antonio Castilho, possuíam raízes na Iguassú oitocentista. Ao investigar a trajetória de Castilho e sua atuação enquanto juiz de paz na Vila de Iguassú, Ana Clara de Oliveira identificou que sua vida pública teve início em 1857 como suplente de vereador da Câmara Municipal de Iguassú.²⁴² Até 1889, Castilho ocupou cargos influentes que permitiram a acumulação de poderes importantes na dinâmica política municipal como de poder policial e de elaboração da lista de eleitores, por exemplo.²⁴³ Desta maneira, José de Castilho se apresentou como um personagem relevante entre os membros da elite oitocentista iguaçuana:

Para além disso, a dedicação de Castilho no crescimento de sua carreira privada como advogado provisionado, permitiu não só o seu desenvolvimento pessoal, mas também que ele exercesse outra importante estratégia: relacionar-se com os membros da elite dirigente de Iguaçu. Se por um lado, Castilho frequentava bailes e participava de sociedades, por outro, ele era capaz de representar o interesse desses indivíduos como procurador, bem como usar seu conhecimento para questionar sentenças que invalidassem a candidatura dos membros da elite local, atuando assim em prol do partido liberal do qual fazia parte.²⁴⁴

Enquanto Castilho foi vereador do município entre 1865 e 1871, seu genro Manoel Joaquim de Almeida Lobo também exerceu o cargo por três mandatos: em 1883, 1885 e 1886²⁴⁵. Nos anos anteriores, foi citado como “negociante nacional” e, depois, como “negociante de secos e molhados” no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Em 1889, foi nomeado como suplente de Subdelegado em Iguassú.²⁴⁶ Após este ano não encontramos nova menção de seu nome, porém consta no registro de casamento de Pythias que seu pai já era falecido à época. Para a escrita deste trabalho, não cabe nos aprofundarmos mais detalhadamente na trajetória destes homens. Consideramos suficiente

²⁴¹ Registro de Casamento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJB-4Y6X>. Acesso em: 04/08/2024

²⁴² OLIVEIRA, Ana Clara Prazeres de. **O juiz de paz na Vila de Iguaçu**: administração municipal e elite local através da trajetória de Antonio José de Castilho (1860-1889). 2022. 75f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

²⁴³ Antonio José de Castilho ocupou os seguintes cargos: Vereador Suplente, entre 1857 e 1864; Vereador, entre 1865 e 1871; Substituto do Juiz Municipal de Órfãos, Provedor de Capelas e Resíduos, de 1866 à 1871; 1º Juiz de Paz em Nossa Senhora da Piedade, de 1869 à 1889; Subdelegado em Nossa Senhora da Piedade, entre 1869 e 1879; Inspetor de Distrito de 1879 à 1885; e, por fim, Superintendente de Ensino em 1889. Sobre os cargos e a acumulação de funções e poderes, ver mais em: OLIVEIRA, 2022.

²⁴⁴ OLIVEIRA, 2022, p. 62-63.

²⁴⁵ Rol dos Vereadores. Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/site/rol-vereadores/>. Acesso em: 06/08/2024.

²⁴⁶ *O Fluminense*, 10 de jul. 1889, ed. 1730, p. 2.

esclarecer que Pythias era herdeiro de uma família que já possuía alguma tradição política no município.

Pythias seguiu os passos da família em duas frentes: no comércio e na política. Sua vida como comerciante em Nova Iguaçu se iniciou em 1911, quando inaugurou uma loja de secos e molhados na cidade.²⁴⁷ Com base nas fontes encontradas até então, é difícil apreendermos se seu caminho em direção à política foi influenciado apenas pelo histórico político familiar ou por ter se destacado como comerciante – ou, até mesmo, se ambos os fatores se influenciaram mutuamente. Entre as propagandas de seu comércio na imprensa carioca e sua eleição como vereador de Nova Iguaçu, nada encontramos sobre o caminho político percorrido por Pythias até ser eleito por dois mandatos consecutivos: de 1917 à 1918²⁴⁸ e de 1919 à 1921²⁴⁹.

²⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 29 de abr. de 1911, ed. 118, p. 16.

²⁴⁸ Vereadores da legislatura 1917-1918: Antonio da Silva Chaves, Antonio de Souza Antunes, Antonio Furtado de Sá Freire, Ernesto França Soares, Gaspar José Soares, Izaac Manoel da Camara, Joaquim Quaresma de Oliveira, José Antonio de Carvalho, Manoel Reis e Pythias de Castilho Lobo. Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

²⁴⁹ Vereadores da legislatura 1919-1921: Alberto Soares de Souza e Mello, Alfredo Soares, Antonio Furtado de Sá Freire, Ernesto França Soares, Gaspar José Soares, Izaac Manoel da Câmara, João Telles Bittencourt, Joaquim Quaresma de Oliveira, Octavio Ascoli, Peregrino Esteves de Azevedo e Pythias de Castilho Lobo. Fonte: Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Imagem 06: Vereadores de Nova Iguaçu em 1919



Fonte: *Iguaçu-News*, 15 de jan. de 1969, ed. 3, p. 17²⁵⁰.

No primeiro, teve como companheiro de legislatura Manoel Reis, eleito como presidente da Casa – e, portanto, chefe do Executivo municipal – para o ano de 1917. Com base em Valdirene Pessoa, Pythias se reelegeu como secretário da Mesa Executiva em 1919 e 1920.²⁵¹ Enquanto vereador, também participava de solenidades e visitas de autoridades feitas ao município. Em 1918, o Ministro da Agricultura Dr. Pereira Lima foi recebido na estação da cidade de Nova Iguaçu por vereadores, funcionários municipais e citricultores.²⁵² Entre eles, estavam Coronel França Soares, Pythias de Castilho Lobo, Nicolau Rodrigues da Silva, Otávio Ascoli e Gentil Baroni²⁵³.

Entretanto, foi sua vida partidária que nos chamou atenção e pode ser um indício de que Pythias era detentor de certo grau de influência na dinâmica política municipal. A partir das fontes levantadas, sabemos que o ex-vereador fez parte do Partido Municipal de Iguaçu, ao menos, entre 1918 e 1928. O partido tinha na figura do Coronel França Soares a sua principal liderança e, com seu falecimento em 1920, sofreu um duro golpe.²⁵⁴ Em 1921, os políticos

²⁵⁰ Sentados, da esquerda para a direita: Otávio Ascoli, Ernesto França Soares e Pythias de Castilho Lobo. Em pé, da esquerda para a direita: Gaspar José Soares, Izaac Manoel da Câmara, Alberto Mello, João Telles Bittencourt, Peregrino Esteves de Azevedo, Nicolau Rodrigues da Silva, Alfredo Soares e Alberto Travassos Veras.

²⁵¹ PESSOA, Valdirene Nunes de Santana. **Gaspar José Soares: a trajetória de um negro na política fluminense no pós-abolição (1890-1950)**. 2014. 53f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, p. 35.

²⁵² *Efemérides Iguaçuanas*, 24 de ago. de 1918.

²⁵³ Francisco Gentil Baroni tornou-se um dos nomes mais influentes de Nova Iguaçu por ter se destacado como um grande produtor e exportador citrícola no início do século XX. Ver mais em: SILVA, Rita de Cássia Costa da. **Laranjas doces também azedam: a trajetória de vida de Francisco Baroni (1884-1955)**. 2014. 64f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

²⁵⁴ SILVA, 2014.

ligados ao PMI convocaram uma reunião para reorganizar o partido. Segundo o *Correio da Lavoura*, um “grande número de políticos, representantes de todas as classes sociais deste município e cavalheiros da nossa sociedade” compareceram à reunião presidida pelo vereador Otávio Ascoli.²⁵⁵ Na ocasião, Pythias Lobo sugeriu dezessete nomes que “satisfaziam as condições” para compor um novo diretório e teve sua proposta unanimemente aprovada²⁵⁶.

No plano eleitoral, Pythias não se absteiu de declarar apoio aos candidatos que poderiam favorecer seu grupo político. Em 1924, Pythias foi um dos signatários do manifesto eleitoral que conclamou o apoio dos eleitores aos candidatos do PMI, principalmente Otávio Ascoli, então candidato à Prefeitura de Nova Iguaçu.²⁵⁷ Ao que parece, o partido obteve um saldo positivo nas eleições daquele ano. Afinal, Otávio Ascoli foi eleito como prefeito para o mandato de 1924-1927 e, dos dez vereadores eleitos para aquela legislatura, oito foram indicados no manifesto divulgado pelo PMI²⁵⁸.

Ainda conhecemos pouco sobre a dinâmica política e partidária no município de Nova Iguaçu durante a primeira metade do século XX, especialmente no que se refere aos anos que antecederam a Revolução de 1930. Com base no estudo realizado por Marlene Nascimento, os eventos daquela década impactaram a dinâmica política do município iguaçuano e consolidaram dois chefes políticos que não pertenciam à corrente do Partido Municipal de Iguaçu: Manoel Reis e Getúlio de Moura.²⁵⁹ Após o fim de seu mandato, Pythias seguiu ativo na vida política de Nova Iguaçu através de sua atuação partidária. Para o que nos cabe neste trabalho, acreditamos que Pythias Lobo tenha sido um dos articuladores dos negócios partidários e eleitorais do município durante os anos 1920.

²⁵⁵ *Correio da Lavoura*, 11 de ago. de 1921, ed. 230, p. 2.

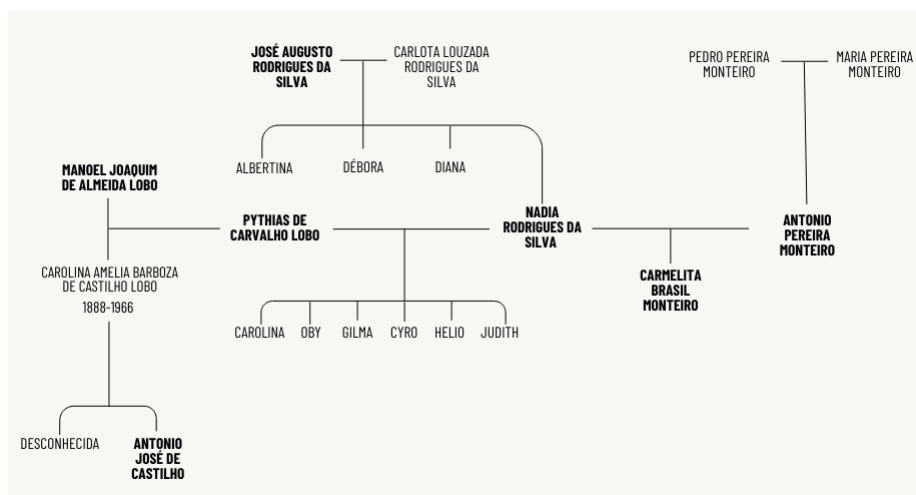
²⁵⁶ O novo diretório do Partido Municipal de Iguassú foi formado por: Dr. Otávio Ascoli, Dr. João Barbosa Ribeiro, Dr. Dino Mello, Coronel Nicolau Rodrigues da Silva, Coronel Alberto Soares de Souza e Mello, Capitão Olympio Soares, Coronel João Telles Bittencourt, Coronel Peregrino Esteves de Azevedo, Capitão Gaspar José Soares, Major Isaac Manoel da Camara, Capitão Francisco Netto e Capitão Innocencio Santos.

²⁵⁷ *Correio da Lavoura*, 1 de mai. de 1924, ed. 372, p. 4.

²⁵⁸ Ao todo, dez nomes foram sugeridos no manifesto. Destes, oito foram eleitos como vereadores para a legislatura de 1924 à 1927. São eles: Capitão José Gaspar Soares, Capitão Mario de Moura Almeida, Coronel João Telles Bittencourt, Coronel Peregrino Esteves de Azevedo, Dr. Américo Vespúcio de Barros Souza e Mello, Dr. João Barbosa Ribeiro, João de Castro Vieira e Major Izaac Manoel da Camara.

²⁵⁹ Sobre a Revolução de 1930 em Nova Iguaçu e seu impacto na dinâmica política do município, ver mais em: NASCIMENTO, Marlene. **Revolução de 30 na terra da laranja**: uma leitura a partir do *Correio da Lavoura*. 2014. 46f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

Quadro 02: Família de Carmelita Brasil



Fonte: Correio da Lavoura, Efemérides Iguaçuanas, FamilySearch

No quadro acima, destacamos os nomes de pessoas que constituem elos importantes no que acreditamos ter sido a base ou o princípio da rede de relações de Carmelita Brasil. Embora Carmelita tenha escrito em seu *Relicário* que “sem conhecer pai, pouco pude fazer”, é difícil imaginar que não tenha usufruído do capital social herdado de seu avô materno e angariado por sua mãe através do casamento de Nadia com Pythias de Castilho Lobo.²⁶⁰ De acordo com Pierre Bourdieu, o capital social é resultado de um conjunto de recursos originados por uma rede baseada em relações institucionalizadas ou não, ancoradas em um reconhecimento mútuo capaz de “credenciar” seus membros.²⁶¹ O pertencimento à uma determinada família pode ser uma das credenciais utilizadas para a instrumentalização de certo capital social.

Entender que Carmelita provavelmente fez uso de uma rede de relações herdada como via para sua inserção nos espaços destinados à “sociedade iguaçuana” não implica afirmar que a ex-vereadora não trabalhou, conscientemente ou não, pela expansão e fortalecimento de sua trama. Isto porque concordamos que uma rede de relações não é algo estático, mas necessita de um esforço de produção e reprodução de relações úteis e duradouras que podem ser transmutadas em lucro simbólico ou material:

A existência de uma rede de conexões não é um dado natural, nem mesmo social, constituído de uma vez por todas por um ato inicial de instituição, representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco, característica de uma formação social. [...] Em outras palavras, a rede de relações é o produto de estratégias de investimento, individuais e coletivas, conscientes ou inconscientemente voltadas a estabelecer ou reproduzir relações sociais diretamente utilizáveis a curto ou longo prazo, ou seja, a transformar relações contingentes, como as de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações ao mesmo tempo

²⁶⁰ *Relicário*, Carmelita Brasil, 28 de jul. 1963, p. 64.

²⁶¹ BOURDIEU, 1986, p. 51.

necessárias e eletivas, implicando obrigações duradouras subjetivamente sentidas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).²⁶²

Logo, a reprodução do capital social implica um esforço de sociabilidade contínuo através das instituições que são utilizadas para produzir ocasiões de interação entre os membros da rede da forma mais homogênea possível, entre eles “escolas selecionadas” e os clubes sociais. Não encontramos evidências de que Carmelita tenha sido aluna de seu avô ou de sua tia Albertina, tal como fora Nicanor Pereira. Porém, a ex-vereadora foi fotografada entre os alunos do professor Augusto Monteiro Paris, em 1935:

Imagem 07: Carmelita aos 8 anos, no canto superior esquerdo



Fonte: Álbum Fotográfico de Nova Iguaçu, 1978

O Colégio Paris fazia parte do núcleo de “escolas seletas” – como dito por Bourdieu – do município iguaçuano. A escola foi fundada em 1875 pelo professor Augusto Paris, “uma das figuras tradicionais de Maxambomba” e “um desses nomes que não podem ser esquecidos como um abnegado da causa do ensino”.²⁶³ O político Manoel Reis foi um dos ilustres estudantes do “venerando mestre” professor Paris.²⁶⁴ A fotografia acima é datada de 24 de outubro de 1922, quando Carmelita teria apenas oito anos de idade. A turma era majoritariamente masculina. Carmelita está posicionada no canto superior esquerdo da foto, olhando para frente, com uma expressão séria e vestida com uma roupa escura. Seu nome parece ter sido escrito próximo de

²⁶² Ibidem, p. 52, tradução nossa.

²⁶³ PEIXOTO, Ruy Afrânio. **Imagens Iguaçuanas**. S/d, p. 126.

²⁶⁴ MELLO, 1933, p. 44.

seu rosto – talvez uma identificação feita posteriormente, visto que outros alunos não foram identificados dessa maneira. Esta é a única pista que temos sobre a educação de Carmelita, portanto não sabemos se a ex-vereadora seguiu seus estudos ou quais escolas frequentou depois do Colégio Paris.

Matriculada em uma das “escolas seletas” do município, cremos que Carmelita estava inserida na lógica de reprodução e manutenção da influência das ditas “famílias tradicionais”, já que o incentivo ao convívio da juventude dessas famílias faz parte das estratégias de “transmissão de valores distintivos”.²⁶⁵ Este seria um traço geral do grupo das “famílias tradicionais”:

Aí temos, de fato, um traço geral das “velhas famílias”: elas se diferenciam das outras por certas características comportamentais distintivas, inculcadas desde a infância em casa um de seus membros, de acordo com a tradição distintiva do grupo. [...] As “famílias antigas”, nesse sentido, nunca se formam isoladamente; sempre se aglutinam ou se agrupam em redes de famílias com sua própria hierarquia interna de status e, em geral, com um alto índice de casamentos endogâmicos, em bairros, “Sociedades” com S maiúsculo, patriciados, famílias reais e muitas outras formas.²⁶⁶

Carmelita Brasil fazia parte dessa juventude engajada na organização de eventos que movimentaram a vida social da sede, portanto consideramos sintomático que a segunda menção encontrada de seu nome na imprensa iguaçuana tenha sido como uma das integrantes da comissão de organização da festa de primavera de 1934.²⁶⁷ A festa foi uma iniciativa do jornal *A Crítica* e foi sediada no clube esportivo Filhos de Iguaçu. Como vimos, o jornal literário se configurou como um espaço de sociabilidade para a juventude iguaçuana e Carmelita foi, ao menos uma vez, uma das contribuidoras do periódico. Em 1932 enviou ao semanário um texto em homenagem a passagem do aniversário de sua amiga Idonéia.²⁶⁸ Não encontramos outro texto assinado por Carmelita no *A Crítica*, mas isso não quer dizer que ela não tenha enviado outras produções sob um pseudônimo. Em outra ocasião, a colaboradora Filha da Lua comparou diversas “moças da nossa sociedade” com países europeus e Carmelita foi descrita com base na “livre e independente Inglaterra”.²⁶⁹

Apenas um ano mais jovem que Carmelita, Nicanor Pereira relembrou os diversos eventos sociais frequentados por sua “turma”, composta por jovens pertencentes às demais “famílias tradicionais” – entre eles Avelino e Luiz de Azeredo, expoentes na imprensa iguaçuana.²⁷⁰ A maior parte das ocasiões rememoradas por Nicanor aconteceram no distrito

²⁶⁵ ELIAS, 2000, p. 134.

²⁶⁶ ELIAS, 2000, pp. 135-136.

²⁶⁷ *A Crítica*, 8 de jul. 1934, ed. 316, p. 4.

²⁶⁸ *A Crítica*, 24 de abr. de 1932, ed. 202, p. 2.

²⁶⁹ *A Crítica*, 20 de dez. de 1931, ed. 184, p. 2.

²⁷⁰ PEREIRA, 1982.

sede, embora o autor tenha mencionado a ida da turma de moços à eventos no Rio de Janeiro e em outros distritos iguaçuanos. No capítulo no qual discorreu sobre os bailes do centenário de 1933, Carmelita teria feito parte do grupo de jovens moradores do distrito sede que compareceu ao baile oferecido pelo então presidente da Câmara Municipal:

Em Queimados frequentamos as constantes festas na residência do presidente da Câmara de Nova Iguaçu, Peregrino Esteves de Azeredo. Ali compareciam os políticos, e daqui toda a moçada saía no trem das 22 horas para voltar às 5 da madrugada. Durante os bailes servia-se o cafezinho torrado e pilado em casa, acompanhado do biscoito Maria do saboroso queijo Minas. Ao término tornou-se o hábito da moçada ir à padaria em frente da estação férrea comprar os gostosos pãezinhos da primeira fornada que eram saboreados pela turma que, em seguida, bebia água da bica existente no pátio da estação.²⁷¹

Neste ponto, lembramos que Peregrino Esteves de Azeredo era um dos correligionários de Pythias de Castilho Lobo, padasto de Carmelita, na década de 1920. Dessa forma, levantamos a possibilidade de que a família da futura vereadora tenha sido convidada como resultado da relação política entre os dois personagens. Mesmo que Nicanor tenha reforçado por diversas vezes a riqueza da vida social do município, a descrição feita acima ainda carrega um certo tom bucólico da “velha Maxambomba”: o café torrado em casa e o queijo minas servidos na festa. Apesar de muito mencionadas, as mulheres ainda são pouco visíveis na escrita de Nicanor. O autor escreveu raras passagens sobre as amigas que faziam parte do grupo, enquanto dedicou até capítulos a alguns dos rapazes.

Entretanto, as “senhoritas” marcaram presença na organização de grande parte dos eventos sociais noticiados pelo *Correio da Lavoura* e *A Crítica*, especialmente aqueles sediados nos dois mais importantes clubes esportivos da cidade: o Esporte Clube Iguaçu e o Filhos de Iguaçu. Em 1934, Carmelita integrou duas comissões de organização de festas realizadas no Filhos de Iguaçu. Em junho, realizou-se na sede do clube uma festa caipira que teve entre seus convidados o então prefeito municipal Arruda Negreiros, Manoel Reis e “jornalistas cariocas”.²⁷² Em 8 de julho de 1934, *A Crítica* noticiou que seria responsável pela realização do “pleito inédito” no município que escolheria a rainha da primavera daquele ano.²⁷³

²⁷¹ Ibidem, p. 60.

²⁷² *A Batalha*, 26 de jun. 1934, ed. 1325, p. 2.

²⁷³ *A Crítica*, 8 de jul. 1934, ed. 316, p. 4.

Imagem 08: A jovem Carmelita Brasil



Fonte: Arquivo da família

A coroação da rainha da primavera se tornou um evento tradicional do Esporte Clube Iguaçu e do Filhos de Iguaçu e ocorreu anualmente até a segunda metade do século XX.²⁷⁴ Carmelita Brasil fez parte da comissão de senhoritas iguaçuanas que organizou o primeiro Baile da Primavera do Filhos de Iguaçu, na sede recém inaugurada do clube. A festa foi patrocinada pelo semanário literário *A Crítica* no início de julho e foi organizada por uma comissão “composta de senhoras e senhoritas de nossa melhor sociedade”, na qual Carmelita foi a primeira secretária.²⁷⁵ Ao todo, a comissão foi composta por vinte mulheres casadas e solteiras, divididas entre cargos como presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria, procuradoria e outras comissões. A rainha da primavera foi escolhida entre as jovens mais votadas em todos os distritos do município através dos cupons disponibilizados no jornal. Carmelita foi uma das competidoras, mas a coroa foi para Inayá Mello, cujo sobrenome foi citado por Nicanor Pereira entre as famílias tradicionais do município.²⁷⁶

²⁷⁴ OLIVEIRA, 2021; MACHADO FILHO, 1956.

²⁷⁵ *A Crítica*, 8 de jul. 1934, ed. 316, p. 1.

²⁷⁶ PEREIRA, 1982.

Imagem 09: Baile da Primavera no Filhos de Iguaçu – 1934



Fonte: *Correio da Lavoura*, 21-27 de set. 1996, ed. 4100, p. 2²⁷⁷

A festa foi realizada nos últimos dias de setembro e a cerimônia de abertura foi conduzida pelo então prefeito iguaçuano Sebastião de Arruda Negreiros. Em seguida, realizou-se uma “rapsódia artística”, com apresentações das senhoritas Deoclidia Amorim, Maria Bastos, Albertina Trigueiro, Neusa Telles e dos senhores Nicanor Pereira e Djalma Pinto, todos acompanhados pela professora Brisabella Paladino, ao piano. Após a sessão artística, a rainha e suas princesas foram coroadas e saíram com um “curso triunfal” pelas ruas centrais da cidade. Às dez horas da noite, de volta à sede do clube, teve início o baile a rigor. A fotografia da “corte primaveril” e da rainha Inayá também foi publicada no periódico carioca *Vida Doméstica*, que elogiou profusamente a “expressão magnífica da vida social em Nova Iguassú”:

Nova Iguassú, sob os auspícios da administração do ilustre e notável Prefeito, sr. Arruda Negreiros, *está vertiginosamente lançando as bases firmes de um grande centro econômico, ao mesmo tempo que produz, enriquece, aprimora a sua cultura social*, que, hoje, é das que mais honram o tradicionalmente fidalgo espírito fluminense – a PROVÍNCIA NOBRE, dos outros tempos.²⁷⁸

A presença do prefeito Arruda Negreiros, de Avelino de Azeredo – representante dos principais jornais da imprensa iguaçuana e patrocinador do evento – e das moças iguaçuanas,

²⁷⁷ Estão na foto: Inayá Mello, sentada; à esquerda, as princesas Laura Chambarelli e Eulina Chambarelli; à direita, as princesas Maria Aparecida Alves e Ruth Mattos. Atrás de Inayá, estão Arruda Negreiros (de terno escuro) e Avelino Martins de Azeredo (de terno branco).

²⁷⁸ *Vida Doméstica*, nov. 1934, p. 11, grifos meus.

belamente vestidas de branco, com sua corte primaveril devidamente coroada, demonstra a importância deste evento para a construção de Nova Iguaçu como um município modernizado e – por que não? – amparado por uma elite bela, civilizada, ordeira. De acordo com Francisco Romão Ferreira, o início do século XX foi marcado pela mudança do padrão estético de homens e mulheres, consequência do novo entendimento de que o corpo precisava “atender a demanda da industrialização” e se “adequar a essa nova ordem social que preza a forma e a função, afinal, ele é uma peça importante nessa engrenagem”.²⁷⁹ Durante o entre guerras esse processo se intensificou e as mulheres, cada vez mais ativas no mundo público, foram especialmente atingidas. A multiplicação dos concursos de miss durante esse período são sintoma dessas mudanças:

Os concursos de miss se multiplicam no entre guerras e fazem com que as modelos exibam seus corpos perfeitos popularizando a nova silhueta. O índice de massa corporal, por exemplo, torna-se uma marca dessa nova preocupação fazendo com que os padrões de beleza corporal cada vez mais se ajustem ao novo código.²⁸⁰

O envolvimento de Carmelita Brasil na vida social e esportiva do Esporte Clube Iguaçu se aprofundou a partir da década de 1940, quando se tornou a primeira presidente do Departamento Feminino da instituição. A decisão tomada pela Junta Governativa do clube foi celebrada pelo *Correio da Lavoura* em um artigo assinado por Luiz de Azeredo e publicado na primeira página da edição. Para Azeredo, a instalação do Departamento Feminino se configurou como a correção “de um mal que se tem procurado combater”, visto que se tratava de uma demanda antiga de uma parcela de seus associados e que fora ignorada por “elementos que podiam fazer alguma coisa” – provavelmente, a diretoria anterior.²⁸¹ A escolha de Carmelita como presidente do novo departamento foi elogiada por Azeredo:

Agora temos notícia que a atual Diretoria do Iguassú, procurando resolver definitivamente no clube, o problema do Departamento Feminino, acaba de nomear, para presidi-lo com plenos poderes, a *sta. Carmelita Brasil, que tem, já pronto a realizar, um ótimo programa*. Isto quer dizer que podemos esperar bons resultados dessa resolução do poder executivo do alvi-negro, *pois a sta. Carmelita Brasil tem se distinguido como um elemento ativo e capaz de realizar, com êxito, muita coisa proveitosa em nosso meio social*. O Departamento Feminino do Iguassú precisa mesmo ser instalado, para cumprir com tenacidade o seu programa, cujo objetivo principal, cremos, é o de reunir todas as moças iguaçuanas, de modo a que elas se confraternizem no mesmo sentimento, e tenham a agradável oportunidade de se desenvolverem física e intelectualmente.

Apesar de mencionar a existência de um programa de ação proposto por Carmelita, não foi possível encontrá-lo. O Departamento Feminino do ECI foi oficialmente instalado no dia 30

²⁷⁹ FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. In: *Auceu*, v. 11, n. 21, p. 186-201, jul-dez 2010, p. 189.

²⁸⁰ FERREIRA, 2010, p. 191.

²⁸¹ *Correio da Lavoura*, 11 de mai. 1941, ed. 1260, p. 1, grifos meus.

de junho de 1941, em cerimônia solene realizada na sede social da instituição.²⁸² Na ocasião, o programa do novo departamento foi apresentado, embora o jornal não tenha entrado em maiores detalhes. Entre os convidados estavam nomes conhecidos da política iguaçuana, como Sebastião Herculano de Matos²⁸³ — que discursou enquanto orador oficial do clube — e o futuro prefeito de São João de Meriti, José dos Campos Manhães. Carmelita foi novamente destacada como um membro importante da instituição e que, tendo por base a sua atuação anterior junto ao clube, “muito se poderia esperar”:

A solenidade de instalação do Departamento Feminino verificou-se no salão em que, na véspera, abrindo-se ao corpo social do clube, fora realizada esplêndida festa com o tradicional “Baile de Chita”. [...] O sr. Murilo Costa, congratulando-se com as pessoas presentes pela instalação solene do Departamento Feminino do E. C. Iguassú, teve a oportunidade de fazer referências elogiosas à sta. Carmelita Brasil, de cuja atividade muito se poderia esperar.

No mesmo ano, foi comemorado com grande festa o aniversário de vinte e nove anos do Esporte Clube Iguaçu.²⁸⁴ Durante todo aquele mês de novembro, foram organizadas festas sociais e cívicas, eventos musicais e esportivos. No dia 17 de novembro, uma cerimônia solene foi realizada na sede do clube. Silvino de Azeredo discursou em nome dos “veteranos” do clube e foi ovacionado após fazer “uma síntese da trajetória do E. C. Iguassú desde a sua fundação” e, ao fim, homenageou os indivíduos que contribuíram para “o desenvolvimento do alvinegro”. Representando o recém-criado Departamento Feminino, Carmelita “proferiu um discurso inspirado no amor que tem pelo clube” e “agradeceu as palavras elogiosas que lhe dirigiram os oradores daquela festa”, mostrando-se “entusiasmada em prosseguir o seu trabalho para a grandeza do alvinegro”.

Além de Carmelita na presidência, o Departamento Feminino contava com a professora Dora Eulalia Sousa, como vice-presidente e oradora oficial; Herminia dos Santos, primeira secretária; Lourdes da Silva Santos, segunda secretária; Judith Rodrigues Lobo, tesoureira; e Elaine Guimarães, como cobradora. Existia, também, a Comissão Auxiliar, representada pelo professor Otacílio Chaves e mais dois membros, Yever Berçot Garcia e Maria Luiza Torraca. Dois médicos também foram designados ao Departamento Feminino: Pedro Regina Sobrinho e José dos Campos Manhães. Não foi possível desvendar qual era a função da Comissão Auxiliar, embora, certamente, sua existência tenha gerado curiosidade dado ao fato de ter sido chefiada

²⁸² *Correio da Lavoura*, 6 de jul. 1941, ed. 1268, p. 2.

²⁸³ Sebastião Herculano de Matos era natural de Minas Gerais e fixou residência em Nova Iguaçu em 1914. Farmacêutico, foi vereador de Nova Iguaçu em 1936 pelo Partido Radical e candidato à prefeitura do município em 1947. Presidiu diversas associações e instituições iguaçuanas, entre elas o Esporte Clube Iguaçu, Associação dos Fruticultores e o Hospital Iguaçu.

²⁸⁴ *Correio da Lavoura*, 23 de nov. 1941, ed. 1288, p. 4.

por um homem. A informação do envolvimento de Judith Rodrigues Lobo, irmã de Carmelita, também é interessante por desvelar a participação de sua família no clube.

Outro detalhe que merece ser destacado é o fato de que a fotografia de Murilo Costa, presidente do clube, foi a única escolhida para ser um elemento do artigo sobre a instalação do Departamento Feminino do Clube. Embora Carmelita tenha sido mencionada como uma das oradoras da ocasião, seu discurso não foi citado, ao contrário da fala de Costa que, mesmo que não tenha sido transcrita na íntegra, teve alguns de seus trechos transmitidos ao leitor do semanário. O então presidente do clube alvinegro Murilo Costa era um conhecido político iguaçuano: ocupou o Executivo do município brevemente, durante o impedimento provisório de Ricardo Xavier²⁸⁵; e foi eleito vereador para a legislatura de 1936 à 1939, interrompida pelo Estado Novo²⁸⁶. Outrossim, Costa também estava entre os correligionários de Carmelita, Stella de Queiroz, Getúlio de Moura e do Partido Social Democrático nas eleições de 1947. Para nós, sua presença é um indicativo das possibilidades de formação de laços sociais e políticos oferecidos pelo clube aos seus associados. No entanto, ressaltamos que em um artigo que tratava da inauguração do primeiro Departamento Feminino do clube mais tradicional da cidade, o protagonismo foi dado à Murilo e não às mulheres que, de fato, estavam à frente da nova seção.

Se durante as primeiras décadas do século XX a prática esportiva das associadas do alvinegro se restringia às atividades lúdicas oferecidas nos “festivals sportivos”, com a criação do Departamento Feminino do clube temos a primeira menção à existência de um time feminino. O mesmo processo parece ter ocorrido no Filhos de Iguaçu. Embora Max F. Rodrigues de Oliveira não informe a data de criação da seção feminina do clube, todas as fontes utilizadas por ele partem da década de 1940, portanto conjecturamos que a criação da seção feminina de ambos os clubes tenha acontecido no mesmo período.²⁸⁷ Tal como observamos no caso do Esporte Clube Iguaçu, o autor destacou “a ausência completa de mulheres nos quadros administrativos” do Filhos de Iguaçu até a existência do novo departamento, além da dificuldade em encontrar fontes que tratem de suas ações. Ambas as instituições costumeiramente publicavam no *Correio da Lavoura* suas notícias esportivas, sociais e administrativas. Neste último caso, as notas diziam respeito às decisões burocráticas de seus

²⁸⁵ Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Relação de Prefeitos de Nova Iguaçu, p. 2. Arquivo Ney Alberto, A.N.A. 24

²⁸⁶ Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://www.cmni.rj.gov.br/site/rol-vereadores/>. Acesso em: 25/01/2025

²⁸⁷ OLIVEIRA, 2021.

departamentos, tais como a admissão e exclusão de associados, débitos, atualização do quadro dirigente e orçamento de eventos sociais e esportivos.

A primeira nota deste tipo a mencionar o Departamento Feminino do ECI foi publicada dois meses antes da cerimônia de instalação ocorrida em julho. Cremos que a solenidade foi adiada em razão das reformas que foram realizadas na sede do clube, o que não teria impedido o início das atividades de sua nova seção.²⁸⁸ A nota divulgou as resoluções aprovadas pela diretoria em reunião realizada na semana anterior e, entre elas, diz apenas: “i) tomar conhecimento da comunicação da sta. Presidente do Departamento Feminino”.²⁸⁹ Nas resoluções que dispunham de adição ao departamento, as novas integrantes eram nominalmente mencionadas, enquanto nas resoluções de exclusão constava apenas o número de matrícula das associadas – que, neste caso, se deu em decorrência da falta de pagamento.²⁹⁰ Conjecturamos se esta rotina – de expor os nomes das novas associadas no jornal, mas não as citar nominalmente quando são “excluídas” – é mais um indicativo do prestígio que a associação ao ECI poderia trazer aos seus membros. Oliveira observou que a seção feminina do Filhos de Iguaçu operava com alguma espécie de divisão entre as associadas – organizadas em classes como “b” e “j” –, mas no caso do Esporte Clube Iguaçu não foi possível identificar se uma organização como essa tenha sido adotada.²⁹¹

Outra dificuldade encontrada por Oliveira em sua análise sobre o Filhos de Iguaçu se tratou da localização de informações sobre as mensalidades do clube e de seus departamentos. No nosso caso, somente localizamos dados desse tipo graças ao livro publicado por Deoclécio Dias Machado Filho, por ocasião da construção da nova sede esportiva do alvinegro.²⁹² O orçamento de execução da obra foi composto pela renda gerada em eventos sociais e através de doações, mas também pela campanha de inclusão de novos sócios proprietários e aumento de mensalidade de seus associados. Naquele ano, o salário mínimo determinado pelo Governo Federal para a sub-região integrada pelo município de Nova Iguaçu foi estipulado em Cr\$3.500²⁹³. O título de sócio proprietário do clube foi vendido em três lotes; no primeiro, cada um custava Cr\$6.000 e, no último, Cr\$10.000. Ou seja, o valor do título que fora vendido no

²⁸⁸ *Correio da Lavoura*, 6 de jul. 1941, ed. 1268, p. 2.

²⁸⁹ *Correio da Lavoura*, 11 de mai. 1941, ed. 1260, p. 7.

²⁹⁰ *Correio da Lavoura*, 14 de jan. 1945, ed. 1452, p. 5; *Correio da Lavoura*, 3 de mai. 1953, ed. 1885, p. 8.

²⁹¹ Op. cit, 2021, p. 161.

²⁹² MACHADO FILHO, 1956.

²⁹³ Câmara dos Deputados. Decreto nº39.604-A, de 14 de jul. 1956. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762_publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25/01/2025

lote mais barato correspondia a quase dois meses de salário mínimo. Também naquele período as taxas de admissão e mensalidade eram divididas entre “contribuinte” e “aspirante”, além de taxas e mensalidades adicionais quando se tratava do Departamento Feminino.²⁹⁴ Apresentamos os valores na tabela abaixo:

Quadro 03: Valores de admissão e mensalidade do Esporte Clube Iguaçu – 1956

Tipo	Valor (Cr\$)
Admissão de contribuinte	100,00
Mensalidade	30,00
Admissão de aspirante	30,00
Mensalidade	10,00
Admissão no Departamento Feminino	20,00
Mensalidade	5,00

Fonte: Deoclécio Dias Machado Filho (1956)

O autor não especificou, exatamente, o que cada categoria significava. Quanto ao título de sócio proprietário, não sabemos se compreendia também as famílias do novo sócio, embora seja possível que a exclusão dessa categoria do quadro acima indique que aos sócios proprietários não era exigido o pagamento de mensalidades e outros privilégios. Acreditamos que “contribuinte” tenha sido a categoria que alocava os sócios adultos, enquanto os “aspirantes” enquadrava os indivíduos mais jovens ou aqueles que estariam em uma espécie de “estágio probatório”. A existência de taxa de admissão e mensalidade do Departamento Feminino não deixa claro se o clube alvinegro admitia apenas as mulheres associadas ou não e se, no primeiro caso, elas também pagavam a mensalidade dos contribuintes. A inclusão da seção feminina do clube nesta tabela também é interessante porque, àquela altura, a instituição possuía outros departamentos específicos – como para o xadrez, futebol e vôlei – que não foram mencionados²⁹⁵. Ou seja, é possível conjecturar que apenas as associadas do Departamento Feminino pagavam um valor além da mensalidade habitual. Considerando que o salário mínimo era calculado com base nas despesas individuais por região em relação à habitação, vestuário, higiene e transporte, os associados do Esporte Clube Iguaçu deveriam ter renda superior a um salário, visto que o lazer não estava incluído naquele cálculo.

²⁹⁴ Machado Filho, 1956, p. 28.

²⁹⁵ A estrutura administrativa do Esporte Clube Iguaçu em 1956 era composta pelos seguintes departamentos esportivos: futebol, basquete, vôlei, tênis de mesa e xadrez. MACHADO FILHO, 1956, p. 29.

Reunimos algumas atividades realizadas pelas associadas do Departamento Feminino durante o período em que Carmelita o presidiu. A “pujança de uma raça forte” foi demonstrada pelas filhas de Eva iguaçuanas que participaram do Primeiro Circuito Ciclístico do município, realizado em setembro de 1941.²⁹⁶ O evento também foi divulgado como Corrida da Primavera e foi realizado em homenagem ao Delegado Regional Nelson Machado. O evento esportivo contou com três provas, sendo duas provas para bicicletas de passeio e uma para bicicleta de corrida, cada uma delas dedicada a um patrono ligado à organização de eventos sociais na cidade.²⁹⁷ Uma das corridas para bicicletas de passeio foi destinada às “senhoritas”, com metade das voltas da corrida masculina na mesma categoria. Todos os integrantes da comissão organizadora eram homens, assim como os fiscais de pista, o inspetor de pista e o juiz de controle. Carmelita e Eulália – a segunda, vice-presidente do DF – integraram a comissão de recepção do evento, ao lado de Nicanor Pereira e Sila Filizola – este último um dos fundadores de *A Crítica*. Na semana seguinte, o *Correio da Lavoura* descreveu o evento como um espetáculo, marcado pela presença destacada da equipe de moças:

Foi um espetáculo empolgante e inédito, porque trouxe a rua grande massa de povo que encheu todos os trechos do Circuito, e por sua organização, coisa que há muito não víamos no setor deste esporte, que já está bem desenvolvido em nosso país. A corrida, não só contou com a presença de seu homenageado [...], como de outras autoridades do município, *pessoas de destaque em nossa sociedade*, paredros esportivos e elementos do Departamento Feminino do E. C. Iguassú. *A nota mais culminante foi a da equipe feminina*, composta pelas stas. Maria L. de Carvalho (campeã), Gioconda Baroni (vice-campeã), Rossalva M. Ramos e Jaci Trigueiro, que entusiasticamente, mostraram toda a pujança de uma raça forte.²⁹⁸

Notamos que entre as quatro desportistas apenas Gioconda Baroni²⁹⁹ foi citada como representante da seção feminina do ECI, indicando que a inclusão de mulheres na competição não dependia, necessariamente, de filiação a alguma associação esportiva. As alvinegras do Departamento Feminino também praticavam pingue-pongue, com treinos regulares.³⁰⁰ No torneio interno realizado em novembro, o primeiro lugar foi conquistado pela equipe formada por Carmelita, Gioconda Baroni e Miriam Sales, sendo Carmelita a maior pontuadora do torneio. Judith Rodrigues Lobo, sua irmã, também participou, ficando em terceiro lugar no quadro das equipes. Ao todo, quinze moças participaram do torneio, divididas entre cinco equipes.

²⁹⁶ *Correio da Lavoura*, 28 de set. 1941, ed. 1280, p. 4.

²⁹⁷ *Correio da Lavoura*, 21 de set. 1941, ed. 1279, p. 4.

²⁹⁸ *Correio da Lavoura*, 28 de set. 1941, ed. 1280, p. 4.

²⁹⁹ Gioconda Baroni era filha de Francisco Baroni que, como vimos, foi um grande exportador citrícola do município. Fonte: *Efemérides Iguaçuanas*, 26 de mai. 1945. Sobre Francisco Baroni, ver nota 35.

³⁰⁰ *Correio da Lavoura*, 9 de nov. 1941, p. 1286, p. 4.

Apesar da popularização do futebol feminino nos clubes cariocas e da Baixada Fluminense, somente encontramos menção ao time de vôlei do Esporte Clube Iguaçu. No ano seguinte à Corrida da Primavera, o clube realizou um evento esportivo para celebrar a inauguração de sua nova quadra de basquete e vôlei.³⁰¹ O evento foi composto por quatro provas, sendo três partidas de vôlei e uma partida de basquete. Enquanto os três certames masculinos foram entre o ECI e o Clube de São Cristóvão, a partida de vôlei feminino foi realizada entre os times do Esporte Clube Iguaçu e do Ginásio Leopoldo. À noite, um chá dançante foi oferecido em homenagem ao clube visitante de São Cristóvão, que se encerrou de madrugada. A partida de vôlei feminino foi dedicada à “senhora Abelardo Pinto” – mais uma vez uma mulher sem nome próprio além do sobrenome de seu marido.³⁰²

Além do desempenho esportivo, o Departamento Feminino do Esporte Clube Iguaçu também costumava integrar as delegações enviadas pelo clube aos eventos esportivos fora da cidade e fazer parte da organização de eventos sociais sediados na instituição. Ainda em 1941, o periódico carioca *Jornal dos Sports* noticiou a partida de futebol travada entre o Esporte Clube Anchieta e o “valoroso” Iguaçu, que terminou em empate.³⁰³ Carmelita Brasil foi um dos membros da delegação enviada pelo clube iguaçuano, e a “digníssima presidente do Departamento Feminino” do clube visitante “proferiu um eloquente discurso” em agradecimento “a dádiva de seu co-irmão”, o Anchieta.

No mês seguinte, realizou-se no estádio do Esporte Clube Iguaçu uma partida de futebol entre o seu time principal e o quadro amador do Fluminense Futebol Clube.³⁰⁴ Neste evento, “os diretores do pujante grêmio local prestaram calorosas e cativantes homenagens ao bicampeão carioca”, entre elas a oferta de “um artístico cartão de prata”, entregue pela vice-presidente do Departamento Feminino do Iguaçu, a senhorita Eulália de Souza. Festas e reuniões sociais também eram organizados pelas associadas vinculadas à seção feminina do clube, como o baile dançante em maio de 1942, “em homenagem à Diretoria e corpo social” do alvinegro, cuja participação dependeria da apresentação por parte dos associados do “recibo do mês e das senhoras e senhoritas a carteira social”.³⁰⁵

³⁰¹ *Jornal dos Sports*, 30 de mai. 1942, ed. 3924, p. 3.

³⁰² Naquele ano de 1942, Abelardo Pinto era presidente do Esporte Clube Iguaçu. Outrossim, era tabelião do Cartório do 4º Ofício, onde Murilo Costa – que foi presidente do ECI quando o Departamento Feminino foi instalado – era um dos escreventes³⁰². Infelizmente, não conseguimos localizar o nome da “senhora Abelardo Pinto”. Fonte: *Correio da Lavoura*, 10 de mai. 1942, ed. 1312, p. 3; *A Crítica*, 29 de jul. 1934, ed. 319, p. 3.

³⁰³ *Jornal dos Sports*, 8 de out. 1941, ed. 3730, p. 5.

³⁰⁴ *O Imparcial*, 3 de dez. 1941, ed. 2001, p. 12.

³⁰⁵ *Correio da Lavoura*, 3 de mai. 1942, ed. 1311, p. 3.

Carmelita ocupou a presidência do Departamento Feminino do ECI por quase quatro anos. Entretanto, comunicou sua renúncia ao cargo em uma nota publicada na edição de 18 de junho de 1945 do *Correio da Lavoura*.³⁰⁶ Informou que sua renúncia já havia sido comunicada ao então presidente do clube Mário Guimarães³⁰⁷, “por motivo de doença e tempo” e agradeceu a todos que “indistintamente colaboraram comigo nos cargos auxiliares do referido departamento”. Nesse período, localizamos uma nota publicada por Carmelita no *Correio da Lavoura* em agradecimento as visitas que recebeu enquanto estava acamada.³⁰⁸ Não temos fontes que deem conta do que se passou à época, mas a ex-vereadora registrou em diversas páginas do *Relicário* a frustração que sentia em relação à fragilidade de sua saúde:

Vim ao mundo em uma matéria muito frágil, o meu corpo infelizmente quase não aguentou os arroubos do meu espírito hercúleo. Agi incessantemente e se pouco realizei, não foi falta de fé nem de atividade mas sim porque nunca recebi cooperação de ninguém e o meu corpo sempre se arrastou causando óbices ao meu espírito empreendedor.³⁰⁹

Inicialmente, levantamos a hipótese de que a sua saída da presidência tenha sido resultado de algum conflito. Porém, a nota publicada no *Correio da Lavoura* e as sucessivas entradas no *Relicário* sobre a persistência de um estado de saúde frágil, nos levaram a descartar essa possibilidade. Ademais, sua renúncia não implicou em seu afastamento das atividades do Esporte Clube Iguaçu. Entre 1945 e 1946, foi assiduamente listada entre os enxadristas que competiram nos torneios promovidos pelo clube e, na maioria deles, foi a única mulher. Durante aqueles anos, o *Correio da Lavoura* também realizou a cobertura dos campeonatos de xadrez do clube e, em sua edição de 21 de outubro de 1945, destacou o fato de que quatro mulheres se inscreveram no campeonato que seria promovido naquele ano:

Para o Campeonato deste ano, do glorioso alvi-negro, trona-se digno de registro o elevado número de concorrentes, destacando-se o elemento feminino representado pelas senhoritas Lucí Paquelet, Carmelita Brasil e Elisabeth Perrone, e senhora Amelia Grimaldi, cujos conhecimentos técnicos do difícil e instrutivo esporte terão ensejo de demonstrar.

Como dissemos, a primeira menção de Carmelita como uma das enxadristas data de 1945, apenas dois anos antes das eleições de 1947.³¹⁰ Ao lado de outros nomes relevantes na

³⁰⁶ *Correio da Lavoura*, 18 de jun. 1945, ed. 1422, p. 2.

³⁰⁷ Mário Guimarães era advogado e ocupou diversos cargos públicos. Em Nova Iguaçu, foi procurador da Prefeitura Municipal e delegado de Polícia. No Distrito Federal, foi promotor público da Justiça do DF. Foi Deputado Estadual por dois mandatos, entre 1935 a 1937 e 1947 a 1950. Como Deputado Federal exerceu os mandatos de 1955 a 1959 e 1961. Era líder da UDN iguaçuana e rival político de Getúlio Moura, chefe do PSD no município. Mário era irmão de Luiz Guimarães, também eleito como vereador em 1947 e como prefeito de Nova Iguaçu em 1951. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130834/biografia>. Acesso em: 03/11/2021

³⁰⁸ *Correio da Lavoura*, 5 de abr. 1942, ed. 1307, p. 7.

³⁰⁹ *Relicário*, Carmelita Brasil Monteiro, 02 de out. 1958, p. 84.

³¹⁰ *Correio da Lavoura*, 8 de abr. 1945, ed. 1464, p. 5.

política iguaçuana, Carmelita se tornou figurinha carimbada dos torneios de xadrez. Entre os convidados da primeira simultânea da qual a participou, estavam seu futuro correligionário Paulo Froés Machado e o presidente do clube Mário Guimarães.³¹¹ Ao longo deste capítulo, vimos que a construção das redes de sociabilidade pode ser realizada de forma consciente e inconsciente pelos atores sociais. A partir das fontes que nos são disponíveis, não é possível saber se Carmelita instrumentalizou ativamente os espaços apresentados pelo clube para fazer parte do xadrez social e político iguaçuano. Porém, consideramos que os clubes sociais também “funcionavam como um retrato e um termômetro das relações políticas” e contribuíam para a formação de laços sociais e de identidade.³¹²

Em sua tese de doutorado, Eloisa H. C. da Luz Ramos realizou um estudo sobre os clubes sociais de São Leopoldo (RS) como espaços de representação de suas elites urbanas. A autora chegou à conclusão de que “fundar clubes sociais foi uma estratégia de representação que a elite urbana” da cidade instrumentalizou “para se mostrar interna e externamente”; ou seja, configurou-se como um “teatro da sociabilidade, que conduziu muitos de seus membros aos cargos políticos da cidade”.³¹³ cremos que esta é uma hipótese passível de ser levantada em relação ao Esporte Clube Iguaçu, com base na forma como o clube era representado nas fontes consultadas. Entretanto, reforçamos que uma análise sobre essa questão ainda se faz necessária.

No decorrer desta seção, buscamos traçar as ligações sociais herdadas e também construídas por Carmelita Brasil durante a sua juventude. No âmbito familiar, foi neta do respeitado professor Augusto José Rodrigues da Silva Junior e enteada do ex-vereador iguaçuano Pythias de Castilho Lobo – que, por sua vez, era herdeiro de uma família com fortes raízes na política do município. Acreditamos que sua ascendência familiar “creditou” a sua inclusão na juventude iguaçuana – os herdeiros das famílias tradicionais –, convívio que foi alimentado por ter frequentando os mesmos espaços sociais privilegiados por aquele grupo, como o Colégio Paris e o Esporte Clube Iguaçu. Através de seu engajamento na organização de eventos sociais de destaque e na vida esportiva do ECI, Carmelita Brasil foi reconhecida entre os membros do clube ao ser escolhida como primeira presidente do Departamento Feminino do Iguaçu. Vimos que alguns dos associados do clube eram nomes influentes na política iguaçuana,

³¹¹ Paulo Froés Machado era advogado e irmão de Deoclécio Dias Machado Filho, autor de *Tradição de um nome: a vida social do E. C. Iguaçu* (1958). Veremos mais sobre Froés Machado ao longo desta dissertação.

³¹² MELO, 2007, p. 36 apud SANTOS NETO; GOIS JUNIOR, 2023, p. 72.

³¹³ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade:** um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras. São Leopoldo (1850-1930). 2000. 421f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

portanto levantamos a possibilidade desse convívio ter impactado o caminho político percorrido pela nossa personagem. Especialmente no terceiro capítulo desta dissertação, veremos como o Esporte Clube Iguaçu foi um relevante local de reunião política durante a campanha que antecedeu as eleições de 1947

2.2 Stella de Queiroz Pinheiro: ilustre professora nilopolitana

Na introdução desta dissertação dissemos que algumas aproximações e distâncias entre as trajetórias de Carmelita Brasil e Stella de Queiroz podem ser feitas. Enquanto a primeira teve seu nome arrefecido na história do município por décadas, Stella tornou-se a matriarca de uma família que se empenhou em alimentar a sua memória. Além das homenagens feitas por personalidades políticas – como o voto de louvor solicitado pelo Deputado Estadual do Rio de Janeiro Otávio Leite, em razão de seu centenário em 2003 –, Stella também foi destacada em publicações sobre a história de Nilópolis patrocinados pelo poder público do município ou realizados por iniciativa particular. Entre elas, estão: o livro *Nilópolis de Hontem e Hoje*³¹⁴, publicado em 1938 por Ernesto Cardoso; a revista *Raízes* publicada em 1987 pelo Centro de Memória e Dados de Nilópolis³¹⁵; e o livro *Memorial Nilopolitano* publicado em 2009 por Marcus Antonio Monteiro³¹⁶. A iniciativa de preservação de memória mais recente foi o livro *Mulher Soldado*, publicado em 2024 por Rose Pinheiro, neta de Stella.

Nos trabalhos citados acima, Stella de Queiroz foi lembrada principalmente pela sua trajetória como uma professora de renome no município nilopolitano. O texto publicado na Revista *Raízes* em homenagem à ex-vereadora foi escrito por Marcos Manso³¹⁷, seu ex-aluno.

³¹⁴ Ernesto Cardoso, em *Nilópolis de Hontem e Hoje*, abordou a história do município até a década de 1930. Além de contar a história do distrito e sua cidade desde suas origens, também escreveu sobre a paisagem, urbanização, comércio, educação, sobre as principais personalidades do município, dentre outros. Ver mais em: SOUZA, Elenice Paz de. **Nos caminhos de Nilópolis de Ontem e de Hoje de Ernesto Cardoso**. Monografia (Licenciatura em História). 37f. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, 2016.

³¹⁵ A Revista *Raízes* foi o órgão oficial do Centro de Memória e Dados de Nilópolis e “se propõe a divulgar iniciativas, programas e acontecimentos que não só envolvam a entidade, bem como deseja levar ao conhecimento do público em geral os fatos históricos desde as raízes de Nilópolis aos nossos dias”. Fonte: Apresentação. **Revista Raízes**, jul. de 1987, n. 1.

³¹⁶ Marcos Antonio Monteiro Nogueira é historiador, colecionador e curador de arte. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Em Nilópolis, exerceu os cargos de Secretário Municipal de Cultura e a presidência do Conselho Municipal de Cultura, entre 1999 e 2000. É o atual Secretário de Cultura do município de Nova Iguaçu. Em 2009, foi autor do *Memorial Nilopolitano*, que teve como um de seus patrocinadores a Prefeitura Municipal de Nilópolis durante a gestão de Sérgio Sampaio Sessim. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/>. Acesso em: 09/01/2025.

³¹⁷ Marcos Manso fez parte foi um dos integrantes do Conselho Cultural do Centro de Memória e Dados de Nilópolis, além de jornalista.

No texto escrito após o falecimento de sua ex-professora, o autor afirmou a importância de preservar e perpetuar seu nome:

Confesso que quando soube da morte da querida professora Stella de Queiroz Pinheiro minhas lágrimas não se conteram. Veio-me à lembrança os momentos alegres do convívio ao seu lado, quando estudava no Colégio Anacleto de Queiroz. *Era uma pessoa rígida* na direção do educandário, porém, *com um coração que não tinha tamanho...* [...] *O povo, seus ex-alunos, as autoridades nilopolitanas, têm o dever de resguardar sua memória, pelo muito que fez nesta terra*, sendo de sua obrigação, ao regatá-lo, perpetuá-lo, dando-o a um núcleo de ensino ou mesmo a uma via pública, para que a atual e futura geração possa mirar-se nos seus exemplos, obras, atitudes e patriotismo.³¹⁸

Neste pequeno trecho, podemos visualizar algumas características que são pilares da construção de memória sobre Stella. O nome de seu pai, Anacleto de Queiroz; sua personalidade firme, porém caridosa; e sua dedicação ao progresso de Nilópolis e do Brasil através da educação. Uma das dificuldades que encontramos durante esta pesquisa foi o fato de que todas as fontes levantadas sobre Stella foram produzidas por terceiros e versam principalmente sobre sua vida pública. Ou seja, são notícias e artigos publicados na imprensa carioca e iguaçuana, perfis escritos para as supracitadas obras memorialísticas e a biografia romanceada, cuja autora é sua neta. Se toda fonte histórica deve ser analisada com cuidado, no caso da documentação reunida sobre Stella a cautela foi reforçada, visto que são fruto de uma *imagem* da ex-vereadora, seu *retrato* criado por terceiros.

Entre as fontes citadas acima, a principal para nós é a biografia romanceada *Mulher Soldado*.³¹⁹ Através da seção dedicada aos agradecimentos, podemos vislumbrar alguns detalhes sobre o processo de escrita do livro. Segundo Rose Pinheiro, o livro de sua autoria foi baseado no manuscrito deixado por uma das filhas de Stella, Thereza Stella. Além disso, contou com o auxílio de seus familiares, que contribuíram com memórias e informações. Na apresentação do livro, Estela Pinheiro – irmã de Rose e neta de Stella – afirmou que “Rose retratou fielmente, em uma biografia romanceada, a dedicação da professora Stella de Queiroz pela educação e sua paixão pelo Brasil”. Neste ponto, existe uma contradição. Afinal, como dito por Benito Bisso Schmidt, a biografia “é sempre uma construção possível, entre tantas outras, a respeito de um personagem, e nunca ‘o’ retrato definitivo”.³²⁰ Para além deste caráter intrínseco, o gênero da biografia romanceada é ainda menos compromissado com a “verdade”

³¹⁸ MANSO, Marcos. Professora Stella de Queiroz Pinheiro. In: **Revista Raízes**, n. 1, jul., 1987, p. 18, grifos meus.

³¹⁹ PINHEIRO, Rose. **Mulher soldado**. Rio de Janeiro: Editora Rochet, 2024.

³²⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; et al. (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2014, p. 199.

ou os “fatos”. Isto porque o romance biográfico possui maior liberdade de criação, pois não se preocupa em apoiar-se em fontes históricas.³²¹

O flerte entre ficção e realidade é evidente ao longo de toda a escrita do livro. Entre os elementos que lançam luz sobre essa característica da obra, estão: a criação de personagens; a descrição de ambientes e cenários; a presença de diálogos; e o desprendimento da autora no que diz respeito as datas e fontes históricas. Entretanto, o caráter criativo do texto não necessariamente implica no seu descarte. Apesar de características e soluções criativas, a história narrada por Rose Pinheiro não deixa de reunir detalhes sobre a trajetória de Stella que podem ser confrontados com as demais fontes históricas reunidas e, também, úteis para apontar novos caminhos na busca por documentação.

Nesse sentido, concordamos com Marcela Silva, Maria da Glória de Oliveira e Thais França Guimarães no entendimento da biografia como um campo de possibilidades importante para o trato histórico. Ao considerar uma biografia – e, neste caso, uma biografia romanceada – como fonte, cabe ao historiador (a) “compreender os aspectos que envolvem a sua construção” ao invés de ter como objetivo “selecionar o que é verdadeiro e descartar o que é considerado falso”.³²² Para tal, é necessário aplicar uma metodologia capaz de decodificar o texto como uma fonte em si mesma:

Podemos conceber a biografia constituindo-se como um objeto de uma leitura sistemática e minuciosa por meio de recursos metodológicos quantitativos e qualitativos, por exemplo, identificação e análise de temas, adjetivos, definições, diálogos, os “materiais de construções” – autores, pessoas, pensadores e livros citados nas obras – que auxiliaram na narrativa, etc. Nesse sentido, as intenções de escrita – presentes no e pelo próprio texto –, e os sentidos que influenciou o autor ao construir o (s) retrato (s).³²³

Trataremos rapidamente da história contada por Rose Pinheiro. O recorte escolhido pela autora se inicia em 7 de dezembro de 1924, em uma cena que retrata o velório do pai de Stella; e encerra-se em 1983, ambientado no aniversário de 80 anos da ex-vereadora – apenas quatro anos antes de seu falecimento. Os elementos escolhidos para compor a capa do livro são uma foto emoldurada de Stella acima do título que, por sua vez, é cercado por dois pedaços de giz branco e duas espadas de esgrima. Aliado ao título escolhido pela autora, a matriz que guia a escrita de Rose Pinheiro apresenta-se claramente: Stella de Queiroz, soldado da educação brasileira. Ou seja, o sentido de escrita ampara-se na narrativa de uma personagem patriótica, firme e coesa, cujo objetivo último era contribuir para a grandeza do país através do exercício

³²¹ SCHMIDT, 2014, p. 196.

³²² SILVA, Marcela O. S.; OLIVEIRA, Maria. G.; GUIMARÃES, Thais F. Biografia, um campo de possibilidades. In: **Revista Diálogos Mediterrâneos**, n. 20, p. 143-159, 2021, p. 154.

³²³ SILVA; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021, p. 156-157.

tempo”.³²⁷ Segundo Luiz Anselmo Bezerra, as famílias Sessim e Queiroz eram próximas e, junto com a família David, se apresentaram como um braço importante da ditadura na Baixada Fluminense:

Em 1969, Simão assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu onde ficou até 1970, deixando o cargo para subir à posição de Chefe do Gabinete Municipal de Nova Iguaçu. Foi justamente nesse período que esteve à frente do governo municipal, como interventor, o professor Ruy Queiroz, com quem Simão tinha amizade além de afinidades profissionais e políticas. [...] Além dos dois que tiveram passagem pelo governo deste município, o nilopolitano *Ruy Queiroz, afinado com autoridades militares, teve grande projeção política em Nova Iguaçu.*³²⁸

Nesse sentido, interpretamos que a biografia escrita por Rose Pinheiro, filha de Ruy Queiroz, pode ser considerada, de certa maneira, uma *escrita de si*. De acordo com Angela de Castro Gomes as práticas da produção de si englobam um conjunto diversificado de ações, “desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita”, como os diários, “até a da constituição de uma memória de si”, através de atos que podem ser considerados como biográficos.³²⁹ Nesses casos, o texto é uma representação de seu autor – que também é editor –, um instrumento para materializar uma determinada identidade. Consideramos que a biografia romanceada sobre Stella de Queiroz é um espaço que busca consolidar não apenas a memória da biografada, mas também de sua família:

Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembrada.³³⁰

Sob a nossa interpretação, o caráter excepcional foi intrinsecamente inserido na trajetória da personagem narrada por sua neta. Tendo como base a importância de pensar a construção dos personagens – como os diálogos e os adjetivos que lhe são designados –, traçaremos um breve perfil da personagem que é retratada na biografia. A Stella romanceada era atenta, observadora, assertiva e autoritária; caminhava tal qual um general. Emocionava-se com a arte; era elegante, justa, humilde e corajosa. Orgulhava-se de suas origens. A sala de aula era seu chamado, sua grande vocação. Conquistou respeito e admiração através de seu patriotismo e de sua defesa da educação como via para o progresso do país. Em resumo, não pretendemos buscar a verdade nas páginas desta biografia romanceada. Enquanto fonte, seu valor está na construção do texto, na ótica do autor; na comparação com as demais fontes

³²⁷ NOGUEIRA, Marcos A. Monteiro. **Memorial Nilopolitano**. Nilópolis: Prefeitura Municipal, 2009, p. 203.

³²⁸ Sobre a relação das famílias Sessim, David e Queiroz com a Ditadura Militar, ver mais em: BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. Dissertação (Mestrado em História). 243f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 28.

³²⁹ GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2004, p. 11.

³³⁰ GOMES, 2004, p. 11.

levantadas e nas lacunas sobre o mundo privado de Stella que podem ser preenchidas – sempre com cautela.

Stella fez parte do grupo de migrantes que viu na Baixada Fluminense uma oportunidade de moradia e condições de vida mais acessíveis, porém o caminho até Nilópolis foi tortuoso.³³¹ Stella de Queiroz nasceu na cidade de Fortaleza, no Ceará, no dia 3 de maio de 1903³³². Era filha do professor Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz e de Maria Magalhães de Queiroz que, juntos, foram pais de mais dez filhos³³³. Com exceção do texto escrito por Marcos Manso, todas as fontes citadas até aqui evidenciam o nome de Anacleto como parte fundamental da trajetória de Stella, uma espécie de credencial para sua proficiência no magistério. Não nos parece ser coincidência que a primeira cena descrita no livro de Rose Pinheiro se trate justamente do velório de Anacleto³³⁴, em 1924. Nele, a personagem Stella de Queiroz foi escrita como uma herdeira natural de seu pai, quase como se tivesse assumido o posto de chefe da família: é ela que consola os familiares, defende a memória de seu pai frente aos comentários deselegantes e é a última a se despedir do falecido:

A jovem de vinte e um anos, *com olhar firme e gestos precisos*, tirou da bolsa uma pequena bandeira do Brasil e estendeu sobre o peito de seu pai.
– *Continuarei sua obra, mas, daqui em diante, nenhum homem mandará em mim outra vez.*
E fecharam o caixão.³³⁵

Neste pequeno trecho, estão presentes características que são parte fundadora da personagem construída por Rose Pinheiro: a altivez, o patriotismo e a vocação pela educação, herdada de seu pai. Anacleto foi diretor do Gymnasio Cearense e fundador do Instituto Cearense, em Fortaleza. Em diversos momentos da biografia romanceada foi descrito como uma pessoa violenta, inclusive pela personagem Marocas – apelido da mãe de Stella –, que descreveu o marido como detentor de “um temperamento explosivo” e, ao mesmo tempo, “um homem bondoso”.³³⁶ Em outro momento, foi a personagem Stella que descreveu o pai como violento por ter “atirado em um tio severo que o criara, em defesa da irmã, quando tinha dezoito anos”.³³⁷

³³¹ PINHEIRO, 2024.

³³² Registro de óbito. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPHB-RV7X>. Acesso em: 21/10/2023.

³³³ Do casamento de Maria e Anacleto, nasceram: Abigail, Maria Luiza (Iza), Hagah, Aristóteles, Anacleto, Michol, Sócrates, Júlia, Cristiano, Stella e Laura. Fonte: FamilySearch e Pinheiro (2024).

³³⁴ Como a autora não se preocupa com o rigor de datas e fontes, não fica claro se 7 de dezembro de 1924 marcou o falecimento de Anacleto ou se foi apenas o dia no qual o velório foi realizado. Outrossim, não foi possível localizar um documento capaz de sanar a dúvida.

³³⁵ PINHEIRO, 2024, p. 13, grifos meus.

³³⁶ Ibidem, p. 48.

³³⁷ Ibid., p. 63.

De fato, a prisão de Anacleto foi publicada no jornal *Gazeta do Norte*, em 9 de janeiro de 1881. Na nota, consta que o pai de Stella teria fugido para o Pará após ter assassinado “um de seus parentes”. Passou a chamar-se Antonio Pereira Cavalcanti de Queiroz e tornou-se “sargento quartel mestre do Quarto Batalhão de Artilharia”.³³⁸ Na edição publicada no dia 29 de janeiro de 1881, o *Gazeta do Norte* informou sobre a chegada de Anacleto ao Ceará e deu mais detalhes sobre o motivo de sua prisão:

[...] Anacleto Pereira Cavalcante de Queirós, o qual veio remetido d’aquela Província [Pará] para esta [Ceará], preso por ter feito um ferimento, quando de menoridade, em seu tio, do qual resultou a morte 5 dias depois, se o qual isso não o fizesse, seriam vítimas 3 pessoas, *tornando-se, por isso o mencionado Quartel Mestre, digno de louvor, que não havia um, nas qualidades deste, que não fizesse o que fez aquele infeliz*. Este conflito deu-se em 1877 [...] O Sargento Queiroz, a ser verdade o que declarou no ato de ser preso, é um moço mais infeliz, do que criminoso; mais digno de lastima, do que de punição.³³⁹

Nas notícias publicadas sobre o caso, nos chamou atenção a ênfase em “defender” a imagem de Anacleto e deixar claro que o então sargento teria agido apenas em defesa de inocentes. Segundo o jornal, suas ações seriam “dignas de louvor” e concordou com a declaração dada por ele quando este disse que não era um criminoso, mas alguém que foi marcado por um evento terrível. Identificamos que a postura elogiosa em relação a Anacleto estendeu-se aos artigos em que foi citado durante o período em que esteve encarcerado. Em 3 de maio de 1882, o jornal *O Cearense* publicou uma notícia sobre a inauguração de uma escola na Cadeia Pública de Fortaleza, que contou com a presença do Presidente da Província, do Chefe de Polícia e do Inspetor Geral de Instrução Pública.³⁴⁰ Após a fala do padre Vicente Salazar da Cunha, um dos professores da escola, “o sentenciado Anacleto Pereira Cavalcante de Queiroz” também discursou, “agradecendo, em seu nome e no de seus companheiros, a criação de tão útil instituição”.

Três anos após sua prisão, um texto escrito por Anacleto publicado no jornal *Libertador* é para nós um indicativo que o ex-sargento construiu relações relevantes durante aquele período.³⁴¹ O texto é uma resposta a um artigo escrito por uma pessoa anônima e publicado em uma edição anterior daquele jornal, no qual o administrador da Cadeia Pública de Fortaleza foi

³³⁸ *Gazeta do Norte*, 9 de jan. 1881, ed. 6, p. 3.

³³⁹ *Gazeta do Norte*, 29 de jan. 1881, ed. 22, p. 4, grifos meus. A nota cita alguns familiares de Anacleto se encaminharam para Fortaleza após a sua prisão. Entre eles estava seu pai, Vicente Pereira Cavalcante de Queiroz, residente da Província do Amazonas à época. Também são citados: José Maria Alves e Ignacio Rodrigues Machado.

³⁴⁰ *O Cearense*, 3 de mai. 1882, ed. 94, p. 1.

³⁴¹ *Libertador*, 22 de set. 1884, ed. 197, p. 3.

criticado. Em resposta, Anacleto escreveu que Joaquim Nogueira de Hollanda Lima foi injustamente caluniado e injuriado com o objetivo de prejudicar sua boa reputação:

Se hoje sou contemplado no nº dos assassinos, não estou contudo, impossibilitado de faltar com a verdade, e nem privado de dissipar calúnias sugeridas por quem quer que seja; e é por isso que venho á imprensa defendendo o Sr. Joaquim Nogueira, e hostilizando-me com *algum*; e, porque sendo antagonistas de todo o que se arma de instrumento ignominiosos para com eles despedir setas infamantes contra o homem de bons costumes, principalmente contra aquele que diviso, envolto no puro manto da inocência, estarei sempre pronto a defende-lo das tempestades que se lhes antepor! Sirva o exporto de protesto, do artigo a que me refiro.

A prisão de Anacleto foi abordada no livro através da personagem de Stella, enquanto conta a história de seus pais para uma das empregadas de sua tia. A personagem nos conta que depois de cometer o crime, seu pai assentou praça em um batalhão do exército no Pará, mas nesse ponto existe uma singela contradição entre as fontes citadas acima e a memória familiar:

Lembrou que seu pai fora analfabeto até os dezoito anos, mas, sendo de comportamento exemplar, *tornara-se soldado e fora obrigado a frequentar a escola da prisão. Depois que aprendera a ler e escrever, conquistara o posto de sargento quartel-mestre.* Fora condenado a catorze anos e, nesse período, estudara português, história, aritmética e geografia. Passara a ensinar os presos, sempre acompanhado de um guarda. Cumprira o restante da pena em Fortaleza, até receber o indulto do imperador, por bom comportamento.³⁴²

Nas fontes supracitadas, vimos que Anacleto já era alistado no Exército e sargento quartel mestre antes de ser preso e não depois, como consta na biografia romanceada. Mas este pequeno detalhe, embora desprezível, é um indicativo de que a utilização desta biografia romanceada como fonte deve ser realizada de maneira cuidadosa e atenta, visto que sua escrita não passou por um crivo científico-metodológico. Portanto, sempre que possível, o comparamos com as demais fontes levantadas. Outro detalhe interessante é que, na narrativa, a personagem de Stella conta esse trecho da vida de Anacleto apenas para o leitor e não para a empregada Zulu. Anacleto realmente foi citado como um dos alunos da escola da Cadeia Pública de Fortaleza.³⁴³

Dois periódicos diferentes publicaram a notícia sobre o indulto imperial concedido à Anacleto de Queiroz, na Sexta-Feira Santa de 1887. No *Libertador*, duas notas foram publicadas. A primeira parabenizou “o nosso jovem e desventurado comprovinciano” pelo indulto e, na segunda, foi informado que Anacleto foi liberado após o recebimento do comunicado enviado pelo Ministro da Justiça ao Presidente da Província.³⁴⁴

Temos muita satisfação comunicando esta notícia aos nossos leitores, pois que a pessoa a quem ela se refere é um *moço estimável por sua inteligência* e que voltando

³⁴²³⁴² PINHEIRO, 2024, p. 63-65, grifos meus.

³⁴³ *O Cearense*, 5 de dez. 1886, ed. 276, p. 1.

³⁴⁴ *Libertador*, 10 de abr. 1887, ed. 99, p. 3.

ao seio da sociedade, d'onde o retirara um grande infortúnio, *virá a ser um cidadão trabalhador e prestimoso*.³⁴⁵

Nascido por volta de 1860, Anacleto teria 27 anos quando foi perdoado. Ainda naquele mês de abril, foi publicado na seção de anunciantes do jornal uma nota informando que Anacleto "continua a lecionar" as "primeiras letras", seguido do endereço de sua residência.³⁴⁶ Não foi possível averiguar se o destaque dado à continuidade do pai de Stella como professor se refere a um período anterior ao seu encarceramento ou se confirmaria a história contada pela personagem Stella de que Anacleto teria se tornado professor ainda na Cadeia Pública de Fortaleza. Em junho de 1887, Anacleto assinou uma nota publicada no *O Cearense* informando que assumiu o cargo de diretor do Gymnasio Cearense, que até então era dirigido pelo capitão Antonio Duarte Bezerra, conhecido professor daquela província.³⁴⁷ Ou seja, dois meses após sua soltura, assumiu a direção de um dos colégios mais proeminentes de Fortaleza. É certamente curioso que sua condenação não tenha interferido neste quesito, o que nos leva a pensar que Anacleto possivelmente integrava uma rede de relações relevante no cenário político e social da capital cearense. Segundo Karolynne Barrozo de Paula e Antônio Germano Magalhães Junior, o Gymnasio Cearense fez parte do núcleo de escolas que educava estudantes das classes privilegiadas de Fortaleza, ou seja, foram

Instituições escolares responsáveis pela formação da juventude cearense, oferecendo-lhes os subsídios necessários a almejar lugares de destaque na sociedade, formando o homem dirigente da sociedade, tais características expressadas pelo cunho humanista do currículo dessas instituições [...].³⁴⁸

Dessa forma, a escola dirigida por Anacleto fazia parte das instituições orientadas por uma proposta educacional voltada para “um agrupamento social privilegiado economicamente”.³⁴⁹ A partir das fontes localizadas, sabemos que Anacleto esteve à frente do Gymnasio Cearense, pelo menos, entre 1887 e 1902³⁵⁰. Neste período, a instituição saltou de

³⁴⁵ *Libertador*, 10 de abr. 1887, ed. 99, p. 3, grifos meus.

³⁴⁶ *Libertador*, 16 de abr. 1887, ed. 105, p. 3.

³⁴⁷ *O Cearense*, 28 de jun. 1887, ed. 141, p. 2. Antonio Duarte Bezerra foi professor de aritmética e geometria do Liceu do Ceará e foi editor do jornal *A Evolução*, junto com sua companheira Francisca Clotilde Barbosa Lima, renomada professora e escritora cearense. O primeiro marido de Clotilde foi internado no Asilo de Alienados do Rio devido à embriaguez, mas desapareceu depois de fugir da instituição. Logo, o relacionamento de Francisca e de Antonio não era bem visto pela sociedade de Fortaleza, visto que civilmente ainda era casada. Não sabemos se a saída de Antonio da direção do Gymnasio Cearense se deu por esse motivo. Ver mais em: ROCHA, Marijara Oliveira da. A permanência dos estereótipos femininos em A divorciada, de Francisca Clotilde. IN: SILVA, Fernanda Maria Diniz da; SILVA, Marilde Alves da; SILVA, Fernângela Diniz da; SOUSA, Alexandre Vidal de (orgs.). **Ceará em prosa e verso**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018. p. 289-304.

³⁴⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Antônio G.; PAULA, Karolynne B. História de instituições escolares em Fortaleza no Império (1845-1886). **Anais do XI Encontro Cearense de História da Educação; I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação**. Fortaleza: Imprepe, p. 142-153, 2012, p. 151.

³⁴⁹ PAULA; MAGALHÃES JUNIOR, 2012, p. 152.

³⁵⁰ Nos baseamos principalmente nas notícias publicadas sobre a instituições na imprensa cearense, mais comuns nos jornais *O Cearense* e *Libertador*.

111 alunos em 1897 para 290 estudantes matriculados no ano de 1899.³⁵¹ Nas propagandas realizadas na imprensa de Fortaleza, o *Gymnasio Cearense* era referenciado como um “acreditado estabelecimento de instrução, dirigido pelo honrado e inteligente preceptor” Anacleto de Queiroz.³⁵² Entre 1902 e 1909 existe uma lacuna, quebrada pelo anúncio da inauguração do novo estabelecimento de ensino de Anacleto, denominado Instituto Cearense. Nesta nota, foi comunicado que a instituição – “localizada em um dos bairros mais aprazíveis desta capital” – aceitaria até 100 estudantes entre sete e vinte e um anos de idade, distribuídos entre os regimes interno, semi-interno e externo.³⁵³

Na narrativa construída por Rose Pinheiro, Stella era detentora de uma personalidade parecida com a de seu pai – “a paixão por aprender, o jeito autoritário e a maneira como brincava de ensinar a seus irmãos” – e, assim, tornou-se “a menina de seus olhos”.³⁵⁴ Seu pai teria sido seu primeiro professor e com ele aprendeu sobre geografia, história e matemática; português, francês e latim; dele herdou a paixão pela declamação de poesias. Sobre a mãe de Stella, pouco pudemos vislumbrar nas fontes consultadas. Especialmente na documentação produzida pela família Queiroz e pelos agentes próximos a ela, Maria Magalhães seria a origem da altivez e da elegância de Stella. Isto porque era filha de Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba.³⁵⁵ Os pais de Stella teriam se conhecido quando Anacleto atuou como professor particular de Maria, que à época teria apenas 13 anos de idade.³⁵⁶

Entretanto, existe uma contradição nesta cronologia quando cruzamos as demais fontes levantadas e a biografia romanceada. Com base em seu registro de óbito, Maria Magalhães teria nascido no ano de 1870 e, sob essa lógica, teria completado 13 anos em 1883. Porém, vimos que Anacleto de Queiroz esteve preso na Cadeia Pública de Fortaleza entre 1881 e 1887, logo não poderia ter sido professor de Maria em 1883. Ou seja, existe mais uma discrepância na história contada no livro. Independentemente da idade que Maria possuía à época de seu enlace com Anacleto, a relação não foi aprovada pelo barão; o casal fugiu para se casar e Maria foi

³⁵¹ *Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, 1897; 1899. As seguintes disciplinas foram ofertadas neste período: leitura de prosa e verso e de manuscrito; recitação; escrita; gramática portuguesa; análise etimológica, gramatical e lógica; aritmética; noções gerais de geografia; história do Brasil; instrução moral e religiosa; caligrafia; desenho linear e música vocal. Fonte: *Libertador*, 30 de dez. de 1887, ed. 360, p. 3

³⁵² *O Cearense*, 27 de dez. 1891, ed. 273, p. 2.

³⁵³ *Jornal do Ceará*, 3 de mar. de 1909, ed. 1004, p. 3.

³⁵⁴ PINHEIRO, 2024, p. 46.

³⁵⁵ Registro de óbito. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:WYGH-SN3Z>. Acesso em: 21/10/2023.

³⁵⁶ PINHEIRO, 2024, p. 60.

deserdada pelo pai. Se dedicou a ser mãe, esposa e administradora da casa da família. O lar dos Queiroz foi descrito por Rose Pinheiro como modesto:

Apesar da vida modesta que levava a família Queiroz, havia alguns criados na casa. Como os salários eram baixos, a família conseguia arcar com essa despesa, mas ainda existia quem aceitasse trabalhar em troca de um lugar para morar e um prato de comida. [...] Anacleto sentia-se confortável na sua poltrona favorita, uma Berger de couro preta [...]. Olhava para a sala bem arrumada de sua residência. A casa não tinha luxo, mas era mobiliada com bom gosto e muito capricho nos detalhes. As cortinas de cetim tinham sido feitas por sua esposa, assim como todas as almofadas confeccionadas e bordadas por ela. Um tapete vermelho, dado de presente pela família do general Castelo Branco, cujo filho, Humberto, havia sido seu aluno, estendia-se até o piano encostado na parede.³⁵⁷

Não sabemos quando a família se mudou de Fortaleza para o Rio de Janeiro, nem os possíveis motivos, visto que os detalhes que cercam este tipo de decisão dificilmente ultrapassam os limites da vida privada. No próprio livro escrito pela neta de Stella não foi dado detalhes sobre a mudança; foi dito apenas que a família Queiroz fixou residência na capital da República poucos anos antes do falecimento de Anacleto, em 1924. A cidade não era estranha para a família. Afinal, Stella e sua irmã Maria Luiza completaram sua educação em instituições de ensino cariocas: a primeira, na Escola Normal do Rio de Janeiro³⁵⁸; a segunda, no Instituto Nacional de Música.³⁵⁹ Não foi possível precisar o ano em que Stella estudou no IERJ, mas localizamos uma nota publicada no *Jornal do Ceará* em 1911 a pedido de Anacleto de Queiroz, comunicando sua viagem junto a sua filha Maria Luiza ao Rio de Janeiro.³⁶⁰

Na cidade, a irmã de Stella se consagrou como a respeitada pianista Iza de Queiroz. De acordo com Susana Cecilia Igayara-Souza, que analisou diversas obras produzidas por mulheres no início do século XX sobre a educação musical no Brasil, Iza foi admitida como livre-docente de piano no Instituto Nacional de Música em 1917, aos 27 anos de idade³⁶¹. Além de pianista e professora, Iza foi organista, musicóloga, conferencista e historiadora da música

³⁵⁷ PINHEIRO, 2024, p. 50-51.

³⁵⁸ Nas fontes produzidas pela família Queiroz e por agentes ligados a ela, consta que Stella teria sido aluna do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Entretanto, com base no período no qual a ex-vereadora estudou na instituição, esta ainda era nomeada como Escola Normal do Rio de Janeiro, tornando-se Instituto de Educação do Rio de Janeiro apenas na década de 1930. Falaremos mais sobre a formação de Stella como normalista no segundo capítulo. Ver mais em: ACCÁCIO, Liête Oliveira. A Escola Normal que virou Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

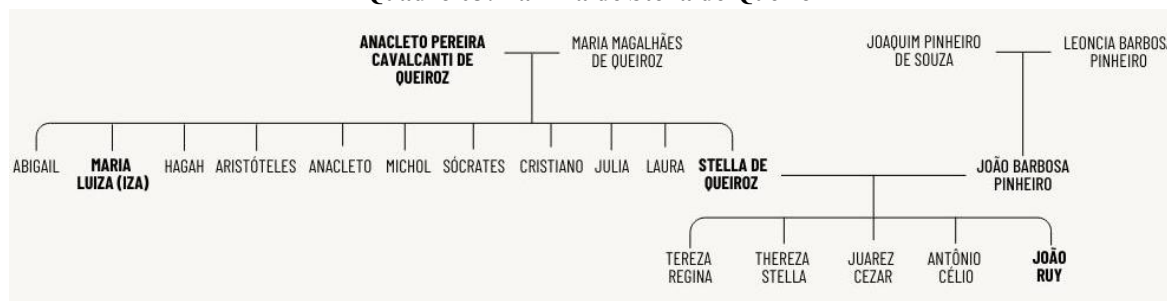
³⁵⁹ Op. cit., 2024.

³⁶⁰ *Jornal do Ceará*, 29 de nov. 1911, ed. 1428, p. 1.

³⁶¹ SOUZA, Susana Cecilia Almeida Igayara de. **Entre palcos e páginas: a produção escrita por mulheres sobre música na história da educação musical no Brasil (1907-1958)**. 2011. 356f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Maria Luiza de Queiroz Amâncio dos Santos nasceu em 19 de abril de 1890 e faleceu em 12 de abril de 1955, aos 65 anos de idade. Fonte: FamilySearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/about/G2YP-P3W>. Acesso em: 21/10/2023.

pela Imprensa Nacional.³⁶² Iza se casou com Alfredo Amâncio dos Santos, Almirante da Marinha do Brasil, que teria ficado responsável pela guarda de Maria Magalhães e suas filhas solteiras Júlia, Stella e Laura após o falecimento do sogro.³⁶³

Quadro 03: Família de Stella de Queiroz



Fonte: FamilySearch; Rose Pinheiro (2024).

No que se refere a vida de Stella antes de estabelecer residência em Nilópolis, nossa única fonte é a biografia romanceada. Na história narrada por Rose Pinheiro, a personagem Stella de Queiroz convenceu seu guardião – o marido de sua irmã, Amâncio – a deixá-la retornar à Fortaleza, afim de seguir os passos de seu falecido pai. Durante o percurso realizado por Stella até a sua cidade natal, acreditamos que um certo acontecimento narrado pela autora contém em si a tônica do discurso que a obra busca reforçar.

O episódio descrito se passou durante a viagem de navio até Fortaleza, quando Stella se revoltou com o tratamento dispensado à uma criança em alfabetização por seu pai. Ao ser questionada quanto a sua intromissão, a professora logo afirmou ser filha de Anacleto de Queiroz, “um dos maiores mestres do norte ao sudeste do Brasil”.³⁶⁴ Coincidentemente, o pai da criança foi um dos estudantes de Anacleto e desculpou-se profusamente, permitindo que Stella auxiliasse o filho. Em poucos dias, o menino aprendeu a ler “brincando e correndo no convés” e o sucesso “da professorinha” a fez conquistar o respeito e admiração dos marinheiros do navio, que “batiam continência” sempre que lhe cumprimentavam.³⁶⁵ Em razão do burburinho causado por Stella, o capitão do navio, Manuel Barroso³⁶⁶, a convidou para jantar

³⁶² Sobre a contribuição de Iza de Queiroz à historiografia da música, ver mais em: IGAYARA-SOUZA, Susana Cecília Almeida. **Entre palcos e páginas: a produção escrita por mulheres sobre música na história da educação musical no Brasil (1907-1958)**. Tese (Doutorado em Educação). 356f. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

³⁶³ PINHEIRO, 2024, p. 12.

³⁶⁴ Ibidem, p. 24.

³⁶⁵ Ibid., p. 26-27.

³⁶⁶ A partir da leitura do livro, acreditamos que Manuel Barroso foi um personagem criado por Rose Pinheiro (2024) para romancear a história narrada por ela.

em sua mesa junto a outros personagens membros da primeira classe. Após direcionar elogios à Stella, o comandante propôs um brinde:

- Vamos fazer um brinde! – O comandante levou a taça – Aos professores! Sem eles, não seríamos ninguém.
- À educação! – o imediato completou.
- Ao Brasil! – finalizou a professora.³⁶⁷

Neste episódio é possível visualizar novamente as características já mencionadas anteriormente, que por nós são consideradas pilares da narrativa construída em torno da figura de Stella de Queiroz. A credencial proporcionada pelo personagem Anacleto que, ao mesmo tempo, apenas abre caminhos para que Stella tenha oportunidade de provar que é uma grande educadora em seu próprio direito; o que chamamos de “retórica da guerra”, um dos pilares da narrativa de Rose Pinheiro, presente desde o título do livro até a descrição ativa da personagem – que se portava como um soldado, uma general – que conquistou o respeito até mesmo de membros das Forças Armadas; e, por fim, o patriotismo e sua contribuição para o progresso do país através da educação³⁶⁸.

Enquanto uma mulher solteira, Stella foi recebida em Fortaleza por seus tios maternos.³⁶⁹ O retorno à sua cidade natal foi motivado por seu objetivo em retomar seu lugar na escola de seu pai – referenciada apenas como “Liceu” –, porém, ao chegar, foi informada por seus tios de que a instituição não se encontrava mais sob a tutela estadual, mas sim sob uma “nova direção”. Como dissemos, não foi possível identificar os fatores que motivaram a transferência da família Queiroz para o Rio de Janeiro. Entretanto, sabemos que Anacleto foi diretor do Instituto Cearense ao menos até 1911 e que, tanto o Instituto, quanto o Gymnasio Cearense, eram instituições de ensino privadas.³⁷⁰ Certamente, não descartamos a possibilidade de Anacleto ter feito parte de outra instituição escolar neste íterim; mas, ao mesmo tempo, não encontramos evidências de que esteve entre os professores do Liceu do Ceará – que talvez seja o “Liceu” referenciado por Rose Pinheiro em sua biografia romanceada.

Inconformada com o destino do Liceu, a personagem Stella “usou o nome de seu pai, que fora amigo do governador e professor dos filhos dele, para ser atendida no Palácio da Luz”.³⁷¹ O nome do governador não foi mencionado no livro; porém, tendo como base a linha do tempo na qual Stella teria se encaminhado para Fortaleza no início de 1925 e fixado

³⁶⁷ Op. cit., p. 30.

³⁶⁸ Na narrativa de Rose Pinheiro (2024), o patriotismo foi alimentado em Stella como parte de sua educação familiar, principalmente por Anacleto.

³⁶⁹ Op. cit., p. 37.

³⁷⁰ *Jornal do Ceará*, 29 de nov. 1911, ed. 1428, p. 1.

³⁷¹ PINHEIRO, 2024, p. 69.

residência em Nilópolis no ano seguinte, o governador do Ceará naquele período era José Moreira da Rocha, que ocupou o cargo entre 1924 e 1928³⁷². Porém, não encontramos documentação capaz de respaldar a existência de um vínculo entre ambas as famílias. Na história contada por Rose Pinheiro, Stella teria conseguido o aval e o subsídio necessário do governador do estado para fundar sua própria escola na capital cearense graças a esse elo.³⁷³

Dessa forma, no início de 1925, Stella teria fundado em Fortaleza o Externato Santa Therezinha, mas não encontramos referência de que tenha existido uma escola com este nome na capital cearense ou referências à Stella e ao Externato na imprensa local³⁷⁴. Segundo a biografia romanceada, o Externato foi instalado em um sobrado próximo à casa dos tios de Stella e contava com salas de aula, uma biblioteca e a secretaria. Neste período, Stella conheceu o também professor João Barbosa Pinheiro, com quem se casou em abril de 1925. No livro escrito por sua neta, João Pinheiro é um personagem curioso. Foi descrito como um sujeito boêmio, aventureiro e sonhador – o oposto de Stella:

João conseguiu completar seus estudos ali mesmo, no bairro de Benfica, e continuou como autodidata, buscando preencher sua sede de conhecimento por meio dos livros ou de algum curso extra. [...] [João] tinha interesse em astronomia, literatura e filosofia, e, desde pequeno, gostava de escrever poemas, porém seus pais diziam que poesia não enchia a barriga de ninguém e que ele deveria estudar para ser advogado, já que tinha boa oratória. [...] Na verdade, ele tinha várias paixões, mas como precisava sobreviver [...] vivia uma vida enfadonha, tendo que trabalhar no comércio, vendendo bugigangas de porta em porta.³⁷⁵

Sem renda para pagar o aluguel de uma casa, Stella e João estabeleceram residência no primeiro andar do sobrado e em novembro daquele ano nasceu a primeira filha do casal, nomeada Thereza Regina. Segundo Rose Pinheiro, João passou a lecionar ao lado da esposa e o número de matrículas cresceu, embora o casal tenha decidido manter a mensalidade em um valor mais baixo para fazer frente às demais instituições de ensino particular da cidade.³⁷⁶ Em 1926, apesar do crescimento da escola, João teria decidido tentar a vida como comerciante no sudeste do país e, depois de meses aguardando o retorno do marido, Stella foi informada por seu cunhado Amâncio de que João estaria no Rio de Janeiro³⁷⁷. Após reencontrar o marido na

³⁷² Segundo consta na página do Governo do Estado do Ceará, José Moreira da Rocha foi desembargador e seu governo foi “um dos piores governos da história cearense” por ter sido “marcado por perseguições políticas aos adversários”. Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2011/03/21/ex-governadores-6/>. Acesso em: 11/12/2024

³⁷³ PINHEIRO, 2024, p. 72-73.

³⁷⁴ Com base em nota publicada na imprensa cearense, existia uma instituição denominada Externato Santa Therezinha em 1926, na cidade de Sobral, dirigido por Ofelia e Nair Ibiapina. Fonte: *A Imprensa*, 16 de jan. de 1926, ed. 67, p. 3.

³⁷⁵ PINHEIRO, 2024, p. 77-78.

³⁷⁶ Ibidem, p. 82.

³⁷⁷ No livro, é dito que João teria saído de Fortaleza em 1928, mas em todas as demais fontes consultadas consta que Stella teria se mudado para Nilópolis em 1926, portanto decidimos seguir conforme esta cronologia.

capital fluminense, o casal decidiu permanecer na cidade e Stella se desfez do Externato Santa Therezinha em Fortaleza. Com a ajuda de seus irmãos, o casal alugou uma casa simples no subúrbio do Rio de Janeiro e Stella passou a lecionar em uma escola pública do bairro.³⁷⁸

Entretanto João, personagem incansavelmente sonhador, convenceu a esposa de que a família precisava retornar para Fortaleza e Stella, depois de muito pestanejar, concordou, apesar dos protestos de sua mãe e irmãos que moravam no Rio de Janeiro e acreditavam que Stella estaria apenas seguindo as vontades irresponsáveis do marido.³⁷⁹ Acontece, porém, uma reviravolta na história narrada por Rose Pinheiro: João confundiu o horário da partida do navio e o casal, que tinha vendido tudo que tinham conquistado nos meses que viveram no subúrbio carioca, se viu sem ter para onde ir. Desolados, abriram o jornal e encontraram um anúncio que parecia ser destinado a eles: “aluga-se uma casa em Nilópolis!” Para João, Nilópolis representava uma aventura e, para Stella, a esperança da família.

O distrito do município de Nova Iguaçu foi descrito pela autora da biografia romanceada da seguinte forma:

Durante a viagem [de trem], Stella descobriu que havia sido uma grande fazenda que começara a ser loteada no início do século. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, houve uma facilidade na venda de lotes e as pessoas começaram a adquiri-los. A classe menos favorecida teve a sorte de comprar os menores e mais baratos. Havia quem dissesse que muitos tinham conseguido quitá-los com a venda das laranjas cultivadas fartamente nos quintais das próprias casas. [...] Não sabia explicar aquela sensação de liberdade ao ver tanta terra, plantações e animais pelo caminho, inebriando sua alma. Era a esperança de começar tudo de novo, em um lugar completamente diferente.³⁸⁰

Neste trecho, cremos que a presença de Rose Pinheiro se torna ligeiramente mais clara quando a personagem Stella narra um evento que ainda não se sucedeu no período em que está localizada: a Segunda Guerra Mundial e o impacto infligido pela guerra à produção citrícola³⁸¹. Esta questão será abordada mais objetivamente no terceiro capítulo desta dissertação, entretanto se faz importante destacar que, como foi apontado na primeira parte deste capítulo, os distritos iguaçuanos mais próximos ao Rio de Janeiro passaram por um processo de urbanização ainda nas três primeiras décadas do século XX. Ou seja, no trecho acima existe uma inconsistência tanto na narrativa – visto que a personagem Stella abordou um evento que ainda era desconhecido para ela – e historiográfica, já que o processo de loteamento não foi causado exclusivamente pela Segunda Guerra Mundial. Apesar disto, faremos um contraponto entre este

³⁷⁸ SESSIM, 2003; PINHEIRO, 2023, p. 118.

³⁷⁹ PINHEIRO, 2024, p. 120.

³⁸⁰ Ibidem, p. 126.

³⁸¹ A autora também parece ter confundido a Primeira Guerra Mundial com a Segunda, já que a febre dos loteamentos é comumente relacionada à Segunda Guerra.

trecho e a produção historiográfica existente com o intuito de apresentar a Nilópolis que recebeu Stella e sua família ao fim da década de 1920.

De acordo com Elenice Paz de Souza, Nilópolis se originou a partir do loteamento da Fazenda São Matheus, que havia sido vendida para o comerciante João Alves Mirandella no ano de 1900.³⁸² Inicialmente utilizada para a criação de animais, a fazenda começou a ser desmembrada a partir de 1913.³⁸³ Segundo Simões, desde o primeiro momento, os terrenos foram designados para fins urbanos porque eram considerados insuficientes para qualquer tipo de atividade agrícola.³⁸⁴ No ano seguinte ao início do retalhamento das terras do distrito de São Matheus – nomeado desta forma em homenagem à fazenda –, Mirandella solicitou ao diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, Paulo de Frontin³⁸⁵, a construção de uma estação de trem na localidade.

A inauguração da estação de Engenheiro Neiva em São Matheus cooperou para a constituição da cidade e a “dilatação do espaço urbano do Rio de Janeiro em direção à baixada”.³⁸⁶ Os novos lotes foram vendidos principalmente para a classe trabalhadora, atraída pelo preço baixo dos terrenos, a proximidade com a capital do país e pelas facilidades oferecidas pelos loteadores, como o parcelamento do pagamento da propriedade e o financiamento para a construção de casas. O historiador Marcleivson do Nascimento afirmou que o desenvolvimento de Nilópolis se deu através da aliança entre o Estado, os capitais imobiliários e o setor de transportes:

Neste cenário, *Nilópolis emergiu como uma localidade marcada por uma rede de relações políticas e comerciais* que girava em torno dos loteamentos, com a efetiva presença do capital imobiliário, que aliado ao setor de transportes, articulou junto ao aparelho estatal o desenvolvimento de serviços urbanos, criando infraestrutura direcionada a execução do empreendimento imobiliário, materializando uma estratégia que favorecera a empresa financiadora da venda dos lotes e posteriormente a construção de casas [...]. A comunidade surgida em São Matheus com o loteamento, passou a ser designada de Princesinha de Iguassú.³⁸⁷

³⁸² SOUZA, Elenice Paz de Souza. **Nos caminhos de Nilópolis de Ontem e de Hoje de Ernesto Cardoso**. 2016. 43f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

³⁸³ SOUZA, 2016, p. 4.

³⁸⁴ SIMÕES, 2006, p. 92.

³⁸⁵ André Gustavo Paulo de Frontin foi um renomado engenheiro fluminense. Em 1890, fundou a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, responsável por realizar obras de construção de ferrovias no Rio de Janeiro e no país. Dirigiu a Estrada de Ferro Central do Brasil por duas vezes, de 1896 à 1897 e 1910 a 1914, cargo que teria contribuído para a ampliação de sua rede de relações e acumulação de capital político. Enquanto político, foi prefeito do Distrito Federal em 1919; deputado federal de 1919 à 1920; e Senador por dois mandatos, o primeiro entre 1917 e 1918, o segundo de 1921 à 1930. Fonte: PINTO, Surama Conde Sá. Paulo de Frontin. Verbete. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

³⁸⁶ SOARES, 1962, p. 172.

³⁸⁷ NASCIMENTO, Marcleivson Silva do. **De princesinha a município: o processo de emancipação de Nilópolis**. 2021. 50f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, p. 13-14, grifos meus.

Esta rede de relações políticas citada acima estava ancorada no grupo político reunido ao redor de Nilo Peçanha. No capítulo anterior, falamos sobre a influência exercida por este chefe político fluminense no processo de saneamento da Baixada em prol da expansão das terras cultiváveis. Porém, o resultado do trabalho das comissões sanitaristas era uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que abriu caminho para o avanço citricultor nos distritos iguaçuanos mais ruralizados, também criou condições para a abertura de loteamentos voltados para a ampliação dos núcleos urbanos mais próximos ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, Lúcia Silva argumentou que a atuação de Nilo Peçanha na Baixada Fluminense foi executada em duas frentes de ação; a primeira, baseada no incentivo à citricultura; e a segunda, no patrocínio da ocupação urbana da localidade de Engenheiro Neiva.³⁸⁸

Para Nascimento, Nilo Peçanha articulou alianças com figuras das esferas municipal e estadual com o objetivo de direcionar políticas de melhoramento urbano para Engenheiro Neiva, cujo desenvolvimento poderia ser arregimentado em seu jogo político.³⁸⁹ Afinal, Peçanha foi presidente do estado fluminense de 1914 à 1917 e candidato à presidência da República no início da década de 1920; portanto, Engenheiro Neiva poderia ser uma via para angariar alianças e conquistar votos dos eleitores que ali se fixassem. Além dos já citados João Mirandella – loteador da fazenda São Matheus – e Paulo de Frontin – que autorizou a instalação da estação de trem na localidade –, Manoel Reis também cerrou fileiras junto a Nilo Peçanha.

Enquanto presidente da Câmara de Vereadores do município iguaçuano em 1916 e, consequentemente, chefe do Executivo³⁹⁰, Reis foi um dos grandes incentivadores do loteamento visto que o crescimento do distrito impactou positivamente os cofres municipais.³⁹¹ Em 1916, Manoel Reis foi um dos articuladores da elevação do antigo povoado de São Matheus como distrito de Nova Iguaçu e – tal como fora responsável pela lei que alterou o nome de Maxambomba – foi autor do decreto que nomeou o novo distrito e sua cidade como Nilópolis, em 1921. Para Nascimento, a elevação de Nilópolis à distrito e a alteração de seu nome foi realizada com o intuito de ampliar a influência do grupo nilista no município iguaçuano:

Tornar-se distrito representou a importância política e social da localidade para a municipalidade, que passou a investir na localidade, como com a criação de escolas e subdelegacias. Essa pequena infraestrutura junto ao preço mais acessível dos lotes – comparado ao valor dos lotes comercializados na capital federal –, permitiu a atração de mais compradores, fator que contribuiu para o crescimento demográfico. [...] Como sinal de distinção, ocorrem denominações de logradouros públicos em consagração

³⁸⁸ SILVA, 2014, p. 294.

³⁸⁹ NASCIMENTO, 2021, p. 13

³⁹⁰ Lembramos que a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu foi instalada apenas em 1919. Logo, o presidente da Câmara Municipal era, ao mesmo tempo, o chefe do Executivo.

³⁹¹ NASCIMENTO, 2021, p. 13; SOARES, 1962, p. 204.

aos personagens da política nilista, associadas ao empreendimento local [...] e a significativa alteração no nome do distrito de São Matheus para Nilópolis, a cidade de Nilo Peçanha, sinalizando um lugar pertencente a Nilo Peçanha e seus aliados e sócios neste grande negócio. Essas nomenclaturas forjaram uma nova identidade política local além de fixar o poder de um grupo. Essas toponímias expressaram a dupla face do investimento dos agentes loteadores da antiga fazenda.³⁹²

Da população que fora atraída para o município iguaçuano, a maior parte fixou residência nos distritos mais próximos do Rio de Janeiro, ou seja, em Nilópolis, São João de Meriti e Caxias.³⁹³ Na década de 1920, estes distritos se caracterizaram por possuir “população densa, de tipo suburbano”, além de ser autossuficientes “em relação à sede municipal no setor de comércio” e de “serviço e apresentava, também, incipiente função industrial”.³⁹⁴ Com a ocupação acelerada dos lotes limítrofes à estação de trem e a expansão dos loteamentos para o interior do distrito, surgiu a necessidade de propiciar outros meios de locomoção para que a população pudesse transitar em Nilópolis e acessar a estação da cidade, como bondinhos e linhas de ônibus.³⁹⁵ A própria estação de Engenheiro Neiva foi renomeada como Nilópolis em 1921, fato apontado por Nascimento como uma tentativa de forjar identidade e concorrer para o rompimento político com o distrito sede:

O grupo ligado a Nilo falava em nome da população, forjando uma unidade construída tendo como elemento Nilo. Essa Nilópolis imaginada como uma identidade deve-se à adesão dos habitantes, que compartilhavam a ideia de progresso de uma cidade com infraestrutura que a localidade não tinha. Forjou-se constantemente uma identidade por meio da união entre a população e seus representantes a fim de que os mesmos se reconhecessem como parte integrante daquele lugar.³⁹⁶

Ainda durante a segunda metade da década de 1910, o distrito recebeu iluminação elétrica e canalização de água. O capital público também foi responsável pela melhoria das estações de trem, pelo saneamento e a limpeza dos rios. Dessa forma, Nilópolis se consolidou como núcleo urbano ainda na década de 1930 e em 1945 já não existia espaço para a abertura de novos loteamentos, apenas ocupação daqueles que já existiam.³⁹⁷ Logo, a Nilópolis essencialmente rural que a personagem de Stella de Queiroz descreveu na biografia de Rose Pinheiro não está refletida na historiografia produzida até então. Com base nos trabalhos aqui expostos, percebemos que, enquanto a ideia de progresso no distrito sede estava ancorada no capital citricultor, em Nilópolis o progresso era fruto do capital privado e da ação dos agentes ligados à máquina pública. Foi a este grupo que Stella se aliou quando chegou à cidade de Nilo.

³⁹² NASCIMENTO, 2021, p. 19.

³⁹³ SOARES, 1962, p. 206.

³⁹⁴ Ibidem, p. 210.

³⁹⁵ NASCIMENTO, 2021, p. 15.

³⁹⁶ Ibidem, p. 20.

³⁹⁷ SIMÕES, 2006, p. 154.

A trajetória da personagem de Stella de Queiroz foi escrita por Rose Pinheiro sob uma perspectiva teleológica, ou seja, como se o exercício do magistério e sua chegada à Nilópolis em 1926 fossem apenas o cumprimento de seu destino. Esta perspectiva salta aos olhos do leitor em diversos momentos de sua narrativa, mas foi apresentada mais claramente no capítulo dedicado à chegada da família Queiroz na cidade do sétimo distrito iguaçuano. Ao descrever a generosidade com que a família foi recebida em Nilópolis, a personagem de Stella reflete sobre a sensação de que os vizinhos “já os esperavam há algum tempo”:

Stella estava apaixonada por aquela cidade, tão diferente das capitais mais desenvolvidas em que havia morado até então. *Precisava retribuir àquelas pessoas, carentes de instrução, e levar o saber até elas.* Talvez seja isso que estiveram aguardando. A mão Divina intervira naquele dia, na Praça Mauá, fazendo com que ela e João perdessem o vapor para Fortaleza.³⁹⁸

A família teria se instalado em uma casa próxima à estação de trem, que possuía luz elétrica e água encanada “do próprio poço, no pequeno quintal”.³⁹⁹ João conseguiu um emprego no comércio nilopolitano, enquanto Stella voltou a trabalhar como professora de uma escola pública no subúrbio carioca e, ao mesmo tempo, auxiliava “algumas crianças da vizinhança a fazer seus deveres escolares sem cobrar valor algum; até porque a maioria não teria como pagar”.⁴⁰⁰ De acordo com Manoel Simões, “a precariedade das condições de vida em Nilópolis era evidente” e somente as avenidas e ruas principais eram calçadas.⁴⁰¹ Com base no recenseamento realizado em 1920, o distrito de Nilópolis contava com cerca de 5.188 habitantes e 1.352 residências.⁴⁰² À população de trabalhadores, somam-se grupos de migrantes que alteraram o quadro político da cidade a partir da década de 1930:

Primeiro chegam os judeus, comerciantes que enriquecem, mas deixam a cidade sem tornar-se um grupo político definido, depois chega um outro grupo que vai se tornar referência na cidade, os sírio-libaneses e entre eles, as famílias Abrão, David e Sessim. Ainda nesse período, chegam os migrantes do Nordeste, Minas e do interior do estado do Rio de Janeiro que formarão a massa moradora do município [de Nilópolis] e de onde sairão as principais lideranças políticas locais.⁴⁰³

Até o momento da escrita desta dissertação, não localizamos pesquisas que tratem da vida da classe trabalhadora em Nilópolis no início do século XX utilizando documentação que não tenha sido produzida pelos grupos dirigentes do distrito, como o livro *Nilópolis de Hontem e Hoje*, publicado por Ernesto Cardoso em 1938⁴⁰⁴. No que compete à biografia romanceada, a

³⁹⁸ PINHEIRO, 2024, p. 127, grifos meus.

³⁹⁹ Ibidem, p. 126.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 127.

⁴⁰¹ SIMÕES, 2006, p. 154.

⁴⁰² SOUZA, 2016, p. 10.

⁴⁰³ SIMÕES, 2006, p. 153-154.

⁴⁰⁴ Sobre o livro, ver mais em: SOUZA, 2016.

massa da população nilopolitana de fins da década de 1920 e 1930 foi descrita como pobre, essencialmente carente de recursos e instrução.⁴⁰⁵ Motivada pela intenção de contribuir com o progresso da cidade, Stella fundou novamente uma escola chamada Externato Santa Therezinha, mas desta em vez em Nilópolis, em sua própria residência.⁴⁰⁶ A escola era modesta, mas Stella logo foi reconhecida dado ao sucesso de seus alunos em exames competitivos:

No início, precisou usar latas de tinta como cadeiras, até conseguir recursos para adquirir carteiras para os alunos. Não demorou para que o nome de Stella ficasse conhecido e divulgado como uma excelente professora. Os alunos vinham de lugares distantes à procura de êxitos em seus exames para o Colégio Militar e o Colégio Pedro II, no qual todos eram aprovados, chegando a obter as primeiras colocações.

A aprovação de seus alunos teria feito com que o nome de Stella se tornasse conhecido nas instituições de ensino da capital do país, entre elas a Escola Superior de Comércio. Em 1930, Stella teria sido procurada por Júlio de Abreu Gomes, um dos professores da ESC, que, impressionado com o trabalho executado por Stella, investiu em melhoramentos para o Externato.⁴⁰⁷ Na história narrada por Rose Pinheiro, Júlio de Abreu Gomes teria ido à Nilópolis apenas para visitar a escola e o capital investido por ele teria sido resultado da vinculação do Externato à Escola Superior de Comércio. Àquela altura, entretanto, Gomes já era um nome influente na cidade nilopolitana.

Os primeiros lotes comprados por Júlio de Abreu Gomes datam de 1914 e o coronel logo se tornou o principal agente loteador da cidade, ultrapassando João Alves Mirandella em prestígio.⁴⁰⁸ Segundo Simões, Gomes teria sido responsável por popularizar a denominação de Engenheiro Neiva como Nilópolis, já que o nome foi utilizado pelo loteador como estratégia de venda de seus lotes na imprensa carioca.⁴⁰⁹ Entre as décadas de 1910 e 1920, duas correntes nilistas disputavam a chefia política local: a primeira, liderada pelo político do distrito sede Manoel Reis e, a segunda, por Júlio de Abreu Gomes.⁴¹⁰ Através da criação do Bloco Progresso de Nilópolis, o coronel se tornou o principal chefe político nilopolitano do período.

O Bloco Progresso de Nilópolis foi fundado em 1916 por Júlio de Abreu e seus correligionários com o objetivo de organizar e efetivar seu empreendimento imobiliário.⁴¹¹ Este grupo político foi formado e dirigido por personagens da cidade que instrumentalizaram os espaços formais da política e suas relações em prol dos melhoramentos na localidade e, como

⁴⁰⁵ PINHEIRO, 2024.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 128.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 135

⁴⁰⁸ SOUZA, 2016, p. 26.

⁴⁰⁹ SIMÕES, 2006, p. 92.

⁴¹⁰ CARDOSO, 1938, p. 119 apud SOUZA, 2016, p. 15.

⁴¹¹ NASCIMENTO, 2021, p. 16.

analisado por Lúcia Silva, se colocaram como interlocutores entre a população nilopolitana e o governo municipal, ligado à sede do município.⁴¹² Os membros do Bloco foram responsáveis por propagar um determinado discurso sobre o progresso da cidade, ancorado na união entre os seus integrantes, o poder público – enraizado na figura de Nilo Peçanha – e a população nilopolitana. Entretanto, existia um ruído entre a Nilópolis que era propagandeada por este grupo e a cidade em si:

Essa “cidade imaginada” formada por essa união, ocultava o caráter essencialmente comercial do negócio que era o loteamento. Não existia uma cidade, mas um empreendimento. Esse discurso estava em contraste com a estrutura do lugar e por meio dessa narrativa o grupo buscou amenizar os problemas de infraestrutura. Dentro dessa perspectiva, a narrativa de edificação de uma cidade e prosperidade local, mascarava a presença do capital imobiliário e o jogo político existente para viabilizar o loteamento.⁴¹³

Liderado por Júlio de Abreu Gomes, o Bloco Progresso de Nilópolis negociou institucionalmente junto ao capital imobiliário e aos agentes ligados aos governos municipal e estadual a instalação de diversos melhoramentos urbanos em Nilópolis. O grupo foi responsável por articular a visita de Nilo Peçanha à Nilópolis por duas vezes, o que serviu de argumento para que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovasse a alteração do nome do distrito em 1921⁴¹⁴. Entre as ações promovidas pelo bloco liderado por Júlio de Abreu, estão: a instalação de uma agência dos Correios, em 1917; a alteração do nome da estação de Engenheiro Neiva para Nilópolis, em 1921; inauguração de pontes e abertura de estradas; e a criação do reservatório de água, em 1924.

O Bloco Progresso de Nilópolis também atuou pela instalação de escolas no novo distrito.⁴¹⁵ A primeira escola de Nilópolis foi uma instituição particular nomeada como Externato Nilo Peçanha, inaugurada em junho de 1914, com dezenove crianças matriculadas. Motivados pela necessidade de suprir a procura por vagas e atender a população que não possuía condições para arcar com os custos de uma escola particular, o BPN articulou junto ao Executivo municipal – representado por Manoel Reis – e ao governo do estado do Rio de Janeiro – presidido por Nilo Peçanha – em prol da criação da primeira escola pública estadual, que atendia à meninos e meninas do distrito. A primeira escola municipal foi instalada em junho

⁴¹² SILVA, 2018, p. 21.

⁴¹³ NASCIMENTO, 2021, p. 17.

⁴¹⁴ A proposta de alteração do nome da localidade, apresentada pelo Deputado Estadual Manoel Reis, inicialmente foi mal recebida pelos demais deputados. Estes argumentaram que a cidade era “muito insignificante” e não possuía estrutura para “homenagear um homem da importância de Nilo Peçanha”. O nome “Nilópolis” só foi aprovado após Manoel Reis argumentar que Peçanha já tinha visitado Nilópolis por duas vezes: em 27 de agosto de 1916 e, depois, em 31 de julho de 1921. Ver mais em: Simões (2006) e Souza (2016).

⁴¹⁵ SOUZA, 2016, p. 16-15.

de 1928 em um bairro mais afastado do centro da cidade, mas que abrigava um considerável número de habitantes.

Foi em meio a este cenário que Stella de Queiroz fundou o já mencionado Externato Santa Therezinha, em 1926, na residência da família. Quando o coronel Júlio de Abreu Gomes tomou conhecimento do trabalho de Stella, o Externato já atendia cerca de duzentos estudantes, divididos em três turnos “espalhados pela sala, quartos e cozinha”.⁴¹⁶ Com o apoio do chefe nilopolitano, o Externato foi transferido para “um prédio de mais amplas instalações”, em frente à praça central da cidade, em 1935.⁴¹⁷ Com a nova sede, a escola foi rebatizada como Instituto Educativo de Nilópolis, recomendação que teria sido feita pelo coronel.

A inauguração do Instituto foi divulgada no jornal iguaçuano *A Crítica*, que congratulou o “povo de Nilópolis” pela inauguração do empreendimento dirigido por Stella de Queiroz, que “vem prestando os mais relevantes serviços” à população daquela cidade.⁴¹⁸ À solenidade de inauguração compareceram “elementos de destaque da sociedade nilopolitana”, como Júlio de Abreu – então diretor da Escola Superior de Comércio –, além de representantes da Secretaria de Trabalho do Estado, do Ginásio Leopoldo e de Getúlio de Moura. Após a fala de João Pinheiro e Stella, Getúlio discursou. Neste evento, podemos observar a presença dos dois grupos que fazem parte da rede de sociabilidade construída pela professora: Júlio de Abreu Gomes é um representante da base construída por ela em Nilópolis, enquanto a presença de Getúlio Moura e de representantes do Ginásio Leopoldo sugerem o estabelecimento de elos também em Nova Iguaçu, distrito sede do município. Falaremos rapidamente sobre ambos.

Segundo Marlene Nascimento, Getúlio Barbosa de Moura se consolidou na política iguaçuana a partir dos eventos que cercaram a Revolução de 1930 no distrito sede⁴¹⁹. Nasceu em Itaguaí no ano de 1903 e era filho de negociante. Foi aluno do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1924 e, dez anos depois, se formou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. No início da década de 1930, Getúlio de Moura e Manoel Reis eram os dois principais chefes políticos do município iguaçuano, porém

⁴¹⁶ PINHEIRO, 2024, p. 136.

⁴¹⁷ NOGUEIRA, 2009, p. 204.

⁴¹⁸ *A Crítica*, 10 de mai. 1936, ed. 412, p. 2.

⁴¹⁹ As classes políticas iguaçuanas apoiaram de pronto a revolução promovida por Getúlio Vargas. Entretanto, o ponto de ruptura se deu quando Plínio Casado, então interventor do estado do Rio de Janeiro, nomeou Sebastião de Arruda Negreiros para a interventoria do município. Lembramos que Arruda Negreiros pertencia ao grupo chefiado por Manoel Reis, tradicionalmente ligado à Nilo Peçanha. Getúlio de Moura estava entre os nomes sugeridos à Plínio Casado, logo a escolha de Arruda desagradou o nascente chefe político e seus correligionários que, por sua vez, pegaram em armas e ocuparam a Prefeitura Municipal. Entretanto, a revolução na terra da laranja foi frustrada pelas autoridades policiais. Os eventos de 1930 não teriam abalado o prestígio que Getúlio conquistou na sociedade iguaçuana e seu poder político cresceu nas próximas décadas. Ver mais em: NASCIMENTO, 2014.

representavam lados opostos do jogo político da região, embora ambos possuíssem forte ligação com o grupo citricultor:

O primeiro [Manoel Reis] vai se colocar ao lado de Getúlio Vargas empurrando o segundo [Getúlio de Moura] para o apoio a Washington Luís. Deve se ressaltar que essas escolhas têm muito mais um caráter de cunho pessoal do que propriamente de interesses de classe ou fração de classe, pois as ligações de ambos se dão muito mais com os citricultores do que com a nascente elite urbana. Assim o xadrez político da Baixada apresenta verdadeiros paradoxos. O núcleo da elite laranjeira apoiará a modernização promovida por Vargas enquanto que os grupos mais ligados a economia urbana serão empurrados para a oposição a este, como é o caso de Getúlio de Moura.⁴²⁰

Em 1936, Getúlio de Moura era vereador e presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, cargo que ocuparia até a instauração do Estado Novo em 1937.⁴²¹ Dessa forma, sua presença na inauguração do Instituto Educativo de Nilópolis representava, ao mesmo tempo, o poder público e o principal grupo político do distrito sede, que ganhou força após o falecimento de Manoel Reis em 1935. Veremos mais sobre Getúlio de Moura ao longo desta dissertação devido ao fato de que foi um personagem relevante das redes tecidas por ambas as vereadoras.

Ainda sobre os convidados da solenidade de reinauguração do Instituto Educativo de Nilópolis, consideramos que a presença de representante do Ginásio Leopoldo é um indicativo da relevância que Stella adquiriu no cenário político e educacional iguaçuano. O Ginásio Leopoldo foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário do município e seu proprietário construiu uma extensa rede de sociabilidade, que pode ser vislumbrada através da presença nos eventos escolares promovidos pelo Ginásio “de figuras importantes na conjuntura local, como diversos prefeitos em diferentes mandatos”.⁴²² Amália Dias afirmou que o colégio fundado por Leopoldo Machado era descrito nas páginas do *Correio da Lavoura* como “o maior e melhor do município”, portanto se confirmou como uma instituição que contribuía para o progresso de Nova Iguaçu.⁴²³ A historiadora seguiu dizendo que:

Nesse sentido, em Iguaçu, se as escolas serviam como componentes que valorizavam a paisagem urbana porque era concebidas como melhoramentos, também se serviam da cidade e de seus recursos para se institucionalizar, para se afirmar como modo privilegiado de socialização da juventude. A importância das instituições escolares, enquanto “vacina civilizatória” contra os males sociais causados pelo analfabetismo e por outros “vícios” com os quais se avaliava o “atraso” da população e do país, fazia com que escolas fossem criadas, disputadas, acolhidas e inseridas na composição do cenário das cidades.

⁴²⁰ SIMÕES, 2006, p. 145.

⁴²¹ NASCIMENTO, 2014, p. 37.

⁴²² ESTEVES, Ana Paula da Silva. “Vistes que da verdade a escola é um templo”: educação e doutrina espírita no ensino secundário em Iguaçu (1930-1945). In: DIAS, Amália; BORGES, Angélica. (orgs). **História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense**. Curitiba: Appris, 2023.

⁴²³ DIAS, 2014, p. 424.

Nesse sentido, a criação de escolas se configurou como uns dos pilares que sustentava o estatuto de “cidade”, tanto em Nova Iguaçu e, cremos, em Nilópolis.⁴²⁴ No caso da escola fundada por Stella de Queiroz, não localizamos informações sobre outras fontes de captação de recursos para além da mensalidade paga pelas famílias dos estudantes. Em uma propaganda publicada ainda em 1936, foi dito que o Instituto Educativo de Nilópolis contava com “inspeção permanente da Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro”, mas afora o livro escrito por Rose Pinheiro, não encontramos outras fontes que sustentem a possibilidade de que a escola recebia subsídio público ou privado – tal como o Ginásio Leopoldo e outras instituições de ensino privadas do município.⁴²⁵

Outrossim, acreditamos que Stella e João Pinheiro foram os únicos proprietários do Instituto. No texto sobre a escola que fora publicado no livro *Memorial Nilopolitano* foi mencionado que, após o falecimento do coronel Abreu Gomes em novembro de 1936⁴²⁶, a escola continuou “a ser propriedade exclusiva de sua fundadora, a professora Stella de Queiroz Pinheiro e de seu esposo professor João Pinheiro”.⁴²⁷ Naquele mesmo ano, a escola foi renomeada como Instituto Dr. Júlio de Abreu Gomes, em homenagem ao seu patrono falecido. No ano seguinte, foi publicado no *Correio da Lavoura* uma extensa matéria sobre o Instituto. O jornal iguaçuano descreveu a escola como um grande estabelecimento de ensino, dirigido por uma mulher patriota e detentora de alta capacidade cultural:

Ressalta-nos á lembrança a bandeira que guiou os franceses no Maranhão, sob a égide de Maria de Medicis: “*Uma mulher é chefe de tamanha empresa*”! *Caráter firme, intelectualidade desenvolvida, grande pratica no magistério, são virtudes que constituem as armas de combate desta diretora – d. Stella Queiroz Pinheiro – armas que leva em riste, com o pensamento elevado no destino glorioso da Pátria.* [...] É com um estabelecimento de ensino de semelhante molde, dirigido por uma senhora de tal temperamento, que, felizmente, conta a população iguaçuana. [...] O “CORREIO DA LAVOURA” registra aqui, seu jubilo por tão util obra no Município, vendo, afinal, florescerem seus próprios ideais, que *são as realizações de progresso para a terra que ama, para Iguassú que venera, para o Brasil que adora!*⁴²⁸

⁴²⁴ Ibidem, p. 425.

⁴²⁵ *O Radical*, 2 de jun. 1936, ed. 1266, p. 5.

⁴²⁶ Nas fontes reunidas, existe certa inconsistência sobre a data e as circunstâncias do falecimento de Júlio de Abreu Gomes. No livro *Nilópolis de Hontem e Hoje* de Ernesto Carneiro (1938), consta que Abreu Gomes faleceu no dia 17 de julho de 1937, no Rio Grande do Sul. Na biografia romanceada escrita por Rose Pinheiro (2024), o professor teria sofrido um infarto durante uma reunião com o corpo docente do Instituto Educativo de Nilópolis em 1935. Já no *Memorial Nilopolitano* (2009), em 12 de novembro de 1936 teria ocorrido apenas a reunião do corpo docente do Instituto que resolveu renomear a instituição em homenagem ao seu patrono. No artigo sobre a instituição publicado na edição 1044 do *Correio da Lavoura*, Júlio de Abreu Gomes teria ido à óbito no dia 12 de novembro de 1936, durante uma reunião realizada na sede do Instituto com o objetivo de fundar “uma sociedade de Agronomia”. Talvez aí esteja a fonte da confusão. Para os nossos fins, seguimos a data que fora divulgada no CL.

⁴²⁷ NOGUEIRA, 2009, p. 183.

⁴²⁸ *Correio da Lavoura*, 28 de mar. 1937, ed. 1044, p. 2, grifos meus.

Publicada em duas páginas, o texto foi emoldurado por cinco fotografias que evidenciaram a fachada do prédio que sediava o Instituto, o corpo docente e os estudantes dos cursos de Datilografia e Estenografia; Propedêutico e Auxiliar de Comércio; e Curso de Admissão. Nas legendas das fotografias das turmas de estudantes, consta o curso a que pertencem e o nome dado à cada sala de aula: Dr. Júlio de Abreu Gomes, Fausto Soares Moreira e General Ernesto Carlos Cezar. De acordo com o livro de Rose Pinheiro, Fausto Moreira foi professor da Escola Superior de Comércio e um dos apoiadores de Stella desde que Abreu Gomes tomou conhecimento do trabalho da professora em Nilópolis. Já Ernesto Carlos Cezar era padrinho de batismo de seu filho Juarez, nascido em 1930, porém não encontramos informações mais detalhadas sobre o general⁴²⁹.

Imagem 10: Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes – 1937



Fonte: *Correio da Lavoura*, 28 de mar. de 1937, ed. 1044, p. 2⁴³⁰

Em um anúncio publicado no *Almanach do Correio da Lavoura*, podemos vislumbrar mais informações a instituição.⁴³¹ Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu era composto por corpo docente formado por professores que também atuavam em instituições de ensino do Rio de Janeiro; oferecia cursos diurno e noturno para homens e mulheres, que poderiam se matricular em oito cursos diferentes a partir do pagamento de “mensalidades razoáveis”.⁴³² As

⁴²⁹ Registro de batismo. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-2017. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8R-9FBV>. Acesso em: 14/11/2024.

⁴³⁰ No jornal, foram identificados Stella de Queiroz – sentada, de vestido escuro com bolinhas – e João Pinheiro – no canto direito da foto, em pé ao lado de Stella, olhando para a câmera.

⁴³¹ *Almanach do Correio da Lavoura*, 1938.

⁴³² São eles: Curso de Admissão (fundamental), Curso de Férias, Curso Propedêutico, Curso Auxiliar de Comércio, Curso Primário, Curso de Datilografia e Estenografia, Curso de piano, violino, teoria e solfejo e, por fim, Curso de Trabalhos Manuais.

instalações da escola também foram destacadas, como a biblioteca, o museu de história natural e o laboratório de física e química “com aparelhagem moderna”. Fotografias do museu, da secretaria e do corpo docente foram publicadas em outra matéria sobre a instituição no *Correio da Lavoura* em 1938. O artigo aparenta ter sido escrito em resposta a outra notícia que “embora suscinta” parece ter provocado no jornal iguaçuano a necessidade de praticar “um ato de justiça” ao colocar em evidência “os serviços que esta modelar instituição de ensino” prestava ao município iguaçuano:

*Sob a inteligente e operosa direção da ilustre educadora patricia D. Stella de Queiroz Pinheiro, estimulada pela dedicação de seu esposo e Secretario do Instituto, o prof. João Pinheiro, desde 1926 que esse educandário vem realizando em Nilópolis verdadeira obra de patriotismo, educando e instruindo a mocidade, e despertando ali o entusiasmo da infância para o saber. Secundados pelo esforço e dedicação de selecionado corpo docente, no prosseguimento da obra educativa que o saudoso prof. Júlio de Abreu Gomes idealizara para a mocidade iguaçuana, a ilustre professora e seu esposo puderam elevar o grande estabelecimento de ensino ao ponto culminante da sua atual oficialização e o seu reconhecimento pelos poderes públicos. É mister que neste pequeno registro, elevemos bem alto a obra patriótica do INSTITUTO EDUCATIVO DR. JÚLIO DE ABREU GOMES e dos seus dirigentes, que muito vêm colaborando para o levantamento intelectual da mocidade iguaçuana, marcando um padrão de glória para o Município de Iguassú.*⁴³³

Imagem 11: Museu de História Natural - 1938



Fonte: *Correio da Lavoura*, 27 de mar. de 1938, ed. 1096, p. 2

Devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela família no início da década de 1940, Stella vendeu o Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes em 1943.⁴³⁴ De acordo com a biografia romanceada, os problemas financeiros da família foram provocados pelo

⁴³³ *Correio da Lavoura*, 27 de mar. 1938, ed. 1096, p. 2, grifos meus.

⁴³⁴ NOGUEIRA, 2009, p. 203.

desentendimento entre Stella e Arlindo Goulart, marido de sua filha Thereza Regina, que havia se tornado sócio da escola no ano anterior.⁴³⁵ Em fevereiro de 1942, o *Correio da Lavoura* publicou que Stella de Queiroz vendeu a instituição para o professor Frederico Burgos, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e ex-presidente do Sindicato de Professores de Belo Horizonte. Para o jornal iguaçuano, o professor Burgos seria capaz de dar prosseguimento ao trabalho de excelência que fora deixado por Stella:

Já conhecíamos este educandário fundado em 1926, e atualmente fiscalizado pelo Governo Federal, gozando da preferência de grande número de pais de alunos por ser um dos melhores e mais conceituados em todo o município. [...] O INSTITUTO EDUCATIVO JULIO DE ABREU GOMES, sob a competente direção do prof. Frederico Burgos, por certo há de continuar a merecer a nossa simpatia e admiração como um educandário realmente conceituado em nosso Município.⁴³⁶

Após vender a escola, Stella se transferiu com a família para o Rio de Janeiro e, endividada, voltou a dar aulas particulares.⁴³⁷ Dois anos depois, porém, retornou. A personagem de Stella foi recebida de braços abertos pela cidade e logo alugou um sobrado que ao mesmo tempo seria a residência da família e a nova escola, desta vez nomeada Instituto Anacleto de Queiroz, em homenagem ao seu pai.⁴³⁸ A família contou com a ajuda dos moradores e dos ex-alunos de Stella, pois não faltava “quem não quisesse ajudá-la, pois muito havia feito pela cidade”. Em maio de 1945, o *Correio da Lavoura* anunciou o retorno da “conhecida e estimada” Stella de Queiroz à educação iguaçuana e ressaltou a presença de autoridades do município, entre eles do prefeito Getúlio de Moura:

Quinta-feira, à noite, foi inaugurado em Nilópolis, á av. João Pessoa, 1547, sobrado, o Instituto Anacleto de Queiroz, dirigido pela conhecida e estimada prof^a. d. Estela de Queiroz Pinheiro. Compareceram á solenidade inaugural desse estabelecimento de ensino várias autoridades, inclusive o digno prefeito municipal, dr. Getúlio de Moura.⁴³⁹

Ambas as escolas fundadas e dirigidas por Stella de Queiroz em Nilópolis eram participantes assíduas dos eventos cívicos escolares realizados no município e no Distrito Federal. As solenidades escolares e as apresentações dos estudantes em datas cívicas eram costumeiramente descritas nas páginas da imprensa. Especialmente no que compete ao *Correio da Lavoura*, seus representantes descreviam o roteiro seguido pelas escolas e destacavam as autoridades presentes. No nosso caso, os eventos escolares registrados pelo jornal iguaçuano foram importantes, inclusive, para localizarmos informações sobre o avô de Carmelita que,

⁴³⁵ PINHEIRO, 2024, p. 161. Arlindo Goulart era tenente da Marinha do Brasil. Stella teria se encantado com o genro, que era “militar, poliglota, conhecedor de matemática e outras disciplinas”.

⁴³⁶ *Correio da Lavoura*, 14 de fev. 1943, ed. 1352, p. 5, grifos meus.

⁴³⁷ NOGUEIRA, 2009, p. 203.

⁴³⁸ PINHEIRO, 2024, p.167.

⁴³⁹ *Correio da Lavoura*, 6 de mai. 1945, ed. 1468, p. 2.

como vimos, esteve à frente da Primeira Escola Masculina do município no início daquele século e, assim, figurou em notas da imprensa sobre as apresentações escolares. O mesmo ocorreu em nosso levantamento sobre a atuação de Stella, visto que os eventos cívicos nos quais participou podem ser janelas para visualizarmos as relações construídas pela professora durante aquele período.

Em novembro de 1940, por exemplo, o Instituto Educativo Dr. Júlio Gomes de Abreu integrou o grupo de escolas que participou das comemorações cívicas em homenagem ao aniversário de instauração do Estado Novo e da elevação de Nilópolis à distrito de Nova Iguaçu.⁴⁴⁰ O roteiro do evento foi publicado na íntegra pelo *Correio da Lavoura*, ao lado de outras notas sobre as comemorações cívicas realizadas no Ginásio Leopoldo e a divulgação de uma exposição de trabalhos sobre o Brasil feitos por estudantes de escolas públicas do município. Em Nilópolis, a festa cívica estava prevista para começar às cinco horas da manhã, com salva de vinte e um tiros. Às oito horas da manhã, apresentação de ginástica dos estudantes do Ginásio Profissional de Nilópolis; seguida da celebração de missa campal e apresentação de uma banda musical nilopolitana. Durante a tarde, estudantes da instituição dirigida por Stella desfilaram junto ao corpo discente das demais escolas do distrito. No final do dia, o Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes sediou a sessão cívica em homenagem ao Estado Novo e à elevação de Nilópolis, com a presença de Ricardo Xavier da Silveira, então “ilustre” prefeito do município, e o “aplaudido tribuno iguaçuano” Getúlio de Moura. Ao fim do artigo, João Pinheiro e Stella de Queiroz foram mencionados entre os integrantes da comissão de organização e de recepção, respectivamente.

⁴⁴⁰ *Correio da Lavoura*, 10 de nov. 1940, ed. 1234, p. 2.

Imagem 12: Estudantes em formação cívica - 1942



Fonte: Gazeta de Notícias, 27 de mai. 1942, ed. 121, p. 4

A foto acima foi publicada em 1942 no jornal carioca *Gazeta de Notícias*. A matéria foi escrita por Gilberto Bruno, representante do periódico, após visita realizada na sede do Instituto Educativo Dr. Júlio de Gomes de Abreu. O artigo ainda contém outras duas fotografias: na primeira, a diretora Stella está ao lado de duas professoras do Instituto – entre elas, sua filha, Thereza Regina –; a segunda retratou a fachada da instituição. Em seu texto, Gilberto Bruno dedicou diversos elogios à Stella e sua escola, que àquela altura contava com quase trezentos estudantes matriculados.⁴⁴¹ Segundo o jornalista, os alunos do Instituto eram preparados “para a vida coletiva e a animadora principal dessa Santa Cruzada é a ardorosa brasileira Stella de Queiroz Pinheiro”. Diz, ainda, que o “educandário tem merecido todo apoio e carinho” de autoridades relevantes, entre eles o “honrado e operoso” prefeito Ricardo Xavier da Silveira.

Para além de coordenar apresentações de seu próprio corpo escolar, a professora também integrou comissões de organização de eventos cívicos e eventos solenes em outras instituições de ensino do município. Apenas dois anos antes de eleger-se vereadora de Nilópolis, Stella compôs a mesa que presidiu os trabalhos de encerramento do ano letivo no Instituto Filgueiras, ao lado de representantes da instituição, Nicanor Gonçalves Pereira e Getúlio de Moura, à época Deputado Federal da Constituinte.⁴⁴² O artigo foi acompanhado de três fotografias, todas posadas em frente à bandeira nacional; duas delas retratam os estudantes diplomados como contadores e datilógrafos. No topo do texto, uma fotografia da mesa que coordenou a solenidade, ocorrida em Nilópolis. Neste registro, as professoras Stella de Queiroz

⁴⁴¹ *Gazeta de Notícias*, 27 de mai. 1942, ed. 121, p. 4.

⁴⁴² NASCIMENTO, 2014.

e Damares Cardoso Filgueiras são as únicas mulheres, notando-se que ambas eram diretoras de seus respectivos estabelecimentos de ensino:

Imagem 13: Solenidade no Instituto Filgueiras, Nilópolis - 1945



Fonte: Correio da Lavoura, 30 de dez. 1945, ed. 1502, p. 2⁴⁴³

A publicação de notas e artigos sobre o encerramento do ano letivo das instituições de ensino iguaçuanas era comum nas páginas do *Correio da Lavoura*. A historiadora Amália Dias que os exames finais e os eventos de encerramento letivo eram “constantemente informados” desde a fundação do semanário em 1917, acompanhados pela listagem de alunos e do corpo docente.⁴⁴⁴ Com a maior profusão de eventos escolares no município a partir das décadas de 1930 e 1940, a divulgação desse tipo de evento teria perdido importância e as “relações de nomes de alunos e professores desapareceram das páginas do jornal na cobertura desses eventos”. Para Dias a constância e as descrições minuciosas desses eventos escolares eram um reflexo da importância atribuída a eles pelo jornal e, assim, para aquela sociedade. Nesse sentido, apesar do evento acima estar localizado no recorte de arrefecimento do espaço concedido pelo jornal aos eventos escolares daquela natureza, cremos que, ao mesmo tempo, a sua publicação também pode ser um indicativo da relevância exercida pelas pessoas que são citadas entre os presentes na solenidade.

No ano seguinte, Stella fez parte de uma das comissões que organizou as comemorações do Dia da Laranja do ano de 1946.⁴⁴⁵ No terceiro capítulo desta dissertação, veremos que a

⁴⁴³ Estão na fotografia, da esquerda para a direita: Murilo Costa, Salvador Sarmieri (orador da turma de contadores), Osmar Serpa de Carvalho, Getúlio de Moura, Helio Augusto da Silva (representante do Executivo Municipal), J. G. Filgueiras, Damares Cardoso Filgueiras, João Batista de Paula, Stella de Queiroz, Nicanor Gonçalves Pereira e Benedito de Oliveira.

⁴⁴⁴ DIAS, 2019, p. 431-432.

⁴⁴⁵ *A Noite*, 27 de set. 1946, ed. 12376, p. 7.

economia citrícola de Nova Iguaçu decaiu em produtividade e rentabilidade ao longo da década de 1940. Em resposta, diversas iniciativas foram tomadas, inclusive a nível simbólico. Entre elas, o Dia da Laranja, comemorado no dia 22 de setembro. Segundo Maria Lúcia Alexandre, esta data comemorativa se configurou como uma das iniciativas municipais promovidas em prol da recuperação da citricultura, criada pelo prefeito Paulino Barbosa.⁴⁴⁶ A principal atividade do dia era a exposição dos produtos iguaçuanos, com premiação para o produtor que apresentasse o melhor fruto aos juízes.

O roteiro da festa em 1946 foi publicado integralmente no *Correio da Lavoura* e contava com salva de tiros, inauguração da Exposição da Laranja, inauguração de obras públicas e coroação da Rainha da Laranja.⁴⁴⁷ A visita do então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, também faria parte das comemorações. De acordo com a programação, Dutra seria recebido na estação de trem por autoridades municipais, estaduais e federais, acompanhados por estudantes de escolas públicas e particulares da região, além de associações esportivas e “o povo em geral”. No dia do evento, entretanto, o presidente Dutra comunicou que não poderia comparecer e enviou um representante em seu lugar. Naquele dia, os estudantes que receberiam o presidente ficaram “em formatura desde as seis horas” até as onze horas da manhã, quando o representante Gilberto Marinho chegou à estação.⁴⁴⁸ Com base no que foi dito sobre a postura de Stella até então, não é difícil imaginar que a rígida e patriótica professora tenha mantido seus estudantes posicionados até o momento da execução da parada escolar.

Para Amália Dias, o destaque dado às atividades escolares no *Correio da Lavoura* e a presença de estudantes e professores nos eventos cívicos que ocorriam no município são indícios de que a educação exerceu determinada função social na construção da “Nova Iguaçu” ao representar projetos de poder que estavam em disputa naquela sociedade.⁴⁴⁹ Para além disso, as festas escolares se constituíram como uma forma de socialização importante e, assim, sua análise possibilita a recuperação de registros e interações relevantes para pensarmos as dinâmicas municipais em voga:

Através da análise das formas como esses eventos ocorriam na cidade de Nova Iguaçu, muitas vezes para além dos espaços das escolas, recuperam-se informações e registros das interações ou interdições das atividades escolares com o espaço da cidade e com sua ambiência política, cultural e social.⁴⁵⁰

⁴⁴⁶ ALEXANDRE, 2013, p. 26.

⁴⁴⁷ *Correio da Lavoura*, 15 de set. 1946, ed. 1539, p. 2.

⁴⁴⁸ DIAS, 2014, p. 459.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 463.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 443.

No Brasil, a história do magistério é atravessada pelo gênero. Especialmente durante a primeira metade do século XX, forjou-se o entendimento de que o trabalho na educação era uma extensão do papel social já desempenhado pelas mulheres no lar. Enquanto mães/esposas/professoras, as mulheres foram colocadas como os principais agentes de implementação das políticas sociais e sanitárias praticadas pelo Estado brasileiro naquele século. Na biografia romanceada escrita por Rose Pinheiro, a personagem de Stella é o retrato da professora ideal: além do caráter caridoso e abnegado, sua rigidez para com os alunos era reflexo da crença inabalável de que a formação de uma juventude educada e ordeira era essencial para o progresso do país. No primeiro capítulo desta dissertação, citamos o texto escrito por Marcos Manso, ex-aluno de Stella, no qual o autor reforçou a necessidade de seu nome ser cultivado na memória dos nilopolitanos. Para além das ações políticas da professora em prol daquele distrito, Manso também reforçou a imagem de Stella como uma “mestra inesquecível”:

Sua passagem por Nilópolis foi uma das mais brilhantes. *Só pregou bondade aos seus semelhantes*, sempre preocupada com os humildes, e ninguém ficava sem estudar em seu colégio por não ter condições de pagar as mensalidades. Estava sempre ao lado dos alunos, dando conselhos na hora exata e *desejosa do progresso e do aproveitamento de todos, sempre pensando num Brasil altaneiro*. [...] *Na busca do ensinamento, perseguia seu ideal plantando escolas e distribuindo sabedoria e patriotismo* [...] e hoje deixou, com seus exemplos, a marca da mestra inesquecível.⁴⁵¹

A visão de Stella como exemplo de mulher patriótica não foi construída apenas no fim de sua vida ou após o seu falecimento; afinal, vimos que o *Correio da Lavoura* já a elogiava desta forma no final da década de 1930. Na matéria na qual consta a frase que nomeia esta seção, o jornal iguaçuano atestou o valor do Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes como uma “obra importante, que atesta o grão de nobre patriotismo, o forte entusiasmo e a capacidade cultural de sua diretora” que, enquanto “mãe brasileira, na expressão da palavra, possui também a envergadura da mais convincente feminista americana” ao trabalhar “para o futuro feliz de seus discípulos amados”.⁴⁵² Nesse sentido, identificamos neste trecho as características incentivadas nas professoras daquele período, quais sejam, no entendimento de Sônia Câmara: devotamento, idealismo e patriotismo.⁴⁵³

⁴⁵¹ MANSO, 1987, p. 18, grifos meus.

⁴⁵² *Correio da Lavoura*, 28 de mar. 1937, ed. 1044, p. 2.

⁴⁵³ CÂMARA, Sônia. “Lições para o professorado”: o Curso Educação Sanitária (Higiene e Medicina Preventiva) e a formação da professora na cidade do Rio de Janeiro. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 775-794, 2021.

Com base nas orientações pedagógicas disseminadas pelo governo do Distrito Federal na década de 1930, Câmara destacou a valorização da educação higiênica, ou seja, a visão da instrução pública voltada para a higienização física e moral dos estudantes. Neste projeto, caberia aos professores contribuir para a educação moral e cívica, de maneira a trabalhar em prol do interesse público. Nesse sentido, o Estado investiu “na formação profissional do professor como educador, como detentor de uma missão social e patriótica”.⁴⁵⁴ Em um contexto marcado pelo ideal sanitarista, movimento pautado pela “defesa da saúde, educação pública e ensino de novos hábitos higiênicos”, as mulheres se configuraram como “agentes indispensáveis” na promoção do projeto de reforma social pautado por ele.⁴⁵⁵ A imagem construída em torno de Stella de Queiroz enquanto uma professora caridosa, que não permitia que seus alunos deixassem de estudar por falta de pagamento das mensalidades, está ancorada na perspectiva daquele período de que o “sentido de missão e de dever social, moral e patriótico deveria revestir a atuação da professora de uma aura de devotamento ‘sacerdotal’, bem como de formação de base científica e racional”.⁴⁵⁶

Stella de Queiroz diplomou-se professora em uma das principais instituições de formação de professores do país, a Escola Normal do Distrito Federal. Segundo Rose Pinheiro, Stella já era formada quando seu pai faleceu, em 1926.⁴⁵⁷ Não foi possível saber quando a professora frequentou a instituição, mas sabendo que a idade mínima de ingresso era aos quinze anos, acreditamos que tenha ingressado a partir de 1918. A Escola Normal foi criada no Rio de Janeiro em 1874, ainda sob o Império e, segundo Liéte Oliveira Accácio, passou por diversas reformas ao longo das décadas.⁴⁵⁸ Embora tenha sido uma instituição mista desde a sua fundação, a instituição passou a ser exclusivamente feminina em 1901. Stella teria frequentado a instituição em um período em que seus dirigentes estavam preocupados em reforçar a ideia dos professores como profissionais capacitados, já que ainda era comum que o exercício do magistério no país fosse realizado majoritariamente por professores autodidatas.⁴⁵⁹

A preocupação com a higiene e o corpo esteve presente na Escola Normal do Distrito Federal desde o currículo instituído em 1906 e, além da prática de ginástica, “o programa de

⁴⁵⁴ CÂMARA, 2021, p. 776.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 779.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 783.

⁴⁵⁷ PINHEIRO, 2024.

⁴⁵⁸ ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal que virou Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

⁴⁵⁹ ACCÁCIO, 2011, p. 7.

Pedagogia preocupa-se em passar aos mestres primários uma pedagogia da Educação Física”.⁴⁶⁰ A inclusão da Higiene como disciplina curricular se materializou como a principal diferença no currículo da instituição desde 1897. Apesar dos problemas apontados por Accácio, Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira afirmam que a Escola Normal foi fundamental para demarcar o magistério como profissão feminina e por formular as “ideias fundamentais” que consolidaram a organização escolar brasileira dos anos 1930 e 1940.⁴⁶¹ Pautada no gênero, a identificação entre a função social das mulheres na sociedade e o magistério, a Escola Normal tornou-se um atrativo “crescente e consciente para uma parcela específica da população feminina demandante de educação e profissionalização”.⁴⁶²

Segundo Azevedo e Ferreira, a formação oferecida pela instituição foi procurada principalmente por mulheres que pertenciam às classes médias urbanas residentes do Rio de Janeiro e nas cidades do entorno, como Nova Iguaçu.⁴⁶³ Portanto, geralmente eram filhas de “médicos e outros profissionais liberais, de funcionários públicos e pessoas do comércio” e, não raro, “adquiriam o gosto pelo magistério em casa, com as mães, também professoras”. O mesmo ocorreu na família de Stella que, tendo “herdado” a profissão de seu pai, também a passou aos seus cinco filhos.⁴⁶⁴ Para o artigo sobre o Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes publicado no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, Stella foi fotografada ao lado de sua filha Thereza Regina, uma das professoras da instituição:

⁴⁶⁰ Ibid., p. 6.

⁴⁶¹ AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. In: **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 213-254, jul-dez 2006.

⁴⁶² AZEVEDO; FERREIRA, 2006.

⁴⁶³ Ibidem, 2006, p. 244-245.

⁴⁶⁴ PINHEIRO, 2024, p. 186.

Imagem 14: Stella com sua filha, Thereza Regina - 1942



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 24 de maio de 1942, ed. 119, p. 9⁴⁶⁵

No título que precede a fotografia acima, Stella foi descrita como uma professora “infatigável, sóbria, inteligente, nada lhe falta em prudência, entusiasmo e conhecimento integral do problema, para que leve a bom termo a tarefa atribuída ao Instituto Educativo”.⁴⁶⁶ Conhecimento este que, como ressaltado pelo *Correio da Lavoura*, não era proveniente apenas de sua experiência no magistério, mas também por ser “mãe brasileira, na expressão da palavra”.⁴⁶⁷ O casal Stella e João Pinheiro foram pais de cinco filhos: Thereza Regina, Thereza Stella, Juarez César, Antônio Célio e João Ruy, todos professores. No livro escrito por sua neta, a personagem de Stella foi descrita como uma mãe dedicada aos filhos, apesar das exigências provocadas pela vida dedicada ao magistério. Em alguns momentos, a maternidade foi colocada como um certo obstáculo a ser superado por Stella para que ela conseguisse lecionar e administrar a escola.

Na narrativa de Rose Pinheiro, a personagem precisou contar com uma rede de apoio para que pudesse seguir lecionando, tais como a ajuda financeira de Júlio de Abreu para que as duas filhas mais velhas pudessem estudar em um internato particular; o auxílio de Zuleide, empregada da família; e, quando Stella precisou vender o primeiro internato devido em decorrência das dívidas da família, enviou seus filhos Antônio Célio e Juarez César para morar

⁴⁶⁵ Estão na fotografia, da esquerda para a direita: Maria Luiza Goulart Pereira, Thereza Regina Pereira e Stella de Queiroz.

⁴⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, 24 de mai. 1942, ed. 119, p. 9.

⁴⁶⁷ *Correio da Lavoura*, 28 de mar. 1937, ed. 1044, p. 2.

com suas irmãs Michol e Laura.⁴⁶⁸ Em uma cena ambientada em um dos eventos cívicos da escola, a personagem Marocas – mãe de Stella – consola a filha pela ausência das filhas mais velhas, àquela altura matriculadas no internato, e afirma que Stella “não teria como comandar esse batalhão com cinco filhos no seu encaixe”.⁴⁶⁹

O amparo recebido por Stella para que ela pudesse conciliar o trabalho como professora e a maternidade ainda era negado à grande maioria das trabalhadoras daquele período. Segundo Glaucia Fraccaro, a consolidação de mulheres e crianças como parte da força de trabalho brasileira entre as décadas de 1920 e 1940 suscitou o debate entre os setores empresariais, políticos e sociais do país sobre a criação de uma legislação trabalhista que atendesse as demandas destes grupos.⁴⁷⁰ Para a historiadora, a pressão exercida pelas operárias “inseriu a maternidade como matéria de direitos tanto no Parlamento quanto no repertório de benefícios preparado pela classe patronal”, que, por sua vez, preferia resolver os conflitos das relações de trabalho sem a “intromissão” do Estado.⁴⁷¹ Entre as alternativas apresentadas pelos patrões estava a criação de vilas operárias e a instalação de creches e escolas maternas para as famílias dos trabalhadores, cujo custo seria dividido com o Estado. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, comandada por Bertha Lutz, preocupava-se com a manutenção das mulheres no mercado de trabalho e se configurou como um elemento chave para a instalação da legislação social.⁴⁷²

Com a discussão sobre a proibição do trabalho feminino noturno e a relutância por parte da classe patronal quanto à instalação de direitos para a proteção de gestantes e mães operárias, a FBPF defendeu que as propostas de legislação trabalhista feminina não poderiam restringir a inclusão das mulheres no mercado de trabalho:

Ao mesmo tempo, a convenção da FBPF defendia que instituir o seguro maternal era uma das formas de se impedir o “prejuízo”, referindo-se aqui à saída da mulher do mercado de trabalho. A justificativa elaborada pela entidade reproduziu como um princípio que “amparar a mulher” não poderia significar limitar sua liberdade de trabalho ou ainda que a concessão de direitos exercesse grande peso sobre o empregador. O pagamento de um seguro, justificado pelo fato de que a maternidade é um encargo imposto às mulheres e a participação das mulheres nos órgãos administrativos e de decisão foram as fórmulas encontradas pela FBPF para evitar as referidas perdas.⁴⁷³

⁴⁶⁸ PINHEIRO, 2024.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 139.

⁴⁷⁰ FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 2016. 198f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas.

⁴⁷¹ FRACCARO, 2016, p. 98.

⁴⁷² Ibidem, p. 116.

⁴⁷³ FRACCARO, 2016, p. 125-126.

A defesa da FBPf pela criação de uma legislação trabalhista específica para as mulheres divergiu da posição adotada pelas feministas norte-americanas, defensoras do apoio estrito à equidade entre os gêneros e, conseqüentemente, da inclusão das mulheres na legislação trabalhista já existente em cada país.⁴⁷⁴ Até aqui, vimos que a postura assumida pelo *Correio da Lavoura* e *A Crítica* em relação ao feminismo se assemelhava à perspectiva seguida por Eulina Thomé Souza, ou seja, entendia as mulheres como “companheiras de progresso”, mas condenava o feminismo que as “masculinizava”. Dessa forma, ao afirmar que Stella era mãe brasileira e possuía a envergadura de uma feminista americana, o *Correio da Lavoura* qualificou a professora como executora do “bom feminismo”, ou seja: Stella exerceu ao máximo seu papel social feminino ao estender seu dom maternal à sua atuação profissional.⁴⁷⁵ Desta maneira, contribuía para o progresso brasileiro tal qual seus companheiros homens, embora restrita, claro, ao que se esperava de seu gênero. Enquanto as feministas brasileiras pleiteavam por uma legislação trabalhista específica para as mulheres – que incluía a proteção e o auxílio à maternidade –, Stella como boa mãe brasileira, estendeu a educação que proporcionou aos seus cinco filhos aos seus “amados discípulos”.

Ao analisar o discurso de um jornal carioca sobre o feminismo de 1920 à 1940, as linguistas Michelle C. R. Gomes e Ana Cláudia P. Salgado, afirmam que o editorial do periódico se pautava pelo apoio ao “bom feminismo” – vinculado ao trabalho, à ciência e à intelectualidade – em detrimento do “mau feminismo” – ligado à discussão de direitos sexuais, domésticos e políticos:

Então, se o feminismo adequado e honrado se limita ao universo do trabalho e da ciência, esses outros assuntos não são, portanto, dignos de honra e são inadequados. Se considerarmos ainda que, em muitos contextos tradicionais, dizer que a mulher “perdeu a honra” trata-se de uma grande ofensa, o jornal está associando a ausência de honra às mulheres praticantes do “mau feminismo”. Ademais, esse “mau feminismo” se volta para “o palanfrório” e a “politiquice” e, portanto, as mulheres não deveriam praticá-lo.⁴⁷⁶

Dessa forma, os elogios direcionados à Stella na imprensa iguaçuana e carioca – patriota, sóbria, inteligente, mãe brasileira – ancoram a professora sob a perspectiva da “boa feminista”, ou seja, exemplo de mulher que trabalha ao lado do homem em prol do progresso brasileiro e não se envolve em “palanfrório”. Apesar das narrativas que associam Stella ao feminismo, não encontramos fontes que apontem com mais clareza que a professora se

⁴⁷⁴ Ibidem.

⁴⁷⁵ *Correio da Lavoura*, 28 de mar. 1937, ed. 1044, p. 2.

⁴⁷⁶ GOMES, Michele Cristina Ramos; SALGADO, Ana Cláudia Peters. O discurso sobre o feminismo no Jornal O Globo nos anos de 1920 e 1940: aspectos do “bom feminismo”. In: **Entrepalavras**, v. 7, p. 206-228, ago-dez 2017, p. 216-217.

considerava ou simpatizava com o feminismo. Sua contribuição ao Brasil era realizada, justamente, pelo exercício da profissão considerada à época como genuinamente feminina: o magistério.

O incentivo à educação das mulheres partia do entendimento de que era necessário prepará-las “para conduzir a educação das crianças segundo os paradigmas científicos da higiene e da psicologia”, provocando um salto no nível de alfabetização feminina.⁴⁷⁷ Para além da associação feita entre o magistério e a “vocação” feminina, Amanda Oliveira Rabelo também destacou o fator econômico como uma das motivações para a chamada feminização do magistério.⁴⁷⁸ Isto porque o projeto de expansão do ensino foi atravessado pela tentativa de minimizar os gastos e, nesse caso, as mulheres foram entendidas como uma força de trabalho mais barata do que os homens. Entretanto, as professoras foram confinadas à sala de aula, enquanto a “estruturação da educação, os cargos administrativos e de liderança” continuaram a ser ocupados pelos homens.⁴⁷⁹

A historiadora Isabela Bolorini Jara concorda que a feminização do magistério foi provocada pelos discursos que vincularam a profissão ao gênero feminino e à procura por mão de obra barata por parte do Estado, mas destacou, outrossim, que esse processo não se deu sem resistências.⁴⁸⁰ Jara aponta que diversas medidas estatais foram implementadas para promover a “desmasculinização” da profissão, como a determinação que as escolas mistas deveriam ser regidas por professoras e que, em cargos vagos por motivo de morte, jubilação ou remoção do professor, estes deveriam ser ocupados por mulheres. Dessa forma, “estes homens que vão se distanciando do magistério” não o fazem “de forma espontânea, porque almejam melhores empregos”; na realidade, são “retirados de forma compulsória”.⁴⁸¹ Em sua pesquisa, Jara demonstrou o crescimento do número de professoras alocadas no ensino público iguaçuano em relação ao número de professores homens, saltando de apenas sete em 1903 para vinte e seis em 1925, ano em que o município contava com apenas dois homens como professores.⁴⁸²

⁴⁷⁷ AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 236.

⁴⁷⁸ RABELO, Amanda Oliveira. Mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. In: **Revista do Mestrado em História**, v. 8, p. 33-44, 2007.

⁴⁷⁹ RABELO, 2007, p. 52.

⁴⁸⁰ JARA, Isabela Bolorini. **O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu**: funcionarização, agências e experiências (1895-1925). 2017. 231f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias.

⁴⁸¹ JARA, 2017, p. 122.

⁴⁸² Ibidem, p. 120.

A expansão da educação e a ocupação feminina do magistério não culminou, necessariamente, na conquista da independência econômica para as mulheres, já que a função da educação era mais socializadora do que libertadora.⁴⁸³ Entretanto, isto não quer dizer que as oportunidades educacionais e profissionais possíveis às mulheres naquele período não tenham se apresentado como uma alternativa para o seu avanço em direção a arena pública:

Mesmo quando não tinham explicitamente a intenção de mobilizar as mulheres na direção de uma participação ativa na vida pública, ou até mesmo quando o objetivo explícito de tais políticas era o de mantê-las na esfera doméstica, a dinâmica contraditória da modernização, alterando padrões de sociabilidade, gerando novas expectativas individuais e familiares e impondo novas demandas profissionais, criou condições para que as novas experiências de escolarização fossem sendo apropriadas e ressignificadas pelas mulheres.⁴⁸⁴

A maternidade e o exercício do magistério também foram arregimentados por Stella – conscientemente ou não – para justificar sua ação em outros setores da sociedade. Com a emergência da Segunda Guerra Mundial, liderou dois projetos que auxiliaram a consolidar sua posição entre os grupos dirigentes do município: a instalação do Tiro de Guerra e da filial da Cruz Vermelha.

Nas fontes localizadas, não encontramos referências ao processo que levou à aprovação da instalação do Tiro de Guerra no Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes, em 1938. Neste caso, recorreremos à biografia romanceada para termos alguma perspectiva sobre o curso de eventos – ressaltando, claro, o caráter criativo da obra. Ao longo deste capítulo destacamos que a personagem de Stella de Queiroz construída por sua neta é conduzida pelo *destino*, por um plano *maior*, e a ideia da instalação do Tiro de Guerra teria partido deste caminho pré-determinado. Segundo Rose Pinheiro, sua avó teria sonhado “com soldados em marcha enfileirados, vindo em sua direção” e a “cada dez passos, eles se viravam e atiravam em alvos que os ladeavam”.⁴⁸⁵ No dia seguinte, Stella teria um compromisso no Ministério da Educação, no Distrito Federal, “para resolver assuntos burocráticos”. Ao chegar na Central do Brasil, porém, lembrou-se do sonho que tivera na noite anterior:

Ao chegar na estação de trem da cidade do Rio, Stella, em vez de caminhar, *se viu marchando*, de repente, em plena Central do Brasil, *como os soldados* do sonho da noite passada. *Por razões que a própria razão desconhecia*, resolveu mudar de ministério e seguiu para o Ministério da Guerra. *O sonho foi um sinal*. Vou requerer um Tiro de Guerra!⁴⁸⁶

⁴⁸³ BESSE, 1999, p. 124 apud AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 216.

⁴⁸⁴ AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 249.

⁴⁸⁵ PINHEIRO, 2024, p. 144.

⁴⁸⁶ PINHEIRO, 2024, p. 145, grifos meus.

Ao chegar no Ministério da Guerra, Stella teria exigido ser atendida pelo General Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da pasta. Inicialmente espantados com a abordagem da professora, os militares logo lhe concederam o pedido ao saber que ela estava ali para solicitar a criação de um Tiro de Guerra. Guiada por uma *força maior* e decidida “a fazer de sua escola um lugar, também, para formar reservistas atiradores a serviço da pátria”, Stella conseguiu uma audiência com Dutra. Ao ser questionada pelo ministro sobre seu intuito de dirigir um Tiro de Guerra, a personagem de Stella afirmou que “o que me traz aqui é algo inexplicável”, uma “força oculta me conduziu e Deus vem abrindo caminhos para mim considerados impossíveis”.⁴⁸⁷ Após uma breve conversa com o ministro sobre sua trajetória na educação em Nilópolis, Dutra teria aceitado a solicitação após Stella concordar “com todos os termos” exigidos para a criação do TG. De fato, no Relatório do Ministério da Guerra apresentado em 1939 à Presidência da República, consta a criação de quatro Escolas de Instrução Militar ocorridas no ano anterior em Niterói, Vitória, Nilópolis e no Distrito Federal⁴⁸⁸.

De acordo com Selma Lúcia de Moura Gonzales, as primeiras escolas de tiro foram criadas no Brasil a partir de meados do século XIX, com o fim de atender as necessidades básicas de instrução das tropas do Exército.⁴⁸⁹ Para a autora, é “evidente que o Tiro Nacional do Palacete Guanabara se transformou em local para a prática de ‘tiro ao alvo’ ou ‘*sport*’ de tiro para os civis abastados financeiramente”, já que a participação destes últimos dependia do pagamento de uma mensalidade utilizada para arcar com os gastos do Tiro⁴⁹⁰. Entre o final do século XIX e início do XX, diversas sociedades de prática de tiro foram criadas sob denominações diferentes, tais com as Linhas de Tiro e as Sociedades de Propaganda do Tiro Brasileiro que, apesar de órgãos distintos⁴⁹¹, foram parte dos processos que levaram à criação dos Tiros de Guerra implementados durante a primeira metade do século XX. A Confederação do Tiro Brasileiro foi fundada em 1906 com o intuito de reunir sob a fiscalização do Estado-Maior do Exército as diversas sociedades de tiro em funcionamento no país naquele período. O

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 146.

⁴⁸⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório*. Rio de Janeiro, novembro de 1939. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁸⁹ GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença**. 2008. 312f. Tese (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁴⁹⁰ GONZALES (2008, p. 125) ressaltou que os voluntários matriculados eram médicos, engenheiros, advogados, negociantes e industriais.

⁴⁹¹ GONZALES, 2008, p. 127. A Linha de Tiro criada em 1896, inicialmente era voltada para a instrução de militares e gradativamente promoveu a abertura para a utilização por parte dos civis. Já as Sociedades de Propaganda do Tiro Brasileiro, instaladas a partir de 1902, eram voltadas para a prática do “tiro ao alvo” por civis, apresentando-se como importante alternativa para a defesa do País.

órgão, que até então poderia ser presidido por civis, foi “militarizado” em 1917 e, entre as novas diretrizes implementadas, estava a obrigatoriedade da direção militar.

Entre aquele ano e o final da década de 1930, diversos decretos foram promulgados com vistas a organizar as Sociedades de Tiro de Guerra. Em 1939, a nova Lei do Serviço Militar definiu que os Tiros de Guerra “poderiam ser aproveitados para receber os indivíduos chamados à incorporação e que não fossem designados para as organizações militares da ativa”, desde que estes órgãos possuísem “os recursos necessários para admitirem a incorporação obrigatória”.⁴⁹² Além da obrigatoriedade do serviço militar aos homens acima de vinte e um anos de idade durante um período de doze a vinte e quatro meses, o Decreto-Lei também reconheceu os Tiros de Guerra como organizações nacionais para a formação de reservistas de segunda categoria entre dezesseis e vinte anos de idade, que receberiam instrução militar de infantaria e cavalaria no decorrer de seis meses⁴⁹³. Os reservistas seriam incorporados voluntariamente e contribuiriam para a manutenção do TG através do pagamento de uma mensalidade, que cobriria, por exemplo, manobras e treinamentos realizados fora da sede. Caberia ao Estado o fornecimento de equipamentos, armamento e munição. Já a instrução, o aparelhamento e a disciplina eram supervisionados pelos comandantes das Regiões Militares às quais os Tiros de Guerra estavam subordinados.

De acordo com Celso Henrique Acker, os Tiros de Guerra se configuraram como um “instrumento do movimento nacionalista” e “trabalharam de forma ativa nas campanhas de nacionalização” durante as duas primeiras décadas do século XX.⁴⁹⁴ Isto porque, para além da instrução das armas, a formação dos reservistas passava pela “formação ideológica do cidadão, com a criação de uma identidade nacional que valorizasse os momentos heroicos do Exército Nacional”.⁴⁹⁵ Acker aponta que o entreguerras foi um período fecundo para a instalação de Tiros de Guerra no país e, enquanto uma professora patriota, Stella não estava alheia aos burburinhos que pareciam indicar que, em breve, outra guerra estouraria. Afinal, embora a Segunda Guerra Mundial não tenha eclodido até 1930 – ou seja, dois anos após a criação do Tiro de Guerra 400

⁴⁹² Ibid., p. 135.

⁴⁹³ BRASIL. Ministério da Guerra. Decreto-Lei nº 1.187, 4 de abr. 1939. Dispõe sobre o Serviço Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1187-4-abril-1939-349238-publicacaooriginal-72193-pe.html>. Acesso em: 17/01/2025.

⁴⁹⁴ ACKER, Celso Henrique. **Serviço Militar e Nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul – o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)**. 1996. 271f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 74.

⁴⁹⁵ ACKER, 1996, p. 77.

–, a partir da subida de Hitler ao poder, em janeiro de 1933, o mundo testemunhou eventos que evidenciaram um cenário geopolítico conturbado.

Ao refletir sobre os fatores que levaram à Segunda Guerra Mundial, Eric Hobsbawm diz que “é bastante inegável que o que causou concretamente” o conflito “foi a agressão pelas três potências descontentes” – Alemanha, Itália e Japão – com os tratados firmados ao fim da Primeira Guerra.⁴⁹⁶ Os três países começaram a testar seus limites de ação desde o início da década de 1930, como, por exemplo, a invasão do Japão à Manchúria em 1931; a invasão da Itália à Etiópia, em 1935; e as diversas transgressões alemãs, sendo uma delas a invasão da Áustria no início de 1938. Nesse sentido, o “sonho premonitório” de Stella com soldados em marcha, na realidade, estava imerso no contexto em que ela estava vivendo. Os seus contemporâneos – e ela própria – não precisavam receber informações metafísicas para observar o barril de pólvora no qual a Europa estava mergulhada.

Tanto na legislação, quanto nos relatórios do Ministério da Guerra por nós analisados, não há clareza quanto a diferença entre os Tiros de Guerra e as Escolas de Instrução Militar. No levantamento de fontes históricas sobre o Tiro de Guerra 400, ambos os termos parecem ser utilizados como sinônimos, apesar da documentação militar diferenciar entre os dois centros de treinamento. No Decreto-Lei publicado em 19 de maio de 1938 pelo Ministério da Guerra, por exemplo, os Tiros de Guerra e as Escolas de Instrução Militar poderiam sediar “a instrução elementar de ordem unida, a iniciação na técnica do tiro e o ensino rudimentar da instrução geral militar, destinada aos “alunos de institutos civis de ensino secundário, menores de 16 anos”⁴⁹⁷. Nesta mesma lei, consta que a instrução da tropa – que inclui os soldados ativos e os reservistas de primeira e segunda categorias – também poderia ser realizada nos Tiros de Guerra, nas Escolas de Instrução Militar, nas Unidades Quadro e nos Colégios Militares. Dessa forma, nenhum dos órgãos citados são sinônimos uns dos outros. No já mencionado Relatório de 1939, aquelas instituições foram colocadas como “centros de instrução militar”. Sobre os Tiros de Guerra e as Escolas de Instrução Militar, consta no relatório de 1940 que ambos os Centros de Instrução Militar “funcionaram com rendimento apreciável”, preparando os “reservistas de segunda categoria, preenchendo sua finalidade e incorporando à Reserva novos contingentes”. A falta de clareza não nos impede de entender que tanto os Tiros de Guerra,

⁴⁹⁶ HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 44.

⁴⁹⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. Decreto-Lei nº 432, 19 de mai. 1938. Regula o Ensino Militar ao Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-432-19-maio-1938-350770-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/01/2025

quanto as Escolas de Instrução Militar, eram responsáveis pela formação de reservistas menores de 21 anos.

Anexada ao Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes, a Escola de Instrução Militar 400 foi inaugurada no dia 23 de outubro de 1938 em uma solenidade presidida pelo Coronel Lourival Duarte do Carmo, diretor do Recrutamento Militar.⁴⁹⁸ Na presença de “várias autoridades”, como Carlos Fraga, representante o Executivo Municipal, Stella proferiu o seguinte discurso:

Sr. Representante do Prefeito do Município de Iguassú. Sr. Coronel Lourival Duarte do Carmo. Senhores militares. Meus senhores. Minhas senhoras. *É sempre motivo de grata satisfação para mim, quando se me oferece a oportunidade de fazer alguma coisa útil em prol da instrução, ou quando posso trabalhar pela elevação cultural dos nossos jovens patricios.* Eis porque hoje aqui nos reunimos, mais com o objetivo de consolidarmos a recente fundação da “escola de instrução militar” anexa a este instituto, do que mesmo em caráter de festividade. Reportando-me a este acontecimento na história desta casa, quero antes de tudo me congratular com as classes militares do nosso brioso exército nacional; quero render a minha homenagem muito sincera ao sr. Coronel Lourival Duarte do Carmo, digno diretor do recrutamento, que se fez representar pelo ilustre tenente Cabral, aqui reverencio, aos nobres militares que se dignaram a comparecer a este ato solene, pela gentileza excelsa com que acataram o meu modesto convite. Também não passaria olvidado do meu reconhecimento leal e franco, a colaboração altruística do coronel Átila, a quem endereço os meus melhores encômios, pela fundação da “escola de instrução militar” neste estabelecimento de ensino. Muito me ufano de poder falar-vos neste momento auspicioso, mas não sei como vos agradeça tanta e tão marcada gentileza. Certo é vossa generosidade que resplandece, deixando-me sem frases para vos corresponder com a minha imorredoura gratidão. *Senhores, não é necessário alongar outras considerações de grande monta, para se interpretar merecida justiça os grandes benefícios que esta escola de instrução militar vem proporcionar aos moços – alunos deste educandário.* Com a função da Linha de Tiro n. 400, que hoje inauguramos oficialmente no Instituto Dr. Júlio de Abreu Gomes, a população do Município de Iguassú contará doravante com mais este *núcleo de civismo*, onde os moços aprenderão a *servir e defender a Pátria*. Como diretora deste Instituto e *como brasileira convincente dos meus sagrados deveres de mãe e mulher educadora*, que há longos anos me venho debatendo pelo ensino superior neste rincão abençoado, *espero e conto merecer sempre o apoio tanto dos poderes públicos como da população desta cidade, para elevar a cultura da mocidade iguaçuana à altura que merece e é digna.* Ao sr. Coronel Diretor do Recrutamento, estendemos as nossas mãos agradecidas, e de corações alegres saudamos os ilustres militares que hoje visitam esta cidade de Nilópolis. Quero igualmente expressar a minha gratidão cordial ao dr. Ricardo Xavier da Silveira, muito digno prefeito do Município de Iguassú, ao dr. Getúlio de Moura e ao cap. Paulino Barbosa, pela fidalguia com que acataram o meu convite, *pela maneira gentilíssima com que sempre distinguiram esta casa de ensino.* Penhorada agradeço a todos que comigo compartilham desta solenidade, *expressiva demonstração de civismo*, que não passaria despercebida da minha alta e sincera admiração. Concidadãos: firmes diante da imagem da Pátria, com os olhos fitos no pavilhão auriverde, marchemos para a vanguarda dos povos cultos, em caminho da posteridade! Vida o Exército Nacional! Viva o dr. Getúlio Vargas! Salve o Estado!

⁴⁹⁸ *Correio da Lavoura*, 3 de nov. 1938, ed. 1128, p. 2.

Decidimos citar este discurso na íntegra por se tratar de uma fonte rara. Este é o único vestígio localizado por nós que contém palavras pronunciadas pela própria Stella de Queiroz. Embora singelo, este fragmento parece transparecer que Stella estava consciente de muitos dos atributos que, acreditamos até aqui, teriam sido *atribuídos* a ela por terceiros. Durante seu discurso, destacou sua carreira no magistério e transpareceu que a instalação da EIM 400 era uma extensão de seu trabalho “em prol da instrução”, já que a instituição favorecia a “elevação cultural” da “juventude iguaçuana” e aos “alunos deste educandário”. Seu caráter patriótico também foi evidenciado ao destacar a nova Escola de Instrução Militar como um “núcleo de civismo”, onde os jovens aprenderiam a servir e defender a pátria. Outrossim, é enfática a sua preocupação em agradecer as autoridades presentes, desde os “nobres militares” até os chefes políticos municipais, como o prefeito Xavier da Silveira e Getúlio de Moura – que, lembramos, se tornou presidente do Partido Social Democrático de Nova Iguaçu em 1947. E, enfim, o trecho que reforça nossa concepção de que Stella arregimentou seu papel como “brasileira consciente” de seus “sagrados deveres de mãe e mulher educadora” para ocupar seu espaço na vida pública e política do município ao tensionar as expectativas de gênero.

Com a instalação do EIM 400, Nilópolis teria ganhado uma “nova atmosfera com a presença dos soldados” e os moradores da cidade repercutiram a “conquista da jovem diretora, que passou a exibir o seu real uniforme verde, caminhando ou marchando com seu pelotão”.⁴⁹⁹ De acordo com Rose Pinheiro, a necessidade de ampliar o espaço do Instituto e, assim, atender às exigências do Ministério da Guerra, teria levado Stella a realizar um empréstimo com a Caixa Econômica Federal para comprar um antigo casarão em Nilópolis. O novo prédio possuía “oito amplas salas de aula, biblioteca, gabinetes de física, química e história natural”, além de um campo de esportes com seis mil metros quadrados para atender os estudantes e os exercícios dos reservistas do EIM 400.⁵⁰⁰

Em março de 1941, o *Correio da Lavoura* noticiou a realização na nova sede do Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes de “uma solenidade cívica para que fossem entregues os certificados aos novos reservistas do Tiro de Guerra do Instituto”, presidida pelo cel. Lourival Duarte do Carmo, diretor do Serviço de Recrutamento.⁵⁰¹ Além da presença do coronel, “de numerosos alunos e suas respectivas famílias”, também estavam presentes Nelson Machado, delegado regional; Heitor Moniz Dias de Lima, representando o prefeito municipal, o Capitão

⁴⁹⁹ PINHEIRO, 2024, p. 147.

⁵⁰⁰ *Diário de Notícias*, 4 de jul. 1943, ed. 6347, p. 15.

⁵⁰¹ *Correio da Lavoura*, 16 de mar. 1941, ed. 1562, p. 2.

Inspetor Regional dos Tiros de Guerra da 1ª Região Militar e o Capitão Irapuan de Freitas, representando a 2ª C. R. do Estado. O Tiro de Guerra 400 seguiu anexado ao Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes mesmo após a escola ter sido vendida por Stella em 1943.⁵⁰²

No ano seguinte à inauguração do EIM 400, a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada. Se em 1939 a guerra começou como um conflito essencialmente europeu, com o ataque japonês à Pearl Harbor, em 1941, tornou-se mundial. De acordo com Hobsbawn, o conflito “ampliou a guerra maciça em guerra total” e a sustentação da máquina de guerra exigiu a profunda mobilização econômica, militar e civil dos países nela envolvidos.⁵⁰³ A consolidação da influência norte-americana sobre os países da América Latina foi entendida pelos Estados Unidos como necessária para a garantia da segurança de seu território nacional. Nesse sentido, Alexandre Fortes destacou que a posição geográfica do Brasil e o potencial produtivo do país – incorporados pelos trabalhadores brasileiros – fez com que o país se tornasse um importante aliado para a estratégia de guerra norte-americana⁵⁰⁴. O torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1942 levou à declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo e, conseqüentemente, ao “longo e complexo processo de envolvimento do país na conflagração global” que, por sua vez, “produziu transformações econômicas, sociais e políticas que moldariam de forma decisiva o curso da história brasileira na segunda metade do século XX”.⁵⁰⁵

O esforço de guerra mobilizou diversos setores da sociedade brasileira e, segundo Patrícia Costa de Alcântara, incluiu “o estabelecimento de racionamentos, leis, decretos e normas”, tal como “a elaboração de diversos argumentos discursivos utilizados pelo governo para mobilizar civis, militares, trabalhadores e empresários para o esforço coletivo em busca da estabilidade político-econômica brasileira”.⁵⁰⁶ Alcântara evidenciou a arregimentação da classe trabalhadora brasileira como “soldados da produção” que, apesar da invisibilidade, também incluía as mulheres.⁵⁰⁷ A partir dos dados levantados por Theresa Veccia sobre o quadro feminino dos trabalhadores de uma fábrica têxtil em São Paulo entre 1927 e 1950, percebemos

⁵⁰² *Diário de Notícias*, 4 de jul. 1943, ed. 6347, p. 15.

⁵⁰³ HOBBSAWN, 1997, p. 51.

⁵⁰⁴ Trabalho, raça e política: o olhar norte-americano sobre o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. In: FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. (orgs). **Trabalho e labor: histórias compartilhadas** (Brasil e Estados Unidos, século XX). Salvador: Saggá, 2020, p. 135.

⁵⁰⁵ FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2014.

⁵⁰⁶ ALCÂNTARA, Patrícia Costa de. Limites e alcances da propaganda do Estado Novo para mobilização nacional durante a Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1-23, 2019, p. 1.

⁵⁰⁷ ALCÂNTARA, 2019, p. 11.

um salto no número de mulheres empregadas entre 1940 e 1945.⁵⁰⁸ Segundo a autora, os números reunidos sobre a fábrica refletem o padrão geral da indústria brasileira naquele período. Logo, podemos concluir que a necessidade de aumento da capacidade produtiva do país ocasionado pela guerra passou pela ampliação do número de mulheres operárias.

Além de sua presença nas linhas de frente da produção, as mulheres também se envolveram no esforço de guerra em ações como doações para a campanha dos metais e para a compra de navios e aviões de guerra para as Forças Armadas do Brasil.⁵⁰⁹ Em uma das edições do *Correio da Lavoura* publicada em setembro de 1942, foram divulgadas três iniciativas dos iguaçuanos como resultado da mobilização nacional em prol da guerra: a arrecadação de fundos para a compra de um navio para a Marinha, doação de metais para a “indústria de guerra do Brasil” e a inauguração de uma filial da Cruz Vermelha. À frente da última iniciativa, estava Stella.

Diferentemente do que ocorreu com o Tiro de Guerra 400, a motivação da professora em fundar uma filial da Cruz Vermelha Brasileira em terras iguaçuanas não se deu por um sonho profético. Aliás, nenhuma explicação foi dada por Rose Pinheiro além da preocupação de sua avó com a Segunda Guerra. Guiada por “seu espírito inquieto e batalhador”, Stella “sonhava em prestar um melhor auxílio à comunidade da Baixada Fluminense” e logo teria conseguido uma reunião com o general Álvaro Tourinho, então presidente da Cruz Vermelha Brasileira.⁵¹⁰ Este último, “pelo reconhecimento de seu trabalho em prol da implantação da instituição filantrópica na Baixada”, aprovou a solicitação de Stella que, por sua vez, “já tinha tudo esquematizado em sua cabeça – o local, a diretoria e ela, como presidente”.

Em um período marcado pelo protagonismo das mulheres em políticas educacionais, sociais e sanitárias, os papéis de gênero também influenciaram no incentivo à formação de enfermeiras como parte do esforço de guerra brasileiro. Alexandre Oliveira e Tânia Santos afirmam que a enfermagem foi entendida como uma extensão da função social feminina, ou seja, uma continuação de seus “afazeres maternos, uma vez que o elo maternal se identificava, e muito, com a condição de cuidar dos filhos da Pátria-Mãe que possivelmente sofreriam” com

⁵⁰⁸ VECCIA, Theresa R. “My Duty as a Woman”: Gender Ideology, Work and Working-Class Women’s Lives in São Paulo, Brazil, 1900-1950. In: FRENCH, John D.; JAMES, Daniel (orgs). **The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box**. Durham e Londres: Duke University Press, 1997, p. 125.

⁵⁰⁹ FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. In: **Acervo**, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul-dez, 2017

⁵¹⁰ PINHEIRO, 2024, p. 160.

a guerra.⁵¹¹ Vinculada ao Ministério da Guerra, Márcia Cristina Mecone e Genival de Freitas, destacam a relevância da Cruz Vermelha Brasileira para o desenvolvimento da enfermagem no país:

Os cursos de formação em enfermagem tiveram no período uma significativa procura, ocorrendo de forma espontânea, porém alimentado pela influência das propagandas do governo brasileiro, que em discurso persuasivo, projetava a profissão como a imagem da pátria mãe, aquela que proporciona *cuidados maternos aos filhos no front*. O discurso hegemônico preconizava a formação técnico-profissional, fundado no ideal de servir ao doente, enfermo, ferido ou com necessidades de cuidado a partir do *ideal de mulher que se predispunha a servir a pátria*.⁵¹²

A primeira reunião para fundar a filial de Nova Iguaçu foi realizada no dia 12 de junho de 1942, no Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes “sob a égide da incansável educadora patricia” Stella de Queiroz.⁵¹³ Stella e o capitão Paulino de Sousa Barbosa⁵¹⁴ – que foi nomeado como prefeito do município em 1946 – foram “calorosamente aplaudidos pela felicidade com que se referiram à importante missão que desempenha a Cruz Vermelha, qual a de socorrer os feridos, aliviar a dor, consolar os tristes, distribuir a caridade”. Durante a reunião, os membros da Diretoria Provisória foram escolhidos por votação, ficando assim constituída: presidente, Ricardo Xavier da Silveira; vice-presidente, dr. Felipe Leal; primeiro secretário, dr. Álvaro Poge de Figueiredo; segundo secretário, João Pinheiro; primeiro tesoureiro, Arlindo Goulart Pereira. Apesar de ser apontada pelo jornal como a principal articuladora da inauguração da filial, é interessante Stella ter ficado de fora da direção provisória, enquanto seu marido e genro foram escolhidos para os cargos de segundo secretário e primeiro tesoureiro, respectivamente. Duas fotografias da reunião foram publicadas no jornal carioca *Gazeta de Notícias*. Na foto superior, estão em destaque os integrantes da mesa que presidiu a sessão preparatória, com Stella ao centro. Abaixo, uma fotografia do público que compareceu à reunião. Na legenda, a professora foi citada apenas como a diretora do Instituto que sediou o evento.

⁵¹¹ OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Entre ganhos e perdas simbólicas: a (des) mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. In: **Escola Anna Nery R. Enfermagem**, v. 11, p. 423-428, set. 2007, p. 425.

⁵¹² MECONE, Márcia Cristina da Cruz; FREITAS, Genival Fernandes. Representações da enfermagem na imprensa da Cruz Vermelha Brasileira (1942-1945). In: **Texto Contexto Enfermagem**, v. 18, p. 741-749, out-dez 2009, p. 744, grifos meus.

⁵¹³ *Correio da Lavoura*, 14 de jun. 1942, ed. 1317, p. 2.

⁵¹⁴ Paulino tornou-se interventor do Executivo Municipal no dia 15 de fevereiro de 1946 e permaneceu no cargo até abril de 1947, quando foi substituído após demitir-se (Peixoto, s/d). No Decreto nº 799 da Prefeitura de Nova Iguaçu, foi determinado luto de três dias em decorrência de seu falecimento, considerando que Paulino “pertencia a tradicional família deste Município” ao qual “serviu com devotada dedicação” como “cidadão de altas virtudes cívicas” e como “secretário desta Prefeitura” e Prefeito Municipal. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. Decreto nº 799, Livro de Decretos 1967-1968. Centro de Documentação e Imagem, coleção Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Imagem 15: Reunião para instalação da filial da Cruz Vermelha em Nova Iguaçu – 1942



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 17 de jun. de 1942, ed. 139, p. 4

A sua ausência entre os membros da Diretoria Provisória não impediu que Stella prosseguisse com a campanha pela instalação da Cruz Vermelha no município. No início de julho, visitou as redações do *Correio da Lavoura* e do *Gazeta de Notícias* para falar sobre o estabelecimento da filial, que ocorreria em breve.⁵¹⁵ Em ambas as notas a iniciativa do projeto foi atribuída à Stella, que declarou estar “entusiasmada” com a nova filial e “com a adesão que tem tido de grande número de iguaçuanos”.⁵¹⁶ Antes mesmo da inauguração o Instituto Educativo Dr. Júlio de Abreu Gomes já ofertava “um curso de admissão para candidatas a enfermeiras, samaritanas e voluntárias”. A determinação de Stella em esclarecer o seu protagonismo na instalação da filial da Cruz Vermelha no município em dois veículos de comunicação diferentes, ao nosso ver, transparece a sua persistência em assumir o protagonismo do feito e concretizar seus auspícios à presidência da filial. Em um artigo assinado por Estrela Matutina no *Correio da Lavoura*, a iniciativa da professora foi elogiada e a autora informou que seria inaugurado em Duque de Caxias um “posto de emergência e um socorro social”, inspirado pela ação de Stella:

Alerta, caxienses! Os vossos desejos serão brevemente satisfeitos! O trabalho honroso de uma mulher brasileira, d. Estela de Queiroz Pinheiro, está sendo compreendido por todos os brasileiros de boa vontade que aderem, uníssonos, a esta monumental obra de fundar em Nova Iguaçu uma filial da Cruz Vermelha Brasileira, destinada, a socorrer os que sofrem sem distinção de nacionalidade, classe, crença e cor. Todos serão acobertados pela belíssima bandeira que se chama Caridade. [...] Eu, como auxiliar desta heroica cearense, continuo ao lado do povo de Caxias, cumprindo o que

⁵¹⁵ *Correio da Lavoura*, 5 de jul. 1942, ed. 1320, p. 2; *Gazeta de Notícias*, 8 de jul. de 1942, ed. 157, p. 4.

⁵¹⁶ *Correio da Lavoura*, 5 de jul. 1942, ed. 1320, p. 2.

prometi de me esforçar pelo alevantamento do berço do bravo Duque de Caxias, no evoluir intelectual e moral da civilização.⁵¹⁷

A boa propaganda, entretanto, não garantiu que a professora nilopolitana fosse escolhida para dirigir a nova filial. A inauguração foi realizada em setembro de 1942, três meses depois da primeira reunião. Em uma nota singela, o *Correio da Lavoura* anunciou que a solenidade foi realizada no salão do Esporte Clube Iguaçu e marcou a instalação no município da filial da Cruz Vermelha e da Legião Brasileira de Assistência:

Anteontem à noite, com o salão do Iguaçu repleto de senhoras e senhoritas e outras pessoas de destaque em nossa sociedade, realizou-se a solene instalação da Legião Brasileira de Assistência neste Município, juntamente com a filial da Cruz Vermelha Brasileira – duas importantes instituições que aqui darão ensejo a que a mulher iguaçuana se prepare eficientemente para bem servir a Pátria querida. Dirigiram-se a palavra aos iguaçuanos, ora esclarecendo o fim das referidas instituições, ora falando com eloquência ao coração daqueles que amam verdadeiramente a sua Pátria, o dr. Ricardo Xavier da Silveira, cap. Paulino de Sousa Barbosa, dr. Vasco de Freitas Barcelos, A. P. Guimarães Victory e d. America Xavier da Silveira – um grande coração a serviço do Brasil.⁵¹⁸

A ausência de Stella e de seus familiares – que, anteriormente foram escolhidos para compor a Direção Provisória – é, certamente, curiosa. Na nota supracitada, o protagonismo feminino recaiu sobre a primeira dama do município, “um grande coração a serviço do Brasil”. Enquanto primeira dama, sua presença em si não é inesperada, visto que não era incomum que as mulheres que ocuparam esta posição presidissem ou se envolvessem em organizações filantrópicas e de caridade. Porém, até aquele ponto, Stella se colocou e também foi destacada como a principal agente de instalação da filial. Na biografia romanceada, a solenidade foi descrita como um momento de frustração e traição.⁵¹⁹ Stella não teria assumido o cargo porque o general Álvaro Tourinho deixou a presidência da Cruz Vermelha Brasileira⁵²⁰. Com a desfeita contra a professora, algumas autoridades teriam se retirado da cerimônia em solidariedade. O chefe político Getúlio de Moura estaria entre os apoiadores de Stella e não foi mencionado entre os presentes na nota publicada no *Correio da Lavoura*. Em decorrência deste episódio, a personagem Stella ficou “abalada moralmente” e seu “espírito combativo” se arrefeceu.⁵²¹

⁵¹⁷ *Correio da Lavoura*, 19 de jul. 1942, ed. 1322, p. 2.

⁵¹⁸ *Correio da Lavoura*, 13 de set. 1942, ed. 1330, p. 2.

⁵¹⁹ PINHEIRO, 2024, p. 161.

⁵²⁰ Álvaro Tourinho ocupou a presidência da instituição de 1930 a 1942 e foi responsável por inaugurar 79 filiais no país. Com base no que consta no site oficial da Cruz Vermelha Brasileira, Tourinho deixou a presidência porque ao “participar de reunião da Legião Brasileira de Assistência, em 1942, defendeu as prerrogativas da CVB e não agradou aos presentes, gerando uma crise que o levou a renunciar ao cargo”. Foi substituído pelo general Sebastião Ivo Soares. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/>. Acesso em: 06/02/2025.

⁵²¹ PINHEIRO, 2024, p. 162.

Se a presidência da filial não recaiu sobre Stella, também não foi ocupada por outra mulher. Tendo por base a edição de julho de 1943 da *Revista da Cruz Vermelha Brasileira*, a direção foi ocupada pelo prefeito municipal Ricardo Xavier da Silveira. Ao analisarmos a listagem de filiais e seus respectivos presidentes que fora publicada naquela mesma edição, o percentual de mulheres que ocupavam o cargo não favorecia as chances de Stella. Na listagem publicada constam 52 filiais e, destas, apenas vinte e duas eram presididas por mulheres.

Assim como Carmelita Brasil, Stella de Queiroz também se projetou no cenário social e político iguaçuano a partir de sua atuação em uma área valorizada pelo discurso citricultor de progresso e modernidade: a educação. Amparada por sua credencial como filha de um grande educador cearense, ao migrar para o distrito de Nilópolis a professora encontrou solo fértil para construir e estender sua teia de relações. Aparentemente atenta à conjuntura que vivia, Stella agiu a partir da expectativa de gênero que imperava à época e instrumentalizou seu papel como mulher, mãe e professora para ampliar sua ação através da instalação do Tiro de Guerra e da filial da Cruz Vermelha. Com a emancipação de Nilópolis em 1947, estas bases podem ter contribuído para que Stella se apresentasse como um nome relevante para o Partido Social Democrático, dado suas conexões no recém criado município e em Nova Iguaçu, cujo principal grupo político se viu sob a necessidade de firmar sua influência no antigo distrito.

CAPÍTULO 3: AS FILHAS DE EVA VÃO À TRIBUNA

3.1 Mulheres, política e natureza feminina

Em seu *Relicário*, Carmelita aludiu ao tema “mulheres” apenas uma vez. Em uma passagem escrita em dezembro de 1958, refletiu sobre as mulheres que se comportam como flores de estufa:

Cada qual representa na Vida um papel, às vezes fico a cismar, existe dama da sociedade que são verdadeiros ornamentos. Vivem como que à margem do sofrimento e dos problemas sérios da Vida: frequentam reuniões, bingo, hipódromo, bailes, com um olhar vago, como que vivendo um mundo diferente! Sonhos e ilusão. Exibem trajes caríssimos, desfile de moda, gastos supérfluos, são como que as flores de estufa. Nós que estamos habituados a vermos de perto as flores dos jardins, sentimos a exuberância de um crisântemo, admiramos a sutileza da rosa, o perfume do cravo, contemplamos a flor emudecida, outras despetaladas pelo vento e dessa efusão em meio as variedades sentimos a realidade que todas elas encerram, entretanto no destaque que acima acentuamos, notamos a diferença da forma que se apresentam superficialmente vidas que se destacam à margem da compreensão da realidade das coisas num desperdiçar de tempo, numa obra vã, inócua sem proveito. São figuras efêmeras que qual quimeras, uma vez desaparecidas não deixam recordações.⁵²²

Para Carmelita, as mulheres “flores de estufa” são aquelas que vivem em um ambiente seguro e propício a uma vida de sonho, onde podem florescer coloridas e perfumadas. Estão satisfeitas em viver de aparências e futilidades. Apesar de bela, porém, a estufa é uma ilusão. O mundo real é apreensível apenas no jardim desprotegido, onde os brotos florescem apesar das intempéries – cada um carregando suas marcas. Reclusas à estufa, as mulheres criticadas por Carmelita vivem alheias aos problemas do mundo real e não observam as dificuldades do próximo e, assim, desperdiçam suas vidas. Vimos até aqui que a trajetória de Carmelita está profundamente ancorada na vida social de Nova Iguaçu, marcado pela construção de espaços de sociabilidade adequados às mulheres das famílias tradicionais e respeitáveis do município. O trecho acima foi escrito em uma fase já madura de sua vida, após tentativas frustradas de reeleição e um aparente afastamento do mundo social iguaçuano. Naquela década, o Brasil vivia o auge do brilho dos anos dourados após os anos nebulosos da Segunda Guerra Mundial.

Carla Pinsky apelidou como “anos dourados” o período que se estende de 1945 a 1964, caracterizado pelo otimismo proporcionado pelo fim da Segunda Guerra Mundial.⁵²³ Enquanto os ares democráticos ocultavam a continuidade institucional em relação ao regime anterior, o cenário econômico era promissor e o país experienciou um desenvolvimento acelerado em

⁵²² *Relicário*, Carmelita Brasil, 12 de dez. 1958, p. 33.

⁵²³ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

relação à urbanização e industrialização. Pinsky reforçou a importância deste período para a análise das relações de gênero, destacado por uma série de transformações que impactaram o status socioeconômico das mulheres.⁵²⁴ As campanhas de reforço das expectativas de gênero tradicionais – em relação aos papéis sociais e à moral sexual, por exemplo – conviveram com o crescimento do número de mulheres trabalhadoras e com acesso à educação. Os argumentos utilizados para reforçar a submissão feminina também contribuíram para expor contradições que, por sua vez, foram arregimentados para garantir sua presença em espaços considerados contrários à sua natureza. O lugar da mulher na sociedade brasileira foi amplamente discutido neste período.

O papel da Segunda Guerra Mundial como catalisadora de transformações também foi destacado por Alexandre Fortes ao avaliar o impacto da guerra total sobre as relações de raça, gênero e classe em diversos países.⁵²⁵ A “questão feminina” no pós-guerra foi marcada pelo tensionamento entre políticas que visavam o retorno das mulheres ao âmbito familiar através do reforço de noções tradicionais de gênero e o uso destas mesmas noções por parte do movimento feminista para driblar restrições e conquistar direitos. Ao mesmo tempo que a maternidade foi utilizada por setores conservadores para justificar a reclusão feminina ao mundo privado, também foi instrumentalizada pelos movimentos feministas da América Latina desde a virada do século XX para negociar direitos sociais, políticos e trabalhistas.⁵²⁶

A participação feminina na guerra foi largamente discutida pela imprensa fluminense durante o conflito. De acordo com Alexandre Fortes, o *Correio da Lavoura* levou aos seus leitores o debate sobre as mudanças que a guerra poderia provocar na relação entre homens e mulheres.⁵²⁷ No Brasil, o esforço de guerra envolveu a absorção das brasileiras em postos de trabalho em fábricas, seu apoio em campanhas de racionamento e no incentivo a formação de enfermeiras. Em um artigo publicado em 1941 no CL, Silvino Silveira discorreu sobre a ideia de que os homens teriam colocado em xeque sua autoridade moral em relação às mulheres ao provocar o “sangrento terremoto” que se espalhou pelo mundo.⁵²⁸ Orientadas por sua função natural na direção do lar e do cuidado com a família, as atividades femininas na guerra teriam sido “sólidas e concretas”, enquanto os homens foram guiados por preconceito e egoísmo.

⁵²⁴ PINSKY, 2014, p. 14.

⁵²⁵ FORTES, Alexandre. **A Segunda Guerra Mundial e o lugar da mulher na sociedade nas páginas da imprensa brasileira**. In: *Antíteses*, v. 17, n. 34m p. 142-174, jul-dez 2024.

⁵²⁶ LAVRIN, 1995; FRACCARO, 2018.

⁵²⁷ FORTES, 2024.

⁵²⁸ *Ibidem*, p. 147.

A hipótese da “natureza feminina” como uma espécie de guia para ações altruístas circulou no pensamento iguaçuano nas primeiras décadas do século XX e nos anos que se seguiram à Segunda Guerra. Em um livro de contos publicado em 1932, o já mencionado chefe político iguaçuano Manoel Reis escreveu sobre os desdobramentos da “evolução social tão necessária à organização do mundo” responsável por incluir as mulheres “no ar e nos salões”:

No mundo inteiro a mulher surge em todos os ramos da atividade humana numa concorrência séria ao homem. A mulher já culmina nas letras, no parlamento, nas ciências, no comércio, nos estabelecimentos bancários, nas artes, nos teatros, na tela. A instrução tem-lhes aberto a porta a felicidade. Não estão satisfeitas. Querem votar.⁵²⁹

Reis escreveu *A Gaivota* no auge das reivindicações sufragistas e o livro foi publicado poucos meses após a promulgação do decreto que permitiu o alistamento de eleitoras com idade superior a 21 anos, alfabetizadas e sem restrição ao estado civil⁵³⁰. O autor assumiu uma postura dubia em relação ao voto das mulheres. Ao considerar que o sufrágio feminino seria incapaz de ser corrompido, levantou a hipótese de que a existência do eleitorado feminino poderia contribuir para melhorar o sistema eleitoral em razão do “respeito natural que a presença da mulher infunde”.⁵³¹ Em contrapartida, não reconheceu a conquista do voto pelas mulheres como um direito, mas sim como uma “invasão de atribuições” que pertenceriam aos homens.

A relação entre mulheres, virtude e política foi retomada por Deoclécio Dias Machado Filho duas décadas após a publicação de *A Gaivota*, de Manoel Reis. Machado partiu de um artigo publicado em uma revista americana cujo autor defendia que seria “altamente produtiva a escolha do sexo feminino para os altos postos de governo, uma vez que os homens, em cujas mãos sempre permaneceram as rédeas dirigentes, até hoje nada fizeram”.⁵³² Aqui, o “sentimentalismo feminino” não seria um defeito, mas sim indicador de “fina psicologia”:

Para mim, tenho que, além das qualidades enumeradas [...], nunca os homens lhes igualaram na força para suportar as dores físicas ou morais. Inda mais: o equilíbrio mental para, nos momentos difíceis, manter a calma necessária. Em tal particular, Adão perto de Eva, é fedelho, até. Resignação é uma faculdade que possuem desenvolvidíssima. Sabem conformar-se com as situações e suportar reveses. É bem verdade, há exceções. Mas, se as há, poderemos afirmar também que nenhuma delas, por pior que seja, possa aprovar a guerra, a fim de que sacrificar seus filhos nos campos de batalha.⁵³³

⁵²⁹ REIS, Manoel. **A gaivota**: contos. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1932, p. 123.

⁵³⁰ O Decreto nº 21.076 foi editado pelo Governo Provisório e publicado no dia 24 de fevereiro de 1932. Além de instituir a Justiça Eleitoral, também admitiu o alistamento de mulheres alfabetizadas, maiores de 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil. Ver mais em: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

⁵³¹ REIS, 1932, p. 124.

⁵³² MACHADO FILHO, Deoclécio Dias. **À sombra dos laranjais**. 1953, p. 32.

⁵³³ MACHADO FILHO, 1953, p. 34.

Se a ligação entre gênero e aptidão feminina à política institucional foi um argumento igualmente utilizado por feministas e conservadoras, a noção de que as mulheres seriam *naturalmente* inadequadas ao mundo político ainda era a norma. Michelle Perrot aponta que “o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental”, onde são consideradas como um ser “selvagem, instintivo, mais sensível do que racional”.⁵³⁴ Sua presença inquieta “os organizadores da cidade, que veem nas multidões, onde elas estão presentes, o supremo perigo”.

De acordo com Losandro Tedeschi, a matriz do pensamento ocidental foi baseada no pensamento filosófico clássico, cujos costumes e princípios morais foram transformados em tradições herdadas.⁵³⁵ Um fruto desses princípios é a visão de que as mulheres são “criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo” e, assim, devem ser “submissas e controladas pelos homens”.⁵³⁶ Em seu verbete “Diferença entre os sexos”, Françoise Collin expõe que as mulheres eram entendidas pelos antigos filósofos como o “outro”, como o ser que não correspondia ao sujeito pensante e falante — os homens.⁵³⁷

Tanto Aristóteles quanto Platão afirmavam a hierarquia dos sexos pautada na natureza, ou seja, o homem como o único indivíduo possuidor de direitos. A dominação do pai e, mais tarde, do marido, era justificada a partir da força, razão pela qual as mulheres deveriam se submeter dentro do casamento e o porquê deveriam ser excluídas da vida pública.⁵³⁸ O saber e o poder pertenceriam ao universo masculino. A filosofia clássica limitou as mulheres ao que considerava ser suas “virtudes naturais”, inadequadas às virtudes morais que deveriam ser cultivadas na *polis*. Para Losandro Tedeschi, a Antiguidade é responsável por elaborar a ideia do “corpo do sexo único”, ligando o sexo diretamente ao exercício do poder: a mulher não existe, mas “o homem é a medida de todas as coisas”.⁵³⁹

Assim, ao longo de três décadas – 1932, 1941 e 1953 –, em alguns fragmentos do pensamento iguaçuano – fruto das reflexões de autores ligados aos grupos dirigentes do município – foi levantado a hipótese de que, dado às características naturais do “sexo feminino”,

⁵³⁴ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 8.

⁵³⁵ TEDESCHI, 2012.

⁵³⁶ Ibidem, p. 45.

⁵³⁷ COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos. In: HIRATA, Helena; et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

⁵³⁸ COLLIN, 2009, p. 60.

⁵³⁹ TEDESCHI, 2012, p. 56.

as mulheres estariam mais aptas a agir adequadamente em momentos de crise e, como eleitoras e candidatas, poderiam contribuir de maneira significativa para o sistema eleitoral e político do país. É interessante encontrarmos no seio da sociedade iguaçuana conservadora conjecturas otimistas à participação feminina no mundo político, mesmo que não partam do entendimento de que tomar parte da política também é um *direito* das mulheres, como indica o uso da expressão “invasão” por Manoel Reis. O que ocorre, na realidade, é que Silvino Silveira, Reis e Machado enxergaram o sufrágio e o avanço feminino na política como efeito da *ausência* moral dos homens que, por sua vez, regidos por interesses próprios, por exemplo, contaminaram o sistema político e causaram guerras. As mulheres, porém, *naturalmente* inclinadas ao cuidado com o outro e a superar reveses, seriam capazes de inspirar um certo “respeito natural”.⁵⁴⁰

Isto não quer dizer que essas opiniões refletem uma leitura geral sobre a questão em Nova Iguaçu. Afinal, vimos que durante a década de 1930 ao mesmo tempo que a imprensa iguaçuana divulgou com elogios as palestras ministradas pela feminista Eulina Thomé de Souza no município, também publicou artigos críticos ao feminismo. O mesmo ocorreu com a discussão sobre o sufrágio feminino nas páginas do *Correio da Lavoura*. Inicialmente, o jornal iguaçuano assumiu uma postura mais pessimista em relação à demanda das mulheres pelo voto. A primeira menção à questão foi realizada ainda entre os números iniciais do jornal, dizendo apenas: “O ilustre deputado federal Mauricio de Lacerda apresentou ontem à Câmara um projeto instituindo o direito de voto às mulheres”.⁵⁴¹ Rachel Soihet relacionou a apresentação do projeto por parte de Lacerda à realização de uma passeata no Distrito Federal organizada pela professora e feminista Leolinda Daltro em prol do voto feminino.⁵⁴² Daltro teria sido a primeira mulher a reivindicar o voto “de forma organizada” e, ao voltar-se para o campo político, fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino “a fim de fazer ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino”.⁵⁴³

Segundo Teresa Cristina de Novaes Marques, o projeto apresentado pelo deputado socialista e apoiado por Leolinda Daltro foi arquivado após ser considerado inconstitucional.⁵⁴⁴ Ao comentar a discussão de uma proposição legislativa que incluiria o alistamento de “eleitores

⁵⁴⁰ REIS, 1932.

⁵⁴¹ *Correio da Lavoura*, 14 de jun. de 1917, ed. 13, p. 2.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público: as mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set-out-nov-dez 2000, p. 99.⁵⁴²

⁵⁴³ O Partido Republicano Feminino foi registrado no dia 17 de dezembro de 1910 com o propósito de “defender o sufrágio feminino e emancipar a mulher de todas as formas de exploração” (Marques, 2019, p. 80).

⁵⁴⁴ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019, p. 84.

de ambos os sexos” na nova Constituição do Estado de São Paulo, em 1921, Glaucia Fraccaro aponta que o envio de projetos deste tipo por parte de políticos não foi incomum, já que “a organização das mulheres de abrangência nacional ainda estava surgindo por esses tempos” e o “debate feminista não tinha adentrado as principais esferas do governo de modo sistemático”.⁵⁴⁵ As poucas linhas dedicadas ao assunto sugerem que o jornal encarou o envio do projeto como um fato pouco relevante. Foi considerado um evento passível de ser notado, claro, mas não a ponto de ser discutido.

Anos depois, após o encaminhamento sucessivo de projetos deste tipo à Câmara, o jornal dedicou um pequeno artigo para divulgar sua opinião sobre a questão. Coincidentemente, poucos dias após a apresentação de um novo projeto por parte do Deputado Basílio de Magalhães, em dezembro de 1924, o *Correio da Lavoura* tratou a possibilidade do sufrágio feminino como uma “aberração” que deveria ser combatida pelos “bons brasileiros” em defesa da família e da pátria⁵⁴⁶:

Está em foco a grande questão se a mulher pode ou não votar neste país. A nossa opinião é que se estabelecermos, entre nós, esse novo regime de mulheres votarem, teremos fatalmente desviado as verdadeiras missões das mães de família. Para que o voto feminino se ainda nem possuímos um método de combate para o analfabetismo? Depois, a mulher nasceu para o lar, para educar e fazer dos filhos homens. Seria uma aberração e um contrassenso, que todos os bons brasileiros, que amam a sua família e a pátria, devem repelir.⁵⁴⁷

Conceder o voto às brasileiras significaria desviá-las de sua “verdadeira missão” como “mães de família”. Diz, ainda, que a discussão sobre o analfabetismo deveria ser priorizada em relação ao sufrágio. De acordo com Amália Dias, a necessidade de combater o analfabetismo era uma pauta constante nas páginas do *Correio da Lavoura* e era “percebido como um expoente do atraso da população”, já que a “escolarização era compreendida como meio de reformar a sociedade”, seja no campo ou nas cidades.⁵⁴⁸ Nesse caso, o sufrágio feminino concorreria para prejudicar a diminuição do índice de analfabetismo no país ao contribuir para retirar as mulheres do cuidado do lar e da educação dos filhos. A ampliação dos índices de alfabetização seria uma contribuição mais profícua ao progresso do país do que a inclusão das mulheres na vida política brasileira.

Além de esclarecer a visão do jornal sobre o assunto, o *Correio da Lavoura* também fez uso da reprodução, na íntegra, de decisões negativas tomadas por juízes brasileiros em resposta

⁵⁴⁵ FRACCARO, 2016, p. 145.

⁵⁴⁶ MARQUES, 2019, p. 135.

⁵⁴⁷ *Correio da Lavoura*, 11 de dez. 1924, ed. 404, p. 4.

⁵⁴⁸ DIAS, 2014, p. 108.

aos requerimentos de alistamento eleitoral submetidos por mulheres. Em sua primeira edição do ano de 1929, o *Correio da Lavoura* publicou a decisão de um juiz sob o título “O voto feminino”, com destaque em sua primeira página.⁵⁴⁹ A decisão foi tomada pelo juiz Paulo Fleury, da comarca da cidade de Curvello, em Minas Gerais, em resposta “a petição de uma senhorita que solicitara a sua inclusão no quadro de eleitores da referida comarca” em outubro de 1928. Ao indeferir o pedido, “o íntegro magistrado” afirmou não ter sido convencido pelos argumentos utilizados pela peticionária – que não são mencionados. Para sustentar seu indeferimento, utilizou jurisprudência anterior que decidiu pela inaptidão feminina para o mundo político, embora tenha reconhecido a opinião do desembargador Tito Fulgêncio, por exemplo, “que tem estudos especiais sobre o direito eleitoral” e entende que não “existe restrição da capacidade política a mulher”. Em suma, Fleury decide pela conservação das “tradições da família brasileira” até que os legisladores votem uma lei “determinando as condições da capacidade da mulher eleitora, e, assim, indefiro a petição”.

No ano seguinte o CL publicou a decisão tomada pelo juiz mineiro Antonio Rodrigues Coelho Junior em relação ao recurso de Maria Angela Portes, solicitando inclusão no alistamento eleitoral. Ao apresentar o texto da decisão, o jornal afirmou que, embora o despacho seja extenso – publicado ao longo de três edições –, “vale a pena transcrevê-lo para que os nossos leitores tenham conhecimento das razões apresentadas para o indeferimento do recurso aludido”.⁵⁵⁰ Em resumo, o juiz Coelho Junior argumentou em seu despacho que até que os legisladores brasileiros produzissem leis que afirmassem expressamente o direito das mulheres ao voto, não caberia à justiça aprovar os pedidos de alistamento eleitoral. Caso contrário, poderia haver “um conflito entre o poder legislativo e o judiciário, de danosas consequências para a ordem política”.⁵⁵¹ O juiz não concorda que o argumento da *ausência* de autorização expressa em lei utilizado pelas solicitantes implique, necessariamente, na sua inclusão ao eleitorado⁵⁵². Até que conste em lei a autorização ou a proibição, “a *vexata questio*” – questão largamente debatida – permaneceria em impasse.

Entre a publicação das decisões acima mencionadas, o jornalista Alfredo Jardim assinou um artigo defendendo que “o caso do voto feminino” deveria ser “resolvido definitivamente”

⁵⁴⁹ *Correio da Lavoura*, 3 de jan. 1929, ed. 616, p. 1.

⁵⁵⁰ *Correio da Lavoura*, 6 de fev. 1930, ed. 673, p. 3.

⁵⁵¹ *Correio da Lavoura*, 20 de fev. 1930, ed. 675, p. 3.

⁵⁵² O argumento a que o juiz se referiu era baseado na dubiedade apresentada no texto da Constituição de 1891 que “não deixou claro que as mulheres tinham o direito de votar, mas também não as impediu”. Nesse sentido, a posição normalmente tomada pelas juntas de alistamento eleitoral “interpretaram literalmente a palavra “cidadão”” como referência exclusiva aos homens. MARQUES, 2019, p. 73-74.

através de uma lei especial.⁵⁵³ Para Jardim, as decisões contraditórias dos juízes brasileiros – ora deferindo, ora indeferindo – em resposta aos pedidos de alistamento eleitoral teriam provocado um cenário “caótico”. Apesar de defender a criação de uma lei especial que solucionasse o problema, o autor se diz satisfeito com os argumentos oferecidos por juízes que decidiram negar as solicitações. Jardim confessou o seu desejo de manter “a mulher brasileira” longe da política, comparada por ele a um “lamaçal em que se debatem os partidos” em busca da vitória por meios desonestos. Assim como Manoel Reis descreveu o desejo das mulheres pelo voto como uma quase teimosia por não se contentarem com o espaço já conquistado por elas “no ar e nos salões”, o jornalista escreveu que as brasileiras “não querem saber de outra coisa que não seja a satisfação desse desejo” apesar do risco de sofrer em “breve prazo os mais duros sabores”.

Naquela década, a campanha pelo sufrágio feminino foi capitaneada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 sob a liderança de Bertha Lutz⁵⁵⁴, com os objetivos de “coordenar e orientar os esforços da mulher” com vistas a “elevar-lhe a cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social” na vida doméstica, pública, política e intelectual.⁵⁵⁵ A instituição se preocupava em estimular e garantir educação, trabalho e direitos políticos às mulheres, além de promover a proteção da maternidade e da infância. Céli Regina Pinto destacou o caráter elitizado da FBPF, cujo quadro de associadas era composto majoritariamente por mulheres das classes médias e alta.⁵⁵⁶ A autora atribuiu a construção da liderança de Bertha Lutz justamente ao fato de a feminista ter pertencido à elite econômica e intelectual, o que teria possibilitado seu acesso à educação – e, assim, à independência financeira e profissional – e também aos feminismos europeu e norte-americano. Enquanto um grupo homogêneo, a FBPF fez uso das conexões sociais de suas associadas para exercer “pressão junto aos poderes constituídos”, como deputados e senadores.⁵⁵⁷

De acordo com Teresa Marques o golpe civil-militar de 1930 que instituiu Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório “trouxe novos rostos ao centro do poder, gente com

⁵⁵³ *Correio da Lavoura*, 3 de out. 1929, ed. 655, p. 1.

⁵⁵⁴ Bertha Lutz (1894-1976), foi uma bióloga e feminista nascida em São Paulo, filha de uma enfermeira inglesa e de um cientista. Após completar sua educação na Europa, retornou ao Brasil inspirada a lutar pela defesa dos direitos das mulheres, especialmente o direito ao voto. Tomou posse na Câmara dos Deputados em 1936 e foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira, enviada para a conferência que redigiu a Carta das Nações Unidas, em 1945. Cf. SCHUMACHER, Shuma.; BRAZIL, Erico (orgs.). *Dicionário das mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

⁵⁵⁵ SOIHET, 2000, p. 101.

⁵⁵⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁵⁵⁷ PINTO, 2003, p. 26.

quem as feministas ainda não estavam habituadas a dialogar”.⁵⁵⁸ A FBPF, que desde sua fundação procurou se manter em posição de neutralidade em relação às “paixões políticas”, inicialmente contentou-se a ser uma observadora dos acontecimentos. Entretanto, ao mesmo tempo que a chegada de Vargas ao poder significou a conformação de um pensamento crítico que destacou a falência da ideia de equidade entre os indivíduos, também abriu caminho para uma “engenharia política corporativa” pautada na “ideia de unir os interesses de todas as classes sob o controle do governo” o que, por sua vez, orientou a instalação da legislação social.⁵⁵⁹ Apesar da FBPF ter se consolidado na historiografia como a grande expoente do feminismo brasileiro, Gláucia Fraccaro demonstrou que a federação teve de conviver com diferentes projetos feministas e dialogar com demandas pautadas pela classe trabalhadora desde a sua fundação, processo que se intensificou durante a década de 1930. Em resposta à movimentação de outras correntes feministas naquele período, a FBPF precisou “sair da posição de isolamento em que se encontravam e procurar estabelecer pontes com o governo provisório”.⁵⁶⁰

Em novembro de 1930, o *Correio da Lavoura* reproduziu em sua primeira página um artigo intitulado “Apelo à mulher brasileira”, retirado da edição de 29 de outubro do *Diário Carioca*, escrito por uma “legítima representante da mulher carioca” e “nobre exemplo de patriotismo e coragem cívica”.⁵⁶¹ No texto, a autora comemorou o retorno da paz e o fim da revolução que, segundo ela, ainda não havia vencido. Para tal, seria necessário que seu “programa grandioso” fosse posto em prática com o auxílio patriótico dos brasileiros e, nesse sentido, convocou as mulheres: “por que não tomas parte ativa neste movimento regenerador? Por que não auxilias com o vosso coração a obra que os homens iniciaram com o cérebro?”. Conclama “esposas, mães, filhas e irmãs” e as “laboriosas operariázinhas” a contribuir para “a grandiosidade do Brasil”:

É chegado o momento de cada um levar o seu tributo ao altar da Pátria. E nesta hora de tão grande vibração patriótica, seria demasiado humilhante para nós que a futilidade sempre atribuída a nosso sexo sobrepujasse nossos mais belos sentimentos, nossos mais puros ideais. Calquemos aos pés nossa vaidade feminina, pensemos somente no Brasil e no que é urgente fazer para sua salvação.

Em razão do novo quadro político, a FBPF organizou o II Congresso Internacional Feminista, em junho de 1931, no qual reivindicou as demandas das mulheres da classe

⁵⁵⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020, p. 40.

⁵⁵⁹ FRACCARO, 2016, p. 117-120.

⁵⁶⁰ MARQUES, 2020, p. 42.

⁵⁶¹ *Correio da Lavoura*, 6 de nov. 1930, ed. 712, p. 1.

trabalhadora e o direito ao voto.⁵⁶² Na ocasião, Vargas sinalizou seu apoio às feministas ao dizer na imprensa carioca que as ideias do feminismo brasileiro eram “belas” e que deveriam ser “acolhidas com simpatia”.⁵⁶³ Em outra ocasião, afirmou “que era ele próprio feminista, porque às mulheres se devia metade da Revolução”.⁵⁶⁴ Apesar da pressão exercida pelas feministas sobre a comissão que fora convocada por Vargas para a criação de uma nova lei eleitoral, o anteprojeto ainda apresentava inúmeras restrições ao exercício do sufrágio feminino. Vargas teria revisitado o texto do projeto⁵⁶⁵ após o encerramento dos trabalhos da comissão e “qualquer que tenha sido a tramitação final do projeto de revisão das leis eleitorais”, o decreto publicado em fevereiro de 1932 acomodou por fim as demandas dos três grupos que apoiavam o novo governo: “a Igreja, ao permitir o voto de religiosos, os tenentistas, ao instituir a representação classista, e as feministas, por permitir o voto feminino, sem condições excepcionais”.⁵⁶⁶

Carmelita Brasil registrou-se como eleitora em 15 de agosto de 1935, poucos meses após ter completado 21 anos de idade, em maio daquele ano. Ela exerceu seu direito ao voto pela primeira vez nas eleições municipais do ano seguinte, realizadas em julho de 1936. Este é, entretanto, o único registro de voto daquele título de eleitor. Com a instauração do Estado Novo, a caminhada das mulheres em direção à participação na política institucional brasileira foi interrompida abruptamente apenas cinco anos após a conquista do sufrágio. Apesar disso, Teresa Marques defende que a curta experiência para o exercício do voto não deve significar que o esforço empregado para o alcançar tenha sido em vão.⁵⁶⁷ Afinal, deputadas e vereadoras foram eleitas e, conseqüentemente, contribuíram para o debate sobre as questões femininas ao apresentar seus pontos de vista, projetos e emendas, muitas vezes divergentes entre si. Além disso, o impedimento do comparecimento às urnas não implicou, necessariamente, no arrefecimento da atuação política de mulheres e do movimento feminista.

⁵⁶² SOIHET, 2000.

⁵⁶³ MARQUES, 2016, p. 36.

⁵⁶⁴ SOIHET, 2000, p. 104.

⁵⁶⁵ O apoio de Vargas à proposta do voto irrestrito às mulheres teria sido causado por uma provocação feita pela feminista Carmen Portinho ao perguntar-lhe se, como as mulheres contribuíram apenas com metade do esforço da revolução, deveriam aceitar apenas metade do voto. Portinho, então, teria dito ao chefe do Governo provisório que as feministas queriam “tudo ou nada”. SOIHET, 2000; MARQUES, 2016.

⁵⁶⁶ MARQUES, 2019, p. 38.

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 122.

Imagem 16: Título de eleitor de Carmelita Brasil

N. 5.198
(Data do Título Regional)

TÍTULO DE ELEITOR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

8.ª zona *Iguazu* (Município)

Domicílio eleitoral *Nilópolis*

Número de ordem da inscrição *5198*

Data da inscrição no cartório *14 de Agosto de 1934*

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Carmelita Brasil Allison Teles

Filiação *Antônio Brasil Monteiro*

Naturalidade *Brasil*

Idade *21* anos — Data do nascimento *10*
Maio 1914

Qualitativo

Estado civil *Solteira*

Profissão *Doméstica*

Carmelita Brasil Monteiro
ASSINATURA DO ELEITOR

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e recebeu o número *508* das *21* dias do mês de *Agosto* do ano de mil novecentos e trinta e *quatro*

Director da Secretaria

Pelego direito

Formata dactiloscópica

Carmelita Brasil

Fonte: Arquivo Ney Alberto

Embora empenhado na discussão sobre a questão desde os princípios do jornal, o *Correio da Lavoura* não comentou sobre a aprovação do voto feminino em 1932 e não se referiu mais ao assunto durante a década de 1930⁵⁶⁸. O eleitorado feminino seria lembrado em 1945, quando o jornal aderiu à “campanha patriótica” promovida pela *Revista Diretrizes* em prol do “voto livre e consciente” e do alistamento do “maior número de homens e mulheres em condições de exercer o sagrado direito do voto”.⁵⁶⁹ Se em 1924 o jornal associou o voto feminino ao fim da família, em 1945 se tornou um direito patriótico e sagrado a ser empunhado por homens e mulheres igualmente.

Isso não implica dizer que a ação feminina sumiu das páginas do jornal. Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Correio da Lavoura* publicou artigos elogiosos à contribuição das mulheres ao esforço de guerra e destacou principalmente as iniciativas tomadas pelas iguaçuanas. Assim como o semanário louvou Stella de Queiroz por ter promovido a instalação do Tiro de Guerra 400 e de uma filial da Cruz Vermelha no município, também destacou as atividades da Liga Brasileira de Assistência de Nova Iguaçu. Em um artigo assinado por Yara Carvalho de Freitas, representante do núcleo do distrito de Nilópolis, a criação da LBA em

⁵⁶⁸ É possível que o sufrágio feminino tenha sido comentado pelo jornal com a promulgação da Constituição de 1934. Entretanto, as edições publicadas entre março de 1933 e março de 1935 não foram localizadas.

⁵⁶⁹ *Correio da Lavoura*, 15 de jul. 1945, ed. 1478, p. 1.

resposta ao “estado de guerra que nos foi imposto pelos senhores que sonharam com o domínio do mundo” foi exaltada.⁵⁷⁰ Formada por mulheres brasileiras de “fibra incomparável e verdadeira devoção à mãe pátria”, a LBA “progride assombrosamente” com filiais instaladas em diversos municípios do país. A filial de Nova Iguaçu era presidida por América Xavier da Silveira, ex-primeira dama do município, e “já conta com cinco núcleos em franca atividade”, como Nilópolis, “cujas legionárias estão desenvolvendo satisfatoriamente suas funções, pois assistências diversas têm sido prestadas àqueles que delas necessitam”. A autora finalizou seu texto conclamando as mulheres iguaçuanas a se inscreverem como legionárias e, assim, demonstrar seu civismo e “encher de orgulho teu pai, teu esposo e teu filho”.

Alexandre Fortes destacou que, assim como outros veículos de imprensa, o *Correio da Lavoura* reproduziu matérias de órgãos da imprensa internacional “sobre as experiências inovadoras das mulheres em outros países, assim como sobre o apelo ao engajamento da mulher brasileira em novas frentes de atuação associadas à participação do país na guerra”.⁵⁷¹ Existia a expectativa de que a vitória dos aliados poderia inaugurar “uma nova era marcada pela igualdade de direitos e pela expansão e diversificação das esferas de atuação das mulheres”. Em 1944, por exemplo, o jornalista Silvino Silveira escreveu sobre o crescente número de desquites no país e, citando um autor francês, afirmou que os homens e as mulheres “não tem mais ideais comuns, nem linguagem comum” e em breve “não serão mais dois sexos e sim dois povos”.⁵⁷² Silveira finalizou o texto perguntando-se se a “legislação brasileira, que sempre vem amparando a instituição da família” ao negar o divórcio, sofreria modificações com o pós-guerra. De fato, cresceu exponencialmente a proporção de mulheres desquitadas entre as décadas de 1940 e 1960, enquanto a taxa de solteiras, casadas e viúvas permaneceu constante.⁵⁷³

Stella teria se desquitado de João Pinheiro justamente no pós-1945. Tendo como base a narrativa de Rose Pinheiro, a personagem Stella teria se cansado do comportamento boêmio do marido e, graças à sua independência financeira, resolveu se desquitar.⁵⁷⁴ Em um diálogo entre Stella e sua mãe, esta teria advertido sua filha sobre a má imagem das mulheres desquitadas e o impacto que isso poderia gerar em sua vida profissional por ser diretora de uma escola. De acordo com Carla Pinsky o debate em torno do divórcio “nunca saiu de pauta no Brasil” e

⁵⁷⁰ *Correio da Lavoura*, 22 de nov. 1932, ed. 1340, p. 2.

⁵⁷¹ FORTES, 2024, p. 170.

⁵⁷² *Correio da Lavoura*, 3 de set. 1944, ed. 1433, p. 1.

⁵⁷³ PINSKY, 2014, p. 377.

⁵⁷⁴ PINHEIRO, 2024, p. 172.

ganhou força durante os “anos dourados”, principalmente a partir da década de 1950.⁵⁷⁵ A legalização do divórcio era rechaçada não apenas entre os grupos católicos e conservadores, mas também por uma fatia relevante da opinião pública. Durante as primeiras décadas do jornal, o *Correio da Lavoura* publicou os despachos da comarca de Nova Iguaçu relacionados às solicitações de desquite por parte de homens e mulheres, alguns sob pedido dos representantes legais de uma das partes com vistas a notificar a decisão a quem interessasse. Em um desses casos, o marido recorreu ao *Correio da Lavoura* através de seu advogado para divulgar a decisão favorável ao seu desquite e assim, esclarecer que “a mulher condenada na ação” perdeu o direito de usar o sobrenome do ex-companheiro.⁵⁷⁶

Em outras ocasiões, o CL encarou o desquite e a possibilidade de divórcio como uma ameaça à família e, conseqüentemente, ao futuro da nação. A longevidade do debate e sua rejeição perante a população brasileira foi citada por Alfredo Jardim em um longo texto sobre “a velha e sempre irritante questão do divórcio”:

Diversas tentativas se veem fazendo, há anos, para o fim de se encaixar na nossa legislação essa perigosa medida, nas condições em que a defendem e que não tem logrado triunfar devido a repulsa general da sociedade brasileira. Apenas uns poucos de indivíduos, talvez uma dúzia ou duas, são os propugnadores dessa imoralíssima, que, se vingasse entre nós, poria em dissolução, em desbarato completo, o estatuto da família, que encontra seu mais seguro abrigo na indissolubilidade dos laços matrimoniais.⁵⁷⁷

Jardim ressaltou que o Código Civil brasileiro já permitia o desquite, descrito por ele como uma “situação estranha, penosa mesmo até certo ponto de vista” já que previa apenas a separação de corpos e impedia a contração de novo matrimônio às partes. Apesar disso, considerou o desquite como uma alternativa “prudente, útil e até moralizadora” por servir de alerta àqueles que não levam a sério o casamento, “fazendo tantas vítimas quantas satisfaçam seus baixos desejos”. O divórcio, porém, seria um “completo desaforo” fruto da “propaganda subversiva”. Além da já citada separação de corpos mencionada acima, Pinsky esclarece que o desquite não dissolvia deveres como a fidelidade, a guarda e criação dos filhos menores de idade e pensão alimentícia.⁵⁷⁸ Ou seja, o desquite não proibia apenas o novo matrimônio, mas também o estabelecimento de qualquer relacionamento amoroso. Embora desquitados, ambas

⁵⁷⁵ PINSKY, 2014, p. 376.

⁵⁷⁶ *Correio da Lavoura*, 21 de ago. 1924, ed. 388, p. 2.

⁵⁷⁷ *Correio da Lavoura*, 11 de jul. 1929, ed. 643, p. 1.

⁵⁷⁸ PINSKY, 2014, p. 376. De acordo com a autora, o desquite poderia ocorrer por mútuo consentimento ou por justa causa. No primeiro caso, só poderia ser solicitado após dois anos de casamento; no segundo, em razão adultério, tentativa de morte, abandono voluntário do lar por dois anos seguidos ou injúria grave.

as partes deveriam se manter fiéis ao laço matrimonial. A rigidez da lei e o achanque moral da sociedade, na realidade, dependia do gênero da parte infratora:

A mulher desquitada e a mulher que vive com um homem desquitado são socialmente malvistas. A desquitada fica praticamente proibida de ter outras ligações amorosas sob pena de perder o direito à guarda dos filhos e à pensão alimentícia. Porém, o homem desquita pode, sem ferir sua reputação, até manter uma concubina.⁵⁷⁹

O *Correio da Lavoura* somente divulgaria opinião favorável ao divórcio em 1952, através de um artigo escrito sob o pseudônimo de Maria Cottas.⁵⁸⁰ Nele, Maria Cottas argumentou que os defensores da criação da lei do divórcio não o fazem por desejá-lo para si ou para suas filhas, mas por “aquelas que não tiveram a felicidade de encontrar um companheiro capaz de amá-las e respeitá-las como merecem, transformando o convívio cotidiano num martírio”. Denunciou as “afrontas” sofridas pelas mulheres desquitadas, que por muitas vezes recorreram ao desquite “por falta de quem a ampare moralmente, vítima de circunstâncias que a sociedade não quer reconhecer”. Rebateu o argumento dos adversários do divórcio – considerado por eles como a causa do desmantelamento da família – ao dizer que estes ignoram a “situação em que fica a mulher desquitada, sem defesa, sem amparo para os filhos, as maiores vítimas dos desajustados no casamento”. Considerou, por fim, o divórcio como “medida justa”.

Na biografia romanceada sobre a vida de Stella, a personagem se manteve solteira até seu falecimento, enquanto João teria vivido com uma companheira cujo nome não foi mencionado. Imaginamos que a independência financeira de Stella tenha contribuído para que se sentisse segura em sua decisão pelo desquite, o que não era a realidade da maioria das brasileiras que, além de enfrentar o escárnio público, também eram financeiramente vulneráveis.

A demanda pelo fim das restrições impostas às mulheres pelo Código Civil e pela manutenção de seus direitos políticos é oriunda de um contexto pautado pela “sensação de que após a Segunda Guerra Mundial o mundo e o lugar das mulheres nas relações sociais não eram mais os mesmos”.⁵⁸¹ No Brasil, ainda é comum o entendimento de que a demanda do movimento feminista no período anterior à 1932 se resumia à luta pelo direito ao sufrágio e, como consequência do Estado Novo, a década de 1940 teria sido marcada pelo arrefecimento da ação política feminina. A tentativa de enquadrar os feminismos brasileiros no modelo de ondas – utilizado por europeus e americanos – contribuiu para cristalizar leituras que não se

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 377.

⁵⁸⁰ *Correio da Lavoura*, 29 de jun. 1952, ed. 1841, p. 3.

⁵⁸¹ ALVES, 2020, p. 237.

sustentam quando aplicados à realidade do Brasil⁵⁸². A aplicação das ondas ao caso brasileiro foi criticada por Glaucia Fraccaro por reduzir a percepção a “um feminismo singular no qual gênero é a categoria predominante de análise” e, dessa maneira, exclui “os conflitos de raça e de classe”.⁵⁸³ Iracélli Alves também teceu críticas ao modelo por remeter à uma perspectiva linear, evolucionista e estática:

Prefiro pensar o processo como *movimento*. Talvez o esforço em dividir essa história em etapas não dê conta de explicar a complexidade dos feminismos, cuja história não é marcada por uma temporalidade conectada a uma linha evolucionista e diacrônica. A perspectiva da linearidade talvez aumente o risco de respostas fáceis: rotular de excepcionais casos que fogem às características atribuídas às fases.⁵⁸⁴

De acordo com o modelo de ondas aplicado ao Brasil, inclusive, as décadas de 1940 e 1950 seriam marcadas pelo ostracismo do movimento feminista. Considerada como o marco inaugural da primeira onda feminista no Brasil, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino teria sofrido com o golpe de 1937.⁵⁸⁵ De acordo com Céli Regina Pinto, o Estado Novo teria “calado toda a movimentação” da FBPF que, embora não tenha sido extinta, “perdeu completamente seu espaço”.⁵⁸⁶ Coube à federação o nascimento e a quebra da primeira onda feminista, que teria retomada apenas na década de 1970. A pesquisa desenvolvida por Alves, entretanto, demonstrou que a “maré feminista sempre esteve em movimento” e que entre as décadas supracitadas as “mulheres se articularam politicamente e construíram projetos feministas de sociedade”.⁵⁸⁷ Ao investigar o movimento feminista de orientação comunista, a historiadora chegou à conclusão de que a carência de estrutura institucional não impediu que as feministas continuassem agindo e se mobilizando através de meios diversos – como a imprensa, literatura e organizações sociais – em prol de demandas sociais e trabalhistas.

Para além do modelo de ondas, a própria historiografia no geral contribuiu com uma leitura apática sobre o período destacado ao caracterizá-lo de maneira a desqualificar a experiência dos atores políticos durante aquelas décadas. De acordo com Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes os diversos termos utilizados para designar o período entre 1945 a 1964 – como “República Populista” –, evidenciam um modelo de interpretação que atribui um

⁵⁸² Primeira onda: final do século XIX até o início da década de 1940; segunda onda: década de 1970; terceira onda: década de 1990; quarta onda: entre 2012 e 2013. Ver mais em: ALVES, Iracélli, 2020.

⁵⁸³ FRACCARO, 2016, p. 29.

⁵⁸⁴ ALVES, 2020, p. 17.

⁵⁸⁵ Fraccaro, 2016.

⁵⁸⁶ PINTO, 2003, p. 28.

⁵⁸⁷ ALVES, 2020, p. 319.

valor negativo ao recorte.⁵⁸⁸ Os historiadores argumentaram que o pós-1945 foi marcado por possuir “grandes tensões, assinalando continuidades com o processo político anterior, mas igualmente descontinuidades relevantes” como “avanços fundamentais no processo político-eleitoral” que, por sua vez, possibilitaram a realização efetiva de eleições. Neste novo quadro, as mulheres se configuraram como peças relevantes no xadrez político e eleitoral como eleitoras e candidatas.

O articulista Magalhães Junior discutiu a participação feminina no pleito de 1945 no jornal carioca *A Noite*.⁵⁸⁹ Ao comentar o retorno dos brasileiros às urnas, destacou que o eleitorado feminino crescera em relação ao número de eleitoras que puderam experimentar o voto até a interrupção democrática provocada pelo Estado Novo. Para Magalhães, a guerra “representou uma grande ligação para o mundo” e culminou em “uma grande, poderosa e fecunda revolução social”. Nesse período, as mulheres teriam entrado “numa fase de amadurecimento político” por “sentirem de perto o drama coletivo que não podia deixar de tê-las atingido”. As brasileiras não escaparam deste processo:

As mulheres brasileiras receberam, de volta, um direito que haviam perdido. E o recebem, agora, depois de haverem sentido dentro dos seus lares os efeitos de um período de vida normal como jamais vivemos antes. Vem da ausência do leite, dos suplícios das filas intermináveis, dos dramas domésticos que a inflação tem causado com a subversão de todos os orçamentos, do sacrifício de entes queridos à causa da civilização. Elas querem votar e sabem porque querem. Uma Associação de Donas de Casa, para defesa de interesses femininos, é um teréré que nada resolve. O que resolve é o voto. Se as mulheres forem unidas e prezarem os seus direitos, os seus votos, nas cabeças de chapa, serão para os candidatos de saias.

Observou ainda que o eleitorado feminino cresceu não apenas sobre si mesmo, mas também em relação ao eleitorado masculino como resultado do “trabalho de sedução” realizado pelos partidos, pela Liga Eleitoral Católica e o alistamento ex-ofício. Assim como todos os brasileiros, as mulheres também deveriam “tirar o melhor proveito” daquele momento político e “apoiar as suas candidatas, que, de resto, são bem poucas, em relação ao peso numérico do eleitorado feminino. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino também se preocupou em motivar não apenas o comparecimento feminino às urnas, mas também o cuidado das eleitoras ao escolher seus representantes.

Em um manifesto endereçado aos partidos, candidatos, cidadãos e “a todos os que militam na vida pública” a federação afirmou que as mulheres “devem usar do voto com perfeita

⁵⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro; Jorge Ferreira. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação**. In: *Locus*, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018, p. 253.

⁵⁸⁹ *A Noite*, 14 de nov. 1945, ed. 12109, p. 11.

noção de responsabilidade” dada a “influência decisiva que este terá no pleito”.⁵⁹⁰ Ao mesmo tempo que aconselhou as eleitoras a priorizar “candidatos sabidamente feministas” e “chapas que incluíam mulheres de valor” que se comprometeram a “promover o verdadeiro progresso e bem estar da mulher”, também comunicou aos candidatos e candidatas que estes “devem ter mente que lhe são devidos os votos que obtiverem das mulheres”. Ou seja, o “trabalho de sedução” mencionado por Magalhães em *A Noite*, feito por partidos políticos e candidatos, deveria ser seguido da realização de um trabalho que fizesse jus às demandas do eleitorado feminino. Por fim, a expectativa da FBPF era de que “os candidatos e candidatas sufragados pelo eleitorado feminino” fossem “verdadeiros liberais” capazes de “contribuir para a obra de reconstrução nacional e a perfeita integração do Brasil” após ter saído “o mundo do sangrento crepúsculo de uma hecatombe sem precedentes na história”.

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial foram mencionados novamente em outro documento enviado aos deputados da Constituinte de 1946 pela federação. Na carta assinada por Bertha Lutz como “orientadora do Movimento Feminino Nacional” e Maria Sabina de Albuquerque, presidente da FBPF à época, a manutenção no texto da nova Constituição do direito ao voto “sem distinção de sexo e estado civil” foi pleiteada sob o argumento de que:

O feminismo é atualmente ponto pacífico, já que a Segunda Guerra Mundial se encarregou de provar exuberantemente àqueles que porventura ainda dela duvidassem, o valor da contribuição feminina na luta pela preservação da humanidade. O que pleiteamos pois é simplesmente a manutenção das nossas emendas, como se achavam na Constituição de 1934, com ligeiras modificações que a experiência nos aconselhou.⁵⁹¹

De acordo com Maria Amélia Ferreira de Almeida, a FBPF se preocupou com o lançamento de candidaturas de mulheres e a “formação” do eleitorado feminino desde a década de 1930, principalmente a partir da realização da 2ª Convenção Feminina, sediada em Salvador em 1934.⁵⁹² Na ocasião, ficou decidido que a federação recomendaria aos partidos políticos nomes de candidatas às Assembleias Constituintes estaduais e apoiaria candidaturas feministas ao legislativo nacional, estadual e municipal.⁵⁹³ O eleitorado feminino, em especial, gerou certa preocupação entre as feministas e uma parcela delas não acreditava que as mulheres estariam

⁵⁹⁰ *Arquivo Nacional*. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_ELE, p. 34.

⁵⁹¹ *Arquivo Nacional*. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0.ADM, COR.A946.19, p. 2.

⁵⁹² ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira. **Feminismo na Bahia (1930-1950)**. 1986. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁵⁹³ Já naquela oportunidade, doze nomes foram escolhidos para ser indicados aos partidos.

aptas para exercer o voto. Localizamos no fundo da FBPF um rascunho intitulado “o compromisso cívico da boa eleitora”:

Firmemente animada pelo propósito de contribuir pelo meu voto consciente para o progresso e a prosperidade do Brasil, prometo: 1) Adquirir conhecimentos seguros sobre as questões públicas, os princípios e as diretrizes dos partidos políticos e qualificações dos candidatos aos cargos políticos; 2) Votar de acordo com a minha consciência, em todas as eleições as quais tenha o direito e o dever de votar; 3) Obedecer a lei, mesmo quando não estiver de pleno acordo com todas as suas feições; 4) Apoiar, por todos os meios legítimos, os princípios que mereçam a minha aprovação; 5) Respeitar as convicções alheias embora divergentes da minha orientação; 6) Colocar sempre os interesses da Pátria acima dos interesses partidários ou individuais; 7) Considerar o direito de cidadania como um sagrado dever.⁵⁹⁴

Logo, a FBPF preocupava-se com a “formação” de um eleitorado feminino consciente e independente – no sentido de que as mulheres votassem de acordo com sua própria consciência, não a de seus parentes homens –, que numeroso, seria capaz de eleger candidatos e candidatas que poderiam representar a causa do “progresso feminino” a nível municipal, estadual e federal. Depois da realização das primeiras eleições após o fim do Estado Novo, a imprensa questionou se o eleitorado feminino, de fato, destinava seus votos às mulheres. Segundo Almeida, o jornal *A Tarde* noticiou “a fragorosa derrota feminina nas eleições para as câmaras estaduais” sob uma “desafiante e debochada manchete” que insinuava que as “as mulheres preferiram votar nos homens”.⁵⁹⁵

No *Jornal do Brasil*, Maria Eugenia Celso teceu críticas à participação feminina nas eleições realizadas em dezembro de 1945.⁵⁹⁶ Até então, nenhuma das “oito a dez” candidatas nos estados brasileiros conseguiu ser eleita, portanto não podiam “os homens temer concorrência, como não podem as mulheres ser taxadas de ambiciosas por haverem concorrido”. A autora reafirmou sua opinião dada recentemente de que a maioria dos votos femininos não foram “plenamente conscientes”, apenas “ressalvando talvez os grupos da elite e as universitárias”. Entre as trabalhadoras, religiosas e a classe das domésticas, “a famosa disciplina partidária e o respeito ao conselho superior fizeram desse voto um mero instrumento de obediência”. Isso se dá porque, ainda restrita à influência familiar ou da educação que recebera, a mulher não pode “organizar-se como força coletiva preponderante” e “não se deve enxergar nisso senão a inexperiência dos primeiros passos”.

⁵⁹⁴ *Arquivo Nacional*. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR RJANRIO Q0.ADM, CPA.ELE.1, p. 30. O documento em questão não foi datado, portanto não sabemos se foi escrito ainda na década de 1930 ou após 1945.

⁵⁹⁵ ALMEIDA, 1986, p. 95.

⁵⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 1 de jan. 1946, ed. 307, p. 4.

Além disso, o "preconceito de que havendo homens em quem votar, é desairoso votar em mulher, não se encontra só entre os homens". Quando as mulheres desenvolverem sua consciência eleitoral, o voto feminino seria "a maior força conservadora e renovadora ao mesmo tempo da vitalidade da nossa democracia, impondo-se não só à opinião pública, mas ainda ao próprio organismo administrativo e político da Nação". A eleição de 2 de dezembro teria mostrado "a inadiável necessidade de se organizar a mulher, senão como partido, ao menos como liga eleitoral autônoma e, principalmente, como escola de educação política". Apesar das diversas críticas de Maria Eugenia Celso publicadas na imprensa carioca em relação ao eleitorado feminino, este foi muito comentando durante as eleições de dezembro de 1945.

No que concerne ao coeficiente eleitoral, o número de eleitoras foi destacado em diversas ocasiões. Em uma matéria sobre os grandes núcleos eleitorais do país, foi destacado que em Salvador “o eleitorado feminino é consideravelmente mais elevado que o masculino”, com 63.481 mulheres contra 54.757 homens.⁵⁹⁷ Já no subúrbio carioca, “onde as donas de casa e domésticas predominam”, 53.776 eleitores se registraram e estimou-se que ao menos metade corresponderia às mulheres.⁵⁹⁸ O *Diário Carioca* reportou que a abstenção feminina no Paraná foi “extremamente fraca” e no Rio Grande Sul cerca de 30% da massa de votantes foi composta por mulheres.⁵⁹⁹ Sob o título de “O maior dos pleitos jamais realizados no Brasil”, o *A Noite* observou “grande afluência de eleitores, de ambos os sexos, tendo se notado que em muitas seções era maior o eleitorado feminino”.⁶⁰⁰

A imprensa carioca também teceu elogios à postura das eleitoras nas zonas eleitorais. Os correspondentes do *Correio da Manhã* enviados para cobrir as eleições no subúrbio carioca, por exemplo, afirmaram que o comparecimento de “grande parcela” do eleitorado feminino” contribuiu “para que os ânimos se mantivessem serenos”.⁶⁰¹ Nos bairros de Engenho Velho e Rio Comprido seções inteiras "eram compostas quase que de eleitorado feminino" e algumas mesas foram chefiadas por professoras e “funcionárias outras”. Os poucos casos de confusão teriam ocorrido “precisamente nas mesas via de regra compostas por elementos do sexo masculino”. Para o correspondente, as mulheres se provaram como mesárias e eleitoras:

Secções houve em que as filas eram compostas exclusivamente de mulheres. Este facto, sim, constituiu uma surpresa. Admitia-se como certa a abstenção forte do eleitorado feminino principalmente nas donas de casa. Foi o contrário o que se viu: as

⁵⁹⁷ *Diário Carioca*, 22 de jul. 1945, ed. 5245, p. 11.

⁵⁹⁸ *A Noite*, 29 de nov. 1945, ed. 12122, p. 12.

⁵⁹⁹ *Diário Carioca*, 4 de dez. 1945, ed. 5354, p. 3.

⁶⁰⁰ *A Noite*, 3 de dez. 1945, ed. 12125, p. 3.

⁶⁰¹ *Correio da Manhã*, 4 de dez. 1945, ed. 15673, p. 3.

mulheres, em número elevado, demonstrando vivo interesse, foram compor as filas da democracia. Tivemos, mesmo, ocasião de votar numa secção em que a lista feminina sobrepujava o número de eleitores masculinos. Ocupamos o nosso lugar na fila e os comentários que ouvimos explicaram até certo ponto o desejo feminino de usar do privilégio de escolher o candidato da preferência. Uma dona de casa nos dizia que entrara na fila e ali se encontrava com prazer havia seguramente duas horas precisamente com o objetivo de acabar com as demais filas que tanto a supliciaram nos últimos tempos. Era um pequeno sacrifício que cumpria para acabar com uma verdadeira tormenta...

Com o retorno dos brasileiros às urnas, as candidaturas femininas e a integração das mulheres ao eleitorado se configuraram como pauta recorrente na imprensa carioca. No que se refere ao *Correio da Lavoura* e a imprensa iguaçuana, com exceção do conclave para alistamento de homens e mulheres a que já nos referimos e da divulgação das seções femininas nas zonas eleitorais do município, não localizamos nenhuma referência à discussão acima no pós-1945. Ao mesmo tempo que o comportamento eleitoral das mulheres foi encarado com apreensão e, no caso de Maria Eugenia Celso, censura à uma suposta falha de mulheres pobres e trabalhadoras no exercício do voto, também localizamos considerações otimistas e elogiosas às eleitoras, inclusive em zonas eleitorais nas quais estas mesmas personagens eram maioria. As eleições municipais de 1947 ocorrem em meio a esse cenário de integração das mulheres ao sistema político e eleitoral brasileiro.

3. 2 As eleições municipais de 1947

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que o município de Nova Iguaçu ocupava uma área expressiva e conformava dentro de si lógicas de ocupação diversas. Enquanto os distritos mais próximos à sede do município foram constituídos a partir da economia citricultura e preservaram seus laços com o passado agrícola da Vila de Iguaçu, os distritos limítrofes ao Rio de Janeiro sofreram um processo mais intenso de urbanização e desenvolveram economia ligada ao setor de serviços e indústria. Durante a década de 1940 o tensionamento entre as dinâmicas divergentes existentes no município, acompanhado da crise da citricultura e da demanda emancipatória surgida em determinados distritos, concorreu para desestabilizar o cenário político em Nova Iguaçu.

A Segunda Guerra Mundial é comumente apontada pela historiografia da Baixada Fluminense como a causa da crise que atingiu a citricultura iguaçuana. Com a produção voltada principalmente para o mercado externo, Sonali Maria de Souza destacou que a interrupção do transporte marítimo durante o conflito impactou diretamente o escoamento da produção⁶⁰².

⁶⁰² SOUZA, 1992.

Segadas Soares também atribuiu a crise à incapacidade de gestão dos citricultores, que não se preocuparam em fortalecer o mercado interno ou em criar infraestrutura própria para exportação.⁶⁰³ A situação da citricultura brasileira foi descrita pela autora como “calamitosa” durante os anos de guerra:

O apodrecimento das frutas nos pés, por falta de transporte, por falta de compradores, pela lentidão, ineficiência e desonestidade do órgão encarregado de proteger a citricultura, deu origem a uma terrível praga – a chamada mosca do Mediterrâneo. O trabalho de limpeza e tratamento dos laranjais foi abandonado, pois os lucros não cobriam as grandes despesas decorrentes não só do aumento geral do preço da mão-de-obra, mas também do altíssimo custo do transporte. Em 1945, por falta de transporte interno, milhares de caixas de laranjas foram enterradas em Nova Iguaçu, embora a safra já fosse bem pequena e o preço na metrópole estivesse acima da bolsa dos menos favorecidos. Muitos laranjais foram derrubados, para servirem de lenha ou serem transformados em carvão para gasogênios.

Na avaliação de Manoel Ricardo Simões, porém, a guerra apenas antecipou uma crise que já era esperada desde o início da implantação da citricultura no município.⁶⁰⁴ Antes mesmo das dificuldades geradas pela guerra, a dependência dos citricultores em relação ao mercado externo e aos subsídios implementados pelo Estado já causava problemas, como as crises de superprodução provocadas por questões cambiais e infraestruturais:

A cada oscilação para baixo dos preços da laranja no mercado externo um número considerável de produtores e exportadores passavam por dificuldades financeiras por não conseguir vender a sua produção ou vendê-la a um preço abaixo dos custos de produção. A cada praga surgida da excessiva concentração de pomares numa área relativamente pequena, mais uma porção de agricultores se via em dificuldades para acompanhar os custos de erradicação das mesmas. E para finalizar, a cada aumento do combustível e/ou dos fretes rodoviários ou ferroviários, mais uma leva de chacreiros via seu lucro se esvaír.⁶⁰⁵

De acordo com Ricardo Luiz de Souza, o constante endividamento dos citricultores impediu que estes possuísem recursos para revitalizar a cadeia produtiva e enviar a produção em boas condições para outros mercados, como a Bacia do Prata.⁶⁰⁶ A proibição da exportação de laranjas ao fim da Segunda Guerra com o objetivo de proteger o mercado interno foi destacada por Soares como o “golpe de misericórdia” para a citricultura iguaçuana.⁶⁰⁷ Isso não quer dizer que os grupos dirigentes do município – especialmente aqueles ligados à sede – desistiram de incentivar a citricultura como atividade primeira do iguaçuano. Como

⁶⁰³ SOARES, 1962, p. 214. De acordo com a autora, em 1939 o município de Nova Iguaçu foi responsável pela produção de 2.111.618 caixas de laranja, das quais 1.320.540 foram encaminhadas ao mercado externo.

⁶⁰⁴ SIMÕES, 2006.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 119.

⁶⁰⁶ SOUZA, 2015, p. 43.

⁶⁰⁷ SOARES, 1962.

mentionado no capítulo anterior, por exemplo, o Dia da Laranja foi criado em 1946 como uma tentativa de valorizar a produção citrícola.

Enquanto a principal atividade econômica do município, valorizada pelo governo estadual, a citricultura se constituiu como uma barreira ao avanço da mancha urbana no território iguaçuano.⁶⁰⁸ Com a crise precipitada pela guerra, a principal solução implementada por citricultores e pequenos produtores foi o loteamento de suas terras como meio de recuperação de investimentos e pagamento de dívidas. Nesse sentido, Segada Soares entende que Nova Iguaçu apostou em novas funções para sobreviver às consequências geradas pela queda da produção citrícola: como centro industrial e residencial.

A esse elemento de renovação se somava a situação de Nova Iguaçu ao lado de uma planície ampla, condição essa que assumiria, também, novo valor diante do crescimento da população do Rio de Janeiro e do aumento do número de indústrias, cuja expansão se acelerou no período da guerra. A metrópole necessitava de terrenos planos, amplos e baratos, dotados de comunicações fáceis para neles instalar suas novas indústrias ou ampliar as antigas. Ao mesmo tempo, ela necessitava de espaço para abrigar a população que para ela afluía, atraída exatamente pela ampliação do seu mercado de trabalho.⁶⁰⁹

Para Maria Lúcia Alexandre, o pós-1945 é marcado por uma Nova Iguaçu “em transe”, dividida pela defesa de modelos de cidade divergentes: o primeiro, pautado pela citricultura; o segundo, atravessado pelo capital imobiliário e pela indústria.⁶¹⁰ Neste caso, a crise teria sido um gatilho de transformações que reconfiguraram a cidade a partir do capital imobiliário e, nas décadas seguintes, através da expansão do setor industrial, do comércio e de serviços. Em concomitância à instabilidade do eixo econômico do município, crescia a insatisfação dos distritos urbanizados em relação à sede e, naquele período, Nova Iguaçu passou pela sua primeira onda emancipatória⁶¹¹.

Luiz Ricardo Simões entende o processo de formação de novas unidades administrativas a partir da fragmentação de um território como o reflexo do desenvolvimento histórico, econômico e político e, “em última instância, uma organização territorial de poder, que define ‘quem’ manda até ‘onde’”.⁶¹² Para o autor, os “surtos” emancipatórios ocorrem, geralmente,

⁶⁰⁸ SOUZA, 1992.

⁶⁰⁹ SOARES, 1962, p. 215.

⁶¹⁰ ALEXANDRE, M. L. B. S. **Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)**. 2021. 204f. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro. Em sua tese, a historiadora chegou à conclusão que nenhuma destas duas visões de cidade se tornaram realidade.

⁶¹¹ Até hoje, o município de Nova Iguaçu passou por duas ondas emancipatórias. A primeira na década de 1940, com Duque de Caxias (1943), Nilópolis (1947) e São João de Meriti (1947). A segunda onda viria apenas na década de 1990, com Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1990).

⁶¹² SIMÕES, 2006, p. 134.

em “momentos democráticos e/ou de rearranjos das relações entre as forças políticas”. Com base em Leandro de Paula Ferreira e Marcleivson Silva, a emancipação dos municípios de Duque de Caxias e Nilópolis foi motivada por razões similares.⁶¹³ Ancorados em uma lógica de ocupação diferente daquela do distrito sede, os grupos dirigentes ali instalados não acreditavam que seus interesses estavam sendo atendidos pela elite política e econômica do primeiro distrito – Nova Iguaçu. Incorporados a uma “lógica de acumulação nitidamente urbana”, Simões acredita que a crescente insatisfação das lideranças ascendentes daqueles distritos em relação à concentração de poder político e econômico na sede intensificou o sentimento separatista já na década de 1930.⁶¹⁴

A historiografia produzida até então acerca das emancipações costuma destacar a ação de associações e de lideranças políticas nos eventos que levaram ao desmembramento do território iguaçuano. Ao analisar o caso de Duque de Caxias, o primeiro distrito a emancipar-se, Marlúcia Santos de Souza parte da formação da União Popular Caxiense e da reforma territorial realizada por Amaral Peixoto durante o Estado Novo.⁶¹⁵ Assim como o já mencionado Bloco Progresso de Nilópolis, a UPC foi criada por médicos, jornalistas e políticos do então distrito para, dentre outros objetivos, “buscar soluções para os problemas locais”.⁶¹⁶ O ressentimento em relação à sede devido a partilha de poder econômico e político no município amparou o discurso desses personagens que, por sua vez, defenderam a emancipação como a resolução do problema. Apesar de seus esforços, porém, a independência de Caxias somente se concretizou a partir do envolvimento de Amaral Peixoto, então interventor do Estado do Rio de Janeiro, responsável por organizar uma comissão para estudar a reforma administrativa fluminense:

O processo de emancipação de Caxias esteve integrado ao projeto de reforma administrativa, com bases no discurso do Estado Novo, onde um dos eixos fundamentais era a consolidação do nacional, que tinha no comunismo e no excesso de regionalismo seus principais empecilhos. A emancipação dos locais mais populares ia de encontro à necessidade de: reorganizar o quadro territorial para melhor controlá-

⁶¹³ FERREIRA, Leandro de Paula. **Próxima parada, Caxias!** 2012. 52f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu; NASCIMENTO, 2021.

⁶¹⁴ SIMÕES, 2006, p. 143.

⁶¹⁵ SOUZA, Marlúcia dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. In: **Revista Pilares da História**, ano 2, n. 3, dezembro de 2003. O município de Duque de Caxias foi criado em 1943, composto pelos distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela. O distrito de São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias em 1947, em concomitância com Nilópolis.

⁶¹⁶ Mencionamos o Bloco Progresso de Nilópolis no capítulo anterior, quando tratamos do crescimento de Nilópolis. A figura de proa do Bloco era Júlio de Abreu Gomes, principal aliado de Stella em seus primeiros anos no distrito nilopolitano.

lo e administrá-lo; cooptar simpatia e apoio popular e articular o seu representante regional, Amaral Peixoto, com os grupos locais.⁶¹⁷

Segundo Silvia R. P. S. de Castro, o controle sobre os municípios foi parte fundamental da estratégia de conquista e manutenção de poder político implementada por Amaral Peixoto no cenário fluminense.⁶¹⁸ Enquanto “estrangeiro”, Peixoto investiu na centralização da administração municipal através da criação de departamentos de fiscalização e da nomeação de interventores capazes de minar a influência dos grupos políticos locais contrários à política amaralista.⁶¹⁹ Embora tenha dispensado maior atenção ao norte fluminense, a Baixada também se configurou como uma importante área de interesse para Peixoto em razão de seu potencial político, econômico e geográfico. O controle sobre a máquina estadual, porém, não impediu que o interventor encontrasse resistência entre lideranças insatisfeitas com a ingerência do amaralismo sobre o território. Entre seus principais opositores esteve o político Tenório Cavalcanti, que se opôs ativamente à ação de Amaral Peixoto sobre o recém emancipado município de Caxias.⁶²⁰ Tenório considerava os interventores amaralistas como “estrangeiros” que possuíam como objetivo o controle do aparato burocrático, a acumulação econômica e prestígio político.⁶²¹

Os mesmos fatores do caso de Caxias são identificados nos estudos realizados até então acerca do processo emancipatório de Nilópolis, em 1947. Os interesses políticos de grupos divergentes acabaram por convergir no apoio à emancipação do então distrito, já que amaralistas, tenoristas e lideranças nilopolitanas, cada qual à sua maneira, buscavam ampliar sua base política. Em sua análise, Marcleivson Nascimento identifica o deputado trabalhista Lucas de Andrade Figueira como o principal representante da elite nilopolitana em ascendência,

⁶¹⁷ SOUZA, 2003, p. 38.

⁶¹⁸ CASTRO, Silvia R. P. S. de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. 1995. 402f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói

⁶¹⁹ Segundo Castro (1992), Ernani do Amaral Peixoto não possuía raízes no estado do Rio de Janeiro, além de possuir pouca experiência política. Sua nomeação não foge ao padrão do sistema de interventorias (mecanismo de controle para enfraquecer as situações estaduais), já que os escolhidos por Vargas geralmente não eram consolidados politicamente nos estados aos quais serviam e detinham “escassa biografia política”. Amaral Peixoto foi casado com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas. Além de ter ocupado a interventoria fluminense entre 1937 e 1945, foi Governador do estado do Rio de Janeiro entre 1951 e 1955; Deputado Federal na década de 1960 e início de 1970 e Senador entre 1971 e 1987. Faleceu em 12 de março de 1989.

⁶²⁰ Tenório Cavalcanti era alagoano e enriqueceu através do exercício de diversas atividades na região, como a administração de fazendas, o investimento em loteamento de terras e por sua atuação no comércio de material de construção, dentre outros. Segundo Ferreira (2012), sua influência no distrito de Caxias e no município de Nova Iguaçu foi consolidada através de seu casamento com Valquíria Lomba, que pertencia à família Telles Bittencourt. Teria sido convidado a entrar na política por Getúlio Moura, sendo eleito vereador do município em 1936. Foi eleito Deputado Estadual para a legislatura de 1947-1951 e exerceu mandato de Deputado Federal entre 1951 e 1964. É conhecido como o Homem da Capa Preta por andar nas ruas vestido com uma capa no estilo Coimbra, acompanhado de sua metralhadora *Lurdinha*.

⁶²¹ SOUZA, 2003, p. 41.

incomodada com a predominância iguaçuana sobre a receita do município, que era alimentada consideravelmente pela arrecadação de Nilópolis – que pouco via retorno.⁶²² Figueira foi eleito Deputado Estadual Constituinte em 1947 graças ao apoio do distrito e encontrou terreno fértil na disputa entre Tenório Cavalcanti e Amaral Peixoto – preocupados em conquistar domínio político sobre um novo município – para angariar apoio à emenda que daria condições à emancipação de Nilópolis.

Enquanto representante dos interesses iguaçuanos, o *Correio da Lavoura* empenhou-se em destacar a proximidade do evento da emancipação de Nilópolis às eleições municipais daquele ano. O CL noticiou que a aprovação da emenda que emancipou o quarto distrito foi comemorada pelos nilopolitanos com “numerosos foguetes” e “muitos já pensavam talvez, mesmo debaixo da foguetada, nos seus candidatos à prefeitura e vereadores”, nos “cargos mais importantes e rendosos”.⁶²³ Lamentando a separação como a de “um filho cheio de energia que se aparta abruptamente da família iguaçuana”, Luiz de Azeredo fez votos para que “não se deixem iludir pelos aventureiros, que só querem se aproveitar à sua custa”. Nos demais artigos publicados em sua coluna, Luiz de Azeredo demonstrou preocupação com o “sério prejuízo” causado pelo desmembramento ao município já que, segundo o colunista, Nova Iguaçu teria perdido parte de sua relevância geográfica ao deixar de ser fronteiro ao Rio de Janeiro; decaiu em número de habitantes e, conseqüentemente, em eleitores; além da queda de arrecadação para a receita municipal.⁶²⁴ Para o jornal, as emancipações sofridas por Nova Iguaçu se trataram apenas de “dividir para governar, criando cargos para quem não os tenha e dando propinas àqueles que colocam o estômago acima do coração”.

Apesar da avaliação negativa feita pelo *Correio da Lavoura*, representante da visão iguaçuana, Nascimento acredita que a emancipação de Nilópolis consolidou a presença do capital privado no novo município e favoreceu a elite local, que passara a gerenciar diretamente os recursos financeiros.⁶²⁵ Mesmo não possuindo extensão territorial expressiva, a densidade populacional do novo município e a arrecadação gerada pelo setor de serviços, comércio e

⁶²² NASCIMENTO, 2021. Lucas de Andrade Figueira foi “dentista prático” do Exército e abriu um consultório em Nilópolis para atender a população gratuitamente. Segundo o autor, Lucas utilizou de práticas clientelísticas para se projetar na política municipal, tendo a sua base política no distrito de Nilópolis. Foi eleito Deputado Estadual em 1945.

⁶²³ *Correio da Lavoura*, 15 de jun. 1947, ed. 1578, p. 1-2.

⁶²⁴ *Correio da Lavoura*, 22 de jun. 1947, ed. 1579, p. 1-2. De acordo com os dados fornecidos pelo CL, o censo de 1940 estipulava que o município de Nova Iguaçu possuía 140 mil habitantes, número que diminuiu para 57 mil após as emancipações de Duque de Caxias e Nilópolis. Em relação ao número de eleitores, “se já beirávamos a casa dos 20 mil, restam-nos hoje uns 15 mil eleitores” após a separação do distrito nilopolitano.

⁶²⁵ NASCIMENTO, 2021.

indústria garantiu sua relevância no jogo político regional. Para Luiz Ricardo Simões, Nilópolis se tornou politicamente independente de Nova Iguaçu durante a segunda metade do século XX.⁶²⁶ Apesar de haver a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a questão, acreditamos que os políticos iguaçuanos não abriram mão de pronto da oportunidade de exercer sua influência sobre o novo município e a escolha de Stella de Queiroz para disputar as eleições daquele ano pode se tratar de um sintoma dessa tentativa.

Ao avaliar a situação política de Nova Iguaçu após as emancipações, Luiz de Azeredo concluiu que a disputa pelo eleitorado iguaçuano se realizaria principalmente entre o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional, devido à cassação do Partido Comunista e à perda de eleitores do PTB, cujo eleitorado era concentrado em Nilópolis:

Hoje, em virtude da cassação do registro do PCB, deixando os seus membros dispersos, e também do enfraquecimento do PTB, que perdeu grande parte de seus adeptos com a autonomia de Nilópolis, estão sozinhos na arena, disputando o direito de dirigir a política neste Município, o PSD e a UDN, que atraem a tenção da maioria do eleitorado, tanto mais quanto são eles que indicam e apoiam os dois candidatos a Prefeito, aquele esperando contar com a ajuda dos comunistas e esta principalmente com a dos trabalhistas.⁶²⁷

Nas eleições realizadas em 19 de janeiro de 1947 para governador, senador e deputados estaduais, de fato, as legendas mais votadas em Nova Iguaçu foram o PSD, com 4.298 votos; a UDN, com 3.653 votos; o PCB, com 3.044 votos; e o PTB, com 2.351 votos.⁶²⁸ Se compararmos com os resultados parciais publicados pelo CL após as eleições de 1946 há um salto no número de votos angariados pelos partidos, especialmente quando olhamos para o PCB.⁶²⁹ Naquela ocasião, o PSD recebeu 2.235 votos; a UDN, 1.031 votos; e o PCB, 662 votos⁶³⁰. De acordo com Maria Lúcia Alexandre, o crescimento do PCB no município não apenas acompanha os dados existentes a nível nacional e estadual, mas “evidencia que os CPD’S implantados na década de 1940 atingiram seus fins junto à população iguaçuana” ao apresentar “soluções para as precariedades dos bairros mais pobres e tornar clara a proposta da sigla”.⁶³¹

⁶²⁶ SIMÕES (2006) destacou a influência da já citada família Abrão David neste processo de afastamento da esfera política iguaçuana.

⁶²⁷ *Correio da Lavoura*, 20 de jul. 1947, ed. 1583, p. 1.

⁶²⁸ *Correio da Lavoura*, 2 de fev. 1947, ed. 1559, p. 2. Mário Guimarães (UDN), José Manhães (PSD) e Lucas de Andrade Figueira (PTB) foram os deputados estaduais mais votados.

⁶²⁹ *Correio da Lavoura*, 9 de dez. 1945, ed. 1499, p. 2.

⁶³⁰ Ao apresentar os resultados parciais reunidos até então, o CL relatou dificuldades de acesso à apuração da Junta Apuradora. Não localizamos nas edições seguintes a apuração final de Nova Iguaçu, apenas de Duque de Caxias. Neste município, o PCB foi a legenda mais votada, com 3.066 votos; seguida do PTB (2.979), PSD (2.789) e UDN (1.514). *Correio da Lavoura*, 16 de dez. 1945, ed. 1500, p. 5.

⁶³¹ ALEXANDRE, 2021, p. 85-86.

Em ambas as eleições, porém, o PSD liderou por ampla margem em relação às demais legendas. O quadro municipal era reflexo do poderio do partido à nível estadual. Segundo Castro, a história da legenda se confunde com a história de Amaral Peixoto que, ao lado de outros interventores do Estado Novo, foi responsável pela criação do partido.⁶³² Nesse sentido, o PSD já nasceu amparado pela máquina política interventora, com o objetivo de manter o poder angariado durante o Estado Novo. No entendimento de Lucia Hippolito, o PSD foi o partido mais importante do período regido pela Constituição de 1946, responsável por “dar o tom” da política brasileira ao se colocar como referência do centro político.⁶³³ Ao mesmo tempo que era o partido das classes médias, era “maciçamente apoiado pelo eleitorado do interior”, caracterizando-se pela manutenção do “ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadores”.⁶³⁴

Enquanto área de interesse, a Baixada Fluminense compreendia em si os dois eixos de ação do PSD: o eleitorado rural e urbano. Aliando-se a Getúlio Moura, principal chefe político iguaçuano, Amaral Peixoto teve por objetivo “desarticular e neutralizar a oposição sediada na Baixada, cujos expoentes máximos eram Mário Guimarães, Gastão Reis e Tenório Cavalcante”.⁶³⁵ Guimarães e Cavalcante eram dois dos principais chefes políticos udenistas de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. De acordo com a análise feita por Maria Victoria Benevides (1981, p. 33), a União Democrática Nacional nasceu como um “movimento da sociedade civil, das camadas médias para cima” que reuniu os grupos insatisfeitos com Getúlio Vargas e alheios à ideia de seu retorno à presidência.⁶³⁶

No caso iguaçuano, Mário Guimarães era o principal opositor do pessedista Getúlio Moura, que chegou a ser interventor do município durante o Estado Novo. Se no âmbito nacional os grupos insatisfeitos com Vargas e a política estadonovista se abrigaram sob a legenda udenista, no caso iguaçuano não foi diferente e os opositores do grupo político situacionista – do qual Moura fez parte – tornaram-se integrantes da UDN naquele novo cenário. Na Nova Iguaçu “em transe”, ambos representavam modelos de cidade divergentes naquele período: Mário Guimarães, ligado à Associação de Comércio e Indústria de Nova

⁶³² CASTRO, 1995.

⁶³³ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

⁶³⁴ HIPPOLITO, 2012, p. 56.

⁶³⁵ CASTRO, 1995, p. 142.

⁶³⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 33

Iguaçu; Getulio Moura, aos citricultores e à recuperação da lavoura⁶³⁷. Com a aproximação das eleições municipais de outubro, o *Correio da Lavoura* comentou o “número elevado de candidatos à vereação” que, em junho, já se movimentavam “por conta própria no círculo de relações de cada um [...] visando aproximações, consultas, acordos e defesas do prestígio que muitos pensam em ter no seio das massas”.⁶³⁸ Em 1945, dois anos antes das eleições, Carmelita e Stella já se movimentavam junto ao partido – embora não seja possível conhecer suas intenções.

O Diretório do PSD de Nova Iguaçu foi organizado em abril de 1945, em uma cerimônia realizada no clube Filhos de Iguaçu.⁶³⁹ Além de Getulio Moura, José dos Campos Manhães e Murilo Costa, o correspondente do CL relatou a presença de duzentas pessoas, entre “representantes de todas as classes produtoras, médicos, advogados, jornalistas, senhoras e senhoritas, todos desejosos de manifestar sua solidariedade” à Moura. A reunião tratou da eleição para os diretórios distritais e para a conformação do Diretório Feminino, composto por oito mulheres, incluindo Carmelita Brasil e sua tia, Albertina Rodrigues⁶⁴⁰. A então futura vereadora é a única mulher mencionada entre os oradores da noite. Apesar da presença das “senhoras e senhoritas”, elas não aparecem na fotografia que acompanha o artigo.

Segundo Castro, não era incomum que Amaral Peixoto recebesse cartas-compromisso e telegramas dos diretórios para reforçar o apreço de seus correligionários e para apoiá-lo em decisões políticas que orientariam o partido nas eleições.⁶⁴¹ Ainda em abril de 1945, o PSD de Nova Iguaçu enviou uma moção outorgando “poderes amplos” à Amaral Peixoto para “promover a coordenação partidária das correntes de opinião do Estado do Rio de Janeiro”:

Por sua conduta desassombrada no combate ao nazi-fascismo e à quinta-coluna, pela posição clara e definida que assumiu, desde o primeiro instante, com o seu histórico discurso de Três Rios, e pelos relevantes e incontestáveis serviços prestados à causa da grandeza, da prosperidade e do bem estar do povo fluminense, o ilustre Sr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto tornou-se o condutor natural das forças políticas ponderáveis do Estado, impondo-se como autêntico “líder” da complementação constitucional que ora se processa. Nestas condições, o presente pronunciamento consubstancia os ideais políticos de que estão animados os subscritores deste documento e, além de constituir expressiva moção de confiança,

⁶³⁷ Enquanto partido situacionista, conhecemos mais sobre a atuação do PSD em Nova Iguaçu em relação aos demais. Estudos sobre a ação da UDN, PCB e PTB na região são necessários.

⁶³⁸ *Correio da Lavoura*, 8 de jun. 1947, ed. 1577, p. 1.

⁶³⁹ *Correio da Lavoura*, 1 de abr. 1945, ed. 1463, p. 1.

⁶⁴⁰ São mencionadas, respectivamente: Carmelita Brasil, Carmen Cabral, Maria de Sousa Arajo, Henriqueta Costa, Azalêa Maldonado, Albertina Rodrigues Trigueiro, Iracema Guimarães e Luiza Chambarelli. A professora Albertina era filha de Augusto José Rodrigues, avô materno de Carmelita.

⁶⁴¹ CASTRO, 1995.

representa a ratificação de uma situação de fato, já reconhecida e aceita, com entusiasmo e júbilo, pela grande maioria dos fluminenses.⁶⁴²

Para além de reconhecer a liderança de Peixoto para definir os rumos do partido, sua estrutura, programa e diretrizes, a moção assinada por 456 signatários também reconheceu o “resoluto apoio” à Getúlio Vargas e à Eurico Gaspar Dutra, garantindo a continuidade “da obra social e administrativa do atual governo da República”. Carmelita Brasil foi uma das 62 signatárias da moção e declarou sua profissão como “oficial administrativa”. As demais declararam-se como professoras, funcionárias municipais, escriturárias de justiça, domésticas, proprietária e comerciária.⁶⁴³ Carmelita tornou-se funcionária do município de Nova Iguaçu em 1936, aos vinte e dois anos de idade.⁶⁴⁴ Se aposentou poucos anos antes de falecer, em 1957. Em sua ficha de assentamento da Prefeitura de Nova Iguaçu, consta diversas solicitações de licença para tratamento de saúde entre 1939 e 1957, chegando a obter aprovação para ausentar-se por três meses.⁶⁴⁵ Apesar de não entrar em detalhes sobre a sua doença no *Relicário*, este é repleto de referências à fragilidade de sua saúde e a frustração que lhe causava.

Enquanto a instalação do Diretório do PSD iguaçuano foi divulgada através de uma notícia detalhada, destacada e acompanhada de uma fotografia dos principais integrantes, a notícia sobre a instalação do Núcleo Feminino do PSD de Nilópolis foi publicada em poucas linhas, no canto inferior da segunda página do caderno do *Correio da Lavoura*.⁶⁴⁶ A nota diz, apenas, que a sessão solene de posse do Núcleo Feminino do PSD nilopolitano fora realizada no dia 15 de julho de 1945, na qual Stella de Queiroz foi escolhida como presidente. Infelizmente, não foi possível localizar mais informações sobre a cerimônia e o envolvimento de Stella. Embora tenham integrado o núcleo feminino pessedista das seções de Nova Iguaçu e Nilópolis, encontramos apenas uma referência de que ambas estiveram juntas em um evento partidário, em 1946. Em uma festa organizada pelo Partido Social Democrático de Nova Iguaçu em homenagem ao “prestigioso político iguaçuano” Getúlio Moura, Carmelita e Stella discursaram em prol do chefe pessedista em um palanque que fora montado em frente à sede do partido.⁶⁴⁷ Além de José dos campos Manhães e Murilo Costa, também discursou Osmar

⁶⁴² FGV/CPDOC. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. PSD/R de 1945.04.00/02.

⁶⁴³ São, ao todo: 37 professoras, 5 oficiais administrativas, 4 funcionárias municipais, 3 escriturárias de justiça, 4 domésticas, 1 proprietária, 1 comerciária, 4 não declararam e 2 são ilegíveis. É possível que exista mais signatárias, visto que alguns nomes não são legíveis ou rubricados.

⁶⁴⁴ ANDRADE, 2021.

⁶⁴⁵ Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. Ficha de assentamento individual do funcionário. Carmelita Brasil Monteiro.

⁶⁴⁶ *Correio da Lavoura*, 22 de jul. 1945, ed. 1479, p. 2.

⁶⁴⁷ *Correio da Lavoura*, 10 de fev. 1946, ed. 1508, p. 2.

Serpa de Carvalho, que seria eleito como colega de legislatura de Stella, em Nilópolis. Novamente, não há mais detalhes além dos nomes daqueles que discursaram.

Os meses que antecederam as eleições municipais de setembro de 1947 também são marcados pela presença de Carmelita e Stella em eventos partidários. Em julho daquele ano, o *Correio da Lavoura* noticiou a realização da convenção do PSD-NI para tornar público os nomes dos candidatos à prefeito e vereadores.⁶⁴⁸ Apesar de não abordar a lista de candidatos, o jornal destacou os nomes dos oradores que participaram do comício, realizado em uma praça pública da cidade. Carmelita Brasil foi a única oradora mencionada, ao lado de Getúlio Moura, Sebastião Herculano de Matos – candidato à prefeitura –, José dos Campos Manhães, Murilo Costa e Paulo Machado. Este último também foi eleito vereador naquele ano e foi designado como líder da bancada pessedista da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. No mês seguinte, Carmelita também discursou em um comício do partido que foi realizado no bairro da Posse, em Nova Iguaçu.⁶⁴⁹ Na mesma edição, o jornal pessedista *O Povo* também publicou sobre a instalação do Diretório do PSD de Nilópolis, do qual Stella fez parte como primeira secretária. Para o jornal, a reestruturação do Diretório representou “a força máxima do pessedismo nilopolitano”. Os novos integrantes da Mesa do Diretório foram fotografados:

Imagem 17: Diretório do PSD de Nilópolis – 1947



Fonte: *O Povo*, 24 de ago. de 1947, ed. 6, p. 1⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ *Correio da Lavoura*, 20 de jul. 1947, ed. 1853, p. 2.

⁶⁴⁹ *O Povo*, 24 de ago. de 1947, ed. 6, p. 3.

⁶⁵⁰ Estão na fotografia: Benedito de Oliveira, presidente; Otávio Pamplona Côrtes, vice-presidente; Stella de Queiroz Pinheiro, primeira secretária; Eduardo da Silva Júnior, segundo secretário; Josué Santos Lima, tesoureiro.

Em setembro, Stella foi designada como delegada do diretório de Nilópolis para realizar o registro dos candidatos pessedistas.⁶⁵¹ Além do candidato à prefeitura do recém criado município, Stella registrou treze candidatos à Câmara Municipal. Entre eles, apenas uma mulher: Maria Amélia Rangel, de 22 anos, que declarou ser casada e exercer a profissão de aeroviária. Stella e Josué Gonçalves eram os únicos que trabalhavam com educação, enquanto os demais declararam ser funcionários públicos, operários e trabalhadores do comércio. Não encontramos documento semelhante sobre os candidatos de Nova Iguaçu pelo partido.

As eleições transcorreram no dia 28 de setembro de 1947 e o *Correio da Lavoura* reforçou a importância do voto como um direito e dever do cidadão, pois seria através de seu exercício “que se faz prevalecer a vontade popular, elevando aos mais altos postos na política e na administração da coisa pública os mais democratas, os mais queridos, os mais dignos e capazes”.⁶⁵² O CL estimou que seis mil nilopolitanos iriam às urnas naquele ano, contra mais de vinte mil iguaçuanos.⁶⁵³ Como consequência da emancipação de Nilópolis poucos meses antes do pleito, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu perdeu duas das dezenove cadeiras anteriormente esperadas, sendo eleitos dezessete vereadores.⁶⁵⁴ Apesar do eleitorado iguaçuano ter eleito o candidato udenista Arruda Negreiros novamente para o cargo de prefeito, a maioria das cadeiras da Câmara foi conquistada pelo PSD.⁶⁵⁵ Dos dezessete vereadores eleitos, dez eram pessedistas; seis, udenistas; e um representante trabalhista⁶⁵⁶. Carmelita Brasil foi a décima primeira candidata mais votada, totalizando 356 votos. José Haddad (PSD) foi o vereador mais votado, com 799 votos, seguido de Luiz Guimarães (UDN) – irmão do chefe udenista Mário Guimarães –, com 781 votos.

⁶⁵¹ FGV/CPDOC. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. PSD/R de 1947.09.05/7.

⁶⁵² *Correio da Lavoura*, 7 de set. 1947, ed. 1590, p. 1.

⁶⁵³ *Correio da Lavoura*, 24 de ago. 1947, ed. 1588, p. 2.

⁶⁵⁴ *Correio da Lavoura*, 22 de jun. 1947, ed. 1579, p. 1-2.

⁶⁵⁵ *Correio da Lavoura*, 12 de out. 1947, ed. 1595, p. 1.

⁶⁵⁶ São eles, respectivamente: José Haddad (PSD), Luiz Guimarães (UDN), Humberto Gentil Baroni (UDN), Paulo Machado (PSD), Juvenal Pereira dos Santos (PSD), Ari Schiavo (PSD), Sebastião dos Reis (PSD), Jesus de Castro Vieira (UDN), Manoel Almeida (UDN), Manoel Passos (PSD), Carmelita Brasil (PSD), Antonio Gotelip (PSD), Antonio dos Santos (UDN), Otávio José Soares (PTB), Alcebiades Melo (PSD) e Dionísio Bassi (PSD).

Imagem 18: Diploma de vereadora eleita de Carmelita Brasil – 1947



Fonte: Arquivo Ney Alberto

A apuração da eleição municipal de Nilópolis revelou uma dinâmica partidária diferente. Enquanto em Nova Iguaçu a força do PSD causou surpresa ao articulista do *Correio da Lavoura* com a vitória do candidato udenista à prefeitura, no caso nilopolitano o melhor desempenho foi conquistado pela UDN e pelo PTB.⁶⁵⁷ Das treze cadeiras disponíveis, os candidatos udenistas arremataram seis; os pessedistas, quatro; e os trabalhistas, três.⁶⁵⁸ Apesar de se tratar de um número tímido, o PTB iguaçuano elegeu apenas um representante. A UDN também conquistou a prefeitura de Nilópolis com João de Moraes Cardoso Junior, que contou com o apoio do líder trabalhista Lucas Figueira, um dos principais agentes da emancipação do novo município.⁶⁵⁹ Além disso, enquanto permaneceu como o partido mais votado em Nova Iguaçu, em Nilópolis o PSD perdeu o posto para a UDN. Diferentemente de Carmelita, que foi a primeira vereadora eleita por Nova Iguaçu, os nilopolitanos elegeram duas mulheres: Stella e Maria Magdalena Gonçalves.⁶⁶⁰ Stella de Queiroz foi a décima primeira vereadora mais votada, com 173 votos. Já Maria Magdalena foi a sétima vereadora mais votada, com 194 votos, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

⁶⁵⁷ ANDRADE, 2021.

⁶⁵⁸ São eles, respectivamente: Fausto Cardoso (UDN), Osmar Serpa de Carvalho (UDN), Wenceslau dos Santos (UDN), Eduardo Silva Júnior (PSD), Luiz Nascimento (UDN), Wilson Borges Pereira (UDN), Maria Madalena Gonçalves (PTB), Francisco Alves Pimenta (PSD), Alfredo de Almeida Alentejano (PTB), Egídio Mendonça Thurler (PTB), Stella de Queiros pinheiro (PSD), Melquiades Calazans (PSD) e Joaquim de Almeida Flores (UDN).

⁶⁵⁹ NASCIMENTO, 2021, p. 43.

⁶⁶⁰ Não encontramos informações sobre Maria Magdalena.

Com base na relação de candidatos eleitos para os cargos de prefeitos e vereadores do estado do Rio de Janeiro, onze mulheres foram eleitas para a Câmara Municipal de onze cidades por quatro siglas diferentes: PTB, UDN, PSD e Partido Libertador.⁶⁶¹ Foi possível identificar a profissão de quatro mulheres, além de Carmelita e Stella: três professoras e uma funcionária pública.⁶⁶² Logo, se olharmos para Carmelita e Stella, para as signatárias da moção de apoio do PSD e para as candidatas eleitas em 1947 nos municípios fluminenses, salta aos olhos as profissões de professora e funcionárias públicas. A singela amostra aqui evidenciada parece reforçar o papel da educação e da independência financeira no envolvimento feminino na atividade partidária.⁶⁶³

As eleições municipais de 1947 evidenciaram a divisão de interesses existentes no antigo território iguaçuano, apartado pelas emancipações de Duque de Caxias e Nilópolis durante aquela década. Com o fim do Estado Novo e a nova dinâmica partidária, a Baixada Fluminense se configurou como terreno fértil na disputa entre os partidos para conquistar o eleitorado e consolidar poder e influência sobre a região. Com a proximidade do Distrito Federal, o crescimento populacional e as diversas possibilidades de expansão econômica, Nova Iguaçu e seus distritos recém emancipados tornaram-se terreno fértil para a disputa entre os partidos formados ao fim do Estado Novo, em busca de eleitorado, poder e influência.

O retorno democrático colocou o eleitorado feminino em evidência e, consequentemente, a discussão sobre o comportamento político deste grupo ainda desconhecido no jogo eleitoral do país. Ao tratar da incorporação das mulheres da dinâmica partidária dos países do Cone Sul, Asunción Lavrin compreende a criação de seções femininas por partidos políticos durante a primeira metade do século como resultado da percepção deste grupo como um novo elemento que deveria ser considerado politicamente.⁶⁶⁴ Entre mulheres conservadoras e de esquerda não era incomum a inclinação ao desenvolvimento de uma agenda feminina dentro de um partido político já estabelecido. Lavrin salienta, porém, que a relação entre os

⁶⁶¹ Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Relação dos prefeitos e vereadores eleitos no estado do Rio de Janeiro em 1947.

⁶⁶² Foram eleitas naquele ano, com exceção de Carmelita, Stella e Maria Magdalena: Alcídia Nunes de Souza (PSD), professora, Trajano de Moraes; Dalila Fernandes (UDN), Itaguaí; Edith Castex Olivier (Partido Libertador), Niterói; Graciema Silveira Cotrim (PSD-UDN), professora, Resende; Maria Aparecida Moreira (PSD), Barra do Piraí, professora; Maria Nolasco Tostes (PSD), Miracema; Maria Peres Pimenta (PSD), funcionária pública, Sumidouro; Margarida de Andrade Leal (PSD), Itaboraí.

⁶⁶³ Até onde é possível saber, não há ainda um levantamento aprofundado sobre as mulheres eleitas naquele período que trate de informações básicas como idade e profissão.

⁶⁶⁴ LAVRIN, 1995.

partidos conservadores e “mulheres tradicionalistas” era costumeiramente mais afinada – não atoa as mulheres conservadoras foram as primeiras a ser eleitas para cargos municipais.⁶⁶⁵

Dessa forma, conjecturamos que Carmelita Brasil e Stella de Queiroz se apresentaram como elementos interessantes para um partido que, embora tenha nascido com a máquina política em mãos, estava em disputa acirrada na Baixada Fluminense. Olhando para as eleições de 1947, o domínio partidário na região não parecia estar estabelecido. Enquanto em Nova Iguaçu o Partido Social Democrático liderou no coeficiente de votos por legenda, em Nilópolis a União Democrática Nacional foi o partido votado e em Duque de Caxias, o Partido Trabalhista Brasileiro. Nesse sentido, era importante escolher candidatos com chances reais de eleição, principalmente no que diz respeito às Câmaras Municipais.

Segundo Luiz Ricardo Simões, as emancipações apenas acirraram a disputa pela influência política na Baixada entre Getúlio Moura e Tenório Cavalcante que, a partir de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, buscaram influenciar o destino de Nilópolis e São João de Meriti através do apoio a determinados políticos locais e da “exportação” de aliados “para concorrerem a cargos no legislativo e executivo”.⁶⁶⁶ Apesar de Stella ter sido radicada no distrito de Nilópolis desde que chegou ao município, vimos que o destaque positivo que obteve através do exercício de sua profissão contribuiu não apenas para sua aproximação de figuras nilopolitanas influentes – como Júlio de Abreu Gomes –, como dos grupos dirigentes da sede – representados por Getúlio Moura. Além de chefe do PSD de Nova Iguaçu, este último era um dos homens de confiança de Amaral Peixoto na Baixada Fluminense e influía diretamente nos caminhos do partido nos municípios da região.⁶⁶⁷ Portanto, é possível levantar a hipótese de que um dos motivos que levaram à escolha de Stella como candidata tenha sido justamente parte do esforço do núcleo iguaçuano para manter sua influência sobre o município recém emancipado.

Com base no repertório de fontes de que nos dispomos, não é possível saber se de fato as mulheres aqui observadas empenharam-se por si próprias para que fossem consideradas para registro de candidatura ou se foram apenas escolhidas pelo partido. Afinal, ambas participaram ativamente da atividade das seções iguaçuana e nilopolitana do PSD desde 1945, dois anos antes do pleito. Como discutido no capítulo anterior, Carmelita e Stella eram conhecidas no cenário social do município a partir do desempenho de atividades que as colocaram em contato com políticos e personagens influentes da região. Se o bom pessedista é “acima de tudo, aquele

⁶⁶⁵ Ibidem, p. 305.

⁶⁶⁶ SIMÕES, 2006, p. 149.

⁶⁶⁷ CASTRO, 1995.

que tem votos”, é possível conjecturar que ambas poderiam barganhar não apenas o voto do eleitorado feminino, mas também por serem figuras conhecidas na região: Carmelita, pelo seu envolvimento no Esporte Clube Iguaçu e pela possível representação entre os funcionários públicos de Nova Iguaçu, classe da qual fazia parte já há 11 anos àquela altura; Stella, por sua atuação destacada na área educacional por duas décadas.⁶⁶⁸

3.3 Carmelita Brasil vai à tribuna

Na sessão extraordinária realizada em junho de 1948, o vereador trabalhista Otávio José Soares denunciou o comportamento abusivo do então Chefe das Oficinas e Garagens da Prefeitura de Nova Iguaçu, acusado de perseguir funcionários “que não lhe são simpáticos”. Ao comentar a situação, a vereadora Carmelita Brasil afirmou que o indivíduo em questão obtinha “satisfação” ao perseguir e humilhar os trabalhadores. Durante sua fala, ocorreram diversos apartes de vereadores udenistas e pessedistas e, embora a ata legislativa não esclareça os motivos da confusão, registrou que Carmelita interpelou os colegas dizendo que o direito de fala não era privilégio apenas de um único vereador. Incomodado, o líder da bancada udenista Luís Guimarães logo lhe respondeu:

O vereador Luiz Guimarães declarou: V. Excia disse que não há privilegiados aqui? V. Excia é uma privilegiada. Por quê? perguntou a vereadora Carmelita Brasil. Respondeu o vereador Luiz Guimarães: Porque V. Excia é a única representante do sexo feminino aqui. A vereadora Carmelita respondeu: Isto é um caso todo especial. As mulheres, preciso declarar, já exercem acentuada influencia na vida pública do país, conhece os seus problemas, etc.; O Sr. Vereador Luiz Guimarães: V. Excia. Srta. Vereadora, está fazendo brilhante plataforma para ocupar futuros cargos. A representante Carmelita Brasil respondeu: Perfeitamente. Estou de inteiro acordo pois que as suas palavras são palavras de um adversário que recebo sem abalos.⁶⁶⁹

A situação descrita acima pode ser utilizada para ilustrar os anos de legislatura de Carmelita Brasil. Primeira mulher a ser eleita para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Carmelita não falou sobre questões de gênero na tribuna, mas era constantemente lembrada por seus colegas de sua “condição especial”. Nas atas legislativas, nossa principal fonte para conhecermos os assuntos discutidos na Câmara, pouco se registrou suas falas. Enquanto a atuação de seus colegas de legislatura era transcritos em ata detalhadamente ou na íntegra, o mesmo raramente era feito por Carmelita. É comum encontrarmos apenas expressões que indicam que “a senhorita vereadora Carmelita Brasil teceu considerações sobre o assunto”.

⁶⁶⁸ HIPOLITO, 2012, p. 50.

⁶⁶⁹ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 07 de junho de 1948. Livro 5, 76f-83f.

A situação descrita acima é um dos momentos em que a “condição especial” de Carmelita como a única mulher camarista foi claramente exposta por seus colegas. Ao ser interrompida pelo udenista Jesus de Castro Vieira e os demais, Carmelita disputou a oportunidade de fala com os vereadores – concorrência que o líder da bancada da UDN percebeu como desleal, de certa maneira. Afinal, sendo ela mulher, era preciso seguir as expectativas de gênero: o educado e cavalheiresco a se fazer era lhe priorizar a palavra. Após ouvi-la defender sua presença na Câmara e seu direito de fala não como um privilégio do seu gênero, mas porque as mulheres também conhecem os problemas do país, Luiz Guimarães afirmou que ela estava apenas preocupada em fazer “plataforma política”, ou seja, angariar apoio entre o eleitorado feminino. Ela não recuou e parece devolver: não estão ali todos?

Carmelita era assídua e ativa nas reuniões através da apresentação de requerimentos ou comentando as propostas e debates trazidos pelos colegas à tribuna. Entre os dias 18 de outubro de 1947 e 6 de julho de 1948 foram realizadas noventa e duas sessões na Câmara de Nova Iguaçu, entre ordinárias e extraordinárias. Destas, a presença de Carmelita foi registrada em oitenta e quatro sessões, contabilizando apenas oito faltas. Entretanto, em dezessete reuniões em que a vereadora esteve presente não consta em ata qualquer ação ou fala de sua autoria. Infelizmente, não há como saber se a ausência de atuação de Carmelita naquelas reuniões corresponde de fato ao que foi transcrito naquele dia, visto que não são raras as reclamações dos camaristas em relação à qualidade das transcrições. Ainda nas primeiras sessões, após o momento de leitura da ata da reunião anterior e a apresentação de retificação por parte de “alguns vereadores”, Dionísio Bassi solicitou que o documento fosse redigido com maior atenção dado os erros verificados anteriormente.⁶⁷⁰

A vereadora não se absteve de criticar a condução dos trabalhos ou solicitar que fosse transcrito em ata determinadas falas e discursos. Curiosamente, embora conste que ela proferiu comentários sobre os trabalhos, sabemos apenas que se trataram de críticas quando um dos vereadores a rebateu. É o que aconteceu em novembro de 1947, quando a vereadora “pediu a palavra e falou sobre o expediente da secretaria desta Casa, tecendo longas considerações sobre o assunto”, ao que o primeiro secretário teria ido à plenário para “rebatê-las acusações dirigidas ao funcionário desta Casa”.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 30 de outubro de 1947. Livro 4, 9v-12f.

⁶⁷¹ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 24 de novembro de 1947. Livro 4, 50f-52v.

Em outra ocasião, durante uma discussão entre os vereadores sobre a validade do debate de matérias não dispostas no edital de convocação de sessões extraordinárias e sua tramitação nas Comissões Especiais, Carmelita acusou o presidente da Mesa Diretora, o udenista Humberto Baroni, de agir com “dois pesos e duas medidas”.⁶⁷² Com exceção desta frase, sua fala completa não foi transcrita. Não deve ter sido favorável, visto que provocou a reação de opositores e aliados. Tanto o líder da bancada pessedista, Paulo Machado, quanto o líder udenista Mário Guimarães deixaram claro sua discordância com a crítica de Carmelita ao presidente da Mesa. Enquanto Bassi, seu companheiro de bancada, classificou as palavras de sua colega como “intempestivas”, o presidente Humberto Baroni deu por encerrado o “incidente provocado” por ela. Antonio Gotelip, também pessedista, disse que “o decepcionaram as palavras proferidas pela nobre colega” e que Baroni merecia confiança porque era democrata e “não político”.

Nada comedida em suas observações e provocações, em diversas ocasiões descritas nas atas legislativas é possível perceber que o comportamento da vereadora não era bem recebido pelos colegas, não sendo incomum a alusão ao seu estado emocional, inteligência e decoro. Nas páginas do *Correio da Lavoura* o cenário não era diferente. À época, o jornal publicava duas colunas sobre os trabalhos da Câmara iguaçuana: a primeira, *Notícias da Câmara Municipal*, se tratava de uma simples descrição do que ocorria nas sessões, porém por muitas vezes mais detalhadas do que as próprias atas legislativas. Já a coluna *Cheguei, ouvi e anotei...* era escrita pelo jornalista Luiz de Azeredo, responsável por acompanhar as sessões no plenário e relatar, de maneira mais informal, suas observações sobre a dinâmica e os debates que ocorriam entre os vereadores. Nesta última, Carmelita é descrita quase como um personagem meio perdido e teimoso, que vivia sempre “às turras” com os demais vereadores, orientada pelo “fervor” do “sexo frágil”. Embora nem sempre explicitado como ocorrera na situação que abriu esta seção, o preconceito de gênero permeou toda a trajetória da vereadora na Câmara, mesmo que a própria vereadora tenha evitado discutir qualquer assunto relacionado à temida “questão feminina”.

3.3.1 A relação com o partido

Carmelita Brasil começou sua legislatura com o pé esquerdo, colocada sob suspeição de traição ao partido já na sessão de instalação da Câmara. Enquanto partido majoritário, com dez dos dezessete vereadores daquela legislatura, esperava-se que o Partido Social Democrático

⁶⁷² *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 12 de dezembro de 1947. Livro 4, 94f-95v.

assumisse o controle da Mesa Executiva da Casa. Duas chapas concorreram. A primeira, formada por Humberto Baroni (UDN), como presidente; Antonio Gotelip (PSD), vice-presidente; Otávio José Soares (PTB), primeiro secretário; e Manoel de Almeida (UDN), segundo secretário. A segunda chapa foi composta exclusivamente por pessedistas, com Paulo Machado na presidência; Carmelita Brasil como vice-presidente; Dionisio Bassi, primeiro secretário; e Alcebiades Soares de Mello, segundo secretário.

Após a apuração dos votos, porém, constatou-se que a chapa vencedora fora aquela encabeçada pelo udenista Humberto Baroni, por nove votos a oito. Prontamente, o culpado foi apontado: o comunista Antonio Gotelip, que teria desobedecido a orientação partidária ao aceitar concorrer como vice-presidente da chapa opositora.⁶⁷³ Acusado de traidor por Machado, líder de sua bancada, Gotelip prontamente renunciou ao cargo ao qual fora eleito. O vereador Manoel José dos Passos denunciou a existência de traidores “no seio de seu partido”, enquanto Carmelita teceu “considerações sobre as eleições para presidir os trabalhos na Câmara”. Os dois vereadores comunistas Antonio Gotelip e Dionisio Bassi, eleitos pela legenda do PSD após a cassação do Partido Comunista, foram apontados como os traidores por excelência.⁶⁷⁴

O “desfecho imprevisto” ganhou a primeira página do *Correio da Lavoura* através da coluna escrita por Luiz de Azeredo.⁶⁷⁵ O jornalista destacou a disputa entre UDN e PSD a nível municipal e o fato de que ambos os partidos conseguiram resultados positivos nas eleições de setembro: o primeiro, ao eleger o chefe do Executivo; o segundo, por conseguir fazer frente à precedência udenista por ter conquistado a maioria das cadeiras da Câmara. Azeredo comentou, porém, que no que se refere a política “as coisas tomam, às vezes, os rumos mais inesperados, impulsionadas pelas circunstâncias do momento” ou pela “habilidade, tato e sutileza” daqueles que conseguem tirar “todo o proveito para o seu lado das indecisões, fraquezas e falhas” dos adversários. A surpresa que se passou na Câmara teria sido pauta “para diversos comentários em todos os pontos da cidade”:

Tinha o partido majoritário fechado a questão. A Mesa seria formada somente com os seus vereadores, colocando-se à margem os da união minoritária. Consoante afirmação posterior do seu líder, toda a bancada do PSD assumira o compromisso, até a meia noite da véspera, de votar em sua chapa eleitoral previamente organizada. Pois bem [...] Dois vereadores pessedistas, surpreendendo e desconcertando toda a sua bancada e demais correligionários, sufragaram a chapa eleitoral que os udenistas apresentaram.

⁶⁷³ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 18 de outubro de 1947. Livro 4, p. 1f-3v.

⁶⁷⁴ ALEXANDRE, 2021, p. 89.

⁶⁷⁵ *Correio da Lavoura*, 26 de out. 1947, ed. 1597, p. 1.

Segundo Luiz de Azeredo, Paulo Machado “investiu impiedosamente” contra os dois Silvério dos Reis”, chamando-os de “imorais e traidores”, por terem ignorado os compromissos partidários. Na leitura dos udenistas, “foram dois votos de consciência e acabou-se”. Os pessedistas permaneceram “furiosos e querem punir os rebeldes”. A próxima sessão da Câmara ocorreu quase dez dias depois da instalação da Câmara, no dia 27 de outubro. Durante os primeiros encontros, as atas eram transcritas muito sucintamente e, embora indique que os camaristas comentaram sobre o evento que se passou, não há detalhes.⁶⁷⁶ Novamente, os pormenores do desentendimento em torno da eleição da primeira Mesa Executiva foram publicados e discutidos no *Correio da Lavoura*.

É graças à “ata não oficial” publicada pelo CL que sabemos que a segunda sessão da CMNI foi acompanhada pelos vereadores nilopolitanos Alfredo Alentejano (PTB), Stella de Queiroz (PSD), Eduardo Silva Junior (PSD), Egidio Thurler (PTB), Wenceslau dos Santos (UDN) e Melquiades Calazans (UDN). Após a entrega da renúncia por parte de Antonio Gotelip, nova eleição para o posto de vice-presidente foi realizada e o udenista Manoel Afonso de Oliveira foi eleito com nove votos contra oito de José Haddad, do PSD. Novamente, a bancada pessedista perdeu por dois votos. De acordo com o jornalista Luiz de Azeredo, logo no início daquela sessão veio à tona o nome dos dois “traidores”: Juvenal dos Santos e Carmelita Brasil.⁶⁷⁷ O primeiro não alegou arrependimento e sentou-se junto aos colegas udenistas, enquanto a vereadora seguiu com seus correligionários. Para Azeredo, “aquele confirmava a sua resolução: ainda era traidor; esta voltava a hipotecar solidariedade a seu chefe: não era mais traidora”. Durante a ordem do dia, a “única representante do sexo frágil na Câmara” discorreu sobre o ocorrido e abordou “fatos graves que se teriam passado em sua casa”, pois “fora coagida a votar contra o seu partido, não era traidora e hipotecava mais uma vez solidariedade a seu chefe”. Em resposta à acusação feita por Carmelita, o líder da bancada udenista Luis Guimarães solicitou que fosse transcrito em ata a seguinte declaração:

A União Democrática Nacional, em face da declaração feita pela vereadora Carmelita Brasil Monteiro, de que sofrera coação para exercitar como exercitou o direito de voto na sessão de instalação da Câmara requer seja consignado em ata que é inteiramente estranha aos fatos relatados, não tendo deles participado por qualquer forma, e mais, que considera inaceitável essa versão, com a qual se procurou ocultar os verdadeiros motivos que teriam ditado a sua atitude.⁶⁷⁸

⁶⁷⁶ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 27 de outubro de 1947. Livro 4, p. 3v-7v.

⁶⁷⁷ *Correio da Lavoura*, 2 de nov. 1947, ed. 1598, p. 1.

⁶⁷⁸ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 30 de outubro de 1947. Livro 4, p. 9v-12f.

Após apartes “irônicos e violentos”, Juvenal afirmou que não recuaria de sua decisão de afastar-se do PSD, ao contrário de Carmelita, que “teria receado a ‘onda’ e recuado”. Os vereadores comunistas, acusados “sem mais nem menos” saíram ao largo da escaramuça, na visão de Azeredo:

Ninguém quer nada com os comunistas, que se saíram bem da embrulhada em que foram sem querer envolvidos. Claros e firmes em sua defesa, repeliram as acusações injustas de que fossem eles os traidores. Uns acreditaram logo em sua sinceridade, os homens de consciência, como falou o vereador Machado, mas outros os acusaram sem mais nem menos, como o vereador Passos, que se apressou em corrigir o erro cometido.⁶⁷⁹

Esta fissura inicial entre os representantes comunistas e os demais vereadores pessedistas se mostraria irreparável ao longo das sessões. Dionisio Bassi e Antonio Gotelip não tardariam a reconhecer a si mesmos como a “bancada comunista”, ora apoiando udenistas, ora pessedistas e leais apenas a si próprios. A primeira declaração de voto feita pela bancada comunista foi realizada ainda em dezembro de 1947.⁶⁸⁰

O constrangimento sofrido pelo partido seguiu sendo comentado nas páginas do *Correio da Lavoura* e, ao que parece, no jornal pessedista *O Povo*.⁶⁸¹ Editado em Nova Iguaçu e dirigido por Gilberto Alves e Deoclécio Machado Filho, a primeira edição de *O Povo* foi publicada em julho de 1947, poucos meses antes da eleição municipal. Tratava-se “de uma folha político-partidária por excelência, de apoio ao PSD”.⁶⁸² Em sua coluna, Luiz de Azeredo comentou que Carmelita Brasil se incomodou com a abordagem do jornal pessedista sobre a questão que, por sua vez, teria divulgado a expulsão da vereadora do partido:

Segunda-feira a vereadora Brasil não escondia a sua indignação com o diretor do semanário pessedista e por isso não se levantou para fazer discurso. É que no trajeto de sua casa até a Câmara, fora interpelado por várias pessoas, que desejam saber se ela tinha sido mesmo expulsa do partido como estava escrito. Era uma mentira. – *Foi ele quem esse sanduíche de minhas declarações*, dizia, exibindo o periódico. *Mas vou tomar providências...* Tome mesmo e olho vivo, senão... (grifos meus)

Apesar dos eventos que cercaram a primeira eleição para a Mesa Executiva da Câmara, Carmelita não deixou de estar presente em outras chapas compostas pelo partido, nem de ser eleita como integrante das Comissões Permanentes e Especiais. À exemplo do que transpareceu na primeira eleição, na qual Paulo Machado declarou que o acordo havia sido realizado na noite anterior à sessão de instalação, acreditamos que a escolha dos representantes do partido para

⁶⁷⁹ *Correio da Lavoura*, 2 de nov. 1947, ed. 1598, p. 1.

⁶⁸⁰ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 29 de dezembro de 1947. Livro 4, p. 86v.

⁶⁸¹ *Correio da Lavoura*, 9 de nov. 1947, ed. 1599, p. 2.

⁶⁸² *Correio da Lavoura*, 20 de jul. 1947, ed. 1583, p. 5.

compor as Comissões e as chapas para concorrer à Mesa eram decididas em reuniões privadas e, portanto, longe de ser registradas pelas fontes aqui empregadas. Entretanto, a aparição sucessiva do nome de Carmelita nessa dinâmica legislativa implica, ao menos, que o erro cometido por ela e seu comportamento na Câmara não se conformaram como um impedimento de fato para sua atuação plena como integrante do partido.

Ao longo de toda a legislatura, a vereadora compôs chapa em todas as eleições realizadas para a Mesa Executiva da Câmara. Em 1947, 1948 e 1949, como vice-presidente; e em 1950, como segunda secretária. Quando concorreu à vice-presidência, recebeu oito votos em todas as ocasiões, mas perdera; enquanto segunda secretária, foi eleita com nove votos. Com exceção do ano legislativo de 1948, Carmelita integrou ao menos uma Comissão Permanente. Em 1947 e 1950 integrou apenas a Comissão de Finanças e Orçamento, mas em 1949 fez parte da CFO e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Sua eleição para compor as Comissões Permanentes, porém, não significou integração de fato: constantemente, a vereadora criticou o andamento dos trabalhos e a dificuldade em receber as matérias sob sua competência para dar parecer.

Em novembro de 1947, Carmelita aproveitou o ensejo da crítica feita pelo udenista Luis Guimarães à morosidade dos trabalhos da Casa para dizer que “como membro da Comissão de Finanças e Orçamento tinha a esclarecer que até hoje” uma das mensagens sobre o orçamento municipal “não tinha chegado às suas mãos, motivo pelo qual não tinha dado o seu parecer”.⁶⁸³ Por fim, declarou sua solidariedade à crítica feita por Guimarães, que ela própria “já tivera a ocasião de se manifestar”. A questão ressurgiu novamente no mês seguinte e, além de apontar a retenção de matérias por parte de Dionisio Bassi, Carmelita pediu cooperação por parte dos colegas:

Em seguida a senhorita vereadora Carmelita Brasil Monteiro disse que como membro da Comissão de Finanças e Orçamento não tinha nenhuma matéria para dar parecer, uma vez que o Presidente da mesma, recebe as matérias e designa ele mesmo para dar parecer, principalmente, quando se trata de mensagens do Senhor Prefeito Municipal e terminou fazendo um apelo para que todos os seus colegas cooperem com ela no sentido de trabalharem para o povo deste Município.⁶⁸⁴

As críticas de Carmelita direcionadas ao andamento dos trabalhos da Câmara, por muitas vezes direcionadas à Mesa Executiva, chamaram a atenção de Luiz de Azeredo. O

⁶⁸³ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 26 de novembro de 1947. Livro 4, p. 55f-57f.

⁶⁸⁴ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 10 de dezembro de 1947. Livro 4, p. 70v-73f.

colunista do *Correio da Lavoura* chegou a comentar que a vereadora sempre agia com desconfiança em relação à Mesa, “reclamando e reclamando”, sem importar quem a presidisse.⁶⁸⁵ O jornal pessedista *O Povo*, porém, caracterizou as opiniões de Carmelita sobre o presidente da Mesa como fruto de “justa indignação” por considerar que Baroni não agia de forma coerente no comando da Casa.⁶⁸⁶

Após seu envolvimento no caso de traição ao partido, Carmelita se preocupou em afirmar sempre que possível a sua lealdade, principalmente ao chefe da seção iguaçuana, Getulio Moura. O então Deputado Federal era comumente referenciado pelos membros da bancada pessedista. Apenas em novembro de 1947 a Câmara enviou duas moções de agradecimento à Moura por iniciativa dos vereadores do partido: a primeira, em agradecimento pela “presteza” com que respondeu ao “apelo” da Casa para o combate da mosca do mediterrâneo, praga que assolou os laranjais iguaçuanos com a queda da exportação; a segunda, enviada por iniciativa de Ari Schiavo em agradecimento pela iluminação pública instalada no distrito de Japeri.⁶⁸⁷ Consta na ata daquela sessão que Carmelita apenas congratulou Schiavo pela atitude. Entretanto, na sessão seguinte a vereadora apresentou retificação para que fosse incluído na ata anterior que ela não apenas se solidarizou com a moção proposta pelo colega, como “teceu considerações elogiosas e significativas” sobre Moura.⁶⁸⁸

A contínua participação de Carmelita nas chapas compostas pela bancada pessedista e o amparo desta para sua eleição como integrante das Comissões Especiais nos leva a crer que a relação com o partido seguiu harmoniosa, superando o estremecimento inicial gerado pelo incidente da sessão de instalação. Enquanto Juvenal Pereira dos Santos renunciou à legenda, Carmelita se preocupou em esclarecer seu apoio ao líder da seção iguaçuana do partido e, assim, sua fidelidade ao PSD. Nesse sentido, certamente é curioso quando nos deparamos com uma declaração assinada por Carmelita rompendo relações com Getulio Moura antes mesmo do fim de seu período como vereadora de Nova Iguaçu.

A atividade partidária de Carmelita não se restringia ao plenário e a vereadora foi eleita no final de 1949 para integrar o Sub-Diretório do PSD de Mesquita, distrito de Nova Iguaçu.⁶⁸⁹

⁶⁸⁵ *Correio da Lavoura*, 6 de jun. 1949, ed. 1629, p. 1.

⁶⁸⁶ *O Povo*, 8 de ago. 1948, ed. 56, p. 1 e 4.

⁶⁸⁷ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Extraordinária do dia 7 de novembro de 1947. Livro 4, p. 20f-21f.; *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 20 de novembro de 1947. Livro 4, p. 43f-46f.

⁶⁸⁸ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 21 de novembro de 1947. Livro 4, p. 47f-50f.

⁶⁸⁹ *Correio da Lavoura*, 13 de nov. 1949, ed. 1704, p. 4.

A pequena nota publicada no *Correio da Lavoura* informou que a cerimônia de instalação foi realizada no dia seis de novembro daquele ano e contou com a presença de Getulio Moura “e correligionários”. Na ocasião, o vereador Manoel José dos Passos – representante daquele distrito na Câmara – foi eleito como presidente e Carmelita Brasil como primeira vice-presidente.⁶⁹⁰ A vereadora discursou em homenagem ao evento ao lado do deputado Getulio Moura.

Em razão da carência de fontes sobre o período da legislatura correspondente à parte dos anos de 1949 e 1950, localizamos poucas informações sobre o que se passou naquele período. Mas, poucos meses depois, o mesmo diretório que fora instalado sob a liderança de Moura anunciou o rompimento com o deputado, em maio de 1950. Em nota publicada no *Correio da Lavoura* o Sub-Diretório do PSD de Mesquita decidiu “expor a sua situação política com o dr. Getulio Barbosa de Moura, Chefe do Partido”.⁶⁹¹ O conflito teria começa quando Moura confidenciou ao vereador e presidente do sub-diretório Manoel José dos Passos que o partido apoiaria a candidatura de José dos Campos Manhães para a Prefeitura de Nova Iguaçu. Caso contrário, Manhães romperia com o partido e a retirada de seu apoio poderia prejudicar a campanha de Moura para a Câmara Federal.

Político influente na região, José dos Campos Manhães era aliado de longa data de Getúlio Moura.⁶⁹² Ambos foram vereadores de Nova Iguaçu entre 1936 e 1939 – legislatura da qual Tenório Cavalcante também fez parte. Manhães participou ativamente da campanha eleitoral do partido em 1947 e, como citado, esteve presente em eventos ao lado de Carmelita Brasil, Stella de Queiroz e Getulio Moura. Na Câmara de Nova Iguaçu, Carmelita aproveitou o ensejo da visita de Manhães ao plenário para falar em homenagem ao então prefeito de São João de Meriti. A vereadora solicitou que o discurso fosse transcrito em ata:

Senhor Presidente, senhores vereadores. Em nome da bancada do PSD quero cumprimentar o ilustre homem público, Doutor José dos Campos Manhães, que tão dignamente dirige os [ilegível] do recente Município de São João de Meriti e que foi levado ao poder pela exuberante maioria do apoio popular e que nessa hora em visita a esta Casa, nos faz lembrar quando em 1937, na Câmara Municipal de Iguassú, como nosso líder defendia os interesses de novo Povo e ainda hoje, com entusiasmo vem trazer a todos nós a sua admiração e a seu interesse pelo entrelaçamento dos Povos e que não vê limites quando se trata de defender os interesses de nossa Pátria, assim com prazer e orgulho apresento em nome da bancada do PSD os nossos cumprimentos

⁶⁹⁰ A Mesa Diretora ficou assim composta: Manoel José dos Passos, presidente; Carmelita Brasil Monteiro, primeira vice-presidente; João Vilarinho, segundo vice-presidente; Francisco Marques Pinto, primeiro secretário; Prospero Cruz, segundo secretário; Alfredo Demetri, primeiro tesoureiro; Antonio Joanico, segundo tesoureiro; José Ernesto de Araujo Freire, procurador.

⁶⁹¹ *Correio da Lavoura*, 28 de mai. 1950, ed. 1732, p. 7.

⁶⁹² ANDRADE, 2021.

e nossas felicitações, certa do progresso que Vossa Excelência imprimirá ao próspero Município de São João de Meriti, que não podia ter melhor e mais digno representante.⁶⁹³

Apesar do passado amistoso, é o testemunho da própria Carmelita que desencadeia a dissensão. Isto porque Waldinar Marques Castanheiras, presidente da Câmara Municipal de São João de Meriti, “fez sérias e graves revelações ao Deputado Getulio Moura em presença da vereadora Carmelita Brasil Monteiro, referentemente aos desfalques da Prefeitura de São João de Meriti, em que incluiu o dr. José dos Campos Manhães”. Em retaliação à recusa de Carmelita e José Manoel em apoiar sua candidatura, o deputado José Manhães – pai de José dos Campos Manhães – “criou o seguinte impasse”:

[...] Se o nome da referida vereadora fosse incluído na chapa de Deputado do Partido, ele [José Manhães] e o dr. José dos Campos Manhães romperiam com o Partido. Existindo a candidatura da vereadora Carmelita Brasil, já empenhada na palavra do dr. Getulio Moura e a vaga oferecida pelo Cmte. Ernani do Amaral Peixoto, ciente ambos os vereadores de que são transigissem em apoiar a candidatura do dr. Manhãezinho a Prefeito de Nova Iguaçu, não seria possível o lançamento de sua candidatura a Deputado Estadual pelo Partido, uma vez que o dr. José Manhães continuava irredutível ameaçando romper.

Se de início Getulio Moura já sofria pressão dos Manhães para não perder o apoio destes em sua campanha para a Câmara Federal, com a explanação da vereadora o chefe pessedista ficou em uma saia justa ainda maior: não apenas manteve seu apoio aos Manhães após conhecer as acusações de corrupção feitas pelo presidente da Câmara do município vizinho, como rompeu o compromisso firmado com Carmelita e Manoel José em apoiá-los na corrida da Câmara Estadual. Diante do impasse, os vereadores iguaçuanos não recuaram e consideraram a candidatura do “dr. Manhãezinho” o encaminhamento de “uma catástrofe” para Nova Iguaçu e “resolveram, por esses motivos, considerando o não cumprimento da palavra do Chefe de Partido” pelo rompimento com Moura, “negando-lhe qualquer apoio político”. Ambos foram seguidos por seus companheiros de sub-diretório, “os quais, juntamente com todos os cabos eleitorais, continuam a marchar no caminho de uma boa política em prol do Município e do Brasil”. Todos os componentes da Mesa Diretora assinaram a nota deixando claro sua decisão, abrindo mão de seus cargos ao apresentarem-se como “ex” presidente, vice-presidente e assim por diante⁶⁹⁴.

⁶⁹³ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 18 de novembro de 1947. Livro 4, p. 34v-41f.

⁶⁹⁴ Assinaram a nota: Manoel José dos Passos, “ex-presidente”; Carmelita Brasil Monteiro, “ex-1º vice-presidente”; João Borges Vilarinho, “ex-2º vice-presidente”; Herozina de Souza Carvalho, “ex-secretária”; Alfredo Demetri, tesoureiro; Antonio Joanico Sobrinho, procurador; José Ernesto de Araujo Freire, delegado do partido.

Neste cabo de força, porém, Moura era o personagem mais forte. Além desta nota, o assunto não foi mais mencionado nas páginas do *Correio da Lavoura*, que seguiu elogioso em relação à figura do chefe pessedista. Da mesma maneira, não houve reconciliação. Se na primeira fissura com o partido a vereadora escolheu manter-se fiel, neste caso o desentendimento foi mantido e Carmelita não mais concorreu a cargos políticos pelo PSD. O destino de Manoel José dos Passos foi mais obscuro. Um mês antes das eleições de outubro de 1950, Passos foi assassinado à tiros após desentender-se com um cabo da polícia local ao tentar defender um amigo que havia sido preso.⁶⁹⁵ Enquanto o *Correio da Lavoura* tratou o crime como um terrível fruto do acaso, a imprensa carioca fez referência à transferência de Passos do PSD para a UDN, fato que “teria criado um clima de odiosidade contra ele”.

3.3.2 Defesa do funcionalismo público

Seu cargo como funcionária pública do município aparenta ter exercido forte influência sobre seu mandato, visto que grande parte de suas atividades na Câmara eram voltadas para defender e pleitear por direitos em favor da classe. Nem mesmo seu vínculo com o mundo esportivo de Nova Iguaçu impediu que Carmelita priorizasse seus colegas. Como vimos, a vereadora era frequentadora assídua dos eventos esportivos e sociais realizados pelos clubes do município e, no caso do Esporte Clube Iguaçu, foi associada e presidente do primeiro Departamento Feminino do clube. Da tribuna, a vereadora não deixou de acenar seu apoio aos clubes e associações esportivas do município.

Ainda em 1947, apresentou requerimento para que fosse enviada uma moção de congratulação ao Esporte Clube Iguaçu pela passagem de seu 35º aniversário e solicitou que um ofício no mesmo sentido fosse enviado à Liga Iguaçuana de Desportos.⁶⁹⁶ Entre 1947 e 1950, dez resoluções da Câmara de Nova Iguaçu beneficiando os clubes e associações do município foram sancionadas pelo prefeito, entre elas consta a doação de terrenos, a concessão de subsídio à Liga Iguaçuana de Desportos e à determinados clubes, assim como o reconhecimento de associações como utilidade pública.⁶⁹⁷

Porém, mais do que se manter próxima dos eleitores filiados à vida esportiva iguaçuana, Carmelita empenhava-se em representar a classe dos funcionários públicos do município. No segundo ano de mandato, o vereador Dionisio Bassi apresentou um projeto no qual defendia o

⁶⁹⁵ ANDRADE, 2021, p. 47.

⁶⁹⁶ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 17 de novembro de 1947. Livro 4, p. 47f-50f.

⁶⁹⁷ *Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu*. Livro de Resoluções e Decretos. 1947, 1948, 1949 e 1950.

aproveitamento de um terreno para a construção de uma praça de esportes, ideia considerada por ele como uma “medida justa”.⁶⁹⁸ Ao ser encaminhada a votação, a vereadora Carmelita opinou contra o projeto “por achar um absurdo e uma medida descabida aproveitar uma área de terra para esporte, quando a classe de funcionários precisa de casas para moradia”, portanto considerou a proposta como “desumana” por achar que Nova Iguaçu “está bem servida de praça de esporte, pois tem dois ótimos clubes que satisfazem perfeitamente” a mocidade iguaçuana. Por fim, solicitou aos companheiros que a acompanhassem no voto, visto que “o funcionalismo não tem casa para morar”.

Uma das primeiras ações de Carmelita Brasil na Câmara foi a apresentação de um memorial que lhe foi entregue pelas professoras do município solicitando o aumento de seus vencimentos⁶⁹⁹. A vereadora, “tecendo considerações sobre o assunto, disse que esperava o acolhimento generoso de seus colegas” em resposta. Ao longo do mês de novembro o debate sobre a matéria se tornou um ponto de conflito entre Carmelita e os demais colegas, sendo opositores ou aliados. A vereadora ficou incomodada com o trâmite do memorial na Casa e os pareceres negativos emitidos pelas Comissões Especiais. Mais de dez dias após solicitar o encaminhamento do memorial à Mesa para que esta repasse o documento às Comissões designadas, a vereadora “fez algumas perguntas sobre a atividade de certas comissões permanentes que estariam se reunindo sigilosamente e retendo matérias além do prazo”.⁷⁰⁰ Afirmou que “ela e o povo precisam conhecer a marcha dos trabalhos nessas comissões” e “sustentou debates” com Guimarães e Machado, “que defenderam suas comissões e explicaram como vinham cumprindo seu dever”.⁷⁰¹ O correspondente do CL enviado ao plenário escreveu em sua coluna que Carmelita “explodiu” e denunciou que os membros das Comissões Permanentes se reuniam sigilosamente, “como que em conversa de família”, desrespeitando o Regimento Interno da Casa.⁷⁰² Ela “não via movimento de trabalho, não tinha conhecimento de nada”.

Na mesma semana, Carmelita tornou a criticar a condução dos trabalhos da Casa. Enquanto membro da Comissão de Finanças e Orçamento, a vereadora fez notar à Mesa que o memorial das professoras não chegou às suas mãos para dar parecer e foi enviado diretamente

⁶⁹⁸ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 31 de maio de 1948. Livro 5, p. 71v-75v.

⁶⁹⁹ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata da Sessão Ordinária do dia 7 de novembro de 1947. Livro 4, p. 21f-22f.

⁷⁰⁰ *Correio da Lavoura*, 23 de nov. 1947, ed. 1601, p. 2.

⁷⁰¹ Luiz Guimarães (UDN) era presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação, enquanto Paulo Machado (PSD) presidia a Comissão de Finanças e Orçamento, da qual Carmelita era parte.

⁷⁰² *Correio da Lavoura*, 23 de nov. 1947, ed. 1601, p. 2.

ao prefeito para apreciação.⁷⁰³ Ou seja, mesmo com a presidência da CFO nas mãos do líder da bancada pessedista, a matéria não lhe foi enviada para parecer. Carmelita teria ficado “aborrecida” e fez “críticas duras” ao presidente Humberto Baroni, gerando “até pequeno incidente, quando a Mesa lhe reclamou contra os termos descorteses” empregados pela vereadora.⁷⁰⁴ O “incidente” foi relatado por Azeredo:

Houve, depois, um pequeno incidente entre Carmelita e o presidente Baroni. Este quis esclarecer a vereadora e ela recusou. Quando precisasse de luzes pediria, agora desejava responder a um aparte de seu nobre colega Juvenal. Foi a hora de o presidente dizer que ela, *levada por sua paixão na defesa da causa das professoras*, faltava com a devida cortesia ao dirigir-se à Mesa. Mas tudo terminou bem. O memorial seria pedido de volta ao sr. Prefeito. (grifos meus)

Após o retorno do documento à Câmara, a vereadora leu seu parecer e “estranhou” o parecer negativo emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, integrada pelos vereadores Luis Guimarães, Dionisio Bassi e Paulo Machado.⁷⁰⁵ Machado defendeu o trabalho realizado pela CCJR e afirmou que o parecer emitido pela referida comissão em relação ao memorial foi baseado em “ponto de vista jurídico”, sem intenção de prejudica-lo propositadamente. De acordo com o colunista do CL, o líder da bancada pessedista teria implicado em sua fala que Carmelita desejava “fazer cartaz”:

Carmelita voltou a falar, depois de apartear Machado perguntando quem desejava fazer cartaz ali. Afirmava que o líder do PSD não queria colaborar no memorial das professoras, conforme verificava no parecer dado por sua comissão, sem uma palavra de apoio. [...] A oradora *se inflamou* na defesa de sua causa, recusando apartes de Bassi, Haddad... de toda gente. Agia assim não porque fosse injusta, nem insensata com ninguém, mas tinha a pulga atrás da orelha... Não queriam que a verdade aparecesse, apesar de terem prometido defender sempre o povo, *e o memorial estaria encontrando tropeços só porque fora encaminhado por ela...*⁷⁰⁶

Para Dionisio Bassi a vereadora dedicou ao memorial das professoras uma importância que o documento não possuía, enquanto o udenista Luiz Guimarães reconheceu que Carmelita defendeu “uma causa justíssima”, mas discordou de que as Comissões tenham agido para prejudicar a aprovação do documento. O vereador pessedista José Haddad solicitou que acusações “vãs e demagógicas” não fossem proferidas na Câmara e sugeriu que os assuntos fossem estudados com maior cuidado. Ao fim e ao cabo, os pareceres negativos emitidos pelas Comissões Permanentes enterraram o encaminhamento do memorial para apreciação do prefeito municipal.

⁷⁰³ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Sessão Ordinária do dia 20 de novembro de 1947. Livro 4, p. 43f-46f.

⁷⁰⁴ *Correio da Lavoura*, 23 de nov. 1947, ed. 1601, p. 2.

⁷⁰⁵ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Sessão Ordinária do dia 27 de novembro de 1947. Livro 4, p. 57f-60v.

⁷⁰⁶ *Correio da Lavoura*, 30 de nov. 1947, ed. 1602, p. 2.

Ao longo de todo o seu mandato, Carmelita se empenhou em submeter e apoiar projetos que propunham ajuste de vencimentos e abonos salariais aos funcionários da prefeitura. No início de 1948, o jornalista Luiz de Azeredo elogiou a aprovação de resolução que concedeu aumento de vencimento aos funcionários municipais inativos, considerada por ele como uma “medida acertada, humana e digna” dado o aumento do custo de vida.⁷⁰⁷ Na sessão do dia 24 de abril, Carmelita solicitou que a ata da reunião anterior fosse retificada para constar as palavras que disse em ocasião do encaminhamento da votação da resolução, “associando-me prazerosamente com a medida tomada pelo Senhor Prefeito – felicito-o por ter concedido aos funcionários inativos a melhoria que eu já havia proposto nesta casa em favor da classe laboriosa dos funcionários”. Em razão do trâmite da resolução não estar esclarecido nas atas legislativas, não foi possível apreender o envolvimento de Carmelita com o projeto, embora fique claro sua tentativa de destacar sua atuação em prol da classe da qual fazia parte.⁷⁰⁸

Sua atividade em prol do funcionalismo público era a principal fonte de conflito com os vereadores udenistas. Isto porque o prefeito Arruda Negreiros, eleito pela UDN, costumava colocar-se contra os projetos dos camaristas que favoreciam o funcionalismo público e, dessa forma, a bancada udenista dedicou-se a defender os interesses do Executivo na Câmara. Em 1948, em meio as discussões para aprovação de projeto que concedia um mês de vencimentos como abono de natal aos servidores, Carmelita, “numa de suas reclamações contra o Prefeito, que estaria negando resposta aos seus pedidos de informações” presentes nos fichários dos funcionários municipais, entrou em uma “acalorada discussão” com o líder da bancada udenista, Luiz Guimarães:

Depois de acalorada discussão entre Carmelita e Guimarães por causa do funcionalismo municipal, aquela acusando e este se defendendo, tendo oportunidade de dizer que ela tinha muita saúde, mas precisava tratar de sua memória, Válter [suplente comunista da bancada do PSD] veio dizer da tribuna que o aumento de vencimentos do funcionalismo era uma novela. Guimarães [então disse] – Considera v. excia. o aumento dos funcionários uma novela? Válter – Sim, considero. Guimarães – *Então v. excia. está chamando a vereadora Carmelita de amante de novelas...*⁷⁰⁹

Em um artigo intitulado “*As festas do funcionalismo municipal*”, publicado na primeira página, o *Correio da Lavoura* comentou a sanção do prefeito ao projeto de autoria de Carmelita e com subscrição dos vereadores Manoel Passos (PSD), Otavio José Soares (PTB) e Válter Freitas (PSD/Bancada comunista), que concedeu abono de natal no valor de um salário aos

⁷⁰⁷ *Correio da Lavoura*, 11 de abr. 1948, ed. 1621, p. 1.

⁷⁰⁸ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata legislativa da Sessão Ordinária do dia 24 de março de 1948. Livro 5, p. 24f-27f.

⁷⁰⁹ *Correio da Lavoura*, 5 de dez. 1948, ed. 1655, p. 1, grifos meus.

servidores.⁷¹⁰ Diferentemente do ano anterior, “quando não puderam receber, por vários motivos, nenhum abono”, em 1948 “os funcionários municipais, inclusive os inativos e pensionistas” teriam um Natal mais feliz, nas palavras do jornal.

No ano seguinte, entre junho e agosto, o *Correio da Lavoura* publicou uma série de artigos sobre a “a batalha” que tomara conta do plenário da Câmara em função da concessão de aumento ao funcionalismo. Tudo começou quando o prefeito enviou para a apreciação dos legisladores uma proposta centrada no aumento de trezentos cruzeiros, fato que “provocou uma das discussões mais acesas na Câmara Municipal, que foi pequena, nos dias de reunião plenária, para receber todas as pessoas vivamente interessadas no desfecho duma autêntica batalha verbal”.⁷¹¹ Em contrapartida à proposta do Executivo, o vereador comunista Dionisio Bassi apresentou “um substitutivo revolucionário”, propondo aumento de quinhentos cruzeiros não apenas para os funcionários efetivos, mas também aos extranumerários mensalistas, aos diaristas e inativos. Enquanto membro da Comissão de Finanças e Orçamento, a vereadora Carmelita apoiou o substitutivo “desde logo”, seguida da aprovação da bancada pessedista. Os vereadores udenistas Jesus de Castro Vieira e Luiz Guimarães foram à tribuna para defender a proposta inicial de trezentos cruzeiros aos funcionários efetivos, mas a “presença dos funcionários municipais” falou “de modo mais convincente” aos demais vereadores.

O substitutivo de Bassi foi vetado pelo prefeito que, por sua vez, alegou que o orçamento do município não sustentaria o acréscimo proposto.⁷¹² Assim, “depois de duas reuniões movimentadíssimas, que atraíram à Câmara Municipal [...] numerosas pessoas, em sua maioria servidores municipais”, os vereadores se reuniram para decidir pela manutenção ou rejeição do veto:

Como havia acontecido quando da discussão da proposta do governo municipal e do substitutivo de Bassi, dividindo e apaixonando os vereadores, com enorme repercussão sobretudo no seio da classe dos funcionários de nossa municipalidade, sobressaíram na discussão do veto, a favor da proposta do Executivo os vereadores Luiz Guimarães e Jesus de Castro Vieira, e da Resolução aprovada pela Câmara os vereadores Dionisio Bassi, Paulo Froés Machado e Carmelita Brasil Monteiro.⁷¹³

Apesar da discussão “apaixonada”, o veto ao substitutivo foi mantido pela maioria dos vereadores. O debate em torno da questão findaria apenas em agosto, com a aprovação da nova proposta do Executivo em conceder o aumento de quatrocentos cruzeiros aos funcionários

⁷¹⁰ *Correio da Lavoura*, 19 de dez. 1948, ed. 1657, p. 1.

⁷¹¹ *Correio da Lavoura*, 12 de jun. 1949, ed. 1681, p. 1.

⁷¹² *Correio da Lavoura*, 26 de jun. 1949, ed. 1684, p. 1.

⁷¹³ *Correio da Lavoura*, 10 de jul. 1949, ed. 1686, p. 1.

ativos e duzentos cruzeiros aos inativos através de uma abono provisório.⁷¹⁴ Para o *Correio da Lavoura*, os poderes Executivo e Legislativo chegaram a uma “solução razoável”, preservando o orçamento municipal e assegurando a demanda do funcionalismo público do município, que pleiteavam desde março daquele ano pelo ajuste salarial da classe. Infelizmente, embora o jornal tenha colocado a vereadora entre aqueles que discutiram apaixonadamente a questão, o debate não foi registrado com mais detalhes pelo CL.⁷¹⁵

3.3.3 O anticomunismo

Em decorrência da cassação do Partido Comunista pelo Governo Dutra em 1947, os comunistas Dionisio Bassi e Antonio Gotelip – assim como o suplente de vereador Válder Freitas – elegeram-se para a Câmara de Nova Iguaçu através do Partido Social Democrático. A trégua entre comunistas e pessedistas logo foi quebrada com o caso da traição da eleição da Mesa Executiva na sessão de instalação, já que Gotelip foi prontamente apontado como o suposto traidor. Apesar de encontrados os dois “Silvério dos Reis” – os vereadores Juvenal e Carmelita – o ocorrido foi suficiente para fazer surgir a bancada comunista. Fato este que não foi bem encarado pelos pessedistas que, por sua vez, relutaram em reconhecer a existência da bancada:

A partir desse rompimento, oficializado pela fala de Gotelip [ao expressar-se em nome da bancada comunista], as divergências envolvendo os comunistas e vereadores do PSD se tornam constantes, especialmente envolvendo Carmelita Brasil, Paulo Machado, José Haddad e Manoel dos Passos. Seja através de ofensas diretas ou declarações sutis, a bancada pessedista se posicionou mais firmemente contra os ex-colegas, mesmo que isso signifique se aliar ou corroborar com falas proferidas pela bancada da UDN.⁷¹⁶

Em sua análise sobre o período em que Dionisio Bassi foi vereador de Nova Iguaçu, Maria Lúcia Alexandre destacou sua atuação em prol das camadas populares ao tratar de questões trabalhistas, das perseguições sofridas pela imprensa e por cobrar do Executivo melhorias dos serviços públicos do município. A historiadora concluiu que:

O componente ideológico, atrelado ao rigor dos procedimentos legais dentro da Câmara Legislativa, foi objeto de agitação permanente entre Bassi e os demais vereadores. Sua austeridade e aproximação constante com causas operárias e das camadas populares, junto a seu colega Antonio Gotelip, lhe deram uma imagem de agitador, preocupado em disseminar os ideais comunistas.⁷¹⁷

⁷¹⁴ *Correio da Lavoura*, 14 de ago. 1949, ed. 1691, p. 1.

⁷¹⁵ Como mencionado na introdução, não dispomos de acesso ao livro de atas legislativas correspondente ao período em que o referido debate foi travado.

⁷¹⁶ ANDRADE, 2021, p. 38.

⁷¹⁷ ALEXANDRE, 2021, p. 91.

Apesar de aliar-se aos vereadores comunistas em benefício de resoluções caras à sua legislatura – como na defesa de demandas do funcionalismo municipal e no apoio ao melhoramento dos serviços públicos –, Carmelita era ferrenha opositora de “atividades comunistas” na Câmara. Bassi e Gotelip frequentemente subiam à tribuna para denunciar perseguições sofridas pelos comunistas no município e no país, chegando a recitar na íntegra os discursos proferidos por Luís Carlos Prestes, postura que incomodou Carmelita e os demais vereadores.⁷¹⁸ Era comum a troca de farpas entre a vereadora e a bancada comunista e, ao longo da legislatura, sua relação conflituosa com Bassi se intensificou. Carmelita radicalizou sua postura em relação à Bassi e ao comunismo especialmente a partir do debate na Câmara sobre uma greve que ocorrera no distrito de Mesquita, em uma fábrica de laminação.

Em março de 1948, Antonio Gotelip levou ao conhecimento da Câmara que a polícia iguaçuana teria encerrado uma greve pacífica promovida pelos operários de uma fábrica em Mesquita com truculência, resultando em diversos trabalhadores presos.⁷¹⁹ Nesse sentido, apresentou requerimento para que fosse enviado um telegrama para o Secretário de Segurança Pública e para o Governador do Rio de Janeiro, solicitando a soltura dos trabalhadores que não eram comunistas, nem terroristas. Com a palavra, Carmelita afirmou que ouviu “com atenção” o discurso de Gotelip e que suas palavras “merecem fé”, porém destacou que era preciso “ter mais cuidado ao tomar certas resoluções, principalmente nesta época de agitação política [...] causada pelos comunistas que são os insufladores de greves”.

Como proposta, recomendou que a Mesa nomeasse uma Comissão Especial “para apurar os fatos ocorridos” na fábrica, colocando-se contrária ao envio do telegrama. Em resposta, Dionisio Bassi afirmou os membros da classe dirigente eram os verdadeiros conspiradores, não os comunistas, e que a greve em Mesquita foi conflagrada como resultado dos “salários baixos que fazem as famílias dos trabalhadores passarem fome”. O vereador pessedista Manoel dos Passos afirmou que “soubera” que a greve foi feita por comunistas e que os operários ameaçaram sabotar máquinas e atentaram contra os companheiros contrários ao movimento. Após o debate entre os vereadores, o presidente da Mesa designou que a Comissão Especial formada por Carmelita Brasil, Manoel dos Passos, Luiz Guimarães, Manoel de Almeida e Dionisio Bassi visitassem a fábrica para apurar os fatos.

⁷¹⁸ Ibidem.

⁷¹⁹ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata Legislativa da Sessão Ordinária do dia 11 de março de 1948. Livro 4, p. 143v-146f.

Na sessão seguinte, Carmelita leu seu relatório sobre a visita à fábrica e solicitou que o documento fosse transcrito em ata. A vereadora iniciou sua fala declarando que foi escolhida por seus colegas como presidente relatora da Comissão Especial e que compareceu à Laminação Brasileira de Ferro S/A acompanhada dos vereadores Manoel Passos e Manoel de Almeida. Lá deparou-se com o “vereador comunista” Dionisio Bassi e “seu colega” Antonio Gotelip, apesar deste não ter sido designado para compor a comissão.⁷²⁰ Alegou que o grupo fora recebido pelo gerente da fábrica, que se colocou à disposição e respondeu “com toda lealdade” as perguntas feitas por eles. Carmelita relatou que o salário pago pela empresa aos funcionários era o dobro do valor estipulado em lei, além de oferecer três residências gratuitas às famílias, atendimento médico e almoço à um preço acessível no refeitório.

Segundo Carmelita, o gerente da fábrica afirmou que a greve se constituiu como uma “verdadeira surpresa” e que, portanto, sem saber “que ponto chegariam as ocorrências, solicitou um policiamento como garantia pessoal e defesa do maquinismo que compõe o valiosíssimo patrimônio da Laminação”. A polícia não teria agredido nenhum operário ou fez uso de “arsenal bélico”, apenas “garantiu a ordem”. Para sustentar sua argumentação, a vereadora recolheu o depoimento de diversos funcionários que alegaram não ter qualquer reclamação da empresa e que foram ameaçados “a não trabalhar pelo operário Homero Ferreira dos Santos”, que teria causado a greve. Afirmou que seu relato era fiel ao que aconteceu, apesar do que disseram os vereadores comunistas:

No entanto, analisando os fatos verificamos que a Companhia não paga mal aos seus operários em face da lei. Que mantém assistência social ao operário e sua família. Que cuida da alimentação sadia de seus trabalhadores. Que respeita as férias do trabalhador e lhe concede anualmente duas gratificações como estímulo. Que são chefes educados, bons e corteses conforme os próprios operários declararam, que nada tem a reclamar contra seus chefes e a Companhia. A greve não foi reivindicação geral, sendo caso isolado, já vimos porque não existia motivo. Sendo mesmo ideia de um tal de Homero Ferreira dos Santos, que naturalmente na função de agitador criou essa situação pela qual é responsável [...] os vereadores comunistas com a preocupação de se comunicar com os operários da Companhia procurando insinuar os trabalhadores que deveriam apoiar seus colegas grevistas tenho a impressão de conivência dos mesmos com o fato ocorrido e nada do que disseram a esta Casa foi verdade, pois a polícia não espancou nenhum trabalhador, dito por todos, e nem transportou para o local da ocorrência material bélico, metralhadoras, etc.

Finalizou sua fala dizendo que, tal como dito pelos operários entrevistados por ela, o Delegado Regional também declarou que os policiais foram enviados apenas para “garantir a ordem” e que as prisões foram realizadas “por elementos da Ordem Política e Social”. Direcionando-se aos colegas, Carmelita afirmou que estes “tirarão facilmente suas conclusões

⁷²⁰ *Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Ata Legislativa do dia 12 de março de 1948. Livro 4, p. 146f-150f.

mais acertadas e naturalmente não de convir que as críticas dos comunistas são infundadas, inverídicas, caluniosas e nocivas à verdade”. O jornalista Luiz Martins, representante do *Correio da Lavoura* na Câmara, relatou que os ânimos se exaltaram após a leitura do relatório e que Carmelita “não teve meias palavras para os comunistas”. Em resposta, Bassi a acusou de agir “histericamente”:

No fim de seu discurso, durante o qual não aceitou apartes, suspirou e disse: “É, esses homens são perigosos...”. Nessa altura, com os ânimos exaltados, ouviram-se apartes crus de um lado e de outro, sendo necessária a intervenção do Presidente para pedir termos parlamentares aos vereadores. Carmelita, dirigindo-se a Bassi, que lhe rebatia as acusações: – Ora, não me amole... / – *Isso nada mais é que um acesso de histerismo...* / – Histérico é você! E mais adiante: É um possesso! Ora essa!⁷²¹

O assunto seguiu sendo debatido pelos vereadores nas sessões seguintes. Em resposta ao relatório lido por Carmelita, Dionisio Bassi afirmou que a vereadora “propositadamente emprega a mentira para procurar causa confusão”, com “intuito provocador e confucionista empregado neste e noutros casos”.⁷²² Sobre o ocorrido na fábrica, disse que houve “tempestade em copo d’água” e que não se tratou de uma greve propriamente dita, visto que os 150 funcionários apenas cruzaram os braços na hora da entrada para reivindicar aumento de salário. Confirmou que não houve violência, com exceção de “algumas prisões injustas de trabalhadores que foram levados para Niterói”.

A convivência de Carmelita e Bassi desandou definitivamente quando a vereadora proferiu um discurso na Câmara para denunciar ao “povo de Iguaçu em geral a nefasta atitude do comunista Dionisio Bassi”, que teria tentado lhe agredir após a sessão do dia 19 de março, quando a Comissão Especial enviada à Laminação se reuniu para discutir os procedimentos realizados até então.⁷²³ A vereadora iniciou sua fala dizendo que, a princípio, foi contra a cassação dos mandatos dos comunistas por considerar “injusto cassar um mandato conferido pelo povo”, mas que “diante das ocorrências, vejo que os ‘Vermelhos’, embora sejam humanos devem ser tratados com o mesmo tratamento dispensado aos tuberculosos e aos leprosos, conservando-os isolados”. Entretanto, estes elementos conseguiram eleger-se “por outros partidos e agora entre nós, dão curso às palavras que ficaram interrompidas nas gargantas dos falsos pregadores”.

⁷²¹ *Correio da Lavoura*, 21 de mar. 1948, ed. 1618, p. 1, grifos meus.

⁷²² Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Ata Legislativa da Sessão Extraordinária do dia 15 de março de 1948. Livro 5, p. 4f-8f.

⁷²³ Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Ata Legislativa da Sessão Extraordinária do dia 22 de março de 1948. Livro 5, p. 13v-20v.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta o anticomunismo no Brasil é representado em grande parte pelo pensamento conservador e reacionário, especialmente após o Estado Novo.⁷²⁴ O comunismo era compreendido como um inimigo irreconciliável e os comunistas eram apresentados como “indivíduos estrangeiros, elementos alienígenas infiltrados na nação brasileira”.⁷²⁵ A associação feita por Carmelita entre comunismo e doença está inserida no quadro do “imaginário anticomunista” traçado por Motta:

Por imaginário, entendemos o conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social. O anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo. [...] Os comunistas foram chamados de “piratas”, “desvairados”, “paranoicos”, “degenerados”, “tresloucados”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda”, entre outros epítetos.⁷²⁶

Os membros da Comissão Especial enviada à fábrica se reuniram novamente para discutir a contestação levantada por Bassi quanto à validade da escolha de Carmelita como relatora dos trabalhos – e, conseqüentemente, a validade do relatório e a recomendação por ela apresentadas para solucionar o caso. Segundo a vereadora, os colegas votaram novamente a seu favor, mas Bassi permaneceu contrariado e investiu fisicamente contra ela:

Senhores, a página negra que enodoa a história do legislativo iguaçuano foi escrita no dia 19 do corrente mês às 2 horas da madrugada, justamente quando terminava de fazer as minhas declarações como relatora da Comissão Especial para apurar as irregularidades havidas na Laminação Brasileira de Ferro S/A, situada em Mesquita, pelo fanático comunista Dionisio Bassi, que me agrediu com as mãos estendidas para o meu rosto, blasfemando “és uma desvergonhada, queres cassar o meu mandato”. Atônita, exausta pelo avançado da hora não me ocorreu um revide de afronta tendo esta cena se desenrolado na presença do líder do Partido Social Democrático, Dr. Paulo Machado e dos demais membros da Comissão Especial, quando inopinadamente o vereador Manoel José dos Passos, tomou a minha defesa, chamando o vereador comunista de covarde, que faltava com o respeito a uma moça e vereadora, mas que ela tinha amigos e por isso ia lhe partir a cara, insurgindo-se contra o vereador comunista, que covarde procurou fugir pela janela.

O vereador Dionisio Bassi ainda teria tentado sacar uma arma para se defender, mas foi desarmado pelos presentes. Carmelita afirmou, ainda, que “o ódio desse homem é contra mim”, mas que não se deixou intimidar: “apenas cumpri o meu dever, a sua agressão não me intimidou, não sou covarde, não corri, não gritei, nem chorei, as suas mãos não me tocaram a face porque afastei o meu rosto, no entanto, essa prática naturalmente é comum por parte dos comunistas”.

⁷²⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 361f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 35.

⁷²⁵ MOTTA, 2000, p. 54.

⁷²⁶ Ibidem, p. 71-72.

Após sua fala, o líder udenista Luís Guimarães pediu que os vereadores “acabassem com as questões pessoais” e destacou “que os nobres vereadores devem ser tratados nessa Casa com a merecida consideração”. Embora não discordasse do relato de Carmelita sobre a greve, esta “em parte, havia faltado com a verdade, dizendo que em absoluto o vereador Dionisio Bassi teve intenção de esbofeteá-la”. Humberto Baroni, presidente da Mesa, corroborou a fala de Guimarães e disse que parte do discurso da vereadora foi “imaginoso”. Por fim, Bassi manifestou seu apoio à fala de Guimarães e disse que há diferença entre crítica construtiva e destrutiva”. Em resposta à Guimarães, Carmelita lembrou o vereador de sua relação de amizade com chefes udenistas do município e afirmou que “sendo mulher, não é covarde”:

Em seguida, falou a vereadora Carmelita Brasil Monteiro, sobre o apelo formulado pelo vereador Luiz Guimarães, dizendo que sendo mulher não é covarde, é educada por princípios e não é sem instrução, é amiga de Dr. Mário Guimarães, Dr. Luiz Guimarães e de Dr. Fernando Brigagão, porque são homens de bem, úteis à sociedade, que trabalham pelo povo.

Em outra discussão após o ocorrido, a vereadora lembrou novamente à Guimarães de que era mulher “letrada”. Em dúvida sobre um documento que deveria dar seu parecer, Carmelita buscou a opinião do líder de sua bancada, Paulo Machado. O vereador Luiz Guimarães não teria gostado de sua postura, reclamando que a vereadora queria fazer do plenário uma “sala de consulta à Machado”. Segundo o correspondente do *Correio da Lavoura*, à princípio Carmelita ignorou Guimarães, porém, após as tentativas de aparte feitas pelo vereador, “ela acabou se irritando e gritou”:

– Sou tão vereadora como o senhor. Quem pode me obrigar a não falar? Guimarães – Mas tenho o direito de não ouvir v. excia. num assunto que deveria ser privado do seu partido... Carmelita – Se não quiser me ouvir, pode se retirar. Tem v. excia. a mania de ofender os outros... Carmelita reclamava que era muita coisa para ver e estudar e, no entanto, estava intimada a dar parecer imediatamente. Guimarães, aborrecido – V. excia. não está intimada a coisa alguma... carmelita, saindo-se dessa – V. excia. não me confunde, porque nessa matéria sou letrada.⁷²⁷

3.3.4 E tudo acaba em samba

Após a ruptura com Getúlio Moura, Carmelita buscou outras pontes construídas até aquele momento. Como fez questão de lembrar ao companheiro de legislatura Luiz Guimarães, Carmelita disputou muitas partidas de xadrez com o chefe político udenista em Nova Iguaçu e então deputado Mário Guimarães. Nas eleições de 1950, ela concorreu a uma cadeira para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pela União Democrática Nacional e recebeu 833 votos, 477 votos a mais do que a elegeu para a Câmara de Nova Iguaçu.⁷²⁸ Quando

⁷²⁷ *Correio da Lavoura*, 4 de abr. 1948, ed. 1620, p. 1.

⁷²⁸ ANDRADE, 2021, p. 47.

olhamos para os eleitos para o legislativo iguaçuano naquele ano, o vereador mais votado conquistou 721 votos. Embora não tenha sido suficiente para se eleger como deputada estadual, o salto no número de votos implica que Carmelita conseguiu tornar-se mais conhecida no cenário político iguaçuano ao longo de seus anos como vereadora.

Apesar de ter tentado se eleger durante a década de 1950, a legislatura de 1947 a 1950 na Câmara Municipal de Nova Iguaçu foi seu único mandato.⁷²⁹ Em uma entrevista, sua sobrinha Nadia – cujo nome é em homenagem à mãe de Carmelita – afirmou que sua tia era dona de uma “personalidade forte” e que “andava armada, dormia com a arma debaixo do travesseiro, porque era uma mulher política”⁷³⁰. No *Relicário*, Carmelita fez um breve comentário sobre sua vida política durante uma reflexão poética sobre sua vida: “Os homens de Governo fizeram com as suas desmedidas ambições fenecer em mim o entusiasmo pela coisa pública”.⁷³¹

Sua vida após a legislatura é quase um mistério. Alheia ao mundo da política institucional, Carmelita Brasil assumiu em 1959 a presidência da Escola de Samba Unidos da Ponte, de São João de Meriti.⁷³² A ex-vereadora foi responsável pela filiação da agremiação junto à Associação das Escolas de Samba, além de criar enredos e compor os sambas da escola. Carmelita teria permanecido na presidência até 1964, quando faleceu aos cinquenta anos de idade.

3.4 Stella de Queiroz vai à tribuna

Conhecer a trajetória de Stella de Queiroz enquanto vereadora do município de Nilópolis é uma tarefa mais complicada. Do ponto de vista familiar, embora os familiares de Stella tenham se preocupado em preservar a memória de sua matriarca ao longo das décadas, a trajetória exaltada é aquela construída no chão na escola. No que diz respeito às fontes de acesso público o caso se agrava e é, na realidade, reflexo da carência de instituições de preservação de memória histórica na Baixada Fluminense. O uso das atas legislativas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e do jornal *Correio da Lavoura* foram essenciais para que fosse possível a

⁷²⁹ Ibidem.

⁷³⁰ **Exposição resgata história de Carmelita Brasil, primeira mulher a ser eleita vereadora no estado do Rio.** *Extra*, 29 de jun. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/exposicao-resgata-historia-de-carmelita-brasil-primeira-mulher-ser-eleita-vereadora-no-estado-do-rio-25081228.html>. Acesso em: julho de 2021.

⁷³¹ *Relicário*, Carmelita Brasil, s/d, p. 99f.

⁷³² Op. cit., p. 30.

investigação da atividade legislativa de Carmelita Brasil. No caso de Stella de Queiroz, ambos os recursos não estão a nossa disposição.

Ao contrário da CMNI, a Câmara Municipal de Nilópolis não preservou seu acervo de Atas Legislativas que, até onde foi possível saber, se perderam no tempo. Em Nilópolis também não há um caso como o do *Correio da Lavoura* que, ao manter-se sob o controle da família Azeredo nos últimos cem anos, conseguiu preservar sua própria história e arquivo. Com a emancipação de Nilópolis em 1947, as notícias do município se tornaram escassas nas páginas do CL. Para apreender qualquer detalhe sobre o período em que Stella foi vereadora contamos, principalmente, com algumas notícias que alcançaram as páginas da imprensa carioca ou que foram publicadas no jornal pessedista *O Povo*, editado em Nova Iguaçu.

A Câmara Municipal de Nilópolis foi instalada no dia 3 de novembro de 1947 e, de acordo com *O Povo*, foi regida pela aliança entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro que, juntos, detinham a maioria na Câmara.⁷³³ Com o controle da Casa em mãos, ambos os partidos conseguiram eleger a Mesa Executiva e a maioria dos membros das Comissões Permanentes. A vereadora Stella de Queiroz Pinheiro foi eleita para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação e para a Comissão de Higiene e Instrução. A vereadora trabalhista Maria Madalena Gonçalves também foi eleita e integrou a Comissão de Estatística e Recenseamento.

Apesar da carência de notícias sobre o município nas páginas do *Correio da Lavoura*, o periódico era o veículo subsidiado pela Prefeitura de Nilópolis para publicar as resoluções e decretos do município. Ao analisar as resoluções da Câmara Municipal sancionadas pelo prefeito entre os anos de 1947 e 1949, percebemos que a prioridade do Executivo e do Legislativo era estruturar institucionalmente e burocraticamente o município recém emancipado. Assim como ocorrera na CMNI, o funcionalismo público foi uma pauta frequentemente discutida, fato que pode ser observado através da aprovação de medidas de estruturação e assistência, como a resolução sobre o regime de benefícios para famílias de servidores e aquela que instituiu licença médica para gestantes a partir do sétimo mês de gravidez.⁷³⁴ As resoluções aprovadas naquele período também tratam da arrecadação tributária, do orçamento municipal e de medidas de urbanização.⁷³⁵

⁷³³ *O Povo*, 16 de nov. 1947, ed. 19, p. 2.

⁷³⁴ *Correio da Lavoura*, 18 de abr. 1948, ed. 1622, p. 6; *Correio da Lavoura*, 12 de dez. 1948, ed. 1656, p. 4.

⁷³⁵ *Correio da Lavoura*, 2 de mai. 1948, ed. 1624, p. 6; *Correio da Lavoura*, 23 de jan. 1949, ed. 1662, p. 5; *Correio da Lavoura*, 18 de jul. 1948, ed. 1635, p. 3.

Também nos chamou a atenção duas resoluções da Câmara relacionadas à Segunda Guerra Mundial. A primeira, publicada em julho de 1948, autorizou o prefeito a subsidiar a construção do Mausoléu dos Pracinhas.⁷³⁶ A segunda, de dezembro daquele ano, autorizou a isenção do pagamento de imposto às propriedades pertencentes às famílias dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira por quinze anos:

Durante o prazo de quinze anos, a contar desta data, os prédios de propriedade dos componentes da Força Expedicionária Brasileira e utilizados exclusivamente para sua residência serão isentos do imposto predial; são considerados componentes da FEB aqueles que tenham prestado serviço de guerra no Exército, na Aeronáutica, na Marinha de Guerra e na Marinha Mercante - nesta última, a partir do primeiro torpedeamento de navios em águas territoriais brasileiras; estende o direito às famílias dos mortos em ação (esposas e filhos menores) dos que morreram, civis e militares, em consequência dos torpedeamentos sofridos pelos navios brasileiros durante a última guerra.⁷³⁷

Com base no que foi possível apreender sobre a vida de Stella, é possível levantarmos a hipótese de que os projetos supracitados tenham recebido o apoio da vereadora na Câmara. A vereadora Stella de Queiroz também esteve presente em uma reunião realizada na sede do PSD de Nilópolis, cujo intuito principal era organizar “o lançamento de uma futura campanha” em prol da construção do hospital municipal. Segundo *O Povo* (16 de nov. 1947, ed. 19, p. 3), a reunião fora presidida pelo deputado federal Getúlio Moura e o deputado estadual José Manhães também compareceu, assim como os vereadores nilopolitanos Eduardo Silva Junior e Melquiades Calazans e outras “figuras de relevo na sociedade de Nilópolis”. O projeto contou com o apoio expressivo da Câmara:

Essa ideia domina os nilopolitanos há longo tempo. Terá agora o novel município a oportunidade de se movimentar no sentido de tornar realidade o antigo sonho da sua população. A maioria dos vereadores da Câmara local já se manifestou favorável. Não só aprovam a campanha como se comprometem a lhe dar o apoio que se fizer o necessário no Legislativo. É um gesto meritório dos representantes do povo nilopolitano que demonstram assim encarar os problemas sociais da terra que os elegeu como fundamentais à sua evolução.

Em 1948, foi publicada uma resolução que criou o selo hospitalar de dois cruzeiros, que deveria ser aplicado “em todos os papeis e documentos que transitarem pela Prefeitura de Nilópolis, cujo produto será aplicado exclusivamente na manutenção de serviços de saúde e assistência municipal”.⁷³⁸ No ano seguinte, o jornal carioca *Diário de Notícias* publicou uma nota informando que um festival artístico seria realizado no Cine-Theatro Imperial, em Nilópolis, cuja renda seria convertida para a construção do hospital municipal.⁷³⁹ O evento

⁷³⁶ *Correio da Lavoura*, 15 de ago. 1948, ed. 1639, p. 3.

⁷³⁷ *Correio da Lavoura*, 19 de dez. 1948, ed. 1657, p. 10.

⁷³⁸ *Correio da Lavoura*, 12 de dez. 1948, ed. 1656, p. 4.

⁷³⁹ *Correio da Lavoura*, 19 de out. 1949, ed. 1880, p. 6.

contou com a presença de “várias autoridades”, entre elas o prefeito João de Moraes Cardoso, a vereadora Stella de Queiroz e o deputado federal Getúlio Moura.

3.4.1 A vida após a legislatura

Assim como Carmelita Brasil, Stella de Queiroz optou por concorrer à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de outubro de 1950 através de outro partido. A professora tentou se eleger através da legenda do Partido Republicano Trabalhista e conquistou 578 votos, uma diferença de mais de 400 votos desde a sua eleição para a Câmara Municipal de Nilópolis. Entretanto, Stella apenas alcançou o coeficiente necessário para ser eleita à suplência. Em 1951, o *Gazeta de Notícias* publicou em sua coluna social uma nota sobre a passagem do aniversário da “professora e suplente de deputado estadual”, que comemorou a ocasião com um coquetel oferecido em sua casa.⁷⁴⁰ O evento contou com a presença do capitão Julio da Costa, representante do governador Ernani do Amaral Peixoto e do deputado federal Getúlio Moura, além de “outras altas autoridades”.

No dia 8 de abril de 1953, em reunião realizada no Instituto Anacleto de Queiroz, foi instituído o Escritório Eleitoral Stella de Queiroz do Partido Social Democrático.⁷⁴¹ A diretoria foi conformada por Stella de Queiroz, como diretora; Odette Torres, como vice-diretora; Djanira Rodrigues da Silva, como primeira secretária; Terezinha Custódio Silva, como segunda secretária; Aglália Pereira, como primeira procuradora; Luciana Gonçalves Chocron, segunda procuradora; e Alzira Corrêa Xisto, como fiscal. A ex-vereadora discursou no evento:

A professora Stella de Queiroz que, em vibrante improviso, dirigiu-se aos presentes dando-lhes a conhecer o programa e as finalidades cívicas e políticas da tarefa de trabalho em que todos se iriam empenhar, concitando que unos e coesos, todos os presentes, como bons nilopolitanos, marcharão para magníficas e proveitosas vitórias.

A ex-vereadora migrou novamente de partido em maio de 1954 e comunicou sua decisão a Ernani do Amaral Peixoto, governador e presidente do Partido Social Democrático:

A fim de evitar que interessados em afastar-me de V. Exa. possam tecer quaisquer intrigas, venho lhe declarar que ingressarei no PTB de Nilópolis, em cuja legenda concorrerei ao cargo de vereador. Todavia, apoiarei a quem V. Exa. determinar para a governadoria, senatorias e deputação federal, de vez que para a Assembleia Legislativa, já tenho compromissos com o sr. Júlio Gurgel. Atenciosamente, sua devotada amiga.

De acordo com Rafael Navarro Costa, a carta enviada por Stella está inserida em um contexto de migração de muitos pessedistas para o PTB, que desde as eleições de 1950 cresceu

⁷⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, 13 de mai. 1951, ed. 109, p. 6.

⁷⁴¹ FGV/CPDOC. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP ERJ 1945.11.01 (1)

exponencialmente na política fluminense.⁷⁴² Antigos correligionários de Peixoto, por exemplo, foram incentivados a migrar de partido justamente para criar uma aproximação entre ambas as legendas. Nesse sentido, Costa afirmou que não era incomum que os políticos envolvidos nesse trâmite comunicassem a mudança de partido à Peixoto, reforçando seu apoio ao presidente do PSD. Logo, a presença de um representante de Peixoto em um evento particular de Stella, além da criação de um escritório eleitoral em sua homenagem, nos leva a crer que, diferente de Carmelita, Stella saiu do PSD motivada por uma perspectiva eleitoral, não porque rompeu laços com o partido.

Apesar das tentativas de reeleição, o único mandato de Stella foi aquele exercido entre 1947 e 1950 na Câmara Municipal de Nilópolis. A ex-vereadora permaneceu trabalhando no Instituto Anacleto de Queiroz até sua aposentadoria.⁷⁴³ Stella de Queiroz faleceu em 1987, aos oitenta e quatro anos de idade.

⁷⁴² COSTA, Rafael Navarro. (Re)Definindo práticas: Amaral Peixoto e a política fluminense no período democrático. In: CÔRTE, Andréa Telo (org). **Amaral Peixoto: história, memória, política**. Niterói: FUNARJ, 2012, p. 100.

⁷⁴³ PINHEIRO, 2024.

CONCLUSÃO

Na trama das redes tecidas pelos homens, as mulheres em geral são apenas o ponto que liga um elo a outro. Quando as redes de sociabilidade dos homens políticos são reconstruídas, as mulheres são consideradas como um dos elementos que podem ser arregimentados como moeda de troca no jogo político, financeiro e social. São elas que ligam as famílias influentes e formam pontes de diálogo e influência. Isto não quer dizer, porém, que são seres passivos nestas redes. Nesta dissertação, entendemos que as ex-vereadoras aqui estudadas teceram seus próprios fios a partir das redes herdadas por suas famílias e, conscientes ou não, instrumentalizaram-nas em sua caminhada social e política. Sendo assim, acreditamos que Carmelita Brasil e Stella de Queiroz construíram redes de sociabilidade a partir da posição ocupada por elas no espaço social do município de Nova Iguaçu. Ambas as personagens integraram setores importantes para sustentar o discurso de modernidade propagado pelos grupos dirigentes do município durante a primeira metade do século XX.

Na década de 1930, os grupos rurais e políticos ligados à citricultura se preocuparam em divulgar a imagem de um município próspero graças ao investimento na lavoura. A riqueza produzida pela laranja proporcionou o investimento na higiene pública, na educação e em obras infraestruturais. Dessa forma, enquanto a educação era um dos pilares do ruralismo, as associações e clubes integraram o cenário de modernidade produzido no distrito sede. Ou seja, o capital produzido pela laranja chegou aos iguaçuanos por meio dos aparelhos administrativos e urbanos, até o acesso ao lazer nas praças, bailes e clubes esportivos. Este mesmo aparelhamento urbano e social contribuiu para abrir espaços de sociabilidade e ação para as iguaçuanas que, através deles, discutiram sobre feminismo e a participação da mulher no mundo público – mesmo com limitações. Nesse sentido, Carmelita e Stella partiram de campos de ação diferentes: a primeira, pela sua participação ativa na vida social e esportiva da cidade de Nova Iguaçu; a segunda, através do reconhecimento pelo exercício do magistério, que atraiu a atenção dos grupos políticos enraizados na cidade-sede e no distrito de Nilópolis.

Fundado em 1912, o Esporte Clube Iguaçu reuniu em seu seio as principais famílias iguaçuanas e, assim, proporcionou aos seus associados um espaço social privilegiado de construção de relacionamentos entre os membros influentes ligados a ele. Outrossim, o clube se apresentava como uma instituição agregadora da juventude iguaçuana, permitindo que os membros mais jovens das “famílias tradicionais” pudessem reforçar relações já existentes entre seus núcleos familiares e criar suas próprias pontes. Enquanto herdeira de sobrenomes destacados da sede do município, Carmelita integrou-se a esse núcleo desde a adolescência

através da organização e participação em eventos sociais nos clubes esportivos. Sua atuação como presidente do primeiro diretório do Departamento Feminino do Esporte Clube Iguaçu fez com que se destacasse frente aos principais dirigentes da associação que, ao mesmo tempo, eram figuras influentes dentro da dinâmica política iguaçuana.

A educação foi outro importante pilar do discurso de modernidade propagada pelos grupos dirigentes de Nova Iguaçu. Na cidade-sede e em Nilópolis, a capacidade do município em atender seus estudantes em escolas públicas e privadas era uma característica louvada como fruto do progresso alcançado pelo município. Embora migrante, Stella carregava consigo o nome de seu pai como uma credencial relevante para que fosse respeitada por seus pares enquanto educadora. Chegou à Nilópolis em 1926 e, até 1945, fundou duas escolas que se tornaram conhecidas por sua excelência e que levaram seu nome até as mesas de Júlio de Abreu Gomes, chefe político nilopolitano, e Getúlio de Moura, que liderou o principal grupo político iguaçuano. Por intermédio das notícias publicadas sobre as instituições de ensino que dirigiu e dos eventos nos quais participava, podemos dizer que Stella alcançou uma posição destacada na dinâmica social municipal e, assim, esteve em contato com autoridades relevantes no quadro político municipal.

Desta feita, Carmelita e Stella construíram redes de relações que, dado à sua extensão, contribuíram para sua trajetória no Partido Social Democrático de Nova Iguaçu – legenda da situação no município. Ambas deram início à sua trajetória partidária ainda em 1945, dois anos antes das eleições municipais e período em que o diretório iguaçuano ainda se estruturava. Com a crise da lavoura, o avanço da mancha urbana e as emancipações de Duque de Caxias e Nilópolis durante a década de 1940, os grupos dirigentes ligados à Nova Iguaçu precisaram se reestruturar econômica e politicamente. Nesse sentido, as eleições municipais de 1947 foram campo aberto de disputa entre os partidos. cremos que as ex-vereadoras se apresentaram como nomes interessantes para o PSD dado ao seu potencial eleitoral. Afinal, eram reconhecidas e valorizadas por seu meio de atuação: Carmelita, por seu envolvimento com o mundo social de Nova Iguaçu e sua posição como funcionária pública do município; Stella por sua consolidada atuação como professora em Nilópolis e sua contribuição através de outras ações, como a fundação do Tiro de Guerra e da filial da Cruz Vermelha ao raiar da Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista as nossas limitações, não é possível avaliar se ambas as ex-vereadoras contaram com o apoio do eleitorado feminino nas eleições. Vimos, no entanto, que desde a década de 1930 a discussão sobre a aptidão feminina à política como eleitoras e candidatas floresceu no pensamento iguaçuano e a relevância do denominado “eleitorado feminino” se

intensificou com o retorno democrático. Dessa forma, não é difícil conjecturar que o PSD procurou conquistar esta nova fatia do eleitorado de Nova Iguaçu e Nilópolis ao acolher as candidaturas de Carmelita e Stella. Ao longo de nossa pesquisa, não nos deparamos com fontes que pudessem sustentar a concepção de que as ex-vereadoras eram feministas ou que nutriram relações com grupos feministas, mas as questões de gênero podem ser identificadas ao longo de suas trajetórias e, de certa forma, ambas agiram justamente a partir das expectativas impostas a elas enquanto mulheres.

Ao longo de sua legislatura, vimos que Carmelita Brasil acenou aos dois núcleos mencionados acima, embora tenha feito do funcionalismo público a sua principal bandeira. Apesar de não ter usado da tribuna para tratar da conquista de direitos femininos ou sobre feminismo, a ex-vereadora foi constantemente lembrada por seus colegas de legislatura sobre sua “condição especial”. Única mulher eleita à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Carmelita não apenas compareceu assiduamente às sessões como participou ativamente da maioria delas, através da apresentação de requerimentos, pareceres ou do debate sobre os trabalhos. Quando a discussão se tratou de assuntos caros à sua legislatura, aliou-se à desamores e discordou de colegas de bancada, sem reservar-se de impor suas opiniões.

O incômodo de seus colegas frente à sua postura pouco comedida transpareceu nas atas legislativas e na imprensa, não sendo incomum encontrar referências ao seu estado emocional e intelectual. Enquanto as discussões e debates promovidos pelos vereadores eram transcritos e comentados quase com um ar cavalheiresco, Carmelita agia regida “por suas paixões”, vivia “às turras” com certos companheiros, apoiava e discutia “com fervor”; era “histérica” e “desconfiada”. Como dito por sua sobrinha, Carmelita era dona de uma “personalidade forte” e sua defesa pelo combate ao comunismo cresceu em paralelo à sua querela com um dos representantes comunistas da Câmara, o vereador Dionisio Bassi, sua principal desavença. Ao mesmo tempo, seu apoio constante à Getúlio Moura não impediu que a ex-vereadora rompesse politicamente com o chefe pessedista quando discordou do direcionamento partidário proposto para as eleições de 1950. Como fizera questão de lembrar ao líder da bancada udenista na Câmara, Carmelita possuía “amigos” na UDN iguaçuana, legenda pela qual concorreu à Assembleia Estadual do Rio de Janeiro em 1950 após sua saída do PSD. Como vimos, porém, a legislatura na CMNI foi seu único mandato.

Dado às fontes disponíveis, recuperar a trajetória de Stella de Queiroz como vereadora do então recém emancipado município de Nilópolis se configurou como uma tarefa mais árdua.

A inexistência das atas legislativas e do acompanhamento dos trabalhos da Câmara Municipal na imprensa, não há como saber como se deu a legislatura de Stella. Com base em algumas notícias publicadas na imprensa iguaçuana, sabemos que Stella foi integrante de Comissões Permanentes da Câmara e fez parte do núcleo de vereadores que apoiou e promoveu a criação do Hospital Municipal de Nilópolis. Através do levantamento das resoluções da CMN publicadas no *Correio da Lavoura*, percebemos que entre 1948 e 1949 os vereadores nilopolitanos discutiram e aprovaram matérias que podem ser relacionadas com a trajetória de Stella e que imaginamos que contou com seu apoio, como aquelas que instituíram homenagem e auxílio aos pracinhas e suas famílias.

Embora a participação política feminina já conte com uma profusão de estudos acadêmicos, a relação delas com os partidos políticos e o próprio debate sobre o eleitorado feminino durante a primeira metade do século XX ainda precisa ser mais esclarecida. No que tange à Baixada Fluminense, o impacto das emancipações sobre a dinâmica política e partidária da região carece de maior atenção dos pesquisadores, assim como trabalhos sobre a vida social e cultural da região naquele período. Nesta dissertação, nos propomos a expor o que foi possível levantar sobre a trajetória de Carmelita Brasil e Stella de Queiroz e, esperamos, contribuir com a história das mulheres e a história da Baixada Fluminense – conscientes de que muitas questões ainda precisam ser elucidadas.

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal de Nova Iguaçu

Atas Legislativas. Livro 4, 18 de outubro de 1947 a 12 de março de 1948.

Atas Legislativas. Livro 5, 12 de março de 1948 a 6 de julho de 1948.

Arquivo Familiar

Relicário de Carmelita Brasil.

Arquivo Nacional

Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_ELE, p. 34.

Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0.ADM, COR.A946.19, p. 2.

Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0.ADM, CPA.ELE.1, p. 30.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

Livro de Resoluções e Decretos (1947, 1948, 1949 e 1950).

Centro de Documentação e Imagem – UFRRJ/IM

A Crítica (1928-1936).

Efemérides Iguaçuanas (1914-1945).

Correio da Lavoura (1917-1962).

O Povo (1947).

Family Search

Certidão de nascimento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:77QB-LFMM>. Acesso em: 09/03/2021.

Certidão de nascimento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:773G-F32M>. Acesso em: 09/03/2021.

Registro de Casamento. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJB-4Y6X>. Acesso em: 04/08/2024.

Registro de óbito. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPHB-RV7X>. Acesso em: 21/10/2023.

Registro de óbito. Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1804-2013. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:WYGH-SN3Z>. Acesso em: 21/10/2023.

Registro de batismo. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-2017. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8R-9FBV>. Acesso em: 14/11/2024.

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas.

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. PSD/R de 1945.04.00/02.

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. PSD/R de 1947.09.05/7.

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP ERJ 1945.11.01 (1).

Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional

A Batalha (1934).

A Noite (1945-1946).

Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará. (1897; 1899).

Correio da Manhã (1945).

Diário Carioca (1945).

Diário da Noite (1933).

Diário de Notícias (1943).

Gazeta de Notícias (1942-1951).

Gazeta do Norte (1881).

Jornal do Brasil (1946).

Jornal do Ceará (1909-1911).

Jornal do Commercio (1911-1933).

Jornal dos Sports (1941-1942).

Libertador (1887).

O Cearense (1882-1891).

O Fluminense (1889).

O Radical (1936).

Vida Doméstica (1934).

BIBLIOGRAFIA

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal que virou Instituto de Educação: a história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ACKER, Celso Henrique. **Serviço Militar e Nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul – o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)**. 1996. 271f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALCÂNTARA, Patrícia Costa de. Limites e alcances da propaganda do Estado Novo para mobilização nacional durante a Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67083>. Acesso em: 16/10/2020.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **A educação pelo *Quarto Poder*: um olhar sobre a coluna do jornalista Luiz Martins de Azeredo (1945-1948)**. 2013. 66f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

_____. **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)**. 2015. 204f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

_____. **Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)**. 2021. 204f. Tese (Doutorado em História). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira. **Feminismo na Bahia (1930-1950)**. 1986. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

ANDRADE, Vitória Godoy de. **Uma mulher no ninho das raposas: a vereadora Carmelita Brasil Monteiro e o Partido Social Democrático de Nova Iguaçu (1947-1950)**. 2021. 67f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. In: **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 213-254, jul-dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bhnwWTMfWJLnKTxVLg4NbDJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01/09/2024.

BARROS, José D'Assunção. **O uso dos conceitos: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. 2010. 244f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019. 213f. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. E. (org). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Greenwood Press, 1986.

_____. **Razões e práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Editora Papirus, 2017. *E-book*.

CÂMARA, Sônia. “Lições para o professorado”: o Curso Educação Sanitária (Hygiene e Medicina Preventiva) e a formação da professora na cidade do Rio de Janeiro. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 775-794, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WMvjpqdBPNMd9ZKYh8c83mD/>. Acesso em: 01/09/2024.

CASTRO, Silvia Pantoja Serra de. **As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). 1992. 98f. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

_____. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. 1995. 402f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos. In: HIRATA, Helena; et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Eu vim descendo a Serra, cheio de euforia para desfilar”: Migrações Negras no Pós-Abolição da Baixada Fluminense, 1888-1940. In: NASCIMENTO, Álvaro P.; BEZERRA, Nielson R. (orgs). **De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

COSTA, Rafael Navarro. (Re)Definindo práticas: Amaral Peixoto e a política fluminense no período democrático. In: CÔRTE, Andréa Telo (org). **Amaral Peixoto: história, memória, política**. Niterói: FUNARJ, 2012.

CRIVELLO, Natália Azevedo. A modernidade Iguaçuana na década de 1930: representações fotográficas. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa, Rio de Janeiro: ANPUH, 2012, P. 1-16.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2014.

_____. “O centenário e a vocação agrícola de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramentos da história (1933)”. In: NASCIMENTO, Álvaro P.; BEZERRA, Nielson R. (orgs). **De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DÓRIA, Maria Ester de Carvalho Sampaio. **Contigo eu posso?** Dias de Momo na *nova* Iguaçu (carnaval na terra da laranja, 1918-1940). 2019. 61f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

DUARTE, Constância Lima Duarte. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (org). **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Brasil: Zahar, 2000.

ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: Memória, Representações Sociais e Identidades. 2002. 502f. Tese (doutorado). Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. “Vistes que da verdade a escola é um templo”: educação e doutrina espírita no ensino secundário em Iguaçu (1930-1945). In: DIAS, Amália; BORGES, Angélica. (orgs). **História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense**. Curitiba: Appris, 2023.

FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. In: **Auceu**, v. 11, n. 21, p. 186-201, jul-dez 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu21_12.pdf. Acesso em: 22/12/2024.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. In: **Acervo**, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul-dez 2017. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/798>. Acesso em: 17/08/2022.

FERREIRA, Leandro de Paula. **Próxima parada, Caxias!** 2012. 52f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2014.

_____. Trabalho, raça e política: o olhar norte-americano sobre o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. In: FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. (orgs). **Trabalho e labor**: histórias compartilhadas (Brasil e Estados Unidos, século XX). Salvador: Saggá, 2020.

_____. **A Segunda Guerra Mundial e o lugar da mulher na sociedade nas páginas da imprensa brasileira**. In: **Antíteses**, v. 17, n. 34m p. 142-174, jul-dez 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/51531>. Acesso em: 11/01/2025.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. 198f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; Jorge Ferreira. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação**. In: **Locus**, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>. Acesso em: 18/03/2025.

GOMES, Michele Cristina Ramos; SALGADO, Ana Cláudia Peters. O discurso sobre o feminismo no Jornal O Globo nos anos de 1920 e 1940: aspectos do “bom feminismo”. In: **Entrepalavras**, v. 7, p. 206-228, ago-dez 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33173>. Acesso em: 14/09/2024.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença**. 2008. 312f. Tese (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. A crítica literária e a literatura produzida por mulheres no Brasil do final do século XIX a meados do século XX. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 27, p. 119-131, jul-dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13661>. Acesso em: 24/11/2024.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARA, Isabela Bolorini. **O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu: funcionarização, agências e experiências (1895-1925)**. 2017. 231f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias.

LAVRIN, Asunción. **Women, feminism and social change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890-1940**. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press, 1995.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador (1890-1930)**. 1997. 187f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MACHADO FILHO, Deoclécio Dias. **À sombra dos laranjais**. 1953.

_____. **Tradição de um nome: A vida social do E. C. Iguaçu**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1956.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio G.; PAULA, Karolynne B. História de instituições escolares em Fortaleza no Império (1845-1886). **Anais do XI Encontro Cearense de História da Educação; I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação**. Fortaleza: Impreco, 2012, p. 142-153. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24675>. Acesso em: 02/03/2025.

MANSO, Marcos. Professora Stella de Queiroz Pinheiro. In: **Revista Raízes**, n. 1, jul., 1987.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

_____. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). In: **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 97-115, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1764>. Acesso em: 23/10/2024.

MECONE, Márcia Cristina da Cruz; FREITAS, Genival Fernandes. Representações da enfermagem na imprensa da Cruz Vermelha Brasileira (1942-1945). In: **Texto Contexto Enferm**, v. 18, p. 741-749, out-dez 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/tce/a/T4gdrbNVgSHd8pVRmXwdwbm/?format=pdf. Acesso em: 14/11/2024.

MELLO, Americo V. B. Souza. **Iguassuanos Ilustres**: apontamentos biographicos. Nova Iguaçu: Oficinas Graphicas do Correio da Lavoura, 1933.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 361f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição: Nova Iguaçu, século XX. In: **VI Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional**, 2013, Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 1-18. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Alvaro-Pereira-do-Nascimento-texto.pdf. Acesso em: 03/12/2021.

NASCIMENTO, Marcleivson Silva do. **De princesinha a município**: o processo de emancipação de Nilópolis. 2021. 50f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

NASCIMENTO, Marlene. **Revolução de 30 na terra da laranja**: uma leitura a partir do Correio da Lavoura. 2014. 46f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

NOGUEIRA, Marcos A. Monteiro. **Memorial Nilopolitano**. Nilópolis: Prefeitura Municipal, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Entre ganhos e perdas simbólicas: a (des) mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. In: **Escola Anna Nery R. Enfermagem**, v. 11, p. 423-428, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/CkMrLQJpCgzgT3mmnpDFNJt/>. Acesso em: 07/10/2022.

OLIVEIRA, Ana Clara Prazeres de. **O juiz de paz na Vila de Iguaçu**: administração municipal e elite local através da trajetória de Antonio José de Castilho (1860-1889). 2022. 75f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Dos filhos de João e Teodora aos Filhos de Iguaçu**: família, trajetórias, futebol e associativismo negro na Baixada Fluminense (1854-1950). 2021. 188f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

PESSOA, Valdirene Nunes de Santana. **Gaspar José Soares**: a trajetória de um negro na política fluminense no pós-abolição (1890-1950). 2014. 53f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. **Imagens Iguaçuanas**. S/d.

PEREIRA, Nicanor Gonçalves. **Minha vida, minha gente**. 1982.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago-set 1989. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://snh2017.anpuh.org/resources/download/1246015089_ARQUIVO_michelleperrot.pdf. Acesso em: 03/07/2024.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINHEIRO, Rose. **Mulher soldado**. Rio de Janeiro: Editora Rochet, 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLANTÉ, Christine. Femmes exceptionnelles: Des exceptions pour quelle règle. In: **Les Cahiers du GRIF**, n. 37-38, p. 90-111, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1757. Acesso em: 06/02/2023.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira: República (1889-1950)**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

RABELO, Amanda Oliveira. Mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. In: **Revista do Mestrado em História**, v. 8, p. 33-44, 2007. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/2007-2-revist-mest-hist-imprimir-43-60-pdf-free.html>. Acesso em: 07/10/2023.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras**. São Leopoldo (1850-1930). 2000. 421f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REIS, Manoel. **A gaivota: contos**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1932.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Social). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos; GOIS JUNIOR, Edivaldo. As redes de atuação política do associativismo esportivo e recreativo dos portugueses em São Paulo nos anos 1930. In: **Tempo**, v. 29, n. 1, p. 68-86, jan-abr 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/5hyhKD8jHyj3mP6mCLVfvkC/?lang=pt>. Acesso em: 14/04/2023.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; et al. (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2014.

SCOTT, Ana Silvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, p. 9-39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975>. Acesso em: 23/09/2023.

SILVA, Adriana Oliveira da. **Damas da sociedade**: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962). 2012. 173f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. In: **Recôncavo**, v. 3, n. 5, jul-dez 2013. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNIABEU3_994cf90a329332d004987124b158afd7. Acesso em: 19/04/2021.

_____. Saneamento e política na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. In: **Revista de Ciências Humanas**, v. 48, n. 2, p. 282-302, jul-dez 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287706516_Saneamento_e_politica_na_Baixada_Fluminense_Nova_Iguacu_no_inicio_do_seculo_XX. Acesso em: 01/11/2021.

_____. Arruda Negreiros como Haussmann da Baixada? Citricultura e estrutura urbana no município de Nova Iguaçu (1930-36). In: **Recôncavo**, v. 7, n. 12, p. 214-231, jan-jul 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W2753181741>. Acesso em: 04/10/2021.

SILVA, Marcela O. S.; OLIVEIRA, Maria. G.; GUIMARÃES, Thais F. Biografia, um campo de possibilidades. In: **Revista Diálogos Mediterrâneos**, n. 20, p. 143-159, 2021.

SILVA, Rita de Cássia Costa da. **Laranjas doces também azedam**: a trajetória de vida de Francisco Baroni (1884-1955). 2014. 64f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. 2006. 313f. Tese (doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, abr-jun 1962.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público: as mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set-out-nov-dez 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJxm348crdgLd4mgqnwMHcd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07/03/2024.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Estudos Feministas**, v. 13, p. 591-610, set-dez 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/vM7fnwTP6kgw3PyZnj4JThR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19/10/2024.

SOUZA, Elenice Paz de Souza. **Nos caminhos de Nilópolis de Ontem e de Hoje de Ernesto Cardoso**. 2016. 43f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

SOUZA, Luiz Ricardo de. **E os pomos eram de ouro: a importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia brasileira e fluminense nos anos de 20 e 40**. 2015. 55f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

SOUZA, Marlucia dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. In: **Revista Pilares da História**, ano 2, n. 3, dezembro de 2003.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu**. 1992. 193f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Susana Cecília Almeida Igayara de. **Entre palcos e páginas: a produção escrita por mulheres sobre música na história da educação musical no Brasil (1907-1958)**. 2011. 356f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil (1917-1940). In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

TANNO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). In: **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, p. 328-347, jun. 2011. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3753>. Acesso em: 05/11/2023.

TEDESCHI, Losandro A. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

VECCIA, Theresa R. "My Duty as a Woman": Gender Ideology, Work and Working-Class Women's Lives in São Paulo, Brazil, 1900-1950. In: FRENCH, John D.; JAMES, Daniel (orgs). **The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box**. Durham e Londres: Duke University Press, 1997.

VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. In: **Cadernos Pagu**, v. 13, pp. 223-251, 1999. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcapjpcglefindmkaj/https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/31102009-095652vergara.pdf>. Acesso em: 27/08/2022.